

Julho 2018

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos Chineses em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

[Redação](#)

Sobriano César Capitão

[Conselho de Edição](#)

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

[Editado por](#)

Development Workshop Angola

[Endereço](#)

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

[Telefone](#) +(244 2) 448371 / 77 / 66

[Email](#): cedoc.dwang@angonet.org

[Com apoio de](#)

Development Workshop

OXFAM Novib

Fundação Bill & Melinda Gates

International Development Research Centre

Civil Society Challenge Fund

Norwegian & The Netherlands Embassies

European Union

[Disclaimer](#)

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 Municípios de Quibaxi e Dembos há 42 anos sem desenvolvimento	8
1.2 “O crescimento lento e a desigualdade são opções políticas”	8
1.3 Angolanos passam a década 2013-2022 a empobrecer	10
1.4 Pupação: 29 milhões. Pobres: (só) 20 milhões	11
1.5 Crescimento da população dificulta desenvolvimento de Angola	13
1.6 Sector das pessoas considerado prioritário para combater pobreza	14
1.7 A voz do cidadão-Reposição de salários dos trabalhadores da função pública	15
1.8 INE só conseguiu reportar 99 dos 244 indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável	16
1.9 Erradicar a pobreza	17
1.10 Falta de transporte condiciona crianças a frequentar aulas	17
1.11 Indicadores colocam Angola longe das metas da Agenda de Desenvolvimento Sustentável	18
1.12 Pobreza extrema na «esquecida» Kiminha	19
1.13 Problemas básicos anunciam falência de Angola na concretização dos ODS-2030	20
2. MICROFINANÇAS	21
2.1 Banco de Investimento Rural garante mais créditos agrícolas	21
2.2 Crédito malparado atingiu máximo de sempre em Junho	21
2.3 Se não receber mais dinheiro Banco de Investimento Rural pode falir	22
2.4 Contas "Bankita" já atingem mais de 2 milhões de pessoas	22
2.5 Banco de desenvolvimento de Angola recupera créditos	23
2.6 Crédito malparado pode revelar desvios nos controlos	24
3. MERCADO INFORMAL	25
3.1 Aumenta número de paragens fixas para os mototaxistas da Estalagem	25
3.2 Paragens são pontos de venda de drogas	26
3.3 Detidos em Luanda 814 lotadores de táxis	26
3.4 Município do Huambo aposta no combate ao crime	27
3.5 Candongueiros e impunidade	28
3.6 Fundação promove debate sobre a economia informal	28
3.7 Fundação Sagrada Esperança sai em defesa da informalidade	29
3.8 A economia informal	29
3.9 Lotadores indignados com a polícia nacional	30
3.10 Mercado do Sumbe está redimensionado	31
3.11 Sal não iodizado à venda em mercados informais	31
3.12 Reservas de ouro invadidas na Jamba Mineira	33
3.13 Limpeza e venda de animal no Zango	35
3.14 Cantinas continuam nas mãos de estrangeiros	35
3.15 Lixo, saúde pública e ambiente de negócios	36
3.16 Peixe + Lixo na praia da Mabunda	37
3.17 Economia angolana carece e reformas mais urgentes	39
3.18 Executivo proíbe venda de peças na via pública	40
3.19 “Só com formação e emprego é que se combate a economia informal”	40

3.20	Comércio ilegal provoca avultadas perdas a África	42
3.21	Mercados de Saurimo estão sem condições sanitárias	42
3.22	“Vou comer então aonde wé”, lamentam vendedores de peças	43
3.23	Na praça dos correios de Luanda há (quase) tudo	44
3.24	UNITA pede ponderação à Polícia Nacional na autuação aos moto-taxistas	45
3.25	Vendedores de peças de automóveis contra proibição	46
4.	OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	47
4.1	Angola equilibra contas em 2020	47
5.	GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA	48
5.1	Lunda-Norte preocupada com processo de selecção	48
5.2	O debate autárquico e os cépticos	49
5.3	UNITA quer sociedade civil mais envolvida	50
5.4	Cidadãos sugerem melhorias nas áreas urbanas dos municípios	51
5.5	Lei do poder autárquico desviada para os CAP do MPLA	52
5.6	Moradores do "Buraco" vivem em condições desumanas	53
5.7	Cidadãos tem dúvidas sobre polícia municipal	54
5.8	Rostos do MPLA para as autarquias II	55
5.9	Sobas clamam por maior valorização	56
5.10	Falcão espera que as contribuições de Benguela melhorem "acervo" autárquico	57
5.11	Autarquias poderão recorrer a empréstimos	58
5.12	Descentralização, municipalização e cooperativismo	59
5.13	Populares do Bocoio e do Balombo animam discussão sobre autarquias	61
5.14	Municípios sugerem criação de taxa para o uso da terra	62
5.15	Sociedade civil debate autarquias no Cazenga	63
5.16	Jurista diz que autarquias vão exigir "sacrifícios" habitacionais ao Estado	64
5.17	ADRA vai auscultar comunidades rurais sobre autarquias	64
5.18	Auscultação pública dá voz a todos os cidadãos nacionais	65
5.19	Autarquias locais chegam ao Comércio	66
5.20	A Implementação das autarquias tornou-se o nosso calcanhar de Aquiles	66
5.21	Para uma governação local mais transparente	67
5.22	Receitas públicas redefinem alocação para as autarquias	68
5.23	Um breve olhar sobre a Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas	69
5.24	Arrecadação dos impostos é determinante	70
5.25	As autarquias locais e o sonho africano	71
5.26	OBEA defende maior abertura para participação do cidadão nas eleições autárquicas	72
5.27	Kupatas em Benguela protestam contra a acção policial	73
5.28	Samakuva reitera autarquias em todo o país em 2020	74
5.29	Sociedade apresenta contribuições para o perfil e mandato de autarca	75
5.30	UNITA prepara formadores para o processo autárquico	77
5.31	CEASTE defende consenso na discussão do pacote legislativo autárquico	78
5.32	Autarca cabo-verdiano defende realização de eleições autárquicas em simultâneo	78
5.33	Crescimento da população dificulta desenvolvimento de Angola	79
5.34	Educadores auscultados sobre Pacote Legislativo Autárquico	80
5.35	JMPLA da Huíla e do Cunene abordam autarquias locais em palestra	81
5.36	UNITA prepara quadros para enfrentar autarquias	81
5.37	Autarquia especialista defende participação activa da sociedade	82
5.38	Adão de Almeida não escuta as autoridades tradicionais	83
5.39	UNITA defende autarquias em todo território	83

5.40	Domingos João Lourenço “um competente autarca de Luanda”	84
5.41	APN em seminário sobre Autarquias Locais	84
5.42	Seminário sobre autarquias considera mais benéfico gradualismo funcional	85
5.43	Comunidades devem saber mais sobre as autarquias	86
5.44	David Mendes defende o gradualismo	87
5.45	APN insiste no financiamento para as autárquicas	87
5.46	Saurimo tem condições para ser uma autarquia	88
5.47	Oposição pode concorrer coligada	89
5.48	UNITA enaltece decisão da CEAST na defesa do gradualismo funcional	91
5.49	CEAST propõe os limites para financiamento das campanhas	91
5.50	Participação da mulher no poder local em análise hoje	92
5.51	PRS reitera autarquias em todo país	93
5.52	Bispo tocoísta defende realização de autarquias locais em todo o país	93
5.53	O papel dos arquitectos no bem-estar angolano	94
5.54	OBEA apresenta hoje ao MAT contribuições sobre Autarquias	95
5.55	Papel da mulher no processo de autarquias locais abordado em mesa redonda	96
5.56	Autarquias e "Gradualismo" em sede da Consulta Pública'	96
5.57	Contra a posição de Samakuva	97
5.58	Habitantes do Kilamba Kiaxi com olhos em Bento Kangamba	98
5.59	Líder religioso a favor do modelo gradual	99
5.60	MAT encerra consulta nas províncias do país	99
5.61	Oposição prevê participação em «bloco» nas autarquias de 2020	100
5.62	Rostos do MPLA para as autarquias III	101
5.63	Sugestões para a proposta de Lei sobre as Finanças Locais	102
5.64	Tocoístas dizem-se igualmente contra o gradualismo	103
5.65	Tutela revela «paradoxo e contradição» no pacote legislativo	103
5.66	Defendida a participação mais activa das mulheres	104
5.67	Tocoístas contra as desigualdades	105
5.68	Tutela revela «paradoxo e contradição» no pacote legislativo	106
5.69	Defendida a participação mais activa das mulheres	106
5.70	Tocoístas contra as desigualdades	107
5.71	Samakuva defende consensos sobre modelo de implementação das autarquias.	108
5.72	Engenheiros apresentam subsídios sobre autarquias	108
5.73	Observatório Eleitoral quer maior participação feminina nas autarquias	109
5.74	Ordem dos engenheiros defende autarquias nos municípios menos populosos	110

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

III

6.1	Conceito de cooperativa	111
6.2	Sonho da casa própria frustra jovens	111
6.3	Jurista diz que autarquias vão exigir "sacrifícios" habitacionais ao Estado	113
6.4	Disponibilizado dinheiro para obras da centralidade	113
6.5	Educação quer verbas para erguer casas de professores	114
6.6	Onda de crimes em Malanje preocupa cidadãos	115
6.7	Cobras e insectos invadem condomínio em Talatona	117
6.8	Grupo empresarial quer continuar a investir na habitação	118
6.9	Nova Vida	118
6.10	“Boa Vida entrega casas”	119
6.11	Build Angola Pgr Responde aos lesados e promete responsabilizar brasileiros	119
6.12	Governo afirma que vai priorizar habitação para jovens	120
6.13	Altas tarifas de água deixam consumidores agastados	120
6.14	IMOGESTIN repara apartamentos vandalizados na Centralidade	122

6.15	Altas tarifas de água deixam consumidores agastados	122
6.16	Apagão” no Kilamba pára elevadores com 37 pessoas	123
6.17	Famílias vão receber terreno para autoconstrução dirigida	124
6.18	A construção de Casas no Mayombe	126
6.19	Infra-estruturas urbanas do Kilamba vão custar 54 milhões de euros	126
6.20	Obras continuam votadas ao abandono	127
6.21	"Não conheço o Plano"	128

7. TERRA

129

7.1	General José Fragoso denuncia usurpação de terras em Cabembeia (Catete)	129
7.2	Polícia instaura inquérito sobre morte de dois cidadãos	131
7.3	Polícia volta a fazer uso excessivo da força e faz duas vitimas em Luanda	131
7.4	Luta pelo acesso à terra na base dos confrontos	132
7.5	Camponeses detidos por trabalharem nas suas lavras	133
7.6	Moradores forçados a abandonar as terras pela ZEE.	135
7.7	ZEE promete desalojar moradores e demarca-se de entrega de terrenos	136
7.8	Demolição de residências em Malanje deixa moradores ao relento	137
7.9	Governo vai confiscar edifícios abandonados	138
7.10	Famílias vão receber terreno para autoconstrução dirigida	138
7.11	A administração e a novela dos terrenos no Ramiros	139
7.12	Terrenos abandonados em risco de confisco	140
7.13	'Burlador' vende terreno do vizinho no Camama	140
7.14	General Wala recebia casas e terrenos	141
7.15	Kangamba não admite que se maltrate o povo (Trajectória das demolições)	142
7.16	Obras continuam votadas ao abandono	143
7.17	Sobas estão em conflitos devido a queimadas de terra	144
7.18	Família despejada continua na rua e pede intervenção das autoridades	145

8. SERVIÇOS BÁSICOS

147

8.1	Especialistas analisam a gestão do Okavango	147
8.2	Cidade do Huambo está a ser assolada por vandalismo	148
8.3	Dande dá prioridade a área sócio-económica	148
8.4	Gestão das águas subterrâneas tema de estudo de pesquisadores	149
8.5	Água e alimentação comprometem integração da comunidade San na Huíla	149
8.6	Chafarizes e lavandarias II vão beneficiar de obras	150
8.7	Fiscalização	150
8.8	Falta de água	151
8.9	Banco Mundial apoia Agricultura e Águas	151
8.10	Grupo Banco Mundial financia mais 280 Milhões USD	152
8.11	Altas tarifas de água deixam consumidores agastados	153
8.12	Bairro do Tapo sem serviços básicos	154
8.13	A Cólera	155
8.14	Governo vai facilitar o acesso	156
8.15	Zonas ribeirinhas do Bom Jesus querem água canalizada	156
8.16	Cólera em Luanda e no Kwanza-Sul	157
8.17	Cólera em zona rica	157

8.18	Populações consomem água bruta em Cacuaco	158
8.19	Moradores do "Buraco" vivem em condições desumanas	158
8.20	Lixo deitado no chão é punido com multa	160
8.21	Município do Huambo aposta no saneamento	160
8.22	Lixo é o novo negócio no litoral de Benguela	161
8.23	Rui Falcão anuncia fim do roubo do negocio "sujo" de lixo em Benguela	163
8.24	Comerciantes. querem recolha de lixo-eficiente	164
8.25	Distribuidoras privadas de energia eléctrica pedem esclarecimentos ao ministro	164
8.26	Benguela adopta nova estratégia para recolha de resíduos sólidos	165
8.27	Não há prazo para acabar com a água que atormenta moradores	166
8.28	Lixeira inundada	167
8.29	"Angola deve preocupar-se com os sacos de plásticos"	167
9.	GÉNERO E VIOLENCIA	168
9.1	Participação da mulher no poder local em análise hoje	168
9.2	Papel da mulher no processo de autarquias locais abordado em mesa redonda	169
10.	AMBIENTE	170
10.1	Queimadas anárquicas perigam a fauna e a flora	170
10.2	Desflorestação causa degradação das nascentes na região do Huambo	171
10.3	Não há prazo para acabar com a água que atormenta moradores	172
10.4	População em zonas de risco recebe conselhos	173
10.5	Erosão ameaça engolir ilha da Ponta do Padrão	173
10.6	Produção ilegal de carvão alastra-se na região	174
10.7	Produtos não degradáveis vão pagar taxas ambientais	175
10.8	"Angola deve preocupar-se com os sacos de plásticos"	176
10.9	Levantado o embargo à indústria madeireira	177
11.	MIGRAÇÃO	178
12.	EXPLORAÇÃO MINEIRA	178
13.	INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA	179
13.1	Carro sino-angolano é alvo de frequente reclamações	179
13.2	Cientes insatisfeitos levantam o tom	180
13.3	Embaixador realça papel de Macau nas relações	180
13.4	Emis na rota chinesa com o Union pay	181
13.5	Macau fortalece Angola/China	182
13.6	E Quando a China Espirra	182
13.7	Chineses detidos por suspeita de abate ilegal de árvores	183
13.8	Chineses detidos por exploração ilegal de madeira	183
13.9	China pretende cooperar no domínio da Justiça	183
13.10	China quer cooperação no domínio da Justiça	184
13.11	Presidente chinês visita países africanos	184
13.12	A economia chinesa em progresso estável	185

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Municípios de Quibaxi e Dembos há 42 anos sem desenvolvimento

Jornal Liberdade

5 De Julho de 2018

Texto: Caála Ngunji

“A nível social o governo tem estado a criar políticas de bem-estar dos munícipes locais, embora que temos um fraco desenvolvimento. Em relação às infra-estruturas, há falta de políticas próprias para a implementação das mesmas, as que temos, 90% são de carácter colonial. O Bengo em si está sendo abandonado pelo Estado, é um monstro' fora do aparelho do Estado e fica-nos difícil entender quanto recebemos do orçamento geral do estado porque este dinheiro não tem reflexo na nossa província, em particular o município dos Dembos”, lamentou o jurista.

"Os Dembos considera-se uma vergonha entre tantos outros municípios que constitui a província, atendendo o percurso histórico de reis e dos homens valentes que de lá saíram e não devia ser tratado conforme se assiste hoje”, Valdemiro disse que o governo provincial prometeu asfaltar as ruas do município e espera que não seja mais uma propaganda enganosa sendo que deposita a confiança na nova inquilina do palácio provincial do Bengo.

De acordo com o nosso entrevistado, da maioria dos jovens que constitui o município não se espera muita coisa porque os mesmos ocupam-se no consumo excessivo de álcool. "A juventude dos Dembos está meio perdida porque não temos nada que ocupa os jovens para o seu bem-estar social. Não existem infra -estruturas sociais e recreativas para a juventude, não há esperança de vida, os jovens passam o dia e noite a consumir álcool, é isso que os ocupa”, disse.

Os arredores de Quibaxi estão cobertos de capim, uma situação que preocupa os munícipes e visitantes. "É algo muito lastimável, temos um hospital em que todos os dias morrem pessoas

com paludismo e malária e o capim torna-se o esconderijo dos mosquitos”.

As 200 casais construídas no Quibaxi - Dembos são ocupadas pelas moscas e mosquitos porque os beneficiários na sua maioria não aceitam viver naquele município por falta de condições humanas, como energia, água potável, meios de comunicação terrestres e telefónicos.

"Houve concurso público para aquisição de casas nos Dembos, mas os que ganharam as residências, muitos deles não habitam naquela localidade. A falta de condições no município do Quibaxi afugenta os munícipes, investidores privados e públicos. Um município onde não há energia 24 horas ao dia, não há água nas residências, as vias estão péssimas, é impossível atrair os investidores porque tudo exige energia e não se pode colocar uma fábrica sem energia eléctrica", disse.

A cesta básica é um outro problema que apoqueta os consumidores dos Dembos e o nosso entrevistado disse que isso acontece através da distância que existe entre Luanda e o município. "A distância que existe entre Dembos e Lunada ou mesmo Uíge, deveria ser mais próxima se as vias estivessem totalmente asfaltadas, logo os preços deveriam ser mais acessíveis porque facilitaria o transporte. Com as condições que o município oferece, os poucos investidores que temos, a tendência é de aumentar os preços para recuperar os danos do carro e do gerador porque o que temos no município não tem a capacidade de atender o número de famílias que cá vivem.

A percentagem de confiança para a nova inquilina do governo provincial do Bengo, Mara Quiosa Baptista é maior e "em 100% nesta altura daria 60% na nossa governadora porque de todos os governadores que cá passaram não tivemos uma luz que temos hoje, ela faz visitas em quase todos municípios, notamos as movimentações das obras dentro do município, nesta altura a consideramos como a salvadora da província".

I.2 “O crescimento lento e a desigualdade são opções políticas”

Jornal Expansão

13 De Julho de 2018

Texto: Alves da Rocha

Este título pode ser usado numa campanha eleitoral, seja da parte da oposição (ao criticar quem governa), seja de quem exerce o poder político para criticar propostas de quem quer ser parte activa das tomadas de decisão. Fica, na verdade, difícil aceitar, da forma enfática como Stiglitz o faz, que a política possa ser tão "má" para com a economia e os processos de repartição dos frutos do seu funcionamento. Mas, para o nosso caso, trata-se, com efeito, de um país rico com milhões de pobres.

E se é verdade que a recessão económica ocorrida durante pelo menos dois anos e o crescimento lento durante todo o período 2009/2017 tiveram uma componente externa não controlável significativa, não é muito ousado afirmar-se que uma parte significativa da desigualdade económica e social existente decorreu de uma opção política do MPLA, consubstanciada na necessidade da acumulação primitiva de capital e na criação de uma classe burguesa rica e com poder e poderio económico. O que ficou de fora foram milhões de cidadãos no limiar da pobreza (o Relatório Económico do CEICU/CAN de 2017 estima o seu número em 11.363.600 cidadãos, na melhor das hipóteses, isto é, se se tivessem registado ajustamentos expressivos no modelo de redistribuição do rendimento (impostos progressivos sobre os rendimentos e fortunas dos mais ricos e implantação de um sistema de previdência e assistência social com primazia para os de menor rendimento) e o seu número pode aumentar para cerca de 14 milhões de cidadãos no final de 2022 se, entretanto, as taxas de crescimento do PIB se mantiverem na vizinhança da taxa de crescimento da população (geração de mais-valias de rendimento constantes ou mesmo negativas). Com baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), tendencialmente o que há para distribuir vai diminuindo.

O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017 falhou no essencial das suas propostas: garantir um crescimento económico sistemático (não confundir com sustentável, pois para isso o capital humano, o capital social e o capital ambiental teriam de ser garantidos através de estratégias e políticas específicas e eficientes, o que não aconteceu - é fundamental ter-se da eficiência a noção correcta do conceito e não se pensar que, nos casos acima citados, basta que o Estado faça os necessários investimentos) e promover uma

melhor distribuição do rendimento (o slogan das eleições de 2012 - crescer mais e distribuir melhor - revelou-se um completo logro). As metas de inflação foram completamente estilhaçadas (42% em 2016 e 23% em 2017, contra 7% em cada um desses anos previstas no Plano Nacional). O crescimento verificado do PIB (segundo as Contas Nacionais do INE, Instituto Nacional de Estatística) foi de 2,8% em 2015, -2,6% em 2016 e -2,5% em 2017, contra, para os mesmos anos, 8,8%, 7,5% e 4,3%. Tomando a taxa média de crescimento da população do INE de 3,1%, o rendimento médio regrediu 10,9% no conjunto daqueles anos: nem se cresceu mais e muito menos se distribuiu (os angolanos ficaram mais pobres cerca de 10,9% no seu rendimento).

Seria estultícia da minha parte argumentar com o título desta crónica, ou seja, que o fraco crescimento e o aumento da pobreza terão sido uma opção política.

Mas são inquestionáveis dois factos: o aumento desmesurado das desigualdades e o modo como têm surgido (fundamentalmente à custa da criação de uma classe rica à sombra do Orçamento Geral do Estado (OGE) e da corrupção e isto é claramente uma opção política). Muita da pobreza da base da tabela de rendimentos deve-se à discriminação económica e à incapacidade de disponibilizar-se uma educação e uma assistência médica adequada, em especial às crianças que crescem em ambiente de pobreza.

Não se tem percebido o quanto as desigualdades fragilizam a economia e a sociedade (em artigo meu neste Semanário propus um modelo de crescimento assente numa melhor redistribuição do rendimento nacional, não só porque mais junto do ponto de vista social, mas igualmente pelas potencialidades económicas que encerra, em especial pelo aumento da poupança). A escolha política tem de ser a de uma sociedade de classe média, onde cada geração viva melhor do que a anterior e que seja o alicerce da democracia. Esta perspectiva sensata tem sido confirmada por estudos elaborados pelo Fundo Monetário Internacional que mostram a tendência dos países com mais igualdade para um melhor desempenho (mais crescimento e mais estabilidade (2)). A educação é o alicerce do desenvolvimento e a educação primária o seu fundamento. No entanto, sabe-se da existência de enormes disparidades logo

desde a entrada das crianças nos infantários e que vão aumentando ao longo do tempo, uma vez que as crianças das famílias mais abastadas, vivendo em enclaves ricos, obtêm uma educação melhor do que as crianças que frequentam escolas das zonas pobres (onde moro, na zona do Gamek, é conflagrador olhar para o estado debilitado das crianças que franqueiam as portas das escolas aí localizadas, pensando de imediato que o seu rendimento escolar é bem inferior à das que frequentam escolas onde a propina mensal pode atingir o equivalente a 500 USD). Aqui está uma fonte concreta e efectiva de propagação e ampliação das desigualdades.

O sistema de saúde é outra dimensão da desigualdade em Angola e que o PND 2013-2017 não conseguiu melhorar, estando ainda na nossa memória a crise dos hospitais ocorrida em 2016, cuja incapacidade de atendimento da população (afectada pela malária, cólera e febre amarela) foi notória. A nossa Constituição garante o acesso gratuito aos cuidados de saúde, considerando-o como um direito humano básico e fundamental. Cidadãos com boa saúde apresentam uma maior apetência para aumentarem a sua produtividade.

No entanto, continua a ser aconselhável fugir dos hospitais públicos, mas também dos privados, dada a exorbitância dos preços cobrados. Também por aqui a população pobre está encurralada e as desigualdades aumentam. As estatísticas nesta área continuam desoladoras: ainda que se gaste mais com cuidados de saúde (a fazer fé nos OGE e nos relatórios de execução dos mesmos), os resultados continuam muito abaixo de padrões mínimos de satisfação das necessidades da população.

a que nos diz o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 sobre estas matérias? Podemos ficar descansados? Desde logo, dentre os seis eixos de desenvolvimento prioritário a serem implementados até 2022 não está considerado nenhum sobre a mitigação das desigualdades sociais entre os cidadãos e na política de sustentabilidade das finanças públicas, o mais importante é a correcção do défice fiscal (de tal modo que a partir de 2020 o saldo global passa a ser positivo). Sob o estrito ponto de vista macroeconómico, a opção pode ser correcta, desde que se consigam melhorar os índices de satisfação colectiva do país a que pode vir a ser difícil, ao admitir-se' na componente da política

demográfica, a necessidade de "através do efeito conjugado de uma mais rápida queda da mortalidade e de uma regressão mais lenta da fecundidade" se conseguirem taxas de crescimento demográfico eventualmente superiores aos actuais 3,3% com a intenção de se povoar mais intensamente as vastas zonas do território nacional com densidades demográficas baixas e de se aproveitar o conhecido "dividendo demográfico" associado à preponderância de população jovem na estrutura etária. Só que, com as taxas de crescimento projectadas, o empobrecimento geral da população vai continuar a verificar-se, com uma perda total de rendimento médio de praticamente 1%. Assim, parece, de facto, que Stiglitz tem razão ao afirmar que "... a desigualdade é uma opção política".

1.3 Angolanos passam a década 2013-2022 a empobrecer

Jornal Expansão

13 De Julho de 2018

Texto: Joaquim José Reis

A economia angolana deverá crescer 2% no período 2013-2022 contra 3,1% de crescimento médio da população, de acordo com cálculos do Expansão a partir de dados do INE e do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Se o PIE de um país cresce menos do que a população quer dizer que o PIB por habitante a preços constantes diminui. Ou seja, quando uma economia cresce abaixo da população significa que o país está a empobrecer. Numa década a economia do país só deverá crescer acima da média da população em quatro anos (ver gráfico).

Estes dados resultam do crescimento médio para o período 2013-2022. Nos primeiros cinco anos a análise é feita tendo em conta os dados oficiais do INE, em que a variação média anual do PIE foi de 1,1% e a variação da população foi de 3,2%. De acordo com dados do INE, em 2013 Angola tinha 25,1 milhões de habitantes, crescendo para 28,4 milhões em 2017.

Os restantes cinco anos (2018-2022) são feitos tendo em conta as projecções do Governo através do PND: crescimento da economia a 3% e de 3,1% da população. Em 2022, de acordo com a

perspectiva do PND, Angola terá 33 milhões de habitantes.

Contas feitas, a média simples dos dados do INE com as perspectivas do Governo apontam para um crescimento de 2% do PIE e 3,1% da população na década 203- 2022.

De acordo com o economista Alves da Rocha, "o que está em causa no País é a sua presente incapacidade de crescer a taxas mais elevadas devido aos constrangimentos existentes. O investimento estrangeiro só afluirá na quantidade desejada se a economia crescer muito mais e se a balança de capitais melhorar e se liberalizar".

O também responsável do Centro de Estudo e Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica admite que o PND 2018-2022 está "recheado de boas intenções quanto à redução da pobreza, mas as medidas alinhadas para isso são discutíveis, e não se conhece o seu custo nem o custo de oportunidade das mesmas, num cenário de continuação das dificuldades financeiras e onde ressalta a intenção de as finanças públicas registarem saldos de tesouraria positivos a partir de 2019".

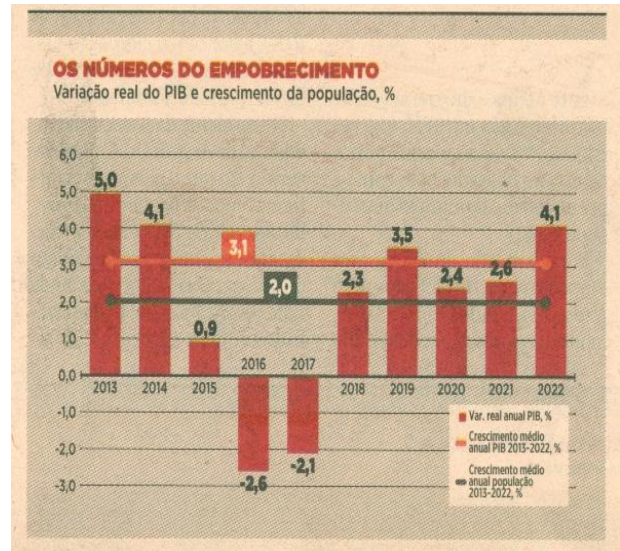
O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, admite que com o empobrecimento do País ao longo de uma década, estará em causa a "manutenção de elevadas taxas de desemprego e rendimentos per capita muito baixos", bem como a "incapacidade de nos integramos na SADC e de termos uma economia tão competitiva, diversificada e exportadora 'quanto baste' para os mínimos desafios", admite.

O PND 2012-2017 antevia um crescimento médio do PIB de 7,1%, bastante mais optimista que o PIE real apurado de 1,1%. As causas prendem-se com a forte desvalorização do petróleo que corresponde a cerca de 95% das exportações angolanas e com o sucessivo adiamento da diversificação económica.

O novo PND perspectiva não só uma redução de 9% na produção de petróleo mas também um recuo médio de 1,8% no crescimento do sector petrolífero entre 2018 e 2022. Contrariamente às estimativas do PND 2012-2017, em que apontava a um preço médio de venda do barril de petróleo de 92,1 USD, no novo PND essa estimativa é mais modesta e aponta a 54,9 USD. Até para não apanhar 'surpresas' como a abrupta descida dos

preços do barril de petróleo a partir de 2014, que chegaram aos 27,88 USD em 2016.

O Governo aponta agora a um crescimento médio de 5,1 % do sector não petrolífero e identifica como "principais motores do crescimento, os sectores da agricultura, pescas, indústria transformadora, construção serviços (incluindo o turismo)".



I.4 Pupação: 29 milhões. Pobres: (só) 20 milhões

Jornal Folha 8

14 De Julho de 2018

Em 1989, o Conselho de Governadores do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas instituiu o dia 11 de Julho como Dia Mundial da População. Este dia é celebrado em todo o mundo com o (suposto) objectivo de alertar os Estados e as instituições para as questões do planeamento e do desenvolvimento populacional, quando uma parte significativa da humanidade (veja-se o caso de Angola) não tem acesso aos recursos e serviços básicos, como saúde, educação, saneamento básico e alimentação.

Angola é, por exemplo, dos nove. Estados lusófonos o país com pior cobertura de serviços básicos de Saúde, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Banco Mundial (BM). Será possível? Independente há quase 43 anos, tendo no governo sempre o mesmo partido (o MPLA), estando há 16 anos em paz toral, sendo um país rico algo vai mal (muito mal) no reino.

Será então caso para dar os parabéns a este partido, nomeadamente a José Eduardo dos Santos, mas sem esquecer o novo presidente da República (e em breve também do MPLA), João Lourenço, que apesar de ter chegado ao cargo há poucos meses fez durante anos, muitos anos, parte da estrutura dirigente do MPLA, sendo por isso conivente no desastre deste país. País que, aliás, é líder noutros "rankings", casos da corrupção e da mortalidade infantil.

Nos serviços básicos, o país do MPLA tem uma taxa de cobertura de apenas 36%. De entre as nações lusófonas, seguem-se a Guiné-Bissau, com 39%, Moçambique (42%), Timor-Leste (47%), São Tomé e Príncipe (54%), Cabo Verde (62%) e Brasil (77%). Portugal é o país lusófono com melhor resultado, tendo mais de 80% da sua população coberta. Segundo um relatório intitulado "Tracking Universal Health Coverage: 2017 Global Monitoring Report", pelo menos metade da população mundial não tem acesso a cuidados essenciais de Saúde.

Pois é, justifica Q MPLA: Em muitos países que enformam do mesmo mal os governos não são do MPLA. Tem razão. Mas, reconheçamos, é um triste consolo. O relatório, que avalia indicadores na área da Saúde em mais de 120 países, refere que mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo, o correspondente a 12% da população mundial, gastam menos de 10% do seu orçamento familiar em cuidados de Saúde.

Apesar de se ter registado um progresso de 3% no cumprimento da meta de acesso a cuidados de Saúde. os dados do relatório indicam que pelo menos 180 milhões de pessoas gastam um quarto do seu orçamento nesta área e que este grupo está a crescer a um ritmo de 5% ao ano. O director de Saúde e Nutrição do Banco Mundial, Timothy G. Evans, assinalou que o crescimento se deve ao facto de "os governos não conferirem prioridade à saúde pública e de as pessoas terem cada vez mais altas expectativas de como deve estar a sua saúde", levando-as a pagar "porque não obtêm uma cobertura pública suficiente".

A directora-geral adjunta do departamento de Cobertura Sanitária Universal da OMS, Naoko Yamamoto, realçou o surgimento de entidades privadas de assistência médica para suprir as necessidades que "deveriam ser cobertas pelos serviços públicos". O relatório aponta a América

Latina como a região no mundo que apresenta a menor percentagem de pessoas que gastam pelo menos 10% do orçamento familiar em assistência na área da Saúde, registo que representa 14,8% da população mundial, cerca de 88 milhões de pessoas.

Quase 100 milhões de pessoas caem na extrema pobreza (viver com menos de 1,7 euros por dia), porque têm de pagar pelos cuidados de Saúde, e outros 122 milhões caem abaixo da linha da pobreza (2,5 euros diários) por causa dos gastos na Saúde. Ainda sobre o que as famílias despendem com a Saúde, 6,3 milhões de pessoas caíram na pobreza nos países de fracos recursos, muito embora a percentagem revele uma descida nos últimos anos.

Nos países pobres, apenas 17% das mães e filhos recebem assistência médica básica, enquanto a percentagem aumenta para 74% nas nações ricas. O documento da OMS e do BM destaca que mil milhões de pessoas não recebem tratamento para a hipertensão. mais de 200 milhões de mulheres não têm acesso ao planeamento familiar e cerca de 200 milhões de crianças não recebem todas as vacinas de que necessitariam. Num outro relatório do Programa Conjunto de Monitorização das Nações Unidas, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), são analisadas as situações, até 2016, da água potável, saneamento e higiene em mais de 200 países e territórios.

O documento faz a comparação entre a evolução registada em cada um dos nove países lusófonos entre 2000 e 2015, tendo também em conta o respectivo aumento da população. No quadro deste período, é referido também o aumento da população nas zonas urbanas. o acesso a água que dista mais de 30 minutos do IOGI de residência, às ruas não melhorada em IS'la proveniente da superfície, como rios e lagos, entre outras fontes.

No acesso a IS'la potável canalizada, Cabo Verde surge em terceiro lugar entre os lusófonos (subiu de 78% em 2000 para 86% em 2015), à frente de São Tomé e Príncipe (de 67% para 80% no mesmo período), Timor-Leste (não havia dados disponíveis em 2000, mas em 2015 tinha 70%), Guiné-Bissau (de 53% para 69%) e Moçambique (de 22% para 47%). No mesmo período, Angola subiu de 38% para 41%, enquanto o Brasil passou dos 94% para 97% e Portugal de 99% para 100%.

O relatório sublinha que os dados são susceptíveis de alguma "relatividade", tendo em conta o tamanho dos países, o total da população e o grau de desenvolvimento de casa um deles. A excepção de Portugal (com 0% já em 2000) e Brasil (que baixou de 190 em 2000 para 0% em 2015), todos os restantes países lusófonos, em maior ou menor escala, ainda têm bolsas da população que só conseguem obter água (nem sempre potável) a mais de 30 minutos do local de residência..

Angola, com 16% da população nessas circunstâncias ao longo do mesmo período, e Guiné Equatorial, que também continua com 2%, são os dois Estados lusófonos que mantiveram os números estatísticos entre 2000 e 2015. Diferentes dados estatísticos, mas para pior, foram, no mesmo período, registados em São Tomé e Príncipe (de 3% para 15% da população), Moçambique (subiu de 500 para 1400 da população) e na Guiné-Bissau (de 400 para 500). Cabo Verde desceu. em 15 anos, de 10% para 1% da população nessas circunstâncias, enquanto Timor-leste, de que não existem dados de 2000, conta com 6% do total dos habitantes com a necessidade de ir buscar água a mais de 30 minutos dos locais de residência.

O estudo dá ainda conta da relação entre os dados estatísticos e a evolução da população urbana no mesmo período (2000 a 2015) nos nove Estados lusófonos, sempre em crescendo, com o Brasil a "liderar" esta tabela, com os habitantes citadinos a subirem, em 15 anos, de 81% para 86%.

Cabo Verde é o segundo país lusófono com maior crescimento da população urbana (aumentou, no mesmo período, de 53% para 66%), seguido por São Tomé e Príncipe (de 53% para 65%), Portugal (de 56% para 63%), Guiné-Bissau (de 37% para 49%), Angola (de 32% para 44%), Guiné Equatorial (de 39% para 40%), Timor-leste (de 24% para 33%) e Moçambique (de 29% para 32%). Com cerca de 29 milhões de habitantes, Angola tem cerca de 20 milhões de pobres. O MPLA não conseguiu gerar riqueza, mas conseguiu gerar ricos. O clã monárquico do regime (José Eduardo dos Santos e João Lourenço), na versão mais alargada (acólitos e similares), é o que mais ricos têm por metro quadrado. ao lado, o país é o que mais pobres tem, também por metro quadrado.

1.5 Crescimento da população dificulta desenvolvimento de Angola

Jornal O Perfil

19 De Julho De 2018

Luanda, por exemplo, vai sendo "asfixiada e a população na capital cresce ao dobro do ritmo no resto do país. Dados publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU) dão conta que a população no continente africano irá duplicar até 2050, chegando aos 2,5 mil milhões de pessoas. Em Angola, os números do Instituto Nacional de Estatística (INE) , revelados no final do ano passado, estimam que a população activa ronda os 20 milhões.

Desses, 20% encontra-se desempregada. Nos jovens entre os 15 e 19 anos de idade, a taxa de desemprego chega aos 46%. Uma realidade apontada pelo sociólogo e também docente universitário angolano Carlos Conceição que, em entrevista à DW África, afirma que existe "uma taxa de emprego muito reduzida e que não é proporcional ao número de habitantes". Para este sociólogo, o aumento populacional em Angola não representa tanto "uma oportunidade", mas sim "um desafio", uma vez que "não é proporcional ao desenvolvimento humano". Carlos Conceição afirma ainda que "os países africanos devem investir em políticas de controlo demográfico, porque não importa crescer e depois ter problemas de várias ordens que os próprios Estados africanos não conseguem controlar" .

Pergunta (PER): O continente africano é aquele em que o crescimento da população é mais acelerado. No entanto, em muitos países africanos, o aumento da população não é acompanhado pelo crescimento económico, tendo como consequência alguns problemas sociais. Pode-se dizer que é o que está a acontecer em Angola? Carlos Conceição (CC): Sim, efectivamente porque em Angola temos uma densidade populacional quase entre nós. Tudo isso é fruto não controlada. À medida do crescimento populacional que se vai registando essa densidade populacional, é verdade que esta vai internacional de Estatística, somos ferir com políticas públicas, perto de 28 e 30 milhões e sobretudo políticas públicas isto não se reflecte no desendirecionadas

para as áreas de desenvolvimento das populações de educação, saúde e habitação.

Temos uma taxa de emprego, muito reduzida, que não a questão das assimetrias e é proporcional ao número das desigualdades sociais de habitantes que, efectiva por não ser uma oportunidade, mas um dessa neste momento CC: Acaba por não ser oportunidade, acaba por um desafio, porque o crescimento demográfico não é proporcional ao desenvolvimento humano e isto não se reflecte na qualidade de vida das populações. Sabe-se, por exemplo, que as projecções mundiais costumam indicar que o continente africano é um continente jovem, e Angola não foge à regra. A nossa pirâmide, na base, é maioritariamente jovem. Esses jovens, muitos deles, encontram-se em situação de abandono escolar, em situação de desemprego, em que não contribuem activamente para o desenvolvimento do país.

CC: Era importante que se criassem condições do ponto de vista da educação, mas também que as instituições de formação tivessem uma relação mais directa com as empresas. Temos estado a verificar, por exemplo, em Angola, que há um bom no crescimento das instituições de ensino superior e também no ensino geral público. Também temos parceiros privados que têm contribuído significativamente nesse sentido. Mas isso não tem resultado, porque as instituições formam e depois o Estado não tem capacidade de absorver as pessoas que têm estado a formar. Um outro de acesso a meio! básicos como a saúde ou a habitação, no futuro, será necessário também maior investimento nesta! áreas?

CC: Há um esforço, mas (esforço não é significativo Estamos diante de um quadro novo, ou seja, há um novo Governo. No quadro dessa nova administração, desde que assumiu o poder, temos visto que tem-se criado algumas políticas, tem-se reformulado certas situações Mas isso não é suficiente Os problemas em Angola não são de hoje, são problemas crónicos. Para ser ultrapassados, deve fazer-se um esforço redobrado em relação àquilo que temos estado a verificar. Ainda vai levar algum tempo para dar resposta no que diz respeito ao direito à educação, direito à saúde, direito ao emprego, direito à habitação. o crescimento populacional vai de facto, dificultar a implementação das políticas públicas no nosso país.

CC: Luanda é a cidade económica, é a cidade política a, é a cidade administrativa do país. Isto tudo vai aliciando jovens de outras províncias do interior do país acederem regularmente à cidade de Luanda, por isso que ela cresce duas vezes mais. Temos os problemas das assimetrias sociais que são muito grandes no interior, diferentes daquelas que se encontram no litoral. Penso que essa situação vai continuar e vai dificultar a organização social da capital, a gestão da capital, que em si está asfixiada. Temos assistido regularmente ao êxodo rural, que vai asfixiando a capital de Angola.

1.6 Sector das pessoas considerado prioritário para combater pobreza

Jornal O Perfil

19 De Julho de 2018

Texto: Francisco Manuel

O embaixador angolano fez este pronunciamento durante a 33a sessão do Comité das Pescas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que decorre na capital italiana, de 09 a 13 deste mês, em representação da titular da pasta, vitória de Barros Neto. Como referiu, o sector das Pescas e do Mar joga um papel importante no desenvolvimento de Angola, em particular na segurança alimentar e nutricional e na geração de empregos, razão pela qual foi eleito pelo Executivo como prioritário, no âmbito do combate à fome, à pobreza e à promoção do desenvolvimento socioeconómico do país.

Em Angola, explicou, a estratégia adoptada para os assuntos das pescas, aquicultura e do mar, assenta na nova visão das organizações internacionais sobre o "crescimento azul" e na gestão integrada dos recursos, baseada na "abordagem ecossistémica", que articula com diferentes actividades e as suas interacções e impactos no ambiente e na biodiversidade.

Florêncio de Almeida disse ainda que a actual visão estratégica do Executivo angolano aponta, igualmente, para um desenvolvimento sustentável e competitivo dos sectores da pesca e da aquicultura, a qualificação porte ao aproveitamento económico dos recursos naturais, com vista a

contribuir para o abastecimento alimentar das famílias.

De acordo com o embaixador, Angola e a África em geral têm um potencial agrícola significativo que começa a ser aproveitado e irá, no futuro, contribuir para atenuar os problemas alimentares que ainda subsistem. Segundo o diplomata, o Governo pretende promover o desenvolvimento do sector da pesca numa base científica, inovadora, sólida e inclusiva, através de uma governação transparente e responsável.

Referiu, por outro lado, que as capturas anuais realizadas em Angola, em 2017, são estimadas em 500 mil toneladas, e a pesca artesanal representa um terço dessas capturas. O diplomata referiu-se igualmente ao crescimento da oferta mundial de pescado para o consumo humano, que superou o crescimento demo gráfico nos últimos 50 anos, com uma taxa média anual de crescimento de 3,2% e 1,6%, respectivamente, o que contribuirá para os Objectivos do Desenvolvimento sustentável, assente na erradicação da fome e melhoria da nutrição até 2030.

Ao reconhecer o decréscimo das perdas pós captura, Florêncio de Almeida acrescentou que se deve fazer mais nesse sentido, sobretudo, nos países em desenvolvimento. Nesse âmbito, felicitou a FAO pela elaboração e a apresentação do documento sobre a aplicação do Código de Conduta para uma "Pesca Responsável" e manifestou número de países que responderem ao questionário da organização, para um melhor acompanhamento da aplicação de um dos mais importantes instrumentos de gestão das pescas, ao nível dos países e do mundo.

A propósito, afirmou que Angola, como país membro das Nações Unidas, tem desenvolvido uma série de esforços tendentes a organizar o sector das pescas e a planificação da gestão dos seus recursos pesqueiros, tendo agradecido o contínuo apoio da FAO, augurando que essa colaboração possa ser incrementada no futuro.

O Comité das Pescas (COFI, na sigla inglesa), um órgão subsidiário do Conselho da FAO, foi criado em 1965 no decurso da sua 13a sessão. Actualmente, o Comité constitui o único fórum global intergovernamental, no qual são examinados os principais problemas e questões internacionais em matéria de pescas e aqui cultura,

sendo que as suas recomendações são dirigidas, periodicamente, aos governos, organismos regionais de pesca, ONG, pescadores e a comunidade internacional.

Angola participa na 33a sessão do Comité das Pescas com uma delegação composta pela directora nacional das Pescas, Maria de Lourdes Sardinha, director nacional da Aquicultura, António da Silva, director do gabinete de Intercâmbio, Venâncio Soares, e pela directora geral do

Instituto Nacional de Investigação Pesqueira e Marinha, Filomena de Carvalho Vaz Velho. ° representante permanente adjunto na FAO, o ministro conselheiro Carlos Amaral, integra igualmente a comitiva angolana.

1.7 A voz do cidadão-Reposição de salários dos trabalhadores da função pública

Jornal Economia e Finanças

20 De Julho de 2018

Texto: Manuel Barros

A medida do Ministério das Finanças em repor os salários dos funcionários públicos suspensos por várias irregularidades é boa, mas deve-se tomar medidas sérias para acabar com os "fantasmas". Conforme opinam os cidadãos ouvidos pela reportagem do [E], os 41.443 trabalhadores da função pública, cujos salários haviam sido suspensos, há alguns meses, devem servir de ponto de partida a uma acção mais profissional e até com sentido patriótico.

O professor universitário Francisco André disse existir o princípio de estabilidade salarial, ou seja, o trabalhador não deve ficar sem salário sob pena de ferir o princípio da dignidade humana, porque ele depende deste para satisfazer as suas necessidades. "É necessários que se reponha a legalidade ao mesmo tempo que se reparem os danos causados a muitas famílias".

Já Gonçalo Pedro, funcionário público, é de opinião que se identifica o que foi feito, até aqui, para estancar esse mal. Todavia, adverte que se tomem medidas preventivas a fim de se evitar casos iguais em ocasiões futuras, pois, segundo diz, nada garante que tais cenários não voltem a ocorrer no nosso sistema de remunerações.

O estudante Punga Carvalho entende que a medida do Minfin é boa, uma vez que os funcionários são legais. Para ele, caberá agora ao Governo pagar os funcionários, incluindo os meses atrasados e se possível com indemnização.

A funcionária Zélia Afonso também concorda com a medida, uma vez que deverão estar já eliminados os funcionários fantasmas. "Só há que lamentar o facto de outros funcionários legais terem sido levados por arrasto, acabando desactivados do sistema de salários por um zero período". Por sua vez, António Calongo, consultor tecnológico, pede ao Minfin que vá em busca das causas e factores que motivaram as medidas tomadas anteriormente.

1.8 INE só conseguiu reportar 99 dos 244 indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável

20 De Julho de 2018

Jornal Expansão

Texto: Mirene da Cruz

Falta de informação dos ministérios prejudicou relatório do Instituto Nacional de Estatística (INE) que apenas apresentou informação sobre 41% dos indicadores globais a implementar até 2030. O Instituto Nacional de Estatística (INE) apenas conseguiu reportar 99 dos 244 indicadores globais que compõem os 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pelas Nações Unidas para implementar até 2030, por falta de informação dos ministérios, admitiu, esta quinta-feira, a directora-geral adjunta do INE.

De acordo com Ana Paula Jordão, o reporte de apenas 41 % dos indicadores é "insatisfatório" condicionando até o Executivo que tem que

apresentar as políticas necessárias para o alcance dos objectivos estabelecidos. No entanto, acrescenta que "já é um ponto de partida".

Entre os 17 objectivos que devem ser implementados por todos os países do mundo constam a erradicação de pobreza, da fome, bem como educação de qualidade, água e saneamento, trabalho digno e crescimento económico, ou até a redução de desigualdades.

Este último, o objectivo 10, tem dez metas e 11 indicadores. No entanto, o INE apenas conseguiu reportar um: "até 2030, alcançar progressivamente e manter o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional". O relatório apresenta o objectivo 4, "educação de qualidade", como o que teve maior acesso à informação, tendo o INE reportado nove dos 11 indicadores, apresentados nas dez metas, cuja base é a educação inclusiva, dar maior e melhor atenção ao ensino e formação técnico-profissional.

O empresário e presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, considerou que esta carência de informação no relatório dos ODS deve-se ao facto de muitas instituições se furtarem a dar informações estatísticas ao próprio sector de actuação, porque não alcançam nenhum benefício.

"O INE vê-se em palco de aranha para obter informação junto das empresas", disse. Sobre o ensino e formação técnico-profissional, José Severino continua a defender a formação dual, onde o estudante tem a oportunidade de estágio na área de formação com direito a bônus de 30% de um salário base.

Desta forma, defende, os alunos estarão mais interessados em participar nas formações, e a contrariar os dados do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, segundo o qual o índice de abandono dos seus centros de formação é de 70%. Ou seja, começam a formação 100 alunos e só ficam 30.

"Destes ainda temos as reprovações e abandonam as aulas por falta de dinheiro para o transporte, e dos 20 que se formam, apenas 10 conseguem

emprego, porque as empresas fecharam-se devido à crise", salientou.

1.9 Erradicar a pobreza

Jornal de Angola
21 De Junho de 2018

O Executivo tem como meta erradicar a pobreza extrema até 2030 e garantir o acesso a uma alimentação de qualidade. A estratégia está em consonância com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que deve ser implementada por todos os países do mundo.

O relatório sobre os indicadores de linha de base elaborado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentado na quinta-feira, em Luanda, indica que 30 por cento das crianças menores de cinco anos estão com desnutrição crónica, enquanto que oito por cento da mesma faixa etária apresentam desnutrição grave e moderada. Inverter este quadro em doze anos não será fácil. Vai exigir de todos um esforço redobrado, devido, sobretudo, aos problemas que afectam a economia angolana, quase exclusivamente dependente do petróleo.

Este desafio passa, necessariamente, pela aplicação racional dos recursos financeiros por parte dos governos provincial administrações municipais e comunais, aliado ao cumprimento integral das acções constantes nos projectos a favor da população vulnerável.

É preciso adoptar medidas destinadas a diversos sectores, especialmente nas áreas do ensino básico, do atendimento primário da saúde, do atendimento às mães e do progresso da mulher. O acesso equitativo à educação e aos serviços de saúde de qualidade, a criação de emprego digno, a sustentabilidade energética e ambiental e o combate à desigualdade a todos os níveis, são desafios que devem mobilizar não só o Executivo, como todos os sectores da sociedade.

O combate à pobreza passa, também, por uma orientação e assistência técnica aos agricultores e oferta de inputs, sementes melhoradas e água, visando o aumento da produção.

1.10 Falta de transporte condiciona crianças a frequentar aulas

Novo Jornal
27 De Junho de 2018
Texto: Isabel João

No povoado da Kiminha, existe apenas uma única escola, que tem quatro salas de aulas e atende mais de 150 alunos em dois períodos. A instituição conta com apenas quatro professores, segundo avançou ao Novo Jornal o director da escola, Azevedo Trindade.

O homem que dirige a instituição de ensino há mais de cinco anos mostrou-se preocupado com as dificuldades que vários alunos enfrentam para chegar à escola, devido à falta de transporte, problema que se associa à ausência da merenda escolar.

"Muitos deles vivem em zonas muito distantes. Quando os alunos chegam, muitas vezes as aulas já estão a terminar ou mesmo já terminaram. As crianças têm de caminhar durante horas sem nada no estômago. A merenda motivava os alunos. E já há muito tempo que não recebemos", revelou o director.

Azevedo Trindade mostrou-se também preocupado com a fuga de professores que são colocados na sede da Kiminha, por motivo de falta de transporte, por isso defendeu o recrutamento local para se evitar fuga de quadros.

"Os professores quando participam no concurso público não têm noção da distância. Muitos admitidos vêm aqui uma vez, já não voltam. Acho que o recrutamento deveria ser local, porque aqui não temos mesmo condições. E também não temos subsídios de isolamento ou de risco", disse.

Na única escola que existe na sede da Kiminha, os alunos frequentam somente da iniciação até à 6: classe. O 1.º ciclo - da 7: à 9: classes - os alunos fazem-no em escolas circunvizinhas onde são transferidos, porém caminham cerca de 15 quilómetros da povoação até a referida escola. "caminhamos a pé e corremos muitos riscos", disseram os alunos.

Gabriel Ribeiro, de 15 anos, frequentou no ano passado a 6.º classe na sede da Kiminha e este ano está a frequentar a 7.º classe num outro bairro. Caminha mais de quatro horas a pé.

O adolescente explica que, quando o pai não tem o valor de 1500 kwanzas para pagar a motorizada, vai a pé à escola e sai de casa por volta das 6h00 para lá chegar por volta das 13h00.

"Muitas vezes chego ainda mais tarde e já não assisto ao primeiro tempo. Não têm sido fáceis aqui as coisas. Muitas vezes queremos pesquisar matéria e não temos como fazer porque não há energia. Não sabemos o que acontece no país e no mundo, é difícil viver aqui", reclamou o adolescente que sonha ser jurista.

1.11 Indicadores colocam Angola longe das metas da Agenda de Desenvolvimento Sustentável

Jornal Expansão

27 De Junho de 2018

Texto: Isabel Costa Bordalo

Os níveis de base apresentados por Angola em 99 indicadores dos 244 indicadores que vão medir o cumprimento dos 17 objectivos traçados pela Agenda de Desenvolvimento Sustentado (ADS) da Organização das Nações Unidas (ONU) revelam que o País tem um grande desafio pela frente.

Apesar do relatório elaborado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) incluir apenas 40,5% dos indicadores definidos pela ONU para monitorizar o progresso na concretização das metas propostas, o documento revela um atraso estrutural em indicadores base, que torna difícil a concretização de objectivos básicos, como a erradicação da fome, a saúde e ensino de qualidade, água e energia para todos a preços acessíveis e redução das desigualdades sociais e regionais.

Com 48% da população residente em situação de pobreza multidimensional, em 2015, Angola tem 12 anos para reduzir para metade essa proporção (objectivo 1). O caminho aqui não será fácil, tendo em conta que, entre os 10 indicadores que medem o Índice de Pobreza Multidimensional, os que mais pesam em Angola são as privações em anos de escolaridade (16%), seguidos pela frequência escolar (15%) e nutrição (11%), onde os indicadores base são globalmente maus.

Em 2015, 38% das crianças com menos de 5 anos apresentava desnutrição aguda e cerca de 44% dos

jovens dos 15 aos 24 anos não frequentava a escola, quando a meta, no primeiro caso, é "acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas a uma alimentação de qualidade" e, no segundo, é garantir que todos os jovens concluem a educação primária e secundária, gratuitamente e com qualidade.

A taxa de frequência escolar no ensino primário era de 71,3% e no ensino secundário baixava para 39,7%, num país em que, em 2014, 37% dos homens e 18% das mulheres, dos 15 aos 49 anos, usaram a internet nos últimos 12 meses. Este indicador, que mede as habilidades nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) revela o atraso de Angola no objectivo 4.4, que visa aumentar substancialmente o número de jovens e adultos com habilidades relevantes, incluindo competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. No objectivo 3, a ADS aponta para a saúde de qualidade, tendo como foco o bem-estar da população, através do acesso universal aos serviços de saúde. O desafio aqui é que cada província, cada município e cada unidade de saúde aperfeiçoe o seu processo de registo e análise dos dados, incluindo as unidades sanitárias privadas, de forma a melhorar a planificação de recursos e a resposta às necessidades.

Angola terá ainda de reduzir para menos de 70 o número de mortes maternas por 100 mil nascidos vivos, que hoje se situa nas 239.239 mortes, segundo o Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde (IIMS), e baixar a mortalidade infanto-juvenil das actuais 68 mortes por 1.000 nados vivos para 25 por 1.000. O País é também desafiado a reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis, assim como baixar para metade o número de mortes por acidentes de estrada.

Na água potável e saneamento (objectivo 6) e nas energias renováveis e acessíveis (objectivo 7), a ADS aponta para o acesso universal e equitativo até 2030. No primeiro caso, pouco mais de 54% da população tem acesso a fontes de água apropriada para beber. E no segundo, apenas 42% dos agregados familiares angolanos tinham, em 2016, acesso a electricidade

No objectivo 8 - trabalho digno e crescimento económico, a meta é promover até 2030 o crescimento económico sustentado, inclusivo e

sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. Meta que se cruza com o objectivo 10, reduzir as desigualdades, que visa alcançar progressivamente e manter o crescimento do rendimento dos 40% mais pobres a uma taxa maior que a média nacional, nomeadamente através de políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de protecção social. Aqui, nos 5 indicadores de base, Angola só reportou um e pouco abonatório: a participação do trabalho no PIB, incluindo salários e transferência de protecção social, representa 25%, em 2015.

Com uma taxa de desemprego de 20%, com 36% de jovens dos 15 anos 24 anos não empregados e a não frequentarem a escola, Angola terá de alcançar níveis mais elevados de produtividade económica, através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, enfrentando desafios, como o do elevado emprego informal no sector não agrícola (54,5%, em 2011) e o trabalho infantil (23,4%, em 2015).

Na indústria, inovação e infra-estrutura (objectivo 9), os dados disponíveis revelam grande fragilidade. A indústria transformadora tinha, em 2015, uma fatia de apenas 1,5% do emprego total e o valor acrescentado da indústria como proporção do PIE era de 4,54%.

No objectivo 11, Cidades e Comunidades Sustentáveis, a meta é garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, melhorar as condições nos bairros e aumentar a urbanização inclusiva e sustentável. Objectivos ambiciosos para um País onde 34% dos agregados familiares residentes em áreas urbanas não têm acesso a fonte de água para beber e sanitários apropriados e onde apenas 5,2% dos municípios possuem planeamento e gestão urbana.

1.12 Pobreza extrema na «esquecida» Kiminha

Novo Jornal

27 De Junho de 2018

Texto: Isabel João

Os moradores da povoação da sede da Kiminha, localizada na comuna de Catete, município do Icolo e Bengo, parecem viver «trancados». A impressão de quem chega pela primeira vez ao local é de que se trata de um lugar desabitado.

Porém, não é verdade. É habitado por mais de duas mil famílias, segundo deu a conhecer a este jornal o coordenador adjunto da comissão dos moradores daquela localidade, Simão Eugénio.

Em dias de semana, é raro ver pessoas a caminhar pelas ruas. Portas e janelas ficam fechadas o tempo todo: todos vão às suas lavras.

Na pequena vila, ainda há marcas de pavimento do tempo colonial. A população que aí vive enfrenta imensas dificuldades. Falta praticamente tudo, não há água nem energia eléctrica - serviços que existiam no tempo colonial na sede da Kiminha.

Neste povoado, existe apenas uma escola e um centro de saúde que atende as mais de duas mil famílias que ali residem. As crianças caminham longas distâncias a pé, porque não existem meios de transporte. Este é o cenário desolador constatado pelo Novo Jornal.

A sede da Kiminha está localizada no município de Icolo e Bengo, que fica a cerca de 38 quilómetros da capital Luanda, com uma população de aproximada 60 mil habitantes, de acordo com o portal oficial do município de Icolo e Bengo.

O bairro cresce em extensão simultaneamente com o índice de pobreza e a falta de infra-estruturas que castigam a população local, que entende estar "esquecida".

O percurso da comuna de Catete até à sede da Kiminha a equipa de reportagem do Novo Jornal fê-lo em mais de três horas, devido ao mau estado das vias.

O coordenador adjunto da comissão de moradores da povoação da Kiminha, Simão Eugénio, que ali vive desde 1975, contou que a povoação enfrenta muitas dificuldades, principalmente no que se refere à falta de transporte, água, energia eléctrica, escolas e hospitais.

"O povo da Kiminha vive muito mal, temos todo o tipo de problemas, o transporte, saúde, escolas, medicamentos", enumerou.

Segundo Simão Eugénio, devido à falta de transporte, vários populares já perderam a vida, porque o único centro de saúde que existe no local não recebe medicamentos há oito meses.

"Da sede da Kiminha até à com una de Catete são 25 quilómetros. Aqui não há viaturas nem motorizadas, as pessoas acabam por morrer pelo caminho", contou o morador.

Depois de 1975, prosseguiu, a sede da Kiminha tinha água, energia eléctrica, uma hospedaria e um campo desportivo, todos deixados pelos colonos. "Mas tudo foi destruído pelo conflito armado que o país viveu", pontualizou o coordenador adjunto daquele povoado.

Isaías Moco Mateus, de 60 anos, vive há mais de 30 anos na sede da Kiminha, diz estar agastado com a falta de investimento na zona. "Nós estamos a viver mal. No tempo colonial não nos faltava nada. Tínhamos energia, água, comida escolas e hospital. Hoje não temos absolutamente nada", reclamou o ancião que se juntou à conversa.

1.13 Problemas básicos anunciam falência de Angola na concretização dos ODS-2030

Jornal Expansão

27 De Junho de 2018

Texto: Mirene da Cruz

O mundo está a 12 anos da data indicada pela ONU para se atingirem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável recomendados pelas Nações Unidas, mas analistas estão cépticos que Angola cumpra o prazo, olhando para o contexto actual do País, já que tem problemas básicos por resolver.

"Como poderemos melhorar a saúde e a educação, por exemplo, quando os recursos disponibilizados para estes sectores não correspondem às suas reais necessidades? Como poderemos melhorar o acesso, em quantidade e qualidade de alimentos, quando a agricultura não está no topo das prioridades?", questiona Willy Piassa.

O especialista em Desenvolvimento e Luta contra a Pobreza não acredita, por isso, que Angola execute a 100% os ODS, independentemente dos factores que sejam acautelados.

No entanto, o membro da Rede Contra a Pobreza Urbana de Luanda considera que o quadro pode ser revertido, quando forem assegurados investimentos públicos nos diferentes sectores e se

for tido sempre em conta a relação custos/benefícios. Isto sem retirar valor, claro, à "criação de empregos decentes e à manutenção do desenvolvimento económico", conforme o objectivo 8, que é fulcral para que se possa assegurar a implementação efectiva dos seis primeiros objectivos.

"Não é possível assegurar o bem-estar de um povo quando este tem uma baixa instrução, não tem alimentação adequada e tem altos índices de pobreza", sublinhou Willy Piassa.

A administradora da Muatu Consulting, Luísa Patrícia Agostinho, acredita que o País conseguiria estar melhor preparado se "tivesse informações sobre os 244 indicadores". Assim parte com um diagnóstico deficiente. Apesar de defender o estatuto de prioridade para os sectores básicos, a Muatu está empenhada em acompanhar a concretização do objectivo 5 - Igualdade de Género. Para o efeito, criou o projecto "Mulheres Mãos na Massa", que se inspira nos princípios de empoderamento definidos pelas Nações Unidas.

O Ministério da Economia e Planeamento, responsável pela execução dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável-2030 considera que os problemas económicos e financeiros não deverão ser constrangimento à execução dos ODS, uma vez que os passos que estão a ser dados para a sua implementação já estão reflectidos no PDN 2018-2022, que temos respectivos financiamentos alocados, através do seu quadro despesa. Os recursos financeiros para este período, segundo a tutela, ascendem a 29.1 biliões Kz, dos quais 62% deverão ser afectos às acções correntes e 38% aos programas de acção do PDN.

Os resultados de execução da Agenda 2030 de Angola, segundo o director Nacional de Estudos e Planeamento do Ministério da Economia e Planeamento, Rui Simões, deverão ser conhecidos por ocasião do Fórum de Alto Nível de Desenvolvimento Sustentável, previsto para 2019, altura que todos os países farão o mesmo.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Banco de Investimento Rural garante mais créditos agrícolas

Jornal de Angola

19 De Julho de 2018

Texto: Natacha Roberto

O Banco de Investimento Rural (BIR) tem em carteira vários projectos para a concessão de créditos para agricultura, anunciou ontem em Luanda o presidente da comissão executiva da instituição, Rosário José Matias.

Em declarações ao Jornal de Angola, Rosário José Matias informou que em 2017 a instituição aprovou um volume de crédito superior a mil milhões kwanzas, dos quais disponibilizou 562 milhões.

O Banco de Investimento Rural direcciona as suas políticas de crédito às cooperativas, para permitir que elas sejam facilmente integradas no processo de diversificação da economia nacional, explicou.

Com a aprovação final da lei das cooperativas, o BIR acredita que a contribuição desse tipo de instituições para o Produto Interno Bruto (PIB) vai ser mais significativa. "A experiência do Brasil, país onde as cooperativas, sobretudo do sector do agró-negócio, contribuem com mais de 35 por cento para o PIB, é para o banco um estímulo" afirmou.

Um das estratégias do Banco de Investimento Rural, adiantou, é incentivar as cooperativas a investir na produção e fornecimento da matéria-prima para agro-indústria, criação de gado e outras áreas geradoras de riqueza.

"A ideia é enquadrar estas operações no âmbito do Programa Angola Investe, aprovado pelo Executivo angolano em 2013, que proporciona aos empresários a possibilidade de adquirirem junto à banca crédito em condições bonificadas à taxas de juros de 5 por cento ao ano", afirmou.

Quanto à estratégia do banco para evitar situações de crédito malparado, Rosário José Matias disse que a instituição acompanha de forma presencial os projectos e outras acções subsequentes para garantir o retorno dos capitais emprestados.

"O crédito malparado acontece quando o devedor deixa de pagar regularmente o valor que deve ao banco e isto pode acontecer por variadíssimas razões", lembrou o responsável, acrescentando que a situação levou o banco a criar equipas para uma observação permanente dos projectos que financia.

Outra aposta do Banco de Investimento Rural é o investir em infra-estruturas e em novas tecnologias, em linha com um plano para abertura de novas agências. A aposta nas tecnologias, disse, destina-se a dotar o banco de maior robustez e solidez financeira.

2.2 Crédito malparado atingiu máximo de sempre em Junho

Jornal Expansão

20 De Julho de 2018

Os créditos de cobrança duvidosa da banca comercial atingiram em Junho 33,1% do crédito total, o valor mais elevado desde que há registos disponíveis no site do Banco Nacional de Angola (BNA). Como os empréstimos concedidos pela banca comercial rondam os 3,5 biliões kz, o crédito em incumprimento há mais de 30 dias andarà à volta de 1,2 biliões kz. Em USD estaremos a falar de cerca de 4,5 mil milhões.

A culpa do aumento do também chamado crédito malparado é da crise, mas também da má gestão do risco de crédito pelas administrações dos bancos comerciais. Em Junho de 2014, quando o petróleo começou a descer, os créditos de cobrança duvidosa não ultrapassavam os 6,1% do total. Em Dezembro desse ano praticamente duplicaram para 11,7%, estabilizando nos dois anos seguintes - terminaram o ano de 2015 nos 11,6% e encerrou 2016 ligeiramente acima nos 13,1%. A grande cavalcada dos créditos em incumprimento iniciou-se em Abril de 2017 quando saltaram para 24,6%, contra 15,3% um mês antes.

Em Dezembro de 2017 já estavam nos 28,8%, em Janeiro de 2018 recuaram ligeiramente para 27,8% e a partir daí não cessaram de aumentar até se fixarem nos 33,1% do mês passado. Segundo as Contas Nacionais do Instituto Nacional de Estatística, a economia angolana registou mesmo duas recessões consecutivas em 2016 e 2017 com

taxas de crescimento negativas de 2,6% e 2,5%, respectivamente.

A crise económica por si só fez com que muitas empresas reduzissem a actividade ou encerrassem, deixando de pagar os empréstimos aos bancos. O desempenho empresarial foi igualmente afectado pela escassez de divisas que obrigou muitas empresas a recorrer ao mercado paralelo. As taxas de câmbio aí praticadas corroeram as margens e, conseqüentemente, a capacidade das empresas honrarem os seus compromissos com a banca. Se a situação já era difícil, piorou por causa do Estado. Associações empresariais de diversos sectores têm alertado, desde o início do ano, para as dificuldades que as empresas, em especial as micro, pequenas e médias, atravessam pelo facto de o Estado não lhes pagar.

2.3 Se não receber mais dinheiro Banco de Investimento Rural pode falir

20 De Julho de 2018

Texto: Pedro Lenga-Lenga

Nove dos vinte e nove bancos comerciais a operar no país precisam de uma injeção de 50,3 mil milhões de kwanzas em dinheiro sonante para adequarem o seu capital social e respectivos fundos próprios do Banco Nacional de Angola (BNA).

O aviso do BNA n.º 2/18 diz que, a partir de 1 de Janeiro de 2019, os bancos não podem ter capital social nem fundos próprios abaixo dos 7,5 mil milhões de kwanzas, valor que foi triplicado face aos 2,5 mil milhões de kz que vigorava na legislação anterior. Dos 50,3 mil milhões de kz em dinheiro sonante de que necessitam os nove bancos, 25,0 mil milhões são para cumprir a exigência de capital social mínimo que é de 25,2 mil milhões de kz para reforçar os fundos próprios para os mínimos exigidos pelo BNA.

Um dos bancos que vai precisar de dinheiro sonante, é o Banco de Investimento Rural, que necessita de ser injectado mais de 6 mil milhões de kz. Se os aumentos de capital somarmos o reforço dos fundos próprios, os dezanove bancos precisam de 87,4 mil milhões de kz, dos quais 50,3 mil milhões por entrada de dinheiro e 37,1 mil milhões por incorporação de reservas.

Sabemos que este banco prometeu dar créditos agrícola, mas o que sabemos é que quase ou mesmo nenhum angolano se beneficiou de custos, e nem tão pouco vai ao encontro dos camponeses. O Jornal Liberdade tem estado a estabelecer contactos com a direcção deste banco para ouvirmos acerca dos seus projectos na área da agricultura e os seus responsáveis não se mostram disponível em falar.

2.4 Contas "Bankita" já atingem mais de 2 milhões de pessoas

Jornal de Angola

25 De Julho de 2018

Texto: Ana Paulo

Pelo menos um milhão de contas bancárias do programa de educação financeira do Banco Nacional de Angola "Bankita", foram abertas desde Janeiro de 2017 nos diversos bancos comerciais que aderiram ao projecto do banco central.

No primeiro trimestre de 2018, foram abertas 576.606 contas "Bankita" à ordem, que mostram um aumento de adesão da população de 83,49 por cento, comparativamente às 481.412 contas confirmadas no período homólogo de 2017.

Ao representar o tema "Bancarização da Economia como Contributo para a Redução do Sector Informal", na Mesa Redonda organizada na sede da Fundação Sagrada Esperança, em Luanda, o representante do Banco Nacional de Angola (BNA), Jerónimo Lara, disse que em relação ao projecto "Bankita a Crescer", registaram-se 7.414, no primeiro trimestre do ano passado. No início deste ano, o número desceu para 7.191 contas. Para Jerónimo Lara, a diferença entre uma conta e outra resulta da migração para a conta convencional.

De forma global maior parte das contas "Bankita" à ordem abertas este ano estão em bancos do sector privado, com uma representação de 496.155 clientes, contra os 80.451 registados nos bancos públicos. Segundo Jerónimo Lara, nesta primeira

fase o projecto "Bankíta" teve grande impacto no processo de bancarização em Angola.

Com o projectado, disse o bancário, a taxa de bancarização encontra-se, actualmente, perto dos 54 por cento, número ainda irrisório, se comparado aos projectados sete milhões, tendo em conta a população economicamente activa e crianças. "Nos anos anteriores, a taxa de bancarização era apenas de 11 por cento e, desde 2009 até agora, ela foi subindo significativamente, com perspectivas de continuar a subir nos anos seguintes", frisou Jerónimo Lara.

O projecto "Bankita" foi lançado para aliviar o peso da abertura de uma conta bancária por parte dos cidadãos de baixa e média renda, particularmente para se reduzir a informalidade do mercado angolano. O processo de educação financeira iniciou-se em 2003, na província de Benguela e hoje se apresenta com melhor desempenho de bancarização, segundo o BNA.

As contas "Bankíta" foram abertas, maioritariamente, por cidadãos entre os 18 e 34 anos de idade, que já utilizam os diversos processos bancários, como cartões multicaixa (1.138.069 cartões emitidos em 2017) e transferências. Como perspectiva, o BNA deve desenvolver mais produtos para estudantes, por serem a maior representação da sociedade actual.

A segunda fase do projecto "Bankita" decorre com o "Chikila Money". Através do programa do Conselho Nacional de Inclusão Financeira e outros, o BNA apresenta como desafios a promoção da banca digital, do sistema nacional de pagamentos móveis, assim como a criação do observatório de inclusão financeira e a realização do concurso nacional de educação financeira. As iniciativas tomadas pelo BNA em prol da expansão da inclusão financeira são a maior penetração da mesma no sistema financeiro.

2.5 Banco de desenvolvimento de Angola recupera créditos

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2018

As empresas que contraíram crédito junto do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e que, por diversas razões, não cumpriam com as obrigações de reembolso, começaram a restituir o dinheiro emprestado, fruto de uma estratégia montada pela instituição para a resolução de malparados.

O administrador do BDA, Ângelo Filipe, que prestou a informação à Angop, disse que o banco criou um conjunto de mecanismos para a recuperação do crédito malparado, que inclui a renegociação das modalidades de pagamento.

Em actividade desde 2006, o Banco de Desenvolvimento de Angola financiou, desde a sua criação, 960 projectos de grandes, médias e pequenas empresas, a maioria ligada à agricultura e pecuária.

No seu 10.º aniversário, em 2016, a instituição contabilizava mais de 800 projectos financiados em sectores produtivos não petrolíferos, representando um crédito avaliado em mais de 240 mil milhões de kwanzas. Desse valor, 27 por cento foi para a agricultura e pecuária, 50 por cento para a indústria e 23 por cento para o comércio e serviços, enquanto o potencial do valor acrescentado bruto na economia rondava 200

Nessa altura, o BOA já dizia que 35 por cento do crédito concedido, aos diversos grupos empresariais carecia de reembolso, igual percentagem precisava de ser estruturada e que apenas uma margem de 30 por cento tinha um desempenho regular.

No quadro da estratégia de resolução dos malparados, a área de recuperação de crédito está a visitar os projectos financiados pelo banco, para aferir o seu grau de implementação.

Neste momento, de acordo com o administrador Ângelo Filipe, o BOA "está a viver bons momentos" que podem melhorar, a julgar pela colaboração das empresas.

2.6 Crédito malparado pode revelar desvios nos controlos

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2018

O crédito malparado na banca comercial pública e privada, que a Recredit poderá ter de comprar ao todo, aproxima-se dos 500 mil milhões de kwanzas - (1,9 mil milhões de dólares).

Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), a alta exposição dos bancos às pressões e uma relação muito profunda com Pessoas Politicamente Expostas (PEP) prejudicam o desempenho do sector, que vê cada vez mais crescer os activos de recuperação duvidosa.

Aliás, o FMI, na sua última visita técnica a Angola, previu em 1 por cento da riqueza nacional, o que terá de ser investido na Recredit, instituição de direito público criada em 2016 para compra dos activos duvidosos da banca, para que esta possa, absorver o malparado da banca.

Contra o inicialmente previsto, que era só comprar o crédito malparado do Banco de Poupança e Crédito (BPC), a missão da Recredit foi alargada, a posterior, à toda a banca (pública e privada), e além dos Kz 300 mil milhões (1,1 mil milhões de dólares) do BPC que negociou discute a aquisição de 180 mil milhões (USD 703 milhões) a outros cinco bancos. O também público BCI fez saber recentemente que a retoma dos créditos está a depender desta operação de recompra do seu crédito, mas anunciou já uma provisão de Kz 13 mil milhões (50 milhões de dólares) para tal fim.

Ao todo, o sistema bancário deverá ter em crédito malparado um valor global de 1,1 triliões de kwanzas (4,3 mil milhões de dólares). O Plano de Estabilização Macroeconómica (PEM) do Governo prevê, por isso, regras mais apertadas para a banca comercial.

Os mototaxistas que exercem actividade no Distrito Urbano da Estalagem, município de Viana, em Luanda, vão ver aumentado nos próximos dias o número de paragens, disse ao Jornal de Angola o administrador-adjunto para área Técnica e Infra-estrutura, Agostinho Quissenguele.

A administração distrital da Estalagem está a trabalhar com o Gabinete de Tráfego e Mobilidade e a Associação dos Motoqueiros e Transportadores de Angola (Amotrang), para aumentar o número de paragens fixas.

O objectivo da medida, segundo Agostinho Quissenguele, é ver a actividade mais organizada, de modo a acabar com as paragens de ordenadas que influenciam a ocorrência de acidente de viação. O Distrito Urbano da Estalagem, em Viana, tem 21 paragens para motoqueiros.

Em relação à venda ambulante, Agostinho Quissenguele disse que o Distrito Urbano da Estalagem desenvolve um programa que visa organizar melhor a actividade com a mobilização das vendedoras para ocuparem as bancadas no mercados, que estão desocupadas.

A Estalagem tem quatro mercados construídos pelo Executivo, o dos Chineses, Quilómetro 9A e B e 14 A. O local onde funciona a Administração do Distrito tem capacidade para cinco mil vendedores e somente 500 pessoas ocupam as bancadas.

Os empresários são mobilizados para não permitir que os vendedores ambulantes comercializem produtos em frente dos seus estabelecimentos, sob pena de ambos serem multados.

Agostinho Quissenguele informou que muitos vendedores ambulantes são provenientes de outras áreas e não acompanham o trabalho de sensibilização junto dos munícipes residentes no distrito.

A administração do Distrito Urbano da Estalagem realiza um trabalho para identificação de proprietários de obras inacabadas, para incentivá-los a concluí-las, por causa dos marginais que muitas vezes se refugiam nesses locais para práticas criminosas.

O administrador-adjunto do Distrito Urbano da Estalagem para a Arca Técnica, Infra estruturas e

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Aumenta número de paragens fixas para os mototaxistas da Estalagem

Jornal de Angola

2 De Julho de 2018

Texto: André da Costa

Serviços Comunitários afirmou que a criminalidade no distrito está associada ao desemprego, falta de iluminação pública, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e drogas.

3.2 Paragens são pontos de venda de drogas

Jornal De Angola

3 De Julho de 2018

Texto: Nhuca Júnior

Algumas paragens de táxi na província de Luanda estão entre os pontos de venda de pequena dimensão de drogas, revelou o porta-voz do comando provincial de Luanda da Polícia Nacional, quando foi abordado para reagir a uma denúncia chegada ao Jornal de Angola.

O inspector chefe Lazaro da Conceição confirmou que a Polícia tem intensificado o patrulhamento nos locais de grande concentração de pessoas, entre mercados, paragens de táxi e de autocarro e zonas de diversão, e, como resultado do trabalho, tem sido apreendido "um grande volume de liamba, catanas, chaves de fenda e facas, utilizadas por meliantes para coagirem as vítimas de roubo".

As paragens de táxi são "um dos muitos focos de venda de pequena dimensão de droga", reafirmou Lazaro da Conceição, acentuando que a Polícia tem conhecimento de que ocorrem outros crimes, como roubos, furtos e sequestros relâmpago de passageiros.

Lázaro da Conceição foi abordado depois de o Jornal de Angola ter recebido uma mensagem, via telemóvel, de uma leitora assídua do diário que disse ter presenciado uma tentativa de venda de droga feita por um jovem aos passageiros que estavam no interior de um táxi que fazia o trajeto Aeroporto-Mutamba.

A senhora dirigia-se à missa dominical a bordo de um táxi, que teve de parar no Prenda para transportar mais passageiros. Na paragem já estava um jovem, tendo este colocado o rosto para dentro da viatura, para perguntar se entre os passageiros havia alguém interessado em comprar droga.

O jovem tirou do bolso alguns embrulhos enrolados, contendo droga, e mostrou o produto ao motorista, ao cobrador e aos passageiros e perguntou novamente se alguém estava interessado. O motorista gritou para o jovem, a quem disse rispidamente que não carregava drogados, mas pessoas responsáveis. A viagem continuou com os passageiros a comentarem sobre o que para eles era algo insólito. O motorista emitiu também o seu comentário e adiantou que agora as paragens, às primeiras horas da manhã e ao final do dia, são pontos de venda de drogas. "Vamos ter uma geração alienada", terminou assim a mensagem da leitora do Jornal de Angola.

3.3 Detidos em Luanda 814 lotadores de táxis

Jornal de Angola

7 De Julho de 2018

Texto: César Esteves

Pelos menos, 893 indivíduos foram detidos; desde o dia 4 deste mês, em Luanda, pela Polícia Nacional, no âmbito da "Operação Movimento" e destes 814 são "lotadores de táxis".

Na mesma operação, a Polícia Nacional deteve também 88 elementos com antecedentes criminais, 65 com passagem por Unidades policiais e 50 jovens que privatizavam várias paragens de táxi em Luanda.

De acordo com o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional, Lázaro da Conceição, os 50 indivíduos detidos que privatizavam paragens de táxi vão ser encaminhados, nos próximos dias, ao tribunal a fim de serem julgados sumariamente pelos actos praticados.

Conhecidos como chefes de placa, estes indivíduos vão ser julgados, alegadamente por cometerem crime de ocupação ilegal de espaço público, bem como cobranças ilegais aos taxistas que estacionavam nesses lugares para carregar passageiros.

O superintendente-chefe esclareceu que do grupo de "lotadores de táxis" detido, apenas um número muito reduzido vai ser encaminhado ao tribunal pelo facto de serem muitos e não haver ainda uma

tipificação penal que sancione a actividade que eles praticavam.

Lázaro da Conceição informou que está nesse momento em curso um trabalho entre a Polícia Nacional e os órgãos de Justiça, no sentido de encontrar - se uma tipificação legal para sancionar os jovens que se dedicam à actividade de lotar os táxis.

"Há dificuldade para julgar os "lotadores de táxis" por causa do elevado número de detidos. Por uma questão de estratégia, vão ser julgados primeiro os líderes de placa, por haver já provas mais do que evidentes", salientou.

A "Operação Movimento", que vai decorrer até Dezembro, foi lançada com o objectivo de garantir a segurança dos cidadãos, sobretudo no período de ponta, por ser nesta altura que maior afluência de pessoas se regista em paragens de táxi, bem como no percurso de casa para o trabalho e vice-versa.

"Tomámos conhecimento de que havia um sentimento generalizado de insegurança nesses locais, razão pela qual o Comando Provincial de Luanda, no âmbito da "Operação Tigre", iniciou essa actividade", frisou, para acrescentar que o grande objectivo é devolver a segurança àqueles que eram permanentemente incomodados nas paragens de táxi por esses jovens.

Agente detido

O agente da corporação que matou uma senhora, quarta-feira última, no bairro 17 de Dezembro, no Quilómetro 30, em Viana, está detido e o seu processo corre os trâmites normais, devendo ser indiciado por crime de homicídio peri-intencional, confirmou o porta-voz Lázaro da Conceição.

3.4 Município do Huambo aposta no combate ao crime

Jornal de Angola

8 De Julho de 2018

Texto: Victória Quintas

Nos projectos de organização da cidade decorre a reabilitação de lancis e passeios. a melhoria da iluminação pública das principais entradas da cidade. Já está em curso a iluminação do eixo Caála e Huambo, que já atingiu a localidade de

Lufefena. No eixo de três quilómetros. do bairro de Santa Teresa à Cussava falta apenas a ligação.

Victor Chissingui esclareceu que são projectos concebidos em 2013. paralisados há já algum tempo, e que estão agora a ser reactivados com espaços comerciais para recrear e ocupar os jovens nos tempos livres. "Por isso convidamos os operadores comerciais a ocuparem esses espaços com a montagem de quiosques. boutiques ou papelarias e quem ocupar o espaço cuida também da limpeza, rega e garante a sua segurança", disse.

Há alguns anos, o Governo Provincial desenvolveu a campanha de pintura de residências das principais fachadas da cidade', "Huambo cimento e tinta", mas de acordo com o administrador, hoje, com a austeridade, essa responsabilidade passou para os proprietários residências e estabelecimentos comerciais. Olharemos para a lei das transgressões administrativas pois pessoas há que vivem na cidade mas não se preocupam com a imagem das suas residências. É preciso que a população colabore com as autoridades" disse.

Na cidade decorrem também obras de reciclagem (tapa-buracos), nas principais ruas, que vão abranger cinco troços aprovados, para o melhoramento dos acessos, como o caso do troço da Centralidade do Lossambo ao Bairro da Juventude, a estrada do novo bairro académico da Comuna, passando pelo bairro Macolocolo até ao Cemitério da Onga. Existem ainda outros projectos estruturantes para criar vias alternativas, como a estrada que sai da Camussamba para o Cambiote, e a estrada do Calombringo.

O comércio informal ganha cada vez mais espaço, mas as autoridades dizem que não podem permitir a venda ambulante na zona administrativa da cidade, por isso, estão a decorrer obras de ampliação e melhoramento de alguns mercados, com vista a absorver mais vendedores, como o das Cacilhas mercado municipal Omilo e mercado do Himalaias.

A Administração Municipal, em parceria com a Direcção Provincial do Comércio, estuda a forma de retirar a venda de material de construção civil na zona nobre da cidade para a periferia, já que as cargas e descargas do material nas lojas têm dificultado a movimentação nessas zonas.

A lavagem de viaturas sobre o asfalto em algumas ruas da cidade é uma transgressão, por isso as autoridades municipais, com o auxílio do Comando Municipal da Policia Nacional, procedem à recolha de viaturas que são encontradas a serem lavadas nas vias públicas que só são devolvidas com o pagamento de uma multa. "Existem muitos espaços para a lavagem de viaturas, mas os utentes das viaturas preferem pagar mais barato lavando nas ruas, onde danificam o asfalto", disse, para exemplificar que no bairro da Calo manda há uma rua onde o asfalto está completamente danificado em consequência da lavagem permanente de viaturas.

3.5 Candongueiros e impunidade

Jornal de Angola

9 De Julho de 2018

Texto: Luciano Rocha

Os táxis colectivos, salvo raras excepções, que confirmam a regra, são, eles próprios, e o ambiente que propiciam, exemplos, não os únicos, da bandalheira em que se transformou Luanda.

As provas do que afirmamos estão à vista de todos, até dos que, vá lá saber -se porquê, lhes viram as costas, fazem vista grossa, o que significa que se tomam cúmplices das infracções, da impunidade que, pese os esforços de alguns, teima em permanecer na nossa sociedade.

Os motoristas dos táxis colectivos tomaram-se muitos deles, com a permissão de quem está obrigado a zelar pela segurança da cidade, parte integrante do enorme exército cultivador da impunidade. Cujos elementos desafiam a todo o momento as mais elementares regras estabelecidas.

Os motoristas dos chamados candongueiros que param e fazem praça onde lhes apetece e lhes convém, parece terem atracção especial por curvas e passadeiras, aumentando, assim, o caos do trânsito automóvel e pedestre, tal como os perigos de colisões, atropelamentos, roubos, agressões que os ajuntamentos proporcionam.

À noite, então, o panorama agrava-se dada a precária iluminação pública da cidade. De entre a lista de queixas de leitores que nos procuram e telefonam retiramos hoje a de vários a insurgirem-se contra a situação da "praça" de candongueiros na esquina das ruas Amílcar Cabral e Rainha Jinga, à direita de quem desce do Largo da Mutamba na direcção da Marginal.

A qualquer hora do dia, a balbúrdia é sempre indescritível, mas à noite os perigos a que estão sujeitos transeuntes e quem tem de aguardar pelos táxis colectivos aumentam.

Principalmente senhoras, alvos preferenciais de carteiristas, ladrões de telemóveis, mas, igualmente, tarados sexuais.

Tudo isto à mistura com conversas recheadas de obscenidades e choros de crianças amedrontadas.

A presença de agentes da Policia Nacional, dignos da farda que usam, é a solução para estas situações. É fácil e não é caro.

3.6 Fundação promove debate sobre a economia informal

Jornal de Angola

12 De Julho de 2018

Uma mesa-redonda sobre a economia informal em Angola, nos dias 23 e 24 deste mês, constitui o destaque das actividades alusivas ao 202 aniversário da Fundação Sagrada Esperança, que se assinala a 24 de Julho, anunciou ontem, em Luanda, o presidente do conselho de administração da instituição, durante uma conferência de imprensa alusiva à data.

De acordo com Roberto de Almeida, a Fundação Sagrada Esperança presta particular atenção à economia informal, visto ter a compreensão de que, no âmbito da satisfação das necessidades básicas da população, a economia formal (estatal e privada) não se revelou suficiente para cobrir a procura da população por bens e serviços diversos.

Roberto de Almeida realçou que, no mercado angolano, a economia informal conquistou um

espaço tão relevante que passou a ter uma importante função social, porque constitui uma fonte estável de rendimento para muitas famílias.

No dia 24 de Julho de 1998, quatro membros responsáveis do MPLA, nomeadamente João Lourenço, actual vice-presidente do partido, Marcelino Typinge, Afonso Van-Dúnem "Mbinda" e Maria Mambo Café (os dois últimos já falecidos) assinaram a escritura pública de instituição da Fundação Sagrada Esperança, uma organização privada de direito angolano que prossegue fins não lucrativos de natureza cultural, científica e de solidariedade social, visando contribuir para o desenvolvimento de Angola em vários domínios.

3.7 Fundação Sagrada Esperança sai em defesa da informalidade

Jornal O PAÍS

12 De Julho de 2018

Segundo aquela instituição filantrópica, fundada há 20 anos, "no âmbito da satisfação das necessidades básicas da população, a economia formal (estatal e privada) não se revelando suficiente para cobrir a demanda da população por bens e serviços diversos" deu lugar à informalidade.

A organização argumenta que a sociedade encontrou a "informalidade" como alternativa ao vazio deixado pela economia formal, conquistando "um espaço tão relevante que passou a ter uma importante função social, por constituir uma fonte estável de renda para muitas famílias".

É por estas e outras razões que tema é um dos marcos das comemorações da Fundação Sagrada Esperança e será pano de fundo para uma mesa redonda sob o tema "Economia informal em Angola" a decorrer nos dias 23 e 24 do corrente mês em Luanda.

Segundo os promotores do evento, em quase todos os sectores da vida económica e social nas localidades, a economia informal atingiu proporções que dificilmente se pode falar em encetar um combate para a sua extinção, senão "pensar na criação de condições para, de forma paulatina, convertê-la em economia formal,

possibilitando deste modo o alargamento da base tributária nacional".

A organização privada de direito angolano que prossegue fins não lucrativos de natureza cultural, científica e de solidariedade social, visando contribuir para o desenvolvimento económico e social de Angola, abriu a jornada comemorativa dos seus 20 anos de existência com a realização de uma conferência de imprensa na sua sede.

Aos jornalistas, o presidente da Fundação Sagrada Esperança, o político Roberto de Almeida, apresentou uma síntese das actividades realizadas pela organização com realce para as de ordem científica e académica, de apoio e solidariedade para com os necessitados e a abordagem de temas sociais candentes.

A jornada inicia já no próximo Sábado e decorrerá por uma semana, acolhendo a cidade de Caxito o torneio de futebol sub-20, outros dos marcos a assinalar os 20 anos da fundação.

A Fundação Sagrada Esperança foi trazida à luz no ano de 1998 por via de uma iniciativa subscrita por 4 figuras sonantes do partido MPLA, nomeadamente, o actual Presidente da República João Lourenço, Marcelino Typinge, Afonso Van-Dúnem "Mbinda" e Maria Mambo Café, os dois últimos já falecidos.

Foi reconhecida pelas autoridades competentes no ano seguinte e a sua escritura publicada no Diário da República n.º 7/99, III série, de 12 de Setembro de 1999 e declarada instituição de utilidade pública por resolução da antiga Comissão Permanente do Conselho de Ministros n.º 19/99, de OS em Novembro.

Teve até ao momento a sua actividade direccionada a províncias de menor presença de organizações não-governamentais, nomeadamente do Moxico, Cuando-Cubango, Namibe, Bengo e Zaire, apesar de ter garantido intervenções pontuais que foram mantidas na generalidade das províncias em função das circunstâncias.

3.8 A economia informal

Jornal De Angola

13 De Julho de 2018

O desemprego de muitos milhares de angolanos levou a que muitos cidadãos optassem por actividades económicas informais, para sobreviverem num quadro de dificuldades de vária ordem. Homens e mulheres criaram negócios diversos, para conseguirem rendimentos que pudessem sustentar as suas famílias, porque o Estado não estava em condições de absorver toda a gente que procurasse emprego em instituições públicas. É inegável que a economia informal cresceu imenso no nosso país e isso tem a ver com o aumento da taxa de desemprego. São muitas as famílias que depende do mercado informal e esta realidade não pode ser subestimada, devendo-se criar condições para a gradual formalização, tendo em conta a sua grande dimensão.

Milhares de pessoas que estão no mercado informal não tinham outra saída para sustentar as suas famílias senão recorrer à venda, por exemplo, de mercadorias compradas em armazéns. A crise económica e financeira veio agravar ainda mais a situação de muitos lares e hoje vêem-se, por exemplo, nas ruas da capital, zungueiras e zungueiros de diferentes idades a procurarem, durante o dia, vender produtos diversos, nem sempre com sucesso. É visível o sacrifício por que passam essas zungueiras e zungueiros que têm, diariamente, de percorrer muitos quilómetros a pé, para poderem comercializar as suas mercadorias.

A Fundação Sagrada Esperança vai promover este mês uma mesa redonda sobre a economia informal, uma iniciativa louvável, na medida em que pode produzir subsídios para que as autoridades possam tomar medidas acertadas e orientadas para a formalização da economia informal, no interesse dos agentes económicos informais e do Estado. Os negócios informais têm já hoje um peso considerável na nossa economia, pelo que importa a sua transformação em actividade económica formal, feita de modo a não lesar as famílias, salvo nos casos em que esteja, por exemplo, em causa, a saúde pública.

É preciso compreender que o crescimento da economia informal derivou da crise económica e financeira que levou muitas empresas à falência. E as famílias precisaram de criar esquemas para sobreviver, recorrendo a pequenos negócios. Que a mesa redonda organizada pela Fundação Sagrada Esperança venha a contribuir, por via do debate,

para uma melhor compreensão do fenómeno da informalidade. A sociedade e os governantes precisam de saber, com maior profundidade, das várias vertentes da economia informal, o que se pode conseguir se especialistas tiverem a possibilidade de se pronunciar sobre o fenómeno.

3.9 Lotadores indignados com a polícia nacional

Jornal A República

13 De Julho de 2018

Texto: Mafuta Malanda

Nos últimos tempos surgiu nas principais paragens de táxis de Luanda vários grupos de jovens que prestam serviços aos taxistas. Esses jovens têm a missão de "lotar" os táxis, daí a designação "lotador". No passado recente, lotar os táxis era uma missão reservada aos próprios cobradores, mas na maioria das paragens, hoje, senão mesmo em todas, os cobradores deixaram espaço para os lotadores que são compensados com valores que variam entre os 50 e 200 kzs, dependendo, entretanto, do valor cobrado por "cabeça"

Verdade é que muitos desses jovens possuem comportamentos desviantes, bem como condutas que põem em causa a boa convivência entre os cidadãos. Muitos desses jovens são conotados como meliantes, que em determinados momentos assaltam os passageiros, agredem motoristas e cobradores, assim como em algumas ocasiões alteram a taxa de corrida sem o consentimento dos próprios taxistas e isso ocorre, sobretudo, naqueles momentos em que as paragens ficam cheias ou quando há constrangimento no trânsito.

Apesar do comportamento pouco digno de alguns deles, os taxistas reconhecem o papel fundamental dos lotadores nas paragens. Salienta-se que a polícia pretende pôr fim ao trabalho dos lotadores, alegadamente, pelo facto de alguns deles estarem implicados com crimes de furto que resultaram na detenção de pelo menos 17 lotadores na semana passada.

A nossa equipa de reportagem ouviu alguns dos jovens que fazem desse trabalho seu "ganha-pão": João Paulo, de 24 anos de idade, lotador da

paragem de São Paulo disse que nem todos são marginais. "Reconheço que alguns dos colegas não têm boa conduta, mas não se pode generalizar. Pessoalmente, não sou bandido e o pouco que recebo aqui ajuda-me a sustentar a minha fama.

Já Oliveira Soares, igualmente lotador, mas este na paragem do Kikolo visivelmente indignado, acusou a polícia de agir de má-fé. "Nós estamos mesmo chateados com a polícia. Está a agir mal. É muita maldade contra nós. Se quiserem acabar com o nosso trabalho, então, que nos arranjem emprego no Estado': O Jornal A República vai continuar a acompanhar esse braço de ferro entre a polícia e os lotadores e trazer mais episódios nas próximas edições.

3.10 Mercado do Sumbe está redimensionado

Jornal Visão

13 De Julho de 2018

Texto: José Ricardo

Depois da visita, dirigimo-nos à Administração do mercado, onde fomos recebidos por Victorino Sabonete Paris, licenciado em psicologia e mestrando em gestão de empresas que tem pelos ombros a responsabilidade de administrar aquela bolsa de valores. Cumprimos o ritual da oferta de alguns exemplares do nosso jornal e dele ficamos a saber que é um leitor assíduo do Visão.

Victorino Paris confessou ter trabalhado duro nos últimos dias para melhorar o estado do mercado sob sua alçada, no sentido de oferecer melhores condições sanitárias aos vendedores. "Todos os dias limpamos o mercado e colocamos os resíduos nos locais habituais. Redimensionamos o mercado com o reaproveitamos da zona exterior do mercado por formas a acomodarmos aqueles vendedores que não possuíam comercializam seus produtos em locais higienizado e com maior segurança", disse acrescentando que o objectivo é que todos paguem os impostos no sentido de reforçar a sua manutenção.

Victorino Paris, assegurou por outro lado que em breve serão construídas 26 cozinhas comunitárias para acomodar as senhoras que comercializam refeições, por formas a melhorarem a sua prestação, tendo em atenção o nível de procura por parte da população. "A maior parte das

peças que vendem no mercado e aqueles que visitam para compras, fazem as refeições nas barracas que se encontram no exterior do mercado. E muitas delas sem condições adequadas, entretanto o surgimento das cozinhas trará nova dinâmica na actividade destas pessoas", disse.

Paris realça ainda que o mercado carece de mais serviços de apoio a actividade dos vendedores e visitantes. Para além dos bancos comerciais existentes no interior do mercado, pensa num futuro breve a construção de um talho onde se vai passar a comercializar a carne em condições aceitáveis. "Temos o matadouro embora pequeno mais é seguro para abates de animais, pois existem veterinários que trabalham no acompanhamento e inspecção dos animais".

Relativamente à segurança, Victorino Paris, assegurou existir um corpo de segurança que trabalha 24/24, no sentido de garantir segurança aos vendedores e aqueles cidadãos que frequentam o mercado para compras de rotinas. Também existe uma forte sincronia com a polícia nacional em casos complexos.

Vendedores reconhecem esforço da administração do mercado João Nfuka, 46 anos de idade, é vendedor do mercado da feira há 10 anos, reconhece o trabalho feito pela administração do mercado, pois segundo ele o mercado está mais arejado. "Antes os espaços eram muito diminutos hoje á lugar para todos já ninguém vende na rua" disse.

Rosa Mendes, 29 anos idade, dos quais nove no mercado, está satisfeita pelo trabalho feito pela administração do mercado e diz ter um lugar como do onde comercializa o seu negócio. "Antes o nosso negócio quase que não tinha saída, porque vendíamos em lugares sem higiene' agora com a limpeza e o novo espaço que nos foi dado temos feito boas vendas", reconheceu Rosa.

3.11 Sal não iodizado à venda em mercados informais

Jornal de Angola

13 De Julho de 2018

Texto: Ana Paulo

A totalidade do sal extraído do garimpo em zonas costeiras no país não passa pelo processo de

iodização, o que constitui um risco à saúde pública, declarou o director nacional de Produção de Sal e iodização, Osvaldo da Costa.

Os técnicos de Inspeção de Actividades Económicas apreenderam durante o primeiro semestre do corrente ano, um total de 27.900 quilos de sal provenientes das zonas de extracção de Benguela e Lobito.

O sal não iodizado é disponibilizado apenas para a salga (secagem de peixe) e para trabalhos específicos conforme consta do Decreto 79/08 de 22 de Setembro, sobre as normas relativas à preparação e distribuição deste produto para o consumo humano e animal.

Os transgressores, na maioria pescadores de pequenas comunidades do litoral, comercializam sal impróprio para o consumo nos mercados informais, sobretudo, em zonas periféricas, declarou Osvaldo da Costa.

Segundo aquele responsável, "os infractores ignoram as principais doenças causadas pela carência de iodo no sal, estando apenas preocupados em obter o lucro fácil, a qualquer custo".

No mercado do Prenda, o Jornal de Angola constatou a venda de sal a grosso e a retalho, mas as vendedoras garantiram que o produto é iodizado, alegando que as embalagens trazem especificadas os parâmetros exigidos, conforme recomenda a Comissão Nacional Técnica de Iodização do Sal.

Bia e Alice, que vendem sal há 30 anos naquele mercado disseram que compram o saco de 25 quilos em armazéns locais. "Não vendemos o sal importado, porque as pessoas de baixo rendimento não confiam no produto, duvidam da origem", esclareceu dona Alice. .

A administradora do mercado do Prenda, Maria Helena Martins, disse que o sal vendido na sua área de jurisdição "é iodizado e é alvo de constantes vistorias por parte da Comissão Técnica de Controlo, que através de testes laboratoriais garantem que o produto passou pelo processo de iodização" .

Osvaldo da Costa diz que os infractores ignoram as principais doenças causadas por carência de

iodo no sal, estando apenas preocupados em obter lucro fácil, a qualquer custo

Maria Helena Martins disse que é mais fácil encontrar o sal não iodizado proveniente do garimpo, em pracinhas fora dos grandes mercados, a par de outros produtos de origem duvidosa, que vão lá parar devido a falta de fiscalização.

Consumo

Em Angola, segundo o Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde 2015-2016, 90 por cento dos agregados familiares consome sal iodizado testado e 11 por cento não possuía sal em casa. Naquele período, 65 por cento das crianças foram afectadas por anemia, derivada de baixa concentração de hemoglobina no organismo, uma doença causada por excesso de consumo de determinados nutrientes, ou em quantidades menores do que as necessárias.

Nas áreas urbanas, 95 por cento dos agregados familiares utiliza sal iodizado contra 80 por cento em áreas rurais.

As províncias da Lunda Sul e Luanda apresentam 99 por cento com maior percentagem de agregados familiares com sal iodizado, enquanto a menor percentagem foi registada no Cuanza-Sul, com 65 por cento, muito abaixo da média nacional que é 90 por cento.

Consequências

Para combater o fenómeno do garimpo, o director nacional de Produção e Iodização de Sal defende que os indivíduos que continuarem a infringir a Lei devem ser punidos, na medida em que o sal não processado pode causar mais de 15 doenças.

Entre essas doenças destacam - se o raquitismo, deficiência de assimilação, impotência sexual, bócio (inflamação da glândula tiróide), nados mortos, surdez, mudez, infertilidade, sonolência' má formação congénita e atraso mental.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, II milhões de pessoas são afectadas por cretinismo (danos no desenvolvimento neuro-cognitivo), os efeitos de maior prevalência na carência de iodo, 43 milhões por danos cerebrais e 750 milhões por bócio.

3.12 Reservas de ouro invadidas na Jamba Mineira

Jornal de Angola

14 De Julho de 2018

Texto: Arão Martins

O perímetro da reserva de ouro na localidade de Mupopo, comuna de Cassinga-Tchamutete, lamba, está a ser o destino de centenas de pessoas oriundas de Luanda, Cunene, Namibe e dos municípios da província da Huíla, para a exploração de forma ilegal do ouro, como constatou a reportagem do Jornal de Angola no local Dados da Administração Comunal de Cassinga-Tchamutete, na Jamba, indicam que a região tem uma reserva de ouro estimada em mais de 80 mil hectares. O surgimento de garimpeiros ilegais motivou o aparecimento de um mercado paralelo na localidade de Ndíngombe, no Mupopo.

Manhã de domingo. O relógio marca 6h30. Numa área coberta de árvores de diversos tipos, no meio de uma multidão de jovens, sobressai o barulho de escavações de enxadas, picaretas e trituração de pedras com martelo e marreta, na zona tida como reserva de jazigo de ouro, explorada em forma de cascalho no período de prospecção.

O soba grande de Tchamutete, Luciano Hintcha, explicou à reportagem do Jornal de Angola que, por causa desta prática, o roubo e o furto de gado bovino reduziram consideravelmente. A preocupação consiste no facto de haver mortes por causa da actividade, que está a ser praticada de forma ilegal, bem como o aparecimento de cidadãos da República Democrática do Congo (RDC) de forma ilegal.

Victor Domingos, 37 anos, é serralheiro de profissão. Natural de município do Cuvelai, província Cunene, faz do trabalho de exploração do ouro o sustento da família.

Na presença da reportagem do Jornal de Angola, Victor Domingos recebeu a esposa que trouxe farinha de milho e peixe seco. Além da visita, o objectivo de Anita Domingos é ir à busca de dinheiro para a compra de material escolar e pagar as participações e o táxi nas deslocações constantes dos filhos que frequentam uma a 10^o classe e outros a 6^o e a 4^o, respectivamente, nos arredores da sede municipal da Matala.

"Tenho o curso de Serralharia e faço da profissão o meu ganha-pão. Recebi a minha esposa que veio da Matala, em busca de dinheiro. A esposa tem que assistir o trabalho que faço para contar à família e já tenho 20 mil kwanzas adquiridos com a exploração de ouro para lhe entregar", contou.

Anita Domingos reconhece o sacrifício do marido, com quem gerou cinco filhos. "Não é uma tarefa fácil abandonar a família e remediar a vida na mina de ouro de Mupopo. Os filhos têm saudades do pai e ele não pode regressar agora, até completar o dinheiro que chegue para comprar uma motorizada de quatro rodas para prestar serviço de moto-táxi", disse.

Ela levou um fato apropriado para o exercício desta actividade. É um trabalho de remediar. "Acompanhei o meu esposo e trouxe comida para ele. No Mupopo, o quilo de farinha de milho custa 150 kwanzas enquanto na Matala é 75 kwanzas. As condições em que encontrei o meu esposo são difíceis. Há pouco tempo, aleijei-me no dedo indicador direito ao ajudar o esposo a triturar pedra", assinalou.

Com a pá e suor a cair sobre o tronco, António Wakussanga, 30 anos, está num buraco com mais de três metros de profundidade. Na parte exterior, está um grupo de cinco jovens que vão recolhendo as pedras em forma de cascalho que é retirada do buraco onde está António Wakussanga.

Com a pá na mão, António Wakussanga, apela de viva voz, aos companheiros para recolherem as pedras de forma responsável sem deixarem escapar alguma.

João Baptista Wakussanga, natural do município do Cuvelai, província do Cunene pratica a actividade na região do Mupopo há dois meses. A reportagem do Jornal de Angola disse que, para a prática da exploração do ouro na localidade do Mupopo, os garimpeiros constituem grupos que variam de duas a 20 pessoas.

A actividade é feita por turnos. Há grupos que trabalham das 18h00 às 22h00 e o outro turno é das 00h00 às 06h00. Existem ainda turnos que procuram ouro nos períodos da manhã e da tarde. O sacrifício e o desafio à prática da actividade impõem-se.

"Para o filho ir à escola precisa de bata. A maioria dos jovens que está a praticar a actividade de exploração de ouro de forma ilegal no Mupopo são camponeses e criadores de gado. Quando cultivamos 1 kg de milho vendemos a 25 kwanzas e é difícil conseguir dinheiro para comprar sapatos, bata e outros bens necessários para uma vida digna", reconhece Antonio Wakussanga.

Adiantou que "Deus abençoou a nossa terra. Na localidade de Mupopo, tem ouro e nada podemos ter? Pedimos às autoridades para nos ajudarem. Estamos a utilizar o cascalho retirado antigamente e é onde está o ouro. O ouro está há mais de 100 metros de profundidade e estamos a utilizar a área retirada pela empresa que explorou a zona", desabafou.

"Estamos a seguir o entulho. Cavamos e quando encontramos uma pedra que tem sinal levamos. No saco de 10 quilogramas, podemos encontrar de 1 a 5 gramas de ouro, dependendo da sorte. Vamos continuar a seguir o jazigo de ouro na região de Mupopo, no Tchamutete", afirmou. A notícia de exploração ilegal de ouro chegou aos ouvidos de Júlio Pascoal, 25 anos, que reside na capital do país. Com a notícia, confessou' foi obrigado a vender os seus haveres para ter passagem e apanhar o autocarro, numa viagem de aventura, na medida em que, depois de chegar à capital huilana (Lubango), foi obrigado a seguir de comboio até à sede da Jamba.

"Ao atingir a Jamba, a informação é de que tinha que percorrer mais 120 quilómetros, para chegar à região de Tchamutete", frisou.

Mas como se tem dito que quem corre por prazer não se cansa, a 5 de Junho de 2017, Júlio Pascoal chegou à região do ouro, onde, segundo ele, procura angariar dinheiro para regressar de bolso cheio.

"Cresci em Luanda e saí de lá no dia 5 de Junho de 2017. Foi nesta altura em que ouvi por intermédio de um amigo da existência de ouro no Mupopo. Eu não conhecia ouro. Depois da chegada ao Mupopo, fui instruído por pessoas locais da pedra que tem este minério e comecei a praticar tal actividade", esclareceu Daniel Wankunda, outro jovem que está na prática do ouro, afirmou que a actividade de exploração de ouro requer muitos sacrifícios. "Quando a pessoa fica em casa sem fazer algo é difícil ter dinheiro. Ao permanecer

entre quatro a cinco dias na região do ouro, pode conseguir-se quatro mil kwanzas ou mais. Com o dinheiro, já dá para comprar sabão, sal, arroz e roupa para vestir", disse.

Reserva invadida

A reserva de ouro no Mupopo está a ser invadida por garimpeiros ilegais, disse o responsável do estaleiro da Sociedade dos Metais Preciosos de Angola, Somepa, no Mupopo, Justino Hequele Baptista. Justino Hequele Baptista afirmou que a prospecção do ouro feita pela empresa Novencia durou três anos (2010 a 2013).

A área de ouro do Mupopo esta dividida por zonas e os garimpeiros ilegais estão a trabalhar na parte central chamada Zona 40-A, "onde está localizada a perfuração do tempo colonial.

"As zonas são várias, mas das áreas que estão a ser protegidas, a principal é a 8, que é a zona 4,5, 40-A, 40-B, 40-B sul, Zona 40-C e 40 norte", explicou.

O responsável Justino Hequele Baptista advoga o aumento da segurança na área. "É preciso aumentar a segurança, porque caso contrário é complicado", frisou, acrescentando que "tem havido confusões que começam das 2h00 até às 6h00. As pessoas começam a trabalhar de madrugada e sem segurança", lamentou.

Para triturar as pedras, os garimpeiros estão a utilizar almofarizes, algum, material bélico usado no tempo do conflito armado, nomeadamente cartuchos de canhão B-I0. No mesmo processo, fazem ainda o uso de pilão de madeira, picaretas e outros instrumentos contundentes. No tempo da prospecção, quem trabalhava era os operários e técnicos da empresa subcontratada pela Somepa, que é a Novencia. A escavadora retirava os jazigos e, por sua vez, os camiões basculantes levavam à área de lavagem. É este jazigo que está a ser utilizado.

No estaleiro do Mupopo, estão armazenadas em contentores amostras de ouro retirados na fase da prospecção e o asseguramento está garantido. Além das pedras da prospecção colocadas em contentores, existem ainda infra-estruturas de apoio e geradores.

Mortes no Mupopo

Cinco pessoas morreram e uma outra ficou ferida depois de serem soterradas no processo de exploração ilegal de ouro Da região de Mupopo, como realçou o responsável do estaleiro local, Justino Hequele Baptista.

Justino Hequele Baptista explicou que as vítimas ao cavarem buracos por causa do ouro, ao invés de abrirem buracos, fazem algo semelhante a túneis e, ao desabar, as pessoas morrem asfixiadas.

3.13 Limpeza e venda de animal no Zango

18 De Julho de 2018

Jornal de Angola

Texto: António Ricardo

Quero, antes de mais, felicitar o grande trabalho que tem sido desenvolvido para manter a higiene no mercado do Zango e ardores. É bonito ver os vendedores e os trabalhadores a contribuírem para melhorar o saneamento básico no local, apesar dos constrangimentos que têm causado ao trânsito.

O único sendo é o facto de quem as manhas, que por ali passa, deparou-se com muito lixo co-locado à beirada da estrada e ao longo do passeio, transformando esses locais em "verdadeiras montanhas de lixo." É importante que se melhore os mecanismos de limpeza e recolha do lixo em toda a extensão da via pública. Outra preocupação é o surgimento de casas de venda de animais.

Não se; se o Ministério do Ambiente e associações de defesa dos animais têm conhecimento e controlo da venda desses bichos e como eles vão parar nesses locais. Tenho dúvidas se muitas dessas casas são licenciadas para a comercialização de animais. Espero que a Administração Municipal de Viana tenha em atenção esta situação, porque já estou a ficar muito preocupado.

3.14 Cantinas continuam nas mãos de estrangeiros

Novo Jornal

20 De Julho de 2018

Texto: Nok Nogueira

O governo angolano prometeu, em Agosto de 2015, aquando do lançamento do novo alvará comercial, acabar com o comércio precário ou o também chamado pequeno comércio, exclusivo aos nacionais, na altura nas mãos de cidadãos estrangeiros. Uma pretensão que três anos depois parece não estar a surtir qualquer efeito prático, já que as cantinas continuam a ser dominadas por cidadãos expatriados oriundos, sobretudo, da África Ocidental.

A Lei das Actividades Comerciais no 2/07 é clara quanto a isso, ao consagrar o tipo de actividade de pequena dimensão aos cidadãos nacionais, impondo inclusivamente aos estrangeiros a obrigatoriedade de investir apenas em médias e grandes superfícies comerciais caso pretendam inserir-se no sector.

Apesar da disposição legal, facto é que negócio das cantinas, que se vem arrastando há largos anos, continua a ser dominado por expatriados devido ao chamado trespasse dos alvarás e espaços alugados em que o titular do documento é angolano.

Em 2014, recorde-se, a Inspeção-Geral do Comércio havia levado a cabo a Operação Cantina, tendo encerrado cerca de 40 cantinas, por práticas de trespasse e outras contrárias à lei. Entretanto, o Novo Jornal ouviu o director provincial do comércio, José Manuel Fernandes "Zeca Moreno", que disse estar ultrapassada a questão de os negócios precários praticados por cidadãos estrangeiros, decisão tomada no Conselho Consultivo do Ministério do Comércio realizado o ano passado, em Malanje.

"Este é um assunto que foi abordado na última reunião do Conselho de Ministros, mas foi orientação do mesmo que esta matéria seja remetida ao Parlamento para ser aprovado em sede de uma lei e não em sede um regulamento", começou por dizer, referindo que o comércio precário ainda não está regulamentado.

"Esta lei [a Lei no 2/07, Lei das Actividades Comerciais] vai ser reformulada, por um lado; Por outro lado, o licenciamento do comércio precário ainda não foi regulamentado. A única coisa que está a ser licenciada de acordo com as normas que estão aprovadas é o comércio ambulante, feirante

e o de bancada de mercado. Estas três tipologias de comércio é que as administrações municipais estão a licenciar porque elas é que são as autoridades competentes para o efeito", explicou Zeca Moreno disse também que as cantinas poderão entrar no âmbito da pequena actividade comercial se reunirem os requisitos que a lei obriga.

3.15 Lixo, saúde pública e ambiente de negócios

20 De Julho de 2018

Jornal Expansão

A preservação do meio ambiente está intrinsecamente ligada à sustentabilidade, à saúde pública e ao ambiente de negócios. O investimento em qualquer negócio, para ter sucesso, tem de ter a sustentabilidade, de que muitos falam, não raras vezes sem saber que ela pressupõe obrigatoriamente, a protecção do meio ambiente e a inclusão do ser humano através da sua intervenção após formação.

Não basta uma boa dose de optimismo, uma pitada de bom humor durante as palestras, uma boa campanha de marketing e algumas alterações na legislação como ingredientes, para garantir o sucesso da marca Angola, junto de qualquer potencial investidor, estrangeiro ou nacional.

Poderá sim, despertar a sua curiosidade, mas a realidade só é validada através dos estudos de mercado, que deveriam conter todos os pontos fortes e fracos, incluindo a exposição, recolha e tratamento de resíduos sólidos (lixo), que põe em grande perigo a saúde pública através da contaminação dos rios, lagos, pântanos, charcos, ou objectos contendo águas estagnadas, que não só envenenam e contaminam o ser humano, a fauna e a flora, mas também constituem viveiros de larvas e de mosquitos assassinos.

Como consequência, os dados do Ministério da Saúde de Angola e da Organização Mundial da Saúde, facultados em Fevereiro de 2017, dão conta, que só em 2016, para além de milhares de casos de malária, de febre tifóide, de cólera e da chamada de "doença do sono", que o comunicado não referiu, houve 15 mil óbitos registados, ocasionados pelo paludismo, 381 mortes por febre-amarela, antes erradicada, 11 mortes por

cólera, o que francamente é posto em dúvida e três casos de zika, endemia anteriormente inexistente.

Não necessitarei de repetir o que já todos sabemos, relativamente à exígua percentagem do orçamento do Estado atribuída ao sector da saúde, mas seria bom lembrar, que o melhor redutor da despesa relativa a essa rubrica seria a prevenção, através da fiscalização actuam te e da educação da população.

Não é novidade que o nosso país está ato lado de lixo, quer produzido pela população, como pelas empresas, que o atiram em qualquer lugar. Até aqui nada de novo. Porém, fiquei estupefacta, ao assistir o noticiário da televisão Recorda Angola, no dia 25 de Junho, que na peça mostrava, que a população angolana, à semelhança de alguns dos países mais populosos e pobres, aumentou não só a prática de vender e deitar o lixo ao lado da linha férrea, como passaram a expor os seus produtos para a venda e comercializá-los em cima dela, ao longo do percurso Luanda/Malange, como também atravessam-na com regularidade calmamente.

O que é mais grave, é que alguns transeuntes transportavam mais do que uma criança ao colo, ou em simultâneo, carregavam mercadoria à cabeça, ou de outras formas, num jogo desafiante e arrepiante com a morte, sem que qualquer autoridade fiscal ou policial interviesse.

Ao que chegamos! Todavia, não acharíamos justo apontar o dedo apenas aos autarcas, sem experiência, escolhidos sem critérios objectivos, ou numa base de amiguismo partidário, ou tribal, ou aos fiscais e à polícia de segurança pública, mal preparados e mal pagos, ou às empresas ter ceirizadas (quase sempre, pertencentes a empresários "testa de ferro", ou familiares de quem as adjudica por ajuste directo).

De quem é então a culpa? Já não é da guerra. A solução também não passa unicamente pela criação das autarquias, que é urgente. Pelo lixo, pela péssima prevenção das endemias, pela má qualidade e má gestão da saúde pública pós guerra e pela degradação da situação cronicamente precária nos municípios e comunas, teremos de responsabilizar, o Governo e respectivos governantes a nível central e local do Partido no Poder, muitos dos quais estão no poder desde a independência e pretendem perpetuar-se até à

morte. O exemplo teria de vir de cima e descer até às famílias.

É bastante constrangedor e inconcebível, verificar que altos dirigentes deste país, como é natural, vivam em lindas vivendas, bem cuidadas, mas rodeadas de lixeiras, assistindo impavidamente ao aparecimento de novas casas construídas diariamente em transgressão, mesmo ao seu lado, por quem não necessita de habitação, porque de imediato as alugam os casebres aos chamados "Mamados".

Em Luanda, conseguiu-se retirar moradores ilegais, que construíram dentro de jardins emblemáticos, como o jardim do Miramar, do "ex-Parque Heróis de Chaves", entre tantos outros, mas logo em seguida, foram concedidos alvarás para exploração de bares e de salões de festas, nesses mesmos locais, a amigos e familiares e assim seguimos.

É arrecada pela Conta Única do Tesouro uma taxa por cada um dos sacos de plásticos leves, utilizados nos estabelecimentos comerciais, mas o Ministério do Ambiente que a propôs, as suas instituições e os governos locais, não cuidam sequer, que sejam utilizados contentores separados por distintivos, nem da educação permanente dos cidadãos, através de mais programas públicos, ensinando-os a não misturar

Os resíduos sólidos que se degradam, dos que não se decompõe facilmente, como são o caso do produto acima mencionado. Se pretendemos atrair turistas aumentando a receita do sector hoteleiro e por via dos impostos, incrementar a receita do Estado, teremos de salvar o meio ambiente, preservando a natureza, como por exemplo a nossa Ilha de Luanda, que é um contentor de lixo a céu aberto.

Não deveria ser permitida a circulação na Ilha de viaturas pertencentes aos "candongueiros" e, para a sua manutenção, deveria se possível, cobrar-se uma portagem a todos os automóveis de não moradores, à semelhança do que se pratica na capital do Gana Da mesma forma, não deveria ser autorizada a circulação dos "azulinhos", na baixa de Luanda, nem dentro dos bairros residenciais, pois para além do risco de atropelamento, a poluição pela emissão de gases e a poluição sonora, causam sérios danos físicos e psicológicos, o que já não pode ser tolerado, numa altura em que os

países "civilizados" aplicam multas avultadas às empresas que fabriquem equipamentos que emitam gases poluidores, superiores aos níveis ainda tolerados.

Por outro lado, o Decreto n.126/12 de 30 de Agosto, que, aprovou o Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos, refere que todo aquele que já polui o ambiente e não cumpre com o estabelecido no mesmo, n para além do pagamento de multa, está sujeito à aplicação de penas que variam de 1 a 6 anos de 1-prisão, sendo que para prevenir-se tais crimes, deveriam publicitá-los, o que não me recordo de ter as acontecido.

Quem tem meios fi-lo financeiros para comprar bebidas alcoólicas em grandes quantidades, de, atirando as latas na praia ou 11- nas ruas, tem dinheiro para apoiar as multas, que constituiriam receita própria do poder local. O mesmo se passa com a publicitação dos derrames de petróleo, do que segundo a Agência Lusa (Observador de 6/7/18), que cita o líder Chefe de Departamento de Tática do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros, Manuel as Francisco, só em 2017, contaram-se 300 derrames no mar e em ter uma. A possível produção de mais legislação para taxar a importação todos produtos de plástico será bem-vinda, mas não basta Há que implementar a legislação vigente, fiscalizar a sua execução e multar.

3.16 Peixe + Lixo na praia da Mabunda

Jornal Visão

20 De Julho de 2018

Texto: Saviola Suka

Aqui chegam pessoas de quase toda a parte, mas higiene é grande nossa preocupação': confessa a vendedora de peixe há 13 anos, Domingas Santos.

"Como vê, aqui o peixe é vendido entre amontoados de lixo", confirma a vendedora ressaltando que, "o que mais interessa para muitos neste mercado, é obter os seus lucros, sem, no entanto, observarem as normas de higiene.

Os habitantes próximos da praia da Mabunda denuncia' a falta de hábito de limpeza na praia

onde se compra peixe, que diariamente abastece os consumidores.

"É muito mal cuidada. Uma praia dessa, com um movimento de grande envergadura, deveria ser bem limpa e cuidada" contou a nossa reportagem, Sebastião Neto, que mora a menos de 300 metros da praia da Mabunda.

As más condições de higiene é cenário da praia da Mabunda, um dos pontos de comércio mais importante de Luanda.

Com lixos espalhados por todos os lados, clientes sentem uma necessidade de desistir de comprar o peixe, mas são obrigados devido aos preços baixos praticados. "Somos obrigados a comprar peixe nestas condições, porque aqui o peixe é mais barato": expôs Domingos Salomão, um dos que frequenta a praia para adquirir o peixe.

Várias reclamações já foram feitas a cerca da limpeza da praia, mas nenhum tipo de melhoria foi realizado, o problema se mantém constante esperando uma solução positiva.

"É preciso imprimir mudanças urgentes na Mabunda", aconselha o funcionário público, Carlos Panda, criticando as condições higiénicas em que é comercializado o peixe nas praias de Luanda.

Para além dos pescadores, a praia da Mabunda é ocupada por outro tipo de comerciantes, entre vendedoras de bebidas, de comida, de medicamentos e ainda por jovens que se dedicam ao apoio da clientela no tratamento do peixe antes de ser levado para casa.

"Está é uma verdadeira Babilónia. Aqui não existe autoridade, cada pessoa faz o que entender", informa Artur Paulo, vendedor de bebidas na praia.

Madalena Neto um dos vendedores do mercado em questão, há mais de 10 anos, lamentou as condições deploráveis em que o local se encontra.

Segundo ela, a situação podia ser pior se não fosse a limpeza que as vendedoras fazem temporariamente por conta própria. "As autoridades administrativas da Samba nunca mostraram vontade de criar mínimas condições de trabalho aqui na praia, preocupam-se com as taxas diárias", queixou-se.

Um dos enfermeiros que não quis identificar-se e que trabalha no centro-materno infantil da Samba disse a nossa reportagem, que a praia da Mabunda é um exemplo mais bem acabado de atentado à saúde pública':

"Diga-se em abono da verdade, os produtos (peixe e entre outros) são vendidos sem serem observados as condições básicas de higiene. Isso é grave", alertou.

Daniel de Carvalho vendedora de peixe há seis anos na Mabunda reitera, as más condições que a praia apresenta e que, segundo disse, perigam a vida dos utentes, devido ao estado deplorável da mesma.

Fiscalização precisa-se

Muitos cidadãos interpelados defendem que, as autoridades competentes deveriam criar equipas para fiscalizar a venda de peixe nas ruas de Luanda.

"Se a fiscalização verificar que o peixe está a ter algum tipo de contaminação, está mal conservado e não têm condição é imediatamente recolhido': aconselhou o nutricionista, Armando Cabral Menga.

O nutricionista criticou o estado em que é vendido o peixe nas ruas da capital pelas zungueiras.

"Para já o mesmo (peixe) é comprado nas praias cheios de lixo e passa horas e horas nas banheiras com sol ardente. Este produto já não dá para consumir': acrescenta.

O ambientalista, Armando da Costa Zala, entende também que os consumidores devem evitar locais inapropriados para comprar peixe, além de prestar atenção nas condições do pescado. "Só Deus sabe, porque o que acontece em Luanda com a venda de peixe e outros produtos é muito grave", lamentou.

Alertas não faltaram

No ano passado, a própria ministra das Pescas e do Mar de Angola, Victória de Barros Neto, veio a público criticar as condições higiénicas em que é comercializado o peixe nas praias de Luanda, tendo na oportunidade responsabilizado os armadores.

"Fizemos um mercado também na ilha de Luanda, para resolver aquela pouca vergonha - desculpem, mas é o que se passa na zona da salga e seca. E esta pouca vergonha é feita com o concurso dos próprios armadores, daí a importância de todos juntarmos sinergias para resolver esses problemas': disse na oportunidade.

"Fizemos agora as instalações do Mercado da Mabunda que, de facto, era uma vergonha e ainda é o que lá se passa. E foi pedido ao ministério para fazer um novo mercado com condições higiénicas boas", acrescentou.

Victória de Barros Neto assumiu ainda a necessidade de trabalhar no processo da logística e distribuição do peixe, com o apoio do sector privado.

Classificando este cenário como "preocupante", a governante exortou sobretudo aos armadores para a necessidade de uma mudança de comportamento.

3.17 Economia angolana carece e reformas mais urgentes

Jornal de Angola

24 De Julho de 2018

Texto: Manuela Gomes

O director de Estudos e Estatísticas do Ministério das Finanças, Osvaldo João, considerou ontem, em Luanda, ser necessário que se implementem reformas e políticas imprescindíveis para o combate aos desafios que a economia angolana enfrenta, no que toca ao aumento significativo da dívida pública.

Falando à margem de uma mesa redonda sobre "Economia informal em Angola", o responsável disse que essas medidas passam pela inclusão do sector informal na economia formal e que ajudem a reduzir os desafios apresentados.

Para O responsável, a não tomada de deliberações urgentes no sector económico pode fazer com que o futuro seja mais desafiante, no que toca ao incremento da dívida pública. Osvaldo João referiu que os níveis de dívida pública passaram de cerca de 34 mil milhões de dólares em 2012, para 44 mil milhões em 2013 e depois, em 2016 e 2017,

para cerca de 75 e 79 mil milhões de dólares, respectivamente.

Estes dados, segundo o director, resultam dos ajustamentos que o Executivo teve de fazer nas despesas correntes e de investimento. As despesas de investimento baixaram 12,5 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014, para 4,6 por cento em 2017 e 3,9 por cento em 2018.

Entre o período de 2002/2014 o PIB de Angola cresceu significativamente mais do que duas, três ou quatro vezes, mas, segundo Osvaldo João, esse crescimento teve muito que ver com o crescimento da economia petrolífera e da economia não petrolífera que também teve um peso expressivo na economia.

Em 2002, a economia petrolífera representava uma fatia significativa, mas que foi reduzindo em 2016, sendo superada pela economia não petrolífera. "Acreditamos que é na economia não petrolífera onde o sector informal predomina", sublinhou Osvaldo João, que também admite que "há expectativas que o crescimento da economia não petrolífera acarrete também consigo redução da economia informal".

De acordo com o responsável na estrutura da economia não petrolífera é possível notar que há uma predominância do sector do comércio e uma evolução dos sectores agrícola e industrial, mas que não tem sido suficiente para reduzir o peso da economia informal.

A nível das finanças públicas Osvaldo João, disse que o Governo tem feito investimentos significativos, pelo facto de ter tido acesso a receitas petrolíferas derivadas do aumento da produção petrolífera e do preço.

"O Governo tem enfrentado desafios expressivos para manter o nível de despesas públicas estáveis e isso tem afectado quer as despesas correntes como as de investimento. Logo, em períodos de redução de preço e de receitas fiscais, o Governo tem menos recursos para atender às necessidades de desenvolvimento do país, quer seja para o sector formal da economia, como para políticas de combate à informalidade".

Estudo de causas

O ministro da Justiça e Direitos Humanos, Francisco Queirós, defendeu, ontem, a criação de

uma instituição que se dedique ao estudo das causas do mercado informal e soluções para sua diminuição em Angola. O ministro falou para a imprensa, à margem da sessão de abertura da mesa redonda sobre economia informal, de iniciativa da Fundação Sagrada Esperança.

De acordo com Francisco Queirós, a instituição a criar teria como missão propor soluções ao Executivo de como resolver o problema da economia informal, a qual teria uma parte dedicada exclusivamente ao estudo das causas desse fenómeno e à utilização dos instrumentos jurídicos.

Francisco Queirós disse que a mesa redonda vai permitir ter urna noção de como é que a economia informal se está a desenvolver no país e analisar os dados fornecidos pelo Banco Mundial, que dão conta que a economia informal é responsável, em muitos casos, de 90 por cento da força de trabalho útil. Para Francisco Queirós, as causas da economia informal devem ser analisadas também nas vertentes culturais, religiosas e históricas.

3.18 Executivo proíbe venda de peças na via pública

Jornal de Angola
24 De Julho de 2018

A venda de peças de veículos automóveis e motorizadas nas ruas e nos mercados informais do país passou a ser proibida desde o dia 17 de Julho, sendo essa uma medida com a qual o Executivo pretende travar a onda de roubos e furtos que se verifica, sobretudo em Luanda.

A medida consta de um decreto executivo conjunto dos Ministérios do Interior, do Comércio e dos Transportes, assinado pelos respectivos ministros, que proíbe o "exercício de venda de peças sobressalentes de veículos automóveis e motorizadas fora dos estabelecimentos autorizados".

"A sociedade angolana tem vindo a constatar, com bastante preocupação, furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas que, em muitos casos, são vendidos fora das localidades em que ocorrem tais factos e, noutros casos, desmantelados para o aproveitamento dos salvados que são vendidos nos

mercados informais", lê-se no decreto executivo conjunto.

Jantes e pneus, além dos sobressalentes, espelhos retrovisores, ópticas e todo o tipo de peças em plástico, placas electrónicas são, habitualmente, roubadas de viaturas estacionadas na via pública. Mensalmente, a Polícia Nacional recupera viaturas roubadas, para serem desmanteladas e vendidas em peças, tanto nas ruas quanto nos mercados informais. O decreto executivo conjunto considera que estas práticas "violam os direitos patrimoniais dos legítimos proprietários e põem em risco o bem sublime que é a vida" e admite que a necessidade de tomar medidas destinadas a mitigar a ocorrência de furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas no território nacional.

Com a nova norma, a venda de peças sobressalentes em Angola será apenas possível em concessionárias de automóveis, lojas de venda de acessórios ou oficinais de assistência técnica, mediante apresentação de documentação sobre a situação legal, a fonte de aquisição do material, condições de trabalho e documentos das viaturas.'

De contrário, as autoridades alertam que os infractores incorrem, além da penalização através de coimas, em responsabilidade penal, podendo responder em tribunal por prática de crime.

3.19 “Só com formação e emprego é que se combate a economia informal”

Jornal O PAÍS
25 De Julho de 2018
Texto: Mariano Quissola

Que impacto tem sobre a economia, a redução da taxa de juro BNA de 18 para 6,5%?

Primeiro, o representa é que a política monetária que o BNA está a seguir é expansionista. Não reduziu só a taxa BNA, porque agora valem duas. Também vale a taxa de juro da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez, no mercado interbancário, que estava em queda. Os bancos tinham muitas desconfianças de comprar moedas entre si e, por outro lado, reduziu as reservas de depósitos obrigatórios de 19 para 17%, em moeda nacional.

O BNA argumenta que a razão foi a queda da inflação ...

O Banco Central julga que se deve à trajectória descendente da inflação comparada como mês de Junho do ano passado. Actualmente está em 19,52% eo BNA acredita que está na hora de abrir o cordão à bolsa para colocar dinheiro na economia. Mas na minha perspectiva não é a razão de fundo.

Então qual é a sua 'razão de fundo'?

Primeiro, a inflação não está numa trajectória de queda consolidada. A razão de fundo deriva do facto de o Estado não estar a pagar com regularidade as suas obrigações' desde Setembro até hoje. Salário em atraso, algumas empresas não receberam dinheiro, têm dívidas ... o Estado não está a funcionar, do ponto de vista das despesas correntes, é natural que a pressão da procura seja reduzida, logo dá a impressão da queda da inflação. A banca está sem dinheiro, porque o Estado está a levar todo o dinheiro para si e não paga de forma regular os empréstimos que faz aos bancos.

De qualquer modo o crédito fica mais barato, certo?

Para o Estado será fácil, porque é o principal papão do mercado de crédito. Nota, o Estado está a pagar título por título. Ou seja, os bancos que concedem crédito ao Estado não estão a receber dinheiro, mas títulos. E isso é uma queda brutal para o sistema financeiro, que pode até causar crise financeira.

Em resumo que vantagens essa redução traz à banca?

A vantagem é que permite que os bancos tenham ligeira liquidez.

A SADC continua a luta da reintegração regional e a semana passada abordaram o efeito da economia informal na região. Que solução?

A solução passa pelo alinhamento de procedimentos alfandegários entre os países membros. E um dos problemas a resolver é a dívida pública. O elevado número de desemprego também é um dos principais desafios a vencer ...

É o alto índice de desemprego que dá lugar à economia informal. Repito, que constrangimento isso causa ao desafios da estabilidade do comércio regional?

As economias informais distorcem as políticas económicas, é uma barreira ao sucesso de qualquer política económica. A economia informal é uma economia sem segurança, sem conservação. É de sobrevivência, por falta de formação e de emprego. O investimento na indústria reduz a economia informal, pois só com formação e emprego é que se combate a informalidade. A informalidade nunca acaba, minimiza-se.

E a Fundação Sagrada Esperança discutiu este assunto em fórum. Acredita que políticas públicas?

Pode sair conclusões importantes para as autoridades do país colocarem em prática, pois saíram de lá grandes ideias.

Você foi um dos prelectores ...

Sim, foi interessante. Abordei o tema 'Crise Económica, Carga Tributária e Economia Informal'. Baseei-me mais nas causas da crise, os efeitos da carga tributária. E concluímos que num cenário de crise, onde há perda de empregos aumenta a informalidade na economia.

Trump acusa a União Europeia de motivação política na multa à Google. Continua a guerra comercial entre os dois parceiros.

Trump tem razão de acusar a Europa de motivação política, mas é consequência do facto de os Estados Unidos sempre terem mimado a União Europeia. Nas relações América/União Europeia quem ganha mais é a Europa. Os Estados ajudaram a Europa com o Plano Marshall, só que encontrou um presidente que quer tirar a chupeta à Europa.

Que impacto sobre as economias africanas?

Isso pode perigar financiamentos de projectos em África, na medida em que o rendimento da África depende dos rendimentos dos grandes. O FMI estima, por exemplo, que essa guerra comercial poderá afectar o PIB mundial, então a África sofre com isso. E as taxas e juros mundiais vão aumentar e poderemos entrar para o aumento da dívida africana.

3.20 Comércio ilegal provoca avultadas perdas a África

Jornal de Angola

26 De Julho de 2018

Texto: Manuela Gomes

O comércio ilícito de recursos naturais em África causa, anualmente, prejuízos avaliados em 213 mil milhões de dólares, valor superior ao da Assistência Oficial ao Desenvolvimento Global, revelou ontem, em Luanda, a comissária da União Africana para a Economia Rural e Agricultura.

Josefa Sacko discursou na abertura da segunda reunião do grupo de peritos sobre a implementação da estratégia africana para o combate à exploração e ao comércio ilegal da fauna e da flora selvagens em África.

A comissária deu como exemplo o comércio ilegal de vida selvagem que causa um prejuízo anual de 15 a 20 mil milhões de dólares. Josefa Sacko acrescentou que cerca de 24 milhões de postos de trabalho estão também entre os prejuízos anuais desta actividade.

"Estima-se que ao reduzir as actividades ilícitas no sector de recursos naturais' África poderia criar 25 milhões de empregos por ano", ressaltou a comissária da União Africana.

A caça furtiva no continente' disse, permanece em níveis insustentáveis, o que resulta num declínio contínuo do número de elefantes africanos. Josefa Sacko estimou que dois a cinco milhões de aves são comercializadas ilegalmente, por ano, no continente e a pesca ilegal em África é tão elevada que representa 46 por cento da captura total mundial.

Combate à corrupção

A comissária da União Africana reafirmou o compromisso dos Chefes De Estados africanos no combate à corrupção. Sublinhou que os lucros do tráfico da fauna selvagem e da flora alimentam a corrupção e enfraquecem instituições públicas, como a polícia, as alfândegas e as forças armadas.

"Em muitos casos, o comércio ilícito de animais selvagens capitaliza-se na corrupção, prejudicando o profissionalismo desses serviços públicos, o que facilita outras actividades ilegais

Exploração da fauna

A Comissão da União Africana realiza em Janeiro do próximo ano, à margem da cimeira, um evento para abordar a corrupção e a exploração ilícita da fauna e da flora.

A comissária Josefa Sacko considerou fundamental que o continente promova a solidariedade sobre as questões relacionadas com a vida selvagem. Durante o primeiro dia de trabalho, o grupo de peritos africanos analisou a "visão geral da estratégia continental", "O quadro de monitorização e avaliação para a implementação da estratégia" e "O esforços nacionais de Angola" no que toca à exploração e ao comércio ilegal da fauna e da flora selvagens.

Cooperação regional

Angola tem procurado aumentar o nível do compromisso político, reforçar a cooperação regional e internacional. Foi igualmente elaborado o plano de acção nacional sobre o marfim e realizado programas de educação e sensibilização da população em geral em relação às questões da caça furtiva das espécies em vias de extinção. O encontro, que encerra amanhã, discute ainda "A posição comum africana sobre a vida selvagem" e "A mobilização de recursos".

3.21 Mercados de Saurimo estão sem condições sanitárias

Jornal de Angola

26 De Julho de 2018

Texto: Kamuanga Júlia

Os principais mercados de Saurimo, capital da Lunda-Sul, estão desprovidos das elementares condições higiénicas, pelo que os produtos comercializados nos locais estão na iminência de serem contaminados por várias bactérias, disse à imprensa o governador provincial, Ernesto Kiteculo.

Após uma visita em vários mercados de Saurimo, o governador deu garantias de " tudo fazer" para inverter o actual quadro sanitário dos referidos locais, como a pavimentação de passeios, instalação de energia eléctrica, água canalizada,

frigoríficos e a regularização dos preços das taxas cobradas a vendedores.

Os vendedores nos mercados de Candembe apresentaram ao governador várias preocupações entre as quais a construção de creche, aumento de salas de aula para alfabetização e espaços de lazer junto na área adjacente ao referido mercado.

3.22 “Vou comer então aonde wé”, lamentam vendedores de peças

Jornal 24 Horas

27 De Junho de 2018

Texto: Japer Kanambwa

Com esta medida o Governo angolano pretende travar a onda de roubos e furtos que se verifica no país, sobretudo em Luanda e consta de um decreto executivo conjunto, de 17 de Julho, assinado pelos ministros do Interior, do Comércio e dos Transportes, que proíbe o "exercício de venda de peças sobressalentes de veículos automóveis e motorizadas fora dos estabelecimentos autorizados":

"A sociedade angolana tem vindo a constatar com bastante preocupação furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas que, em muitos casos, são vendidos fora das localidades em que ocorrem tais factos e noutros casos desmantelados para o aproveitamento dos salvados que são vendidos nos mercados informais", lê-se no documento, a que a Lusa teve acesso.

Jantes e pneus, além dos sobressalentes, espelhos retrovisores, óticas e todo o tipo de peças em plástico são habitualmente roubadas de viaturas estacionadas na via pública, nomeadamente em Luanda. A Polícia Nacional tem também recuperado mensalmente dezenas de viaturas, roubadas para serem desmanteladas e vendidas em peças, nas ruas e mercados informais.

O decreto executivo conjunto considera que estas práticas "violam os direitos patrimoniais dos legítimos proprietários e põem em risco o bem sublime que é a vida" e admite que a necessidade de "tomar medidas destinadas a mitigar a

ocorrência de furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas no território nacional".

Desde 17 de Julho que a venda de peças sobressalentes em Angola é apenas possível em concessionárias automóveis, lojas de venda de acessórios ou oficinais de assistência técnica, mediante apresentação de documentação sobre a situação legal, a fonte de aquisição do material, condições de trabalho e documentos das viaturas.

Os infractores incorrem, além da penalização através de coimas, em responsabilidade penal, podendo responder em tribunal pela prática de crime. Na praça dos Correios de Luanda a regra é não perguntar de onde vêm as peças. Um negócio ameaçado pela proibição decretada pelo Governo, de venda de peças automóveis na rua ou mercados informais, precisamente para travar a onda de furtos a viaturas.

"Se nos tiram daqui é só para morrer. Não tenho mais nada para fazer, isto é trabalhar para sobreviver": explicou Alfredo Miguel, de 47 anos, que vende naquela praça molas e amortecedores para ligeiros. As peças são usadas, garantindo que chegam de viaturas acidentadas. Ainda assim, sobre a proveniência concreta, diz que é uma pergunta que "não vale a pena fazer" e que quem ali compra também não faz.

"Cada coisa que aparece vem de um sítio, aparece com um objetivo. Nós só damos resposta que é na graça de Deus, na providência do Senhor, nosso criador": conta.

Há 20 anos a trabalhar na praça dos Correios, até admite que a proibição de venda informal decidida esta semana pelo Governo pode ajudar a travar a delinquência, só não sabe é o que vai fazer quando chegarem os fiscais. "O Governo saberá como vai fazer com o seu povo. Se nos deixa a padecer e morrer", atiraquer que o filho trabalhe aqui, que mostrem onde pode o filho trabalhar':

Noutro ponto da praça, improvisada com dezenas de bancas e uma enorme chapa para proteger do sol escaldante, Fernando Elias, 37 anos, "especializou-se" na venda de peças de motor, como segmentos, capas ou juntas. "Vendemos o que nos convém, o que mais os clientes pedem", explica.

Justifica que tudo o que vende é proveniente do Dubai: "Eu compro na mão daqueles que trazem a grosso".

Contudo, o negócio já conheceu dias melhores, apesar da crise de peças que o mercado angolano vai enfrentando, devido aos problemas financeiros e cambiais no país, que dificultam as importações. "Não posso falar aqui que tenho tido muitos clientes porque estaria a mentir. Há dias que é proveitoso e há dias que não", confessa.

Garante que tudo o que vende é novo e que as perguntas dos clientes são poucas. "Há cliente que tem a curiosidade de fazer a pergunta e há clientes que vêm só para comprar e não fazem perguntas, sobre de onde vêm as peças", diz.

Sobre o futuro, afirma simplesmente aguardar uma explicação sobre a anunciada proibição de venda na rua ou mercados informais. "Gostaria de saber porquê", atira Fernando.

Discos de embraiagem e prensas são a especialidade de Oliveira Cahombo, de 34 anos. Afirma que compra tudo no Dubai e que num "dia bom" é capaz de vender até 20.000 kwanzas (70 euros). "Mas há dias em que não vendemos nada", assume.

A decisão de autorizar a venda de peças para automóveis e motociclos apenas em empresas e oficiais autorizadas tornou-se o centro das conversas um pouco por todo lado em Luanda.

3.23 Na praça dos correios de Luanda há (quase) tudo

Jornal Visão

27 De Julho de 2018

Texto: N'goma Pedro João

Trata-se do maior mercado informal de acessórios de automóvel de Angola, junto ao centro da capital, e impressiona pela dimensão, com dezenas de vendedores e todo o tipo de peças, desde jantes a motores.

Um negócio ameaçado pela proibição decretada pelo Governo, de venda de peças automóveis na

rua ou mercados informais, precisamente para travar a onda de furtos a viaturas.

"Se nos tiram daqui é só para morrer. Não tenho mais nada para fazer, isto é trabalhar para sobreviver": explicou à Lusa Alfredo Miguel, de 47 anos, que vende naquela praça molas e amortecedores para ligeiros.

As peças são usadas, garantindo que chegam de viaturas acidentadas. Ainda assim, sobre a proveniência concreta, diz que é uma pergunta que "não vale a pena fazer" e que quem ali compra também não faz.

"Cada coisa que aparece vem de um sítio, aparece com um objectivo. Nós só damos resposta que é na graça de" Deus, na providência do Senhor, nosso criador': conta.

Há 20 anos a trabalhar na praça dos Correios, até admite que a proibição de venda informal decidida esta pelo Governo pode ajudar a travar a delinquência, só não sabe é o que vai fazer quando chegarem os fiscais.

"O Governo saberá como vai fazer com o seu povo. Se nos deixa a padecer e morrer': atira. Nesta praça todos sabem ao que vão e sobre as peças usadas, a regra é não fazer muitas perguntas.

"Nós não temos a certeza" explica Venâncio José, em conversa com a Lusa, sobre a origem das peças. Diz que são de viaturas acidentadas, que compra a empresários nigerianos, e pouco mais.

O negócio é sem facturas ou garantias e pode "passar o dia sem vender nada': Ainda assim, admite, serve para "sustentar a família':

Aos 32 anos, e com 10 anos a vender todo o tipo de peças naquela praça, confessa receio com o futuro, face à proibição.

"Vai-nos prejudicar. Onde vamos? Somos chefes de família. Nós vamos trabalhar onde o Governo disser que há trabalho'; observa.

Venâncio afirma compreender a preocupação, face à onda crescente de assaltos e roubos de viaturas, mas pede que qualquer medida seja acompanhada de apoios: "Se não quer que o filho trabalhe aqui, que mostrem onde pode o filho trabalhar':

Noutro ponto da praça, improvisada com dezenas de bancas e uma enorme chapa para proteger do sol escaldante, Fernando Elias, 37 anos, "especializou-se" na venda de peças de motor, como segmentos, capas ou juntas.

"Vendemos o que nos convém, o que mais os clientes pedem": explica.

Justifica que tudo o que vende é proveniente do Dubai:

"Eu compro na mão daqueles que trazem a grosso":

Contudo, o negócio já conheceu dias melhores, apesar da crise de peças que o mercado angolano vai enfrentando, devido aos problemas financeiros e cambiais no país, que dificultam as importações.

"Não posso falar aqui que tenho tido muitos clientes porque estaria a mentir. Há dias que é proveitoso e há dias que não" confessa.

Garante que tudo o que vende é novo e que as perguntas dos clientes são poucas. "Há cliente que tem a curiosidade fazer a pergunta e há clientes que vêm só para comprar e não fazem perguntas, sobre de onde vêm as peças": diz.

Sobre o futuro, afirma simplesmente aguardar uma explicação sobre a anunciada proibição de venda na rua ou mercados informais.

"Gostaria de saber porque atira Fernando.

Discos de embraiagem e prensas são a especialidade de Oliveira Cahombo, de 34 anos. Afirma que compra tudo em Dubai e que num "dia bom é capaz de vender até 20.000 kwanzas (70 euros).

"Mas há dias em que não vendemos nada": assume.

A decisão de autorizar a venda de peças para automóveis e motociclos apenas em empresas e oficiais autorizadas tornou-se o centro das conversas na praça dos Correios e também da preocupação de Oliveira.

"Essa proibição será um grande defeito para nós. É daqui que sai o nosso pão de cada dia": conta, angustiado.

3.24 UNITA pede ponderação à Polícia Nacional na autuação aos moto-taxistas

Jornal O PAÍS

27 De Junho de 2018

Texto: Constantino Eduardo

O secretário provincial da JURA, braço juvenil da UNITA, em Benguela, Gedeão Lucavelo José, apelou à Polícia Nacional nesta província maior ponderação na autuação a moto-taxistas, sob pena de se propiciar práticas adversas.

O jovem defende que a acção da Polícia deveria primar mais pela pedagogia e não pela repressão, pelo facto de uma boa parte dos moto-taxistas ter na actividade o único ganha-pão do dia-a-dia.

Segundo Gedeão José, os jovens apenas recorrem à actividade de moto-taxistas por falta de emprego, pois vêm os seus sonhos "cada vez mais adiados" por quem tem a responsabilidade, do ponto de vista legal, de lhes garantir melhores condições sociais.

O líder juvenil da segunda maior força política do país apela à sensibilidade dos órgãos do Ministério do Interior para que a apreensão das motorizadas não propicie práticas adversas como a criminalidade.

"Eles fazem isso para não irem roubar, mas para garantirem a sua sobrevivência e dos seus familiares", explicou ao OPAÍS.

A posição de Gedeão José surge na sequência dos protestos de 16 de Julho deste ano, que resultaram na detenção e consequente julgamento sumário de oito jovens moto-taxistas, na Sexta-feira, 21, pelo Tribunal Provincial de Benguela.

Deste número, apenas um foi condenado a uma pena de quatro meses e 15 dias de prisão correcional e o pagamento de multa de 40 mil Kwanzas, sendo que os restantes elementos foram absolvidos por falta de provas de envolvimento no crime de que foram acusados.

Polícia promete continuar

Se de um lado, estão os mototaxistas a considerar "excessiva" a autuação policial, por outro há vários segmentos da sociedade a louvar a iniciativa daquele órgão do Ministério do Interior, por ter consciencializado os moto-taxistas sobre a importância do uso de capacetes e de ter a documentação legal dos veículos.

No dia em que se despoletou protesto dos "kupapatas", o porta-voz da Polícia Nacional em Benguela, superintendente-chefe Pinto Caimbambo, falava em reposição da legalidade e assegurava que a acção iria continuar.

Segundo fontes deste jornal, a Polícia deverá fazer a mesma operação nos municípios do interior, visando consciencializar os moto-taxistas para o cumprimento rigoroso do Código da Estrada.

Diálogo sobre autarquias

O político, cuja organização está a viver uma jornada patriótica no quadro do seu 44º aniversário, prevê um diálogo com a juventude para sensibilizá-la sobre a importância das autarquias à luz do gradualismo funcional.

Este modelo (funcional) é o defendido pelo seu partido para as eleições de 2020.

3.25 Vendedores de peças de automóveis contra proibição

Novo Jornal

27 De Junho de 2018

Texto: Hortêncio Sebastião

Os vendedores de peças sobressalentes de automóveis no mercado dos Correios - o principal centro de vendas de Luanda, situado no Golfe 1, distrito urbano do Kilamba Kiaxi - continuam a comercializar os produtos, não obstante a proibição do Executivo, que por decreto interdita tal comércio. Os vendedores revelam-se contra a medida que consideram impopular, a julgar pela falta de empregos.

Segundo o decreto conjunto dos Ministérios do Comércio, dos Transportes e do Interior, a partir do dia 17 do mês em curso, entrou em vigor a medida que proíbe o exercício de venda de peças sobressalentes de veículos automóveis e

motorizadas fora dos estabelecimentos autorizados.

Sabino Helengui, de 35 anos, vende peças no mercado dos Correios há mais de 20 anos. Em entrevista ao NJ, afirma que comercializa apenas peças novas que adquire nas lojas oficiais e que a medida vai penalizar todos os vendedores. Considera injusta a medida do Executivo, pelo que, para ele, somente as revendas dos acessórios usados é que deveriam ser proibidas.

"Já não temos um emprego para garantir o sustento das famílias, o que se vende aqui dá apenas para sobreviver", desabafa o comerciante que vende os produtos numa bancada improvisada de madeira.

Outro negociante de peças é João Carlos Wandanga, de 28 anos, que optou pela venda de peças há cinco anos, substituindo o tio já falecido. Conta que só vendendo peças é que consegue garantir a educação dos seus quatro filhos ainda menores.

"Todos os dias pago 200 kwanzas à administração do mercado para manter o negócio em dia", revelou Wandanga, para quem os preços são mais acessíveis nas bancadas em relação a outros estabelecimentos.

Este comerciante chegou mesmo a confidenciar a este semanário que muitos negociantes oficiais recorrem regularmente ao mercado dos Correios para adquirirem peças sobressalentes de automóveis que depois revendem a preços mais elevados.

"Se o Estado pretende promover o auto-emprego, deveria somente penalizar aqueles que optam por práticas que atentam contra a propriedade, através de furtos e roubos, e não outros que até ganham o pão honestamente" sugeriu o interlocutor.

A proibição da venda de acessórios e peças sobressalentes decorre dos constantes furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas que, em muitos casos, são vendidos fora das localidades em que ocorrem tais factos, e noutros casos desmontados para o aproveitamento dos salvados que são vendidos nos mercados informais, justifica o decreto conjunto.

Ainda de acordo com o documento, jantes e pneus, além dos sobressalentes, espelhos

retrovisores, ópticas e todo o tipo de peças em plástico, são habitualmente roubadas viaturas estacionadas na via pública, nomeadamente em Luanda. A Polícia Nacional tem também recuperado mensalmente dezenas de viaturas roubadas para serem desmontadas e vendidas em peças, nas ruas e nos mercados informais.

Nesse sentido, o decreto executivo conjunto considera que essas práticas "violam os direitos patrimoniais dos legítimos proprietários e põem em risco o bem sublime que é a vida". O mesmo admite a necessidade de tomar medidas destinadas a mitigar a ocorrência de furtos e roubos de veículos automóveis e motorizadas no território nacional.

Doravante, conforme o documento oficial, a venda de peças sobresselentes em Angola será apenas possível em concessionárias de automóveis, lojas de venda de acessórios ou oficinas de assistência técnica, mediante apresentação de documentação sobre a situação legal, a fonte de aquisição do material, condições de trabalho e documentos das viaturas.

Quanto aos infractores, estes incorrem, além da penalização através de coimas, em responsabilidade penal e podem responder em tribunal pela prática de crime.

4. OGE, INVESTIMENOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Angola equilibra contas em 2020

Jornal de Angola

9 De Julho de 2018

Texto: Vidas da Purificação

As contas públicas angolanas só devem equilibrar-se em 2020 com as receitas, sobretudo as provenientes de impostos, que devem ser superiores às despesas totais previstas seis anos depois, segundo a mais recente projecção do Executivo. A informação consta do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, aprovado pelo Governo e publicado oficialmente a 29 de Junho, contendo um conjunto de programas com a estratégia governamental para o desenvolvimento nacional na actual legislatura.

Para 2018, o Governo prevê uma receita total (excluindo endividamento) de 20,2 por cento do

Produto Interno Bruto (PIB) , essencialmente de impostos com a exportação. de petróleo (12,6 por cento), enquanto as despesas totais devem ascender a 22,7 por cento do PIB, provocando um défice fiscal de 2,5 por cento.

Para 2019, a projecção do PDN 2018- 2022 aponta para um défice de 1,5 por cento do PIB, com o peso das receitas a caírem para 18,6 por cento e o das despesas totais para 20,1 por cento. Após cinco anos de contas negativas, o Governo estima um resultado positivo em 2020, voltando as receitas a superar as despesas, equivalentes a 0,4 por cento do PIB, projecção que sobe para 0,5 por cento em 2021 e para 0,7 por cento em 2022.

Angola registou excedentes orçamentais em 2010, de 5,00 por cento do PIB, em 2011 (10 por cento) e 2012 (7,00 por cento), com a recuperação do sector petrolífero, após as quebras de 2008 e 2009, tendo ficado próximo do equilíbrio em 2013.

A partir de 2014, com a nova quebra nas receitas com a exportação de petróleo, as contas anuais do Estado voltaram a apresentar défices, consecutivamente, colmatados com a contracção do endividamento público. O Governo estima fechar 2018 com um endividamento público de 77.300 milhões de dólares, equivalentes a 70,8 por cento do Produto Interno Bruto do país para este ano, excluindo a dívida da Sonangol.

Uma informação recente do Governo, dá conta que a República de Angola deve aumentar significativamente os empréstimos em 2018 e nos próximos anos e acrescenta que na mais recente estimativa governamental, o Estado angolano captou aproximadamente 3.400 milhões de dólares de dívida no primeiro trimestre deste ano, dos quais 1.300 milhões de dólares foram arrecadados no mercado interno e aproximadamente 2.100 milhões levantados externamente.

Só a China já emprestou a Angola, desde 1983, mais de 60 mil milhões de dólares, para obras de reconstrução pós guerra, valores que, por norma, são liquidados pelo Estado angolano com carregamentos de petróleo.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Lunda-Norte preocupada com processo de selecção

Jornal de Angola

2 De Julho de 2018

Texto: Isidoro Samutula

Os participantes no encontro sobre a discussão do pacote legislativo autárquico na Lunda-Norte sugeriram a redução do número mínimo de habitantes necessários para que um município seja seleccionado para a primeira experiência autárquica, prevista para 2020.

Segundo os representantes da sociedade civil, partidos políticos com assento parlamentar, associações juvenis e socioprofissionais, o número mínimo de habitantes previsto na proposta de lei sobre a institucionalização das autarquias para que um município seja seleccionado deve ser reduzido de 500 mil para 50 mil e de 250 mil para 25 mil, de modo a corresponder com a realidade demográfica da província da Lunda-Norte.

A mesma preocupação foi apoiada pelo governador da província, Ernesto Muangala, que lembrou o facto de a Lunda - Norte ter características peculiares no contexto nacional, em função de a densidade populacional ser reduzida em relação a sua dimensão territorial, de acordo com os dados do último censo populacional, realizado em 2014.

Ernesto Muangala disse ser evidente o despovoamento da província, coma existência de poucos habitantes por quilómetro quadrado. O encontro foi orientado pela secretária de Estado para a Administração do Território, Laurinda Cardoso. A proposta de lei sobre a institucionalização das autarquias prevê, no artigo 2, que a criação das autarquias obedeça a alguns critérios, tais como que alguns municípios apresentem níveis de desenvolvimento socioeconómico e de infra-estruturas expressivos no quadro da respectiva província.

Outro critério tem a ver com alguns municípios eminentemente rurais, que disponham de um mínimo de população de 500 mil habitantes desenvolvimento socioeconómico e um historial de capacidade de arrecadação de receita de pelo menos 15 por cento face à média da despesa pública orçamental nos últimos três anos.

Estão igualmente previstos municípios com menos de 50 mil habitantes, que apresentem segmentos de economia local específicos e estruturados e um historial de arrecadação de receitas de pelo menos 5 por cento face à média da despesa pública orçamental nos últimos três anos e outros com fraca capacidade de arrecadação de receita, que possuem um mínimo de 250 mil habitantes.

A lista do primeiro grupo de municípios onde as autarquias vão ser institucionalizadas vai ser aprovada pela Assembleia Nacional, com base nos critérios definidos na lei.

O governador da Lunda-Norte apontou também a insuficiência de infra-estruturas administrativas e sociais que devem garantir um eficiente serviço de atendimento às necessidades dos cidadãos de forma regular e contínua. Ernesto Muangala destacou também as dificuldades de circulação de pessoas e bens a nível dos municípios e comunas, devido à precariedade da rede viária secundária e terciária e a incapacidade da classe empresarial para desempenhar um papel dinâmico e actuante no processo de desenvolvimento local.

Confiança no Executivo

Durante a sessão de consulta pública, a maior parte dos participantes reafirmou a sua confiança no Executivo e nas acções em curso para a criação das condições legais que permitam a realização das primeiras eleições autárquicas no país.

Pedro Fiete, que apresentou o resumo das propostas de lei que constam do pacote legislativo autárquico, afirmou que a província da Lunda-Norte foi a mais interventiva nos dois municípios, Cambulo e Chitato, que acolheram os encontros, o que demonstra o interesse da população em contribuir para o êxito do processo.

O palestrante disse que ficou satisfeito com a contribuição dos participantes, mas lembrou que o encontro é apenas de auscultação e que todas as contribuições e sugestões serão levadas às estruturas competentes, de modo a enriquecer o pacote legislativo.

Na província do Uíge, a UNITA quer ver mais envolvimento da sociedade civil, no debate do formato da implementação das autarquias em Angola, defendeu o secretário provincial.

Segundo Felix Kauhindua, as igrejas, os líderes de opinião, as autoridades tradicionais e outros actores deviam marcar mais as suas posições sobre a implementação das autarquias. Considerou que “a problemática das autarquias não pode ser apenas uma luta da UNITA, mas de todos os angolanos”.

5.2 O debate autárquico e os cépticos

Jornal de Angola
3 De Julho de 2018

O processo de auscultação e recolha de contribuições para o pacote legislativo sobre as eleições autárquicas continua em todo o país, um acto político e social em que todos sem excepção, singular ou colectivamente, são chamados a dar subsídios. Trata-se de um exercício que deve orgulhar a todos, pela possibilidade de directa e livremente dizerem o que pensam sobre uma legislação que vai regular a existência e funcionamento do poder local ali onde o processo começar. Na verdade, as contribuições estão a ser positivas, a participação popular está a ser a esperada e, embora não faltem os cépticos, não há dúvidas de que o curso dos acontecimentos vai seguir em frente. Se há aspectos a melhorar, seguramente serão por via da participação das populações e não através de insinuações, desconfianças e auto-exclusão.

Estamos de acordo com as palavras proferidas por um dirigente político que, referindo-se ao que Partidariamente defende, disse que "pensamos, que a elevação do conhecimento dos cidadãos sobre as autarquias, devia ser a prioridade das prioridades de todas as forças políticas, pois é um processo de extrema importância, que será realizado nos marcos previstos e vai trazer mudanças sociais a todos os níveis à população".

De facto, esse procedimento de explicar por várias formas o que são as eleições autárquicas, o que as mesmas vão significar ou representar para as comunidades locais e que papel as populações podem desempenhar para a materialização das mesmas, entre outras, deviam fazer parte da agenda como uma das prioridades.

Em todo o caso, uma das grandes preocupações tem a ver com a reacção de numerosos círculos que, nesta fase de auscultação e de recolha de contribuições, promovem insinuações contraproducentes e acabam por se auto-excluir do presente debate. Mesmo antes deste processo começar, choveram algumas alusões infundadas segundo as quais "estava tudo cozinhado" e que o presente processo mais não era senão um mero exercício sem qualquer relevância.

Não podemos caminhar para a construção e consolidação das nossas instituições democráticas se ao longo da jornada surgirem vozes dissonantes que, mesmo participando no processo, volta e meia o colocarem em causa. E não raras vezes alegam não se rever num jogo em que os mesmos

participam, com as mesmas oportunidades e meios, apenas para depois porem em causa os resultados.

Com o actual debate em torno das autarquias, parece estarmos claramente a assistir às mesmas tácticas políticas do passado, com declarações desfavoráveis quanto ao processo de auscultação e recolha de contribuições do pacote legislativo sobre as autarquias.

Apelamos a todos os angolanos, envolvidos ou não em partidos políticos, associações cívicas e demais organizações da sociedade civil, para que participem activamente no actual processo para, de alguma forma, facilitar o trabalho dos legisladores.

5.3 UNITA quer sociedade civil mais envolvida

Jornal de Angola

3 De Julho de 2018

Texto: Silvino Fortunato e Luísa Victoriano

A UNITA quer ver mais envolvimento da sociedade civil, no debate do formato da implementação das autarquias em Angola, defendeu ontem no Puri, o secretário provincial daquele partido no Uíge, Felix Simão Kauhindua.

As igrejas, os líderes de opinião, as autoridades tradicionais e outros autores, deviam marcar mais as suas posições sobre a problemática da implementação das autarquias em Angola, frisou.

A problemática das autarquias, disse, já não pode ser só uma luta da UNITA, mas da cidadania angolana.

A UNITA, esclareceu, defende a implementação simultânea das autarquias em todos os municípios do país, e repudia o sistema gradual defendido pelo Executivo.

Segundo Félix Simão Kauhindua, as organizações da sociedade civil de viam desempenhar um papel mais activo, na defesa da implantação simultânea das autarquias em todos os municípios.

O político explicou que o processo das autarquias precisa ser bem analisado, a fim de desfazer-se o que considerou ser "deturpações que o Executivo está a provocar, em violação ao artigo 242º da Constituição".

Malanje

Em Malanje, o secretário provincial da UNITA defendeu sábado a importância das eleições autárquicas, salientando que as mesmas constituem um "passo essencial" da democracia no país.

Discursando na reunião ordinária do comité provincial, que decorreu sob o lema " Firme e forte no aprofundamento da democracia em Angola", Mardanês Calunga lembrou que as autarquias vão permitir a descentralização administrativa e proporcionar o crescimento das localidades.

O político disse que as autarquias vão promover a competitividade entre os municípios e proporcionar a criação de mais postos de trabalho, sobretudo para a juventude, assim como permitir a participação dos cidadãos na administração e controlo da coisa pública.

Para garantir a vitória da UNITA nas eleições autárquicas, Mardanês Calunga defendeu a necessidade de os quadros da sua organização redobrem esforços para o reforço da coesão interna e traçarem estratégias que contribuam para o alcance dos objectivos preconizados.

As dificuldades devem ser resolvidas em fóruns próprios, à luz dos instrumentos que regem a organização, recomendou. A reunião avaliou a situação interna do partido e os problemas sociais como a degradação das vias rodoviárias, falta de energia, água potável, entre outros.

5.4 Cidadãos sugerem melhorias nas áreas urbanas dos municípios

Jornal de Angola

4 De Julho de 2018

Texto: Victor Pedro

Os participantes à consulta pública sobre processo de realização das eleições autárquicas na cidade do Sumbe, Cuanza-Sul, defenderam segunda-feira

melhorias na estrutura urbana dos diferentes municípios da região.

Representantes de partidos políticos, autoridades tradicionais e religiosas, estudantes, professores, defenderam ainda que os futuros autarcas e possíveis candidatos a presidência da Câmara Municipal tenham mais de 25 anos de idade.

A consulta pública foi promovida pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, orientada pelo secretário de estado deste departamento ministerial, Márcio Daniel.

Os participantes no seminário sobre o processo autárquico abordaram as Propostas de Lei que o Executivo pretende incluir nos estatutos e normas que devem regulamentar o funcionamento das autarquias, como as Leis orgânica, de institucionalização e funcionamento das autarquias,

As Propostas das Leis orgânicas das eleições autárquicas, de finanças locais e de transferência de atribuições de competências do Estado para as autarquias locais também foram transmitidas aos participantes no seminário.

Ao longo dos debates, os participantes concordaram e divergiram em "mos pontos. Em relação ao sector da Educação, por exemplo, alguns sugeriram que a responsabilidade deste sector continue a pertencer ao Executivo, enquanto outros defenderam que sejam os municípios abrangidos pelas autarquias a assumir o controlo dos sectores da saúde e educação.

Outros, ainda, sugeriram limites na responsabilidade do presidente da Câmara Municipal, e que se observem critérios para selecção dos cidadãos concorrentes a autarcas. A elaboração e aprovação pelas autarquias dos planos directores municipais, bem como o controlo dos meios agrícolas, gestão de terrenos para fomento da agricultura familiar, reabilitação e construção das estradas secundárias e terciárias, foram defendidos pela maioria dos presentes no encontro.

Para o controlo da entidade autárquica, sugeriram, também deve passar o sector das pescas (artesanal e fluvial), e o licenciamento de empresas ligadas ao sector das telecomunicações.

O secretário de Estado para a Reforma do Estado, Márcio Daniel reiterou, na ocasião, que o exercício vai permitir dinamizar o processo em curso sobre a regulamentação das normas que vão reger o funcionamento dos futuros autarcas.

Sublinhou que a recolha de contribuições sobre o processo autárquico vai permitir que os cidadãos contribuam com sugestões no processo de descentralização administrativa e financeira do país, que deve ser implementado de forma gradual.

5.5 Lei do poder autárquico desviada para os CAP do MPLA

Jornal Liberdade

5 De Julho de 2018

Texto: Pedro Lenga -Lenga

Esta informação foi avançada pela jurista Tânia Coimbra, considerando que muitas administrações municipais não estão a atribuir aos cidadãos leis do poder local, alegando que o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE) não entregou nenhum documento, «como é o caso da administração do Kilamba Kiaxi, que não tem nada a dar aos moradores, tudo porque não vão participar da primeira fase das autarquias», disse.

Este jornal apurou que, o município do Kilamba Kiaxi recebeu através do MATRE alguns diplomas para serem distribuídos aos munícipes, mas na secretária desta circunscrição não existe nenhum documento, os mesmos foram todos entregues aos Caps por ordem da administradora e primeira secretária do MPLA, Guilhermina Albina Luísa.

Apuramos que, esta atitude é para enfraquecer os partidos políticos na oposição, assim como as organizações da sociedade civil, «isto é para demonstrar que querem fazer do poder autárquico uma questão política. O MPLA quer a todo o custo controlar os municípios e não querem que o poder fica com outras pessoas que sejam do interesse desta formação política», refere a fonte.

Por sua vez, a especialista em direito esclarece que as realidades concretas revelam que são muito diferentes os modos de designar ou de eleger os titulares dos órgãos das autarquias, e com efeito,

também há situações em que os titulares desses organismos sejam nomeados pelo poder central, ou em que têm a sua designação influenciada por métodos autoritários, em vez de a escolha assentar em eleições livres e competitivas, e isto poderá acontecer em Angola. «E mesmo quando existem eleições livres, esse facto não significa que em todas as sociedades, todos possam votar ou todos possam ser eleitos», revela.

A jurista esclarece que as autarquias locais são, desde logo, «pessoas colectivas públicas diferentes do Estado Administração. O Estado Administração pode ter serviços públicos periféricos com a mesma área territorial das autarquias. Mas estes não têm personalidade jurídica, nem autonomia administrativa e financeira», disse.

Quanto ao regime jurídico das autarquias locais, Tânia Coimbra reconhece que podemos obedecer os princípios da descentralização administrativa, património próprio, correcção das desigualdades, existência de uma assembleia deliberativa e de um órgão executivo colegial, consagração do referendo ou consulta local. «o poder regulamentar desde que obedecendo à Constituição, à lei e aos regulamentos emanadas do Governo ou de autarquias locais de grau superior, tutela administrativa, a Constituição afasta a tutela de mérito, apenas se aplica a tutela de legalidade e nos termos dos critérios estabelecidos por lei. Os órgãos autárquicos só podem ser dissolvidos pela existência de um acto, acção ou omissão grave, as autarquias possuem um quadro de pessoal próprio que se rege pelo regime da função pública», revela.

Esclarece ainda que, a administração pública é geralmente concebida como um campo essencialmente técnico, imune à política e à luta pelo poder. «Não é isso que acontece, porém, em diversos casos, e menos ainda quando os titulares dos órgãos principais das autarquias são escolhidos em eleições disputadas entre os partidos políticos em processos eleitorais competitivos, como é o caso do MPLA e da UNITA. Este facto faz com que o direito das autarquias locais não possa deixar de ter em conta os aspectos juridicamente regulados que daqui decorrem», disse. Por outro lado, o antigo primeiro ministro de Angola, Marcolino José Carlos Moco afirmou recentemente que, «é uma

pouca vergonha para Angola ter de realizar autarquias só agora em 2020», alertou, mas avança que, «nunca é tarde demais para as realizar».

A Constituição da República refere que, no seu artigo 220º, número cinco, as candidaturas para as eleições dos órgãos das autarquias podem ser apresentadas por partidos políticos, isoladamente ou em coligação, ou por grupos de cidadãos eleitores, nos termos da lei.

5.6 Moradores do "Buraco" vivem em condições desumanas

Jornal Liberdade

5 De Julho de 2018

Texto: António João

Contam os munícipes que o governador Adriano Mendes de Carvalho orientou ao administrador para demolir a casa vermelha, para que os camiões pudessem fazer os serviços da retirada de água que inundou o bairro do Buraco e que desse casas aos sinistrados, coisa que o administrador do Cazenga rejeitou, pois até ao momento não moveu nenhuma palha.

Maria Estêvão, anciã, afirmou que está situação é do conhecimento de Adriano Mendes de Carvalho, governador de Luanda, que em sua visita de campo ao município, chegou a conhecer o "Buraco" e não gostou do que viu, ordenando de imediato que o administrador referido, resolvesse o problema com máxima urgência, coisa que não aconteceu.

"Quando o governador esteve cá, não gostou do que viu, mandou remover a água e pediu que partisse algumas residências para que nos colocassem em outras. Tany Narciso aceitou, mas até agora nada, é um mentiroso, foi falar na televisão que nos deu terreno e materiais, mas nós negamos, é um aldrabão", afirmou.

A anciã revela que o seu esposo que encontra-se doente, com trombose, por causa dos pensamentos pela inundação da casa e sem condições financeiras, a lamentação foi o consolo encontrado pelo ancião, João Caop, que o levou ao ataque.

"O velho ainda estava bem, depois da inundação, antes da água secar, ele apanhou a crise", lamentou.

Maria Estêvão diz esperar que o governo os tire dali com a máxima urgência, pois não têm para onde ir.

Já Gaspar Jungo, morador daquela circunscrição (Buraco), afirma que Tany Narciso dissera que "a conversa já está feita, estamos a espera apenas da remoção dos moradores do prédio treme-treme, para posteriormente ser a vossa vez", disse o velho.

Os munícipes do "Buraco", afirmam que foram apenas falácias do administrador que é duramente criticado por parte dos moradores do Cazenga, principalmente pela camada jovem.

José Pedro Fernandes, jovem residente no "Buraco", afirma que o respeito pelo administrador há muito acabou por parte dos moradores. Na visão do jovem, o administrador vê os mesmos como lixo.

"Digo isso porque esses problemas vêm desde 2007 e até agora nada foi feito. Realmente aqui tem três ou quatro pessoas que já receberam casa, nós não recebemos porque o Sr. administrador nos burlou, nos colocou em uma igreja e recolheu todos os cartões e disse que daqui a um mês vai fazer as chamadas para a entrega das casas e até ao momento nada" avançou.

Administrador chamado de mentiroso

"O nosso administrador é muito mentiroso; nós sabemos que no nosso país é proibido fazer foto sem o conhecimento do mesmo, quando estivemos reunidos para cadastrarem as casas, alguém não sei de onde, veio fez fotos e mandou no governo provincial com baixo assinado, a dizer que vem reunindo com o povo do "Buraco" inúmeras vezes, que isto é mentira, pois nunca reuniu connosco acerca do Buraco", disse o morador.

O mesmo conta que todos foram para as ditas tendas postas à disposição, mas que não chegaram para a demanda da população, pois faziam-se presentes os moradores do Calawenda, no entanto, uma voz da administração dissera que "todos aqueles que não recebeu tenda e a sua moradia já está seca então volta para a sua casa,

que no momento da entrega das casas serão anunciadas”, disse.

O cidadão conta a estranheza da atitude da administração, liderada pelo irreverente Nataniel Narciso, que apareceram na calada da noite para fazer a distribuição das casas.

“Nós ficamos nas nossas casas por falta de tendas e a administração de Tany Narciso apareceu na calada da noite para dar casas aos moradores que estavam nas tendas, nós que estávamos em casa não nos falaram nada, quando voltamos ao local não encontramos os moradores”, afirmou.

O mesmo avança que o facto de o administrador os colocar em uma igreja e receber todos os cartões de sinistrados e até ao momento não fazer nada, desde 2012, diz bem o tipo de governação que o Cazenga vive.

No cruzamento dos factos, este semanário, entrou em contacto com o administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso (Tany Narciso), que avançou o seguinte: “Não posso fazer nada, fazer o que... eles próprios não querem resolver, não estão interessados a resolver os seus próprios problemas, nós queremos ajudar porque o problema é deles”, avançou.

O administrador, disse também que as acusações são falsas e convidou o Jornal a deslocar-se a administração para o devido esclarecimento, nas próximas edições traremos mais detalhes sobre este assunto, bem como o esclarecimento de Tany Narciso.

5.7 Cidadãos tem dúvidas sobre policia municipal

Jornal de Angola

6 De Julho de 2018

Texto: Domingos Calucipa

O papel da futura Polícia municipal nas administrações autárquicas suscitou muitas dúvidas durante o encontro provincial de audição sobre o pacote legislativo autárquico, realizado quarta-feira na cidade de Ondjiva, Cunene.

Divididos em grupos temáticos, os participantes notaram que "é necessário detalhar em termos práticos como vai funcionar a Polícia municipal e

qual será o papel da Polícia Nacional nos municípios".

No encontro, testemunhado pela secretária de Estado da Administração do Território, Laurinda Cardoso, ficou expresso ainda que deve haver melhor clarificação sobre o licenciamento de fazendas agrícolas.

Os participantes recomendaram que o abastecimento de água para as populações deve continuar a ser da competência do sector da Energia e Águas, mas a garantia da sua qualidade deve ser da responsabilidade do sector do Ambiente.

Outra inquietação apresentada pelos participantes tem a ver com as competências a serem atribuídas às autarquias na abertura de furos e construção de sistemas de água.

Gildo Matias José, um dos prelectores, que apresentou a Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, explicou que a partir de 2020 o país vai deixar o modelo de gestão centralizado, permitindo às administrações municipais de hoje ser mais autónomas.

Para o efeito, considerou necessário criar uma série de condições para que os municípios possam auto-governar-se, passando cada autarquia a ter, nos termos da proposta de lei, órgãos próprios, entre os quais a assembleia municipal, órgão deliberativo com a função regulamentar e fiscalizadora.

A assembleia, esclareceu, vai ter a competência de apreciar o orçamento da autarquia local, o plano director, estabelecer as taxas que vão ser cobradas em relação à prestação dos serviços públicos.

A autarquia vai igualmente ter uma câmara municipal, órgão executivo que responde politicamente perante a assembleia municipal, e um presidente da câmara municipal.

Para Gaspar Daniel, que falou da proposta de Lei das finanças locais, o foco principal do encontro é receber as contribuições das mais variadas sensibilidades para que as propostas reflectam de forma abrangente o envolvimento de todos os angolanos.

Para o êxito do processo de implementação das autarquias, disse, é necessário que se estabeleça por

lei o regime financeiro das autarquias, que define onde esses órgãos vão buscar as receitas próprias para realizarem, de forma autónoma, as suas despesas e prosseguirem os seus fins e atribuições.

Seminário em Luanda

O Observatório Eleitoral Angolano (ObEA) promove amanhã, na sala de conferências da igreja Assembleia Cristã, no Kilamba Kiaxi, em Luanda, um seminário sobre as eleições autárquicas previstas para 2020.

A nota de imprensa do ObEA refere que o seminário decorre no âmbito da consulta pública e contribuições das propostas de leis para as autarquias levadas a cabo pelo Executivo, através do Ministério da Administração do Território, até dia 18 deste mês.

O Observatório Eleitoral Angolano é um consórcio de organizações não-governamentais nacionais, de deliberação, concertação e de conjugação de esforços entre as organizações que o integram, no âmbito das tarefas ligadas à educação cívica e eleitoral, monitorização e observação eleitoral doméstica a nível nacional.

5.8 Rostos do MPLA para as autarquias II

Jornal Manchete

6 De Julho de 2018

Texto: Banza Do Nascimento e Jorge Neto

A arena política no país anda a volta das autarquias. Enquanto o pacote legislativo corre pelo país a dentro, Manchete fez um exercício político com fontes próximas dos Grupos de acompanhamento do partido da situação para analisar nos principais municípios de Luanda, quais são as personalidades que serão os autarcas do MPLA. Depois de semana passada termos feito o exercício sobre o município do Cazenga, trazemos agora os potenciais autarcas de Viana.

Viana é o município que mais cresce no país, e com base nos últimos dados do CENSO é actualmente o mais populoso do país, superando o Cazenga.

A maioria da sua população é oriunda de outros municípios de Luanda, com destaque para o Cazenga, Sambizanga, Rangel, Ingombota (Ilha) e do sul do país, sobretudo, de Benguela, Cuanza Sul, Bié e Huambo. Actualmente, o município é habitado por uma população maioritariamente do sul do país, bastião da UNITA e o facto de ser o bastião deste partido na capital, e onde funciona a rádio Despertar a líder das audiências no município faz com que o MPLA vê os problemas sociais desta localidade a afugentar os seus militantes.

Vencer as autarquias aqui será um bico-de-obra e o facto de se registarem constantes mudanças de administrador não tem ajudado o partido. Quase todos os últimos administradores viram os seus nomes envolvidos em escândalos de terrenos, demolições de casas ilegais e situações menos claras com o dinheiro e gestão dos mercados.

António Domingos, vulgo Tony Mulato é administrador do mercado do km 30 e presidente do grupo carnavalesco União Njinga Mbandi, vencedor em 2013 do título na classe A do Carnaval de Luanda. Tony Mulato é dos homens mais populares do município. É um dos principais responsáveis pela mobilização e crescimento dos militantes do MPLA em Viana, sobretudo, as camaradas da OMA. Organização feminina cresce em virtude do seu trabalho de auscultação no mercado e mobilização entre as feirantes e vendedoras no mercado.

No seio da juventude de Viana tem forte influência realizando muitas actividades recreativas e culturais. O grupo juvenil "Cassules Viveiros do Njinga Mbandi" que foi criado para resgatar e transmitir às novas gerações o legado da cultura angolana é liderado por ele.

Recentemente, Tony Mulato, em declarações ao Jornal de Angola, disse que a modernização do grupo, fundado a 28 de Agosto de 2015, é uma das principais apostas e os resultados são visíveis após dois anos de existência. A agremiação visa rebuscar, preservar, divulgar e enaltecer outros estilos musicais, como forma de ajudar a preservar a identidade cultura angolana" No entrudo a dança cabecinha, foi representada como cartão de resgate cultural, sem que o jurado tivesse dado boa nota. O seu desfavor, Tony Mulato, tem o facto

de estar envolvido no litígio do terreno do km 30 com a senhora Cabinda, suposta proprietária, do mercado. De acordo com fontes o administrador do mercado e a Administração de Viana não Acatam um acórdão do tribunal provincial de Luanda, que dá o caso por vencida pela senhora em Causa.

A deputada Dulce Ginga é um dos nomes incontornáveis no município de Viana quando se tratar de autarquias.

A militante do MPLA que começou nos anos setenta a dar carta na OMA, é uma das maiores mobilizadoras que o partido que sustenta o governo tem na capital do país. Do seu vasto curriculum político, consta várias funções, sendo que a maioria deles ligado as massas. A deputada que já foi primeira secretária do MPLA, no município mais populoso de Luanda, Viana, já foi, de 1976 - 1977: Coordenadora da OMA nos Municípios do Ukuma, Quinjenje e Longonjo-Huambo, de 1978 - 1980: Coordenadora da OMA do Município da Caála Huambo, 1981 - 1983: Coordenadora do Grupo Dinamizador do MPLA na Caála - Huambo, 1984 - 1985: Chefe do Departamento de Organização e Mobilização do Comité Provincial da OMA - Huambo.

Dulce Ginga desempenhou ainda as funções de Coordenadora do Departamento de Assuntos Políticos da OMA-Huambo, de 1989 - 1992: Secretária Municipal da OMA-Huambo, 1992 - 1993: Coordenadora das Mulheres Refugiadas nas Províncias de Luanda, Kwanza-Sul, Benguela e Namibe. Saído do interior Dulce Ginga vem para Luanda onde, no Comité provincial do partido, em 1994, exerce a função de Coordenadora do Departamento de Organização e Mobilização do Comité Provincial da OMA em Luanda, em 2000 é eleita Secretária do Departamento de Organização Periférica e Rural do Comité Provincial do MPLA em Luanda. Actualmente Deputada á Assembleia Nacional.

José Manuel Moreno Mendes Fernandes natural de Benguela, onde chegou a ser primeiro Secretário dos camaradas da província das Acácias. Zeca Moreno, como é tratado pelos fãs foi administrador municipal de Viana. Conhecedor do município mais populoso do país o benguelense ainda a residir no município divide a política com a música.

Viana é definido como um município com especificidades próprias, para além de ser muito povoada, a maioria da população é oriunda de migrações do norte e sul do país, com destaque para Benguela e Bié. A sua população é maioritariamente pobre ou vive abaixo da pobreza, enfrentando vários problemas sociais, como falta de água potável, energia eléctrica, saneamento básico e acesso aos serviços de saúde e educação.

Zeca Moreno iniciou a carreira musical em 1970 no agrupamento musical "Os Bongos do Lobito" com o qual gravou duas músicas, mas por razões conjunturais do país foi obrigado a interromper a progressão da sua carreira durante um período de três décadas, tendo ressurgido no mercado em 2004 e depois lançou o disco Perfumes das Acácias.

Em 2010 Zeca Moreno assumiu-se como um dos concorrentes às eleições para a presidência dos corpos gerentes da União dos Artistas e Compositores (UNAC-SA), juntando-se à lista de candidatos à corrida ao "cadeirão" da instituição com Belmiro Carlos.

5.9 Sobas clamam por maior valorização

Jornal Visão

6 De Julho de 2018

Texto: João Salvador

O Regedor e presidente do Colégio de Reis e Sobas de Angola, organismo congregado no Conselho Angolano de Coordenação de Associações das Autoridades Tradicionais CACAAT, Lucas Pedro Macongo, afirmou que as autoridades tradicionais em Angola, têm sido esquecidos o seu real papel, segundo ele, a situação preocupante.

Os mesmos reclamam de uma vez na província de Malange um determinado administrador municipal, teve ousadia de exonerar o adjunto do Soba para colocar alguém de sua conveniência, denunciou.

Para sustentar a sua tese o Regedor afirmou ainda que o mosaico cultural Angolano, está a ser esquecido a nível nacional e das próprias autoridades estatais.

"Autoridades Tradicionais, já não fazem parte dos problemas sociais que afecta a sociedade civil, esta desvalorização estar se registar nas principais cidades capitais do país como é o caso de Luanda", frisou.

Acrescentando que são vários os casos registados em Luanda, onde alguns cidadãos, supostamente amigos de alguns indivíduos com algum poder financeiro, influenciam uns e ocupam terrenos que são pertença de sobas e das autoridades tradicionais. Para a sua recuperação tem uma dor de cabeça e é, necessário muita ginástica para a devolução do mesmo, sustentou Lucas Pedro.

Já o Secretário-geral do Conselho Angolano de Coordenação de Associações de Autoridades Tradicionais, Tiago Catumo, vai mais a fundo, sublinhado que muitos são os estudantes que desconhecem a história e o real papel das autoridades tradicionais.

Segundo fez saber o responsável numa pesquisa feita a nível nacional, registou-se que não só os estudantes encontram-se nesta situação. Também, jovens acham que, para ser um Rei ou Soba é necessário ter algum poder místico (feitiço).

Esta realidade não se regista tão somente no meio da população, mas também, em alguns chefes de gabinete de Ministérios e Administrações municipais, também encontramos esse conhecimento a cerca das autoridades tradicionais, a firmou o responsável.

O Soba denuncia também que de algum tempo para cá, o seu Secretário para a Educação dirigiu-se a uma das escolas do Distrito Urbano do Talatona, quando este se identificou junto da secretária da referida escola, o funcionário ficou pasme e assustado dizendo não conhecer a instituição que controla as autoridades tradicionais, alegando que conhece somente o Soba grande da Ilha adiantou Tiago.

Para concluir, é preocupante a falta de conhecimento por parte da sociedade, estes factores desastrosos levou ao Conselho Angolano de Coordenação das Autoridades Tradicionais, criação a nível nacional de campanhas e palestra, no sentido de capacitar, informar e formar a população do país nas 18 províncias, para compreenderem o verdadeiro papel das

autoridades tradicionais, junto de qualquer sociedade africana.

Tiago Catumo Malamba afirmou ser uma grande luta fazer sentir aos angolanos que desde do tempo Colonial, o país sempre existiu o Poder Tradicional, foram os, mas velhos que receberam os portugueses quando cá chegaram, e entre estes mais velhos sempre esteve presente a figura de Rei, Sobas e Seculos, são estes, mais velhos angolanos que foram mostrando aos portugueses os caminhos do nosso do país.

Para terminar o responsável, adiantou que gostaria que o Executivo Angolano na pessoa do Presidente da República, João Manuel Gonçalves Loureço olhasse um pouco nas Autoridades Tradicionais, como bibliotecas vivas da história e por serem a solução de alguns problemas que afecta a sociedade, embora alguns não reconhecem, concluiu.

5.10 Falcão espera que as contribuições de Benguela melhorem "acervo" autárquico

Jornal O PAÍS

7 De Julho de 2018

Texto: Constantino Eduardo

O Pacote Legislativo das Autarquias Locais foi discutido/apresentado Sexta-feira, 06, em Benguela pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado.

Na sequência das orientações do Conselho da República, órgão de consulta do PR, o Ministério da Administração do Território desenvolve em todo o país uma acção de apresentação pública e discussão das 5 propostas do Pacote Legislativo das Autarquias Locais.

Com o gesto, mais do que levar ao conhecimento público a essência das eleições autárquicas, o Executivo pretende que os cidadãos, de Cabinda ao Cunene, contribuam para a efectivação das normas que irão reger, em 2020, as referidas

eleições, conforme indicação o Conselho da República.

As discussões/apresentações iniciaram a 1 de Junho e, semanalmente, ocorrem em 3 províncias. É nesta perspectiva que a província de Benguela acolheu igualmente o certame, no Instituto Superior Jean Piaget, para a qual contribuíram vários segmentos da sociedade civil, políticos, governantes, académicos, entre outros.

Intervindo na cerimónia de abertura, Rui Falcão valorizou a realização do evento, dada à sua "perenidade" na institucionalização das autarquias em Angola, visando consolidar o processo democrático em curso no país. "Tenho a certeza de que a sabedoria benguelense irá contribuir de forma expressiva nos documentos de base que são submetidos", disse.

O Governo provincial aproveitou o certame para apresentar publicamente aquilo a que deu o nome de "Análise Técnica de Diagnóstico Provincial de Benguela", que serve de antevisão para as eleições autárquicas.

A vice-governadora para o sector Político e Social, Deolinda Valiangula, a quem coube apresentá-lo, referiu que, com o estudo, o Executivo pretende, efectivamente, ter uma ideia de como é que o território na sua globalidade está, para implementá-las nas 10 circunscrições administrativas que compõem a província, com foco nos recursos humanos, capacidade de arrecadação de receitas, equipamentos sociais, entre outras condições consideradas essenciais.

Na sua alocução, a governante salientou que alguns municípios de Benguela se debatem com sérios problemas de recursos humanos. No âmbito da implementação do Imposto Predial Urbano, Deolinda Valiangula assegura que, em muitos municípios do interior de Benguela, há claros problemas de imóveis susceptíveis de tributação, de maneira a garantir autonomia financeira às circunscrições, pois muitas regiões têm um número considerável de cubatas em detrimento "casas convencionais. Benguela tem 328 mil e 156 casas convencionais". O diagnóstico feito pelo Governo Provincial dá conta que, além de Benguela e Lobito, os outros municípios, do ponto de vista prático, não dispõem de "autonomia financeira", um dos pressupostos das autarquias locais.

O jurista Moreira Lopes, a quem coube apresentar as propostas, reforçou a ideia de não financiamento proveniente do OGE, mas frisa que a Proposta de Lei não descarta a possibilidade de outros financiamentos. "A implementação das autarquias locais deverá obedecer ao princípio do gradualismo, quer dizer que será implementada de modo gradual. Todos os municípios serão "autarquisados", mesmo aqueles com falta de capacidade de angariação de receitas. É necessário também que a autarquia tenha um tribunal de comarca, instituições bancárias, equipamentos necessários imobiliários, questões tecnológicas de telecomunicação. São aspectos que devem ser avançados para as autarquias", elucida o jurista.

No mesmo evento, a ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, apresentou o Plano de Ordenamento para as Autarquias tendo em conta os assentamentos populacionais, reflectidos nos Planos Provinciais, Inter-Provinciais, Inter-Municipais e Municipais: "Cada um dos municípios terá o seu Plano Director Municipal, de modo a garantir melhor ordenamento. Depois temos o Plano de Ordenamento Rural", disse.

5.11 Autarquias poderão recorrer a empréstimos

Jornal de Angola

7 De Julho de 2018

Texto: Dani Costa

O representante do Ministério das Finanças disse aos presentes que quanto mais atribuições forem passadas para as autarquias, maior será a necessidade de se auto-financiar. Denis Barbosa explicou que as propostas existentes na Lei das Finanças Locais estão relacionadas apenas com os municípios que serão elevados à categoria de autarquias, estando os demais excluídos do referido pacote.

Para já, segundo o prelector, estão previstas a arrecadação de receitas próprias, creditadas e também as consignadas. Integram as receitas próprias o Imposto Predial Urbano, SISA, as taxas de circulação e outras. Apesar destas, as autarquias poderão também obter financiamentos para financiar as suas actividades, desde que não sejam superiores aos valores do exercido económico

anterior, ou ainda por intermédio das receitas consignadas obtidas no âmbito total nacional.

'Existe também a derrama, que é a possibilidade de o autarca criar um imposto industrial adicional até um por cento do valor referente ao imposto industrial', disse.

5.12 Descentralização, municipalização e cooperativismo

Jornal de Angola

7 De Julho de 2018

Texto: Joaquim Camacho

Correndo o risco de simplificar questões complexas e, portanto, difíceis, abordarei, em jeito de vulgarização, de desenvolvimento médio, duas instituições bem exemplificativas da democracia, entendida como o "governo do país pelo país". Para abordar o solicitado amavelmente por amigos, procurei inspirar-me na teoria de Herculano no campo mais vasto da descentralização. Embora esta matriz inicial seja ainda evidente; o certo é que alarguei o horizonte descentralizador até ao cooperativismo e chamei à barra o testemunho de dois grandes herculanistas: José Félix Henriques Nogueira e António Sérgio. O primeiro foi o maior municipalista do seu século e propôs mesmo uma reforma administrativa prática, toda assente nos municípios. Sérgio, além de ter sido o maior pensador português da primeira metade do século XX, foi, o maior teorizador do cooperativismo e seu apologista constante, durante cerca de cinquenta anos de actividade pedagógica. Herculano é a figura tutelar que na sua acção municipalista veio a criar uma cooperativa de crédito.

Quanto aos municípios, a perspectiva sobre a qual se encara a questão é a do poder local autónomo, entendido como a auto-administração das autarquias locais: freguesias e concelhos. Quanto às cooperativas, o ponto de vista económico ou, se se quiser, os interesses defendidos são os da "dona de casa, de casa pobre"- no dizer de António Sérgio. Daqui decorre que tudo o que diz respeito à administração central e mesmo regional a cargo do Estado não tem aqui cabimento.

Quem esperar grandes novidades acerca da descentralização ou, até, quem esperar grandes

novidades desengana-se. Tudo o que seja denunciar a lepra da elefantíase que atrofia cada vez mais a emperrada máquina estatal, penso ser saudável, se apontar saídas possíveis para a burocracia administrativa e para a improdutividade económica: eis o sentido destas singelas sugestões de amator.

O fito é realizar o sonho de Herculano: "o, regímen do país pelo país": pela descentralização e por uma forte organização municipal; utopia, horrenda para todos aqueles que sabem achar na concentração do poder, quando lhes cai nas mãos, incógnitas doçuras, bem diversas dos martírios de que certos utopistas supõem esse poder rodeado. Não se trata de propor qualquer mistificação, daqueles que costumam abundar nos períodos de crise profunda como a nossa, mistificação que prometa "milagres" fáceis.

Não se trata também de operar a mistificação de qualquer "novidade" antiga ou recente - hábito inveterado num país todo ele "provinciano" na mentalidade, desde a camada dirigente até ao comum dos cidadãos.

Trata - se, muito pelo contrário, de sugerir processos ou meios de reforma social e económica, meios estes que, experimentados durante décadas no nosso país ou ensaiados no estrangeiro em larga escala nos últimos cem anos, deram os melhores resultados. Trata - se de corporizar "o governo do país pelo país" por meio de instituições que não defraudem as esperanças das populações, em geral, e dos trabalhadores, em particular. Trata - se, concretamente, de propor uma reforma administrativa assente nos municípios e de preconizar uma reforma económica baseada nas cooperativas. Desde Que livres de qualquer coacção (estatal, partidária, etc), o municipalismo e o cooperativismo, cada um a seu modo, evitarão os malefícios do individualismo e os excessos do colectivismo.

A descentralização é, sem dúvida, um belo ideal, mas só se tornará realidade viva pela qual valha a pena lutar, se for incarnada em instituições como as duas apontadas.

O municipalismo e o cooperativismo não são dois sistemas associativos rivais, mas sim convergentes na realização do ideal descentralizador. A sociedade cuja organização administrativa e económica se apoie neles progredirá, sem cair na

exploração capitalista selvagem, nem na colectivação socialista, nem tão pouco na anarquia. Os municípios autónomos e as cooperativas livres são associações que requerem, para existirem e prosperarem, um regime democrático, verdadeiramente democrático.

É que a democracia é a única atmosfera em que frutificam estas organizações de feição descentralizadora. O município e a cooperativa desempenharam a missão histórica de libertar o homem de trabalho da servidão senhorial e patronal, respectivamente. As comunas ou municípios nasceram no seio do feudalismo europeu, em luta contra as arbitrariedades das classes privilegiadas. Os concelhos são instituições democráticas que se organizaram; tendo em conta os interesses do povo em quem repousa o poder.

Estas democracias indirectas prosperaram por toda a parte, a ponto de aí ter nascido o capitalismo e de ter aparecido, como classe dirigente, a burguesia. O triunfo do municipalismo explica-se pela coesão colectiva e, principalmente, pelo bairrismo e pela riqueza dos municípios mais empreendedores. No século XVIII, mas com mais incidência no século passado, a Europa foi agitada pela revolução industrial que derrubou os quadros do antigo regime senhorial, não só os mentais e sociais, mas também as estruturas económicas e políticas. A era industrial eliminou as corporações medievais e reduziu a importância e autonomia dos municípios ou comunas. No século passado, o liberalismo económico explorou tudo e todos, numa concorrência feroz em que vencia o mais forte.

A aplicação das invenções aos maquinistas criou novas indústrias e provocou a emigração de milhões de camponeses para as cidades e seus subúrbios, mão de obra facilmente explorada por gente sem escrúpulos. Como não havia mecanismos legais de fiscalização das condições de trabalho, praticaram-se as maiores injustiças sociais, lançando na miséria multidões inteiras de proletários. Isto aconteceu um pouco por toda a parte da Europa industrializada, especialmente na Inglaterra, na Alemanha e França. Foi neste ambiente que, em 1840, surgiu com força a propaganda socialista e sindical e que a organização cooperativa ensaiou os primeiros passos.

A mensagem de esperança do cooperativismo procurou atacar na raiz o individualismo egoísta do capital, desconfiando, por outro lado, que qualquer benefício lhe possa advir do colectivismo do Estado-padrão. Assim como o municipalismo nasceu nos séculos XIX para obviar aos malefícios do feudalismo-senhorial isso, assim também o cooperativismo surgiu no século XIX para libertar os operários e camponeses do patronato e da agiota geminada exploradora. Concelhos ou municípios: eis as instituições mais típicas da democracia medieval, necessariamente imperfeitas como órgãos de uma nova sociedade em gestação, ganhando lentamente consciência de si. Apesar dos seus defeitos, os municípios eram os órgãos do poder local que defendiam a liberdade da maioria da população que se acolhia à sua protecção.

O regime democrático já praticado na Grécia antiga, meio milénio antes de Cristo, admitia também a afronta à escravidão de uns homens por outros homens. A moderna democracia, teorizada por Rousseau, Kant e outros, é uma plataforma assente em três pés, necessários e suficientes: a liberdade, a igualdade e a fraternidade. Onde faltar um ou mais destes três princípios básicos, a democracia não existe em boa verdade. Das três bases, a igualdade de oportunidades para todos está bem longe de ser um facto e a fraternidade não passa muitas vezes de um sonho distante, pela utopia de espíritos generosos que superaram o comum dos mortais. A liberdade é das três a mais reclamada e a mais efectivada, embora nem sempre seja acompanhada do mesmo grau de responsabilidade, daí as desilusões...

Sem uma educação cívica intensa e sem uma ética exigente, não há democracia que se enraíze em profundidade e possa dar os frutos que dela se esperam. As escolas, os partidos, as igrejas e outras instituições ou agremiações devem concorrer para esta democratização teórico-prática. Da nossa experiência quotidiana sabemos que nem sequer os partidos se propõem educar o povo, nem os seus sequazes são modelos éticos de fraternidade e de tolerância.

Querirá isto significar que a democracia é impossível? Nada disso, significa, sim, que ela é difícil, porque apela para as virtudes mais exigentes e postula uma conduta isenta de sectarismo, de discriminação, de subserviência e de prepotência. A democracia não é uma dádiva

graciosa, mas antes uma conquista moral que exige um esforço diário de todos. Sem civismo autêntico, expresso na dedicação ao bem comum, no respeito pela dignidade de quem trabalha e na fraternidade das relações humanas, não há democracia que resista. Porém, se a democracia desaparecesse, "o governo do país pelo país," isto é, o regime descentralizador proposto pelo municipalismo e pelo cooperativismo não teria qualquer possibilidade. Possam estas linhas sobre a descentralização alertar-nos, também, para as responsabilidades que a todos nos cabem. É que, quer queiramos quer não, todos somos co-responsáveis pelo destino comum desta Angola que somos.

5.13 Populares do Bocoio e do Balombo animam discussão sobre autarquias

Jornal de Angola
7 De Julho de 2018
Texto: Dani Costa

A realização das primeiras eleições autárquicas obedecendo ao gradualismo, a necessidade de os futuros autarcas viverem durante alguns anos nas áreas em que se vão candidatar e que estes tenham, por exemplo, 10 anos de mandato, foram algumas das propostas que saíram dos grupos de trabalho que na passada Quinta-feira, 5, analisaram as cinco propostas de lei que integram o pacote legislativo autárquico apresentando aos populares dos municípios do Bocoio e Balombo, em Benguela.

As propostas acima mencionadas emanaram das conclusões dos grupos que analisaram o pacote legislativo, um dos quais integrava sobas e o próprio ministro da Administração do Território, Adão de Almeida, que espera com este novo modelo de discussão 'ouvir mais contribuições para tornar o processo mais participativo' nos próximos tempos.

Confrontado por alguns sobas sobre as razões do gradualismo e do porquê de não incluir todos os municípios ao mesmo tempo nas eleições de 2020, o governante disse que competirá à Assembleia Nacional seleccionar os primeiros municípios e com estes compreender como é que funcionará esta nova realidade.

Adão de Almeida viu no seu grupo algumas autoridades tradicionais a defenderem que deveriam ser os municípios a garantir que estão aptos ou não para participar. Outros discordavam, por muitos destes municípios não possuírem bancos, tribunais de comarca e outras instituições para que entrem na primeira fase.

'A dinâmica é que vai dizer se estamos a andar muito rápido ou devagar. É algo que vai ser ajustado. Mas o referencial de base é 2035 para todos', disse Adão de Almeida no debate interno do grupo em que esteve inserido.

No grupo do governante, por exemplo, que teve como porta-voz Lúcia Castro, foi defendido que o processo deve ser feito de forma gradual, principalmente nos municípios com algum desenvolvimento e aprimorar os mecanismos da tutela administrativa proposta.

Dez anos de vivência na área em que se quer concorrer foi uma das propostas saídas de um outro grupo, composto por mais de 50 elementos, em que sugeriram também a necessidade de se ter em conta a realidade de cada município e o autarca deverá ser alguém que ofereça garantia de transparência financeira.

'A implementação das autarquias deverá ser simultânea e não gradual. O Estado deve financiar as autarquias, os responsáveis da Assembleia Municipal devem ser remunerados', defendeu Januário Cupassala, responsável do grupo que se reuniu numa das salas do Sindicato.

O governador de Benguela, Rui Falcão Pinto de Andrade, que acompanhou as discussões, disse que outras oportunidades vão surgir para que os habitantes da província possam debater as questões referentes às eleições autárquicas que terão lugar em 2020.

Segundo o governante, a discussão que juntou populares do Bocoio e do Balombo 'foi mais uma oportunidade oferta aos munícipes dos mais variados sectores. 'As contribuições foram boas. Todos participaram de maneira livre e espontânea. Apontamos as preocupações. Outras oportunidades surgirão para ouvirmos os populares. O trabalho continua', disse o governador.

A discussão acalorada, que teve lugar numa das salas da Administração Municipal do Bocoio, contou com a participação do jurista e académico Moreira Lopes, que apresentou algumas propostas que constam no pacote, nomeadamente da Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, a Lei Orgânica das Eleições Autárquicas, Lei da Tutela Administrativa e da Lei das Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais. Já Denis Barbosa, representante do Ministério das Finanças, falou para os presentes sobre a Lei das Finanças Locais.

Durante a sua dissertação, Moreira Lopes garantiu aos participantes que o objectivo do processo de auscultação naquela parcela do território da província de Benguela era apresentar as propostas e ouvir a contribuição dos seus habitantes para o processo que tem como 'parâmetro' para a sua realização o ano de 2020.

O académico explicou que as autarquias serão realizadas, em princípio, nos municípios, embora exista a possibilidade de acontecerem noutros meios. 'As pessoas serão responsáveis para dirigir os seus municípios e a Assembleia Municipal é que vai aprovar o orçamento das referidas autarquias', disse Moreira Lopes.

O jurista elucidou os presentes sobre o papel da Câmara Municipal, as suas competências, o período de mandato de cinco anos, assim como a composição do próprio secretariado, o processo de eleição dos futuros autarcas e a necessidade de tutela de mérito para salvaguardar as questões que atentem contra os interesses superiores das próprias populações.

Moreira Lopes reforçou aos presentes a tese de que o autarca deverá ser o cabeça de lista do partido, coligação ou grupo de cidadãos mais votados que participaram nas eleições autárquicas. Porém, garantiu igualmente que na impossibilidade deste assumir o lugar, a vaga será preenchida pelo segundo mais votado, e no caso de este não puder também, então uma comissão gere os destinos da circunscrição.

'As autarquias poderão criar empresas públicas municipais ou institutos públicos', explicou.

5.14 Municípios sugerem criação de taxa para o uso da terra

Jornal de Angola

8 De Julho de 2018

Texto: Venâncio Victor

Os participantes na consulta pública sobre o processo de implementação das autarquias na província de Malanje defenderam a criação de uma taxa para o uso da terra na produção agrícola. Representantes de partidos políticos, autoridades tradicionais e religiosas, estudantes, administradores municipais e sociedade civil defenderam ainda que os futuros autarcas devem ter, 'no mínimo, 25 anos de idade, tendo em conta o equilíbrio emocional e profissional do candidato.

A consulta pública, promovida pelo Governo, através do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, foi orientada pela secretária de Estado do sector, Laurinda Cardoso, e testemunhada pelo governador Norberto dos Santos "Kwata Kanawa".

Os participantes no encontro abordaram as seis propostas do pacote legislativo autárquico, nomeadamente, as propostas de Lei orgânica das eleições autárquicas, de institucionalização e funcionamento das autarquias, de finanças locais e de transferência de competências do Estado para as autarquias. A criação de um código de conduta dos autarcas também, foi proposta pelos participantes' que solicitaram esclarecimentos sobre a relação entre as autoridades tradicionais e as autarquias locais.

Defenderam que os candidatos à presidência da Câmara Municipal devem residir no local no mínimo dois anos, e que os membros a integrar a Assembleia Municipal sejam sobas, membros de confissões religiosas, da comissão de moradores e de partidos políticos.

Os participantes ao encontro de auscultação pública sobre as autarquias locais e recolha de contribuições sugeriram o pagamento de impostos por parte dos vendedores ambulantes e que o processo de constituição das autarquias seja implementado em simultâneo nos 164 municípios do país.

Ao apresentar o diagnóstico da província, o vice-governador de Malanje para o Sector Político, Económico e Social, Domingos Eduardo, disse que a região pode conhecer alguns constrangimentos nas autarquias, em relação à arrecadação de receitas, devido à insuficiência dos recursos humanos, de repartições fiscais e reduzido número de agências bancárias nos municípios.

A auscultação pública sobre o processo autárquico teve início no município de Kangandala, 28 quilómetros a Sul da sede capital da província de Malanje. A secretária de Estado do Ministério da Administração Pública e Reforma de Estado, Laurinda Cardoso, disse que os próximos encontros de auscultação devem ser levados a cabo por técnicos locais, que vão percorrer os municípios, comunas, aldeias e povoações para colher opiniões e contribuições dos cidadãos sobre o processo autárquico.

Laurinda Cardoso pediu aos cidadãos para se despirem de sentimentos partidários e religiosos durante as discussões sobre o pacote legislativo autárquico. "É um processo que está a ser feito por angolanos para todos os angolanos", disse a secretária de Estado, que anunciou estar em curso a aprovação dos estatutos dos quadros das administrações municipais. A alteração da estrutura orgânica dos municípios implica um aumento do fundo salarial, o que obriga a utilização de mais receitas, referiu a secretária de Estado Laurinda Cardoso.

5.15 Sociedade civil debate autarquias no Cazenga

Jornal de Angola

9 De Julho de 2018

Texto: Maria Custódia

Activista Laura Macedo, uma das mentoras do projecto, disse em declarações a OPAÍS que a iniciativa tem lugar pela segunda vez neste município e visa elucidar o cidadão em matéria do pacote legislativo autárquico.

No encontro, referiu, apresentam e deixam os cidadãos ler as propostas do Executivo para que os mesmos possam ver se estão ou não de acordo, sobre o que acham que deveria mudar, o que se

deve manter de modo a que eles possam pensar e reflectir sobre as autarquias.

Laura Macedo defende que ao participar na vida do país os cidadãos estarão a participar da sua própria vida e a melhorá-la, indicando aos dirigentes do país o que eles pretendem.

"A mim e aos meus dois colegas o que nos interessa é a melhoria da vida do cidadão, que o cidadão entenda o que estão a fazer para ele. Se está de acordo ou se prefere de outra maneira", frisou Laura Macedo, acrescentando que o seu maior objectivo é pôr os cidadãos das comunidades menos favorecidas a falarem sobre o assunto das autarquias.

Assegurou que o projecto prevê realizar quatro sessões em cada município de forma intercalada, expandindo-se para todos os municípios da província de Luanda numa primeira fase. Referiu ainda que este é um projecto que visa produzir diálogo nas comunidades.

"Sabem que as comunidades não são muito de falar dos assuntos com mais seriedade, as pessoas falam um bocadinho em casa, outro bocadinho aqui. Com este projecto pretendemos entrar nas comunidades", sublinhou.

A activista adiantou que fazem parte do projecto, além dela, Leonardo Ngola e Osvaldo Caholo. "Este projecto é de cidadão para cidadão, não está ligado a nenhum partido político. Nós não queremos saber dos partidos, não temos partido", frisou.

Manifestou-se satisfeita pela participação das pessoas, visto que estão a aproximar-se mais, a conversar e a colocar as suas dúvidas.

"Nós também temos as nossas dúvidas, os nossos anseios, os nossos receios. Vamos buscar exemplos de outros países porque, como sabe, as autarquias já andam no mundo desde antes de Cristo, não é de hoje, nós não estamos a inventar, Angola não está a inventar nada com as autarquias", finalizou.

A próxima sessão está agendada para Domingo (15) no município de Belas.

5.16 Jurista diz que autarquias vão exigir "sacrifícios" habitacionais ao Estado

Jornal O PAÍS

10 De Julho de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Branco Lima refere que as demolições são um assunto acerca do qual a sociedade não gosta de ouvir falar, porém, entende que, em nome do interesse da institucionalização das autarquias - cujas eleições estão previstas para 2020 -, o Estado terá mesmo de, em determinadas circunstâncias, accionar tal mecanismo, tendo em conta os Planos Urbanísticos (PU) definidos pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, tal como referiu a sua titular, Ana Paula de Carvalho, dirigindo-se a vários segmentos, em Benguela, no evento que visou apresentar/discutir as propostas de Lei do Pacote Legislativo das Autarquias Locais.

A questão autárquica, argumenta, não se limita apenas ao poder estadual, é um esforço colectivo, pelo que "cada um de nós tem que colaborar. Há outros interessados, como, por exemplo, a população. É que, se pensarmos do ponto de vista prático da necessidade da reestruturação urbanística, estamos a falar em termos concretos, não vale a pena taparmos o sol com a peneira da necessidade de termos de partir casas, de alojar pessoas (atribuir novas residências)", defende, considerando, contudo, um processo complexo que exige empenho e compreensão de todas as sensibilidades.

O jurista reconhece que houve um aumento desregrado da expansão urbanística, daí que haja, no seu ponto de vista, a necessidade de se "corrigir o que está mal e melhorar o que está bem", tal como soa o lema com que o MPLA, partido sustentáculo do poder em Angola, se apresentou ao eleitorado.

Entretanto, frisou, um dos critérios fundamentais para determinação das autarquias locais é, essencialmente, a planificação urbanística: "não é novidade para ninguém que as zonas periféricas das cidades estão um pouco desorganizadas, do ponto de vista urbanístico, e é necessário apresentar um projecto de reorganização e reestruturação que garanta, de facto, que as

peças sejam facilmente localizadas", sublinhou em entrevista à imprensa.

Para ele, os bairros terão de, necessariamente, ser objecto de reestruturação, no sentido de garantir que o elemento de identificação para constituição e definição do universo de população de uma localidade se torne possível.

A ministra do Ordenamento do Território não alinha tanto na questão das demolições, mas sublinha a necessidade de se criarem zonas fundiárias, para permitir ao Estado, no âmbito do poder local, criar equipamentos sociais.

Para Ana Paula de Carvalho, a actual configuração dos bairros não dá possibilidades ao Estado de agir pontualmente, dificultando, desse modo, a garantia da segurança ao cidadão. Havendo "algum incidente no local, os serviços de bombeiros não conseguem chegar. Temos, às vezes, de transportar o caixão, porque carro não entra", ilustrou.

A governante salienta que o Plano de Desenvolvimento Municipal (PDM) é um instrumento que permite ao autarca gerir melhor a sua circunscrição territorial, por definir as zonas em que devem ser implantadas infra-estruturas sociais, económicas, entre outras: "o PDM deve ser ratificado pelo Ministério de tutela, nesse caso, o do Ordenamento de Território e Habitação. Mas, esse plano começa a sua elaboração no município", refere.

5.17 ADRA vai auscultar comunidades rurais sobre autarquias

Jornal O PAÍS

11 De Julho de 2018

Texto: Dani Costa

Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT) assina ainda este mês de Julho um acordo de parceria com a Acção Angolana para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) para que esta última se ocupe

do processo de auscultação sobre as autarquias junto das autoridades tradicionais e de grupos específicos existentes no país.

Segundo apurou OPAÍS, o trabalho será desenvolvido em 13 municípios das províncias do Huambo, Benguela, Huíla, Cunene, Malanje e arredores de Luanda. As áreas em que a instituição liderada por Belarmino Jelembi deverá intervir é constituída fundamentalmente por comunidades rurais, sobretudo grupos de agricultores, pescadores, comerciantes, membros de associações, funcionários das administrações comunais e líderes religiosos.

Tendo em conta a sua influência nas zonas rurais, fruto de vários anos de trabalho e projectos implementados, o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado vai confiar igualmente à ADRA a consulta às instituições do poder tradicional, isto é, os sobas, e outros líderes tradicionais nos mais de 10 municípios seleccionados.

'As pessoas a integrar no processo, na sua maioria são aquelas com quem já existe uma relação de confiança, pelo que não há problemas quanto à mobilização, nem constrangimentos na exposição de pontos de vista, segundo revelou a fonte a OPAÍS.

Além dos grupos acima mencionados, a ADRA irá concentrar também as suas baterias para grupos específicos como a comunidade San, no Sul de Angola, consultas em regiões fronteiriças com a República da Namíbia e nos Gambos.

Durante cinco semanas intensas, com um grupo significativos de agentes no terreno, os técnicos da referida organização não-governamental vão percorrer as comunidades locais pouco abrangidas pela consulta realizada pelas autoridades governamentais.

Uma fonte contactada por este jornal garantiu que o resultado desta consulta será submetido ao Ministério da Administração do Território e partilhado com outras instituições do Estado e a própria sociedade civil.

'Cremos que a escolha da ADRA teve em conta a proximidade desta instituição e a experiência que tem com a própria comunidade rural. Houve inicialmente um contacto prévio e creio que as

partes terão chegado já a um entendimento para se começar a trabalhar', garantiu uma fonte deste jornal, realçando que as portas estarão abertas às outras organizações, desde que tenham experiência e apresentem uma boa folha de serviço, à semelhança, por exemplo, do que tem sido feito pela ADRA.

5.18 Auscultação pública dá voz a todos os cidadãos nacionais

Jornal O PAÍS
11 De Julho de 2018

Tendo iniciado no passado dia 01 de Junho, o processo de auscultação pública ao Pacote Legislativo autárquico já envolveu, até ao princípio desta semana, pelo menos 15 províncias. Equipas técnicas enviadas pelo Governo de Angola contam, nesta tarefa, com o envolvimento de vários académicos, que têm, nos seus múltiplos encontros, apresentado as nuances das propostas de leis estruturantes da institucionalização das Autarquias Locais, promovendo mesmo um debate interactivo com as mais variadas comunidades nacionais.

Para a recolha de contribuições e com o contributo de integrantes da sociedade civil, com vasta experiência em trabalhos de sensibilização e auscultação pública, os encontros baseiam-se na metodologia de formação de grupos de trabalho, onde cada pessoa aprecia uma dada legislação e sobre ela apresenta as suas contribuições.

E o resultado não poderia ser melhor. Muitas são as contribuições recolhidas, sem que, com efeito, o processo se considere encerrado, sendo deixada em aberto a possibilidade dos cidadãos submeterem ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT), que coordena o processo, as contribuições adicionais para o e-mail. autarquias2020@mat.gov.ao.

Nesta semana, a auscultação provincial continua no Cuanza-Norte e na Lunda-Sul, devendo encerrar em Luanda, a 25 de Julho. Enquanto isso, o processo decorre até 31 de Julho, envolvendo encontros com vários sectores do Governo angolano, especialistas nacionais em várias áreas, tais como organizações da sociedade civil, ordens profissionais e toda a sorte de entidades e

instituições cujo contributo possa constituir mais valia para um processo que se quer participativo.

Nas fotos seguintes, retratamos os momentos mais marcantes da interação decorrida nos dias 5 e 6 de Julho na província de Benguela, primeiro no município do Bocoio, e, segundo, na sede provincial.

5.19 Autarquias locais chegam ao Comércio

Jornal Economia e Finanças
13 De Julho de 2018

O Ministério do Comércio, em parceria com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, realizou recentemente, em Luanda um encontro de auscultação pública sobre o Pacote Legislativo Autárquico, dirigidos aos quadros do Comércio e demais agentes económicos,

No encontro, cuja cerimónia de abertura esteve a cargo do ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem, foram abordados vários assuntos relacionado com o novo modelo de administração das actividades comerciais no que toca à legislação.

O titular da pasta do Comércio agradeceu o gesto do ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, pela disponibilidade em poder fazer a auscultação e a divulgação pública do Pacote Legislativo Autárquico junto ao sector.

Joffre Van-Dúnem disse que deve-se estar consciente que, nesta fase de preparação das autarquias, é importante que todos os players da sociedade ouçam e contribuam para que o processo seja o mais abrangente possível.

A actividade que está a ser promovida em todo o país vai terminar a 31 de Julho e decorre no âmbito do processo preparatório da institucionalização das Autarquias Locais, tendo o Conselho da República, em reunião realizada a 22 de Março de último, recomendado uma ampla consulta pública,

"Estiveram como prelectores na actividade, que decorreu no anfiteatro do Ministério do Comércio, o director Nacional do Poder Local do Ministério da Administração do Território e

Reforma do Estado (MATRE), Vadim João, o técnico sénior do Ministério das Finanças, Gaspar Fernandes.

5.20 A Implementação das autarquias tornou-se o nosso calcanhar de Aquiles

Jornal A República
13 De Julho de 2018
Texto: Damárcio Dos Santos

A Autarquia significa auto governo. As autarquias não são um bicho-de-sete-cabeças. Não vão dividir o país, como temem alguns. Todo Estado moderno tem autarquias para administrar os assuntos públicos locais. Angola já tinha autarquias antes da independência. Foram as autarquias locais que impulsionaram a diversificação da economia, a exportação de produtos agrícolas e o desenvolvimento económico.

Até 1975, por força do decreto número 45374, de 22 de Novembro de 1963, que estabeleceu o Estatuto político-administrativo da província de Angola, o território no nosso país estava dividido em 16 Distritos, 120 Concelhos, 37 Circunscições Administrativas, 423 Postos Administrativos, 72 Câmaras Municipais, 47 Comissões

Municipais. As autarquias de primeiro nível eram os 120 concelhos (equivalentes aos municípios de hoje). A maioria deles não tinha infra-estruturas em toda a sua ex-tensão e tinha fraca densidade populacional. Todavia, tinham todos órgãos eleitos, excepto as câmaras municipais que eram presididas por um presidente, nomeado pelo governador-geral.

Os Conselhos e as Câmaras Municipais eram responsáveis pela distribuição e comercialização de água e luz, construção de infra-estruturas de apoio, tais como hospitais, escolas, estradas, mercados e jardins e habitação social. Angola tinha autarquias com menos de 5,000 habitantes, porque o que constitui autarquia não são as infra-estruturas, é o território e as pessoas que lá moram, sejam 150, 3,000, 18,000 ou 200,000 pessoas. As pessoas da mesma vizinhança cuidarem dos assuntos da vizinhança, da vida em comum: o saneamento, os mercados, os postos de saúde, os jardins, os parques, a urbanização, etc. Não se constrói as

infra-estruturas para se ter autarquias. É o contrário: estabelecem-se as autarquias para se construírem mais infra-estruturas para o desenvolvimento do país. E foi assim que Angola se desenvolveu de tal forma que, quando os guerrilheiros dos movimentos de libertação que conquistaram a independência saíram das matas e regressaram às cidades em 1975, já as cidades que haviam deixado tinham conhecido alguma evolução.

Era através dos postos administrativos que o regime colonial cimentava a divisão de Angola entre rural e urbano e concretizava as desigualdades sociais, em particular a exclusão social dos indígenas. Em termos quantitativos, os indígenas representaram sempre a esmagadora maioria e viviam fora das áreas urbanas.

Em 1973, o número de indígenas ultrapassava os 5 milhões enquanto o número de "civilizados" não chegava aos 400 000, dos quais os de origem europeia eram em número ligeiramente superior aos de origem africana. Portanto, nas eleições autárquicas, apenas os "civilizados" podiam votar. A grande maioria, os milhões de indígenas, tinham de esperar cinco, dez ou quinze anos, para se tornarem civilizados e poder votar. Era o gradualismo. Hoje, me parece que pretendem fazer a mesma coisa: impedir a maioria dos angolanos, por sinal na maior parte filhos dos indígenas, de exercer o direito de voto nas eleições autárquicas.

É uma atitude discriminatória que os angolanos todos devem repudiar e rejeitar. Como Angola herdou de Portugal em Angola. O que importa agora indagar é a questão de saber de 1975 a 2018, porque é que o MPLA recuou e retirou depois o termo "autarquias" da Constituição revista em 1978, da Constituição revista em 1991 e da Lei Constitucional de 1992. O termo só voltou a aparecer na Constituição de 2010, em parte da força da oposição. Acredito que tem de haver as autarquias na sua plenitude mesmo que considere que elas lhe foram impostas. Se foram impostas, foram impostas pelos angolanos, os donos do País. O nosso dever sagrado agora é impor mesmo a implementação das autarquias locais em todo o país. Contudo, deve haver, sim, transferência de competências do poder autónomo aos eleitores. O gradualismo a ser realizado tem de ser o que está definido na constituição da República de Angola,

que prevê a implementação das autarquias. Acredito que, se houvesse autarquias mais cedo, nós teríamos dado passos muito correctos para a resolução de problemas. Amém!

5.21 Para uma governação local mais transparente

Novo Jornal

13 De Julho de 2018

Texto: Sérgio Calundungo

Tendo em conta o que tem sido a nossa realidade, sou de opinião que a Proposta de Lei sobre as Finanças Locais, levada à discussão junto das demais leis constantes do pacote legislativo sobre a implementação das autarquias locais, deveria contemplar artigos específicos tendentes a assegurar uma maior transparência ao longo de todo processo orçamental.

Tais artigos contribuiriam para garantir que as instituições autárquicas colocassem à disposição de todos os cidadãos interessados os principais documentos orçamentais, devendo estes conter informações relevantes, abrangentes e úteis.

Por exemplo, a Lei sobre Finanças Locais deveria obrigar as autarquias locais a elaborarem e disponibilizarem para os cidadãos interessados, de forma regular e em tempo oportuno, um conjunto de documentos que permitissem aos cidadãos compreender facilmente aspectos como:

- Nível de endividamento, receitas e despesas da autarquia;
- Gastos efectuados e planificados relativos aos recursos humanos, à contratação de bens e serviços e a outros gastos fundamentais da autarquia;
- Decisões tomadas em relação às taxas, emolumentos, derramas e impostos que os cidadãos ou empresas terão de pagar e as justificações para o efeito;
- Dinâmica económica do município com indicações claras sobre as principais actividades económicas locais desenvolvidas pelos cidadãos e pelas empresas;

Como podem os cidadãos, nos dias de hoje, ter acesso aos relatórios referentes às auditorias que

eventualmente tenham sido feitas às contas do município onde residem?

- Custos planejados e efectuados com os serviços municipais, indicando claramente os principais serviços públicos da responsabilidade ou intervenção relevante da autarquia (águas e tratamento de resíduos, educação e habitação).

Poder-se-ia inclusive colocar na referida lei um artigo que obrigasse as autarquias no sentido de garantirem a participação dos cidadãos nas fases de identificação das prioridades, debate da proposta de orçamento a ser aprovada pelos membros da assembleia autárquica, e a realização de iniciativas de monitoria e seguimento dos gastos efectuados pela autarquia promovidas por cidadãos.

Sabemos que, apesar dos discursos públicos em relação à corrupção, ao nepotismo e à falta de transparência, o desempenho da maior parte das nossas administrações municipais em matéria de transparência é percebido como pouco satisfatório para muitos cidadãos. Conscientes das dificuldades e resistências que enfrentaríamos hoje caso desejássemos obter informações sobre o processo orçamental junto das administrações municipais, deveríamos aproveitar esta oportunidade para introduzir melhorias.

Senão vejamos: ao longo do ciclo orçamental, quantos documentos referentes ao processo orçamental são actualmente postos à disposição do público pela administração municipal? Por que razão as administrações municipais não colocam à disposição dos cidadãos documentos por si elaborados, tais como a proposta de orçamento, o orçamento municipal aprovado, os relatórios de contas e tantos outros? Como podem os cidadãos, nos dias de hoje, ter acesso aos relatórios referentes às auditorias que eventualmente tenham sido feitas às contas do município onde residem? O que impede que sejam disponibilizados ao público cópias dos documentos referente à contratação de bens e serviços por parte de uma administração municipal junto de entidades privadas?

Enquanto os cidadãos se dirigirem a uma administração municipal ou autarquia local para solicitar informações contidas em documentos referentes ao ciclo orçamental, confrontarem-se, via da regra, com uma situação na qual estes não são disponibilizados ao público, outros não são

produzidos e os poucos que são produzidos nunca são disponibilizados ao público, alegadamente por servirem apenas para uso interno. Por tudo isso, não podemos falar de uma forma de governação aberta e transparente.

Se perguntarmos aos cidadãos que eventualmente tenham tido acesso a algum documento fornecido pela administração local sobre o orçamento, quão abrangentes e úteis são as informações fornecidas nos principais documentos orçamentais? Certamente que muitos diriam, na maior parte dos casos, que as informações são muito limitadas. Não será a futura Lei das Finanças Locais uma boa oportunidade para corrigir o que está mal em termos de transparência? Podem, neste sentido, as autarquias locais e as demais instituições que compõem o poder local aproveitar esta oportunidade?

5.22 Receitas públicas redefinem alocação para as autarquias

Jornal Economia e Finanças

13 De Julho de 2018

Texto: Vânia Inácio

A proposta de Lei das Finanças Locais, que proclama o princípio da autonomia financeira das autarquias nas receitas públicas, prevê que 'as receitas próprias resultem dos impostos IPU, SISA, da Taxa de Circulação, das receitas creditícias, patrimoniais e outras previstas.

Num documento redigido' pelo Ministério das Finanças a que o JE teve acesso, destaca-se ainda que as autarquias arrecadem 70 por cento do Imposto sobre o Rendimento do Trabalho (IRT) por conta própria e igual percentagem no Imposto sobre o Rendimento do Trabalho por conta de outrem.

Segundo a Lei das Finanças Locais, os municípios passam ainda a ter uma participação de 50 por cento na receita do Imposto Industrial, 80 do imposto sobre as sucessões e doações.

Além dos impostos locais acima citados as autarquias poderão ainda lançar derrama sobre a colecta do Imposto Industrial.

Na lei, o Governo destaca que experiências internacionais indicam que a derrama é um

imposto municipal que incide sobre o lucro tributável ou sobre a colecta do Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Nesta proposta, a opção adoptada foi de estabelecer uma derrama que incida sobre a colecta do Imposto Industrial, uma vez que não agrava a carga tributária sobre os contribuintes.

Porém, atendendo a estratégia de consolidação da base tributária, na proposta do diploma, a aplicação da derrama passará vigorar somente em 2025, altura do segundo mandato das autarquias.

A proposta que conta com um total de 28 artigos, subdivididos em 8 capítulos, estabelece o regime financeiro das autarquias e deverá ser apenas aplicada às circunscrições territoriais com níveis de desenvolvimento e de infra-estruturas mais expressivos, no quadro do desenvolvimento a nível de cada província.

5.23 Um breve olhar sobre a Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas

Novo Jornal

13 De Julho de 2018

Texto: Sérgio Dundão

No anterior texto aqui publicado deixei a promessa de voltar a debruçar-me, mais uma vez, sobre o sistema eleitoral angolano. No entanto, desta vez, irei aproveitar a oportunidade para analisar alguns artigos da Proposta de Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas. Nos art.ºs 26.º e 28.º está estatuído que os deputados serão eleitos por' via de um sistema de lista fechada e bloqueada, recorrendo ao método de Hondt.

Em razão desta opção, a selecção e a organização dos nomes dos deputados locais nas listas terá que contar com o consentimento da direcção nacional dos partidos. Assim, a lista dos deputados locais apresentada pela estrutura partidária local à direcção nacional terá de ser rectificada pelos órgãos nacionais do partido. Havendo, por isso, a possibilidade de ser modificada e submetida ao Tribunal Constitucional, sem voltar a consultar o partido a nível local. É expectável, portanto, que os deputados locais passem a estar sob o controlo da direcção nacional, à semelhança do que sucede

com os deputados nacionais, que raramente votam contra as orientações emanadas da direcção nacional do partido.

O sistema de lista força o cidadão a colocar a cruz no nome do partido. Desta maneira, o eleitor deposita a sua confiança no e confere legitimidade ao partido e não aos deputados. Estando desprovidos de legitimidade, os deputados tendem a obedecer à direcção nacional do partido. A consolidação dessa obediência torna-se mais fácil consoante o tipo de regimento parlamentar. Por exemplo, há regimentos que prevêem como sanção a perda de mandatos nos casos de mudança de grupo parlamentar ou desfiliação partidária.

Fica, pois, claro que o sistema de lista significa um reforço do peso político da direcção nacional do partido, em particular do presidente do partido, que acaba por estar directamente envolvido no processo de selecção e de organização das listas. No entanto, em caso de derrota ou má prestação do partido que preside nas eleições locais, a sua liderança tenderá a ser afectada.

O legislador angolano optou pelo método de Hondt no processo de transformação de votos em mandatos, sendo um sistema altamente desproporcional que favorece os partidos mais votados. Concorrendo, desta maneira, contra os preceitos da relação proporcional eleitoral justa, porque não estabelece uma relação clara de proporcionalidade entres os deputados eleitos.

Para expor essa crítica, recorrerei ao processo eleitoral do círculo provincial de Benguela, que funciona através do método de Hondt, no qual o 4.º deputado (5.º da lista) atribuído ao MPLA deveria ser matematicamente concedido à CASA-CE. Em Benguela, votaram 626.090 eleitores para 5 deputados, assim, a proporcionalidade eleitoral é de 125.218 (626.090/5). Por sua vez, o MPLA conseguiu 385.110 votos a dividir pela proporcionalidade que é 125.218, ou seja, 3,08 (385.110/125.218). A CASA-CE alcançou 56.056 votos a dividir pela proporcionalidade de 125.218, resulta em 0,45 (56.056/125.218). Assim sendo, os 0,08 do MPLA que representam efectivamente cerca de 10.017 votos (0,08*125.218) acabam por ser claramente inferiores aos 0,45 da CASA-C E, que significam cerca de 56.348 votos (0,45*125.218).

Não posso deixar de salientar que o artigo 28.º da referida proposta acaba por ser uma cópia do artigo 16.º da Lei Eleitoral portuguesa, precisamente a Lei n.º 14/79, de 16 de Maio, com ligeiras alterações de português na redacção. Verifiquei apenas uma diferença; o legislador angolano decide favorecer, em caso de empate no último mandato a ser atribuído, uma lista que já obteve um mandato, excluindo, por conseguinte, uma lista sem mandatos; por sua vez, o legislador português estabelece, em situação semelhante, que deve ser atribuído o mandato à lista que obtido obteve o menor número de votos ou sem mandato.

A opção portuguesa baseia-se no respeito pelo princípio de inclusão social e política, a base da representação proporcional, tal como defendiam os intelectuais ingleses Thomas Hare e John Stuart Mill. Tornando-se, por isso, importante beneficiar os partidos com menor número de votos/mandatos. Já no caso angolano não há fundamentação ou sustentação técnica apresentada na proposta. Ademais, a opção a favor de um partido com maior número de mandatos acaba por ser questionável porque o Presidente da Câmara Municipal não dependerá politicamente da Assembleia. Ou seja, nunca será derrubado pelos deputados da Assembleia Municipal. Não estando nunca em causa a estabilidade governativa que poderia servir de base para justificar essa opção pelo método de Hondt e a distribuição em caso de empate a favor de um partido com maior número de votos para assegurar uma maioria na Assembleia.

Há outros aspectos técnicos da proposta que se destacam e que me causam algumas interrogações. Por exemplo, não há uma proporcionalidade linear, visto que uma câmara com 500.000 eleitores ou mais poderá eleger 55 membros, estabelecendo uma proporcionalidade mínima de 9.090 votos (quanto ao valor máximo não é possível encontrá-lo, para já).

Por sua vez, uma câmara entre 100.000 e 499.999 eleitores terá a prerrogativa de eleger 45 membros, apresentando uma proporcionalidade mínima de 2.222 e máxima de 11.111 votos. Já uma câmara entre 50.000 e 99.999 eleitores usufruirá do direito de eleger 35 membros, exibindo uma proporcionalidade mínima de 1.429 e máxima de 2.857. Por último, uma câmara com 50.000

eleitores terá a faculdade de eleger 25 membros, com a proporcionalidade exacta de 2.000.

A meu ver, seria a partir da proporcionalidade exacta de 2.000 votos para eleger um deputado que a relação de proporcionalidade linear deveria ser encontrada. Sem este rigor, tudo ganha um contorno de pura estranheza técnica, criando-se, mais uma vez, uma situação de desigualdade eleitoral entre os cidadãos. Desvirtuando, portanto, o peso efectivo do voto de um cidadão angolano que vota numa câmara com maior número de eleitores face a um outro que vota numa câmara com um menor número.

Observo ainda que a proposta não atendeu à preocupação de limitar a concentração étnica e social. Por consequência, espera-se que o efeito do voto étnico possa funcionar a favor de listas de cidadãos de um mesmo grupo étnico que decidem organizar-se e concorrer para a administração do seu município. Este facto deveria ser atendido pelos autores da proposta porque se verificou, nas eleições de 2012, que, embora a CASA-CE tenha obtido 6% dos votos e o PRS apenas 1,7%, este último conseguiu a eleição de um deputado no círculo provincial da Lunda-Sul, onde está o seu eleitorado "natural". Sendo este um fenómeno eleitoral comum a outras realidades, por exemplo, no Reino Unido como relata Rose (1998).

Estou ciente que a lei angolana veta quaisquer discursos políticos que coloquem em causa a coesão nacional. No entanto, tal limitação não evita o efeito do voto étnico. Na verdade, este efeito não poderá ser nunca atenuado porque é uma das ferramentas da identidade social e eleitoral.

Por último, espero no próximo texto abordar outros factores importantes da proposta, nomeadamente a forma de eleição do Presidente da Câmara que não permite o apuramento individual das suas responsabilidades ou prestação de contas (accountability).

5.24 Arrecadação dos impostos é determinante

Jornal de Angola

14 De Julho de 2018

Texto: André Brandão

A capacidade de arrecadação de receitas para a implementação de projectos de impacto económico e social nos municípios deve ser um dos critérios de selecção para as autarquias, considerou quinta-feira, no Dondo (Cuanza Norte), o docente universitário Carlos Teixeira,

Falando na consulta pública sobre o Pacote Legislativo Autárquico, promovida pelo Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, o docente sublinhou que as finanças públicas vão desempenhar um papel fundamental nas autarquias, visando descongestionar a intervenção directa do Estado em muitos sectores.

Este é um dos fundamentos constantes do pacote legislativo, que implica a observância do gradualismo, à luz da Constituição da República, com o objectivo de acautelar a sustentabilidade das despesas públicas. até à implementação total do processo, sublinhou.

Segundo Carlos Teixeira, as autarquias terão um orçamento próprio, elaborado com base na realidade local, para ser gerido pelos responsáveis locais, obedecendo ao conteúdo das leis orgânicas do país, à semelhança do actual modelo dos Programas de Investimento Público (PIP).

Em Angola, frisou, nem todo os municípios têm capacidade para contribuir com pelo menos 15 por cento receitas para as suas necessidade ,tal como prevê a proposta de lei sobre as autarquias. No seu entender, isso fará com que leve algum tempo para que os demais municípios sejam transformados em autarquias.

O docente esclareceu que não há motivos de alarme, face aos critérios de implementação das autarquias, porquanto o Estado vai tutelar as municipalidades que farão parte da segunda fase do processo. •

Segundo Carlos Teixeira, a institucionalização das autarquias observa dois momentos, concretamente o gradualismo territorial e o gradualismo funcional, critérios que se ajustam, tendo em conta a realidade do país.

Os participantes do encontro tomaram contacto com a propostas de lei orgânica sobre a organização e funcionamento das autarquias, Lei orgânica das eleições autárquicas, bem como a

proposta de lei sobre a institucionalização das autarquias.

Assistiram ao encontro, o secretário de Estado para a Reforma do Estado do Ministério da Administração do Território, Márcio Daniel, o governador do Cuanza Norte, José Maria dos Santos, o administrador de Cambambe, Adão Antonio Malungo, magistrados judiciais e do Ministério Público.

5.25 As autarquias locais e o sonho africano

Jornal de Angola

14 De Julho de 2018

Texto: Sebastião Vinte Cinco

A organização política das sociedades africanas sempre privilegiou a definição de circunscrições relativamente pequenas. Aliás, não são conhecidos registos históricos de movimentos expansionistas de grupos com o fito de materialização de impérios territorialmente expressivos como os mundialmente conhecidos.

A definição dos territórios das colónias, resultante da Conferência de Berlim de 1884-1885, entretanto adoptada depois das independências pelos novos Estados, nunca extinguiu as pequenas circunscrições politico-administrativas africanas, que, de resto, com maior ou menor subserviência às potências coloniais, coabitaram com os modelos de governação europeus. Não é por acaso que as gerações de reis, sobas, sobetas, regedores e seculos africanos se mantêm, ainda hoje, em funções nas suas localidades, pelo menos do ponto de vista formal e simbólico.

O Estado unitário em África sempre conviveu com os poderes locais, embora sem que se reconhecesse a estes o poder de autoridade da natureza do estadual. Contudo, esse não reconhecimento jamais inibiu essas entidades representativas do poder local de exercerem efectivamente poder e autoridade, com ênfase para a aplicação do direito costumeiro.

O conceito de autarquias locais não constitui, por isso, para os africanos, qualquer novidade, salvo na sua formalização, que, em boa verdade, encerra um "avolumar" das estruturas de poder político-

administrativo, se interpretado e aplicado tal e qual foi concebido pelos europeus.

O novo modelo de governação já adoptado e em implementação em vários países africanos não se constituiu, ipso facto, num desenvolvimento novo, até porque, tal como era de se espera lembra uma espécie de “remendo velho em pano novo” do ponto de vista dos valores em que as sociedades acreditam.

Conquanto para servir os interesses das comunidades africanas que nelas depositam muitas esperanças, o tipo de arrumação territorial, enquanto artefacto humano, deve assentar sobre um quadro de natureza jurídico-legal conjugado com um determinado grau de competências político-económicas, é bom de crer que, ainda assim, o que efectivamente poderá fazer a diferença em termos de impacto nas nossas sociedades é, sem dúvida, a moralização do continente.

É por essa razão que a filosofia gizada pela nova liderança política de Angola, no sentido de travar um combate sem tréguas contra a corrupção e contra a impunidade, assume uma importância sem paralelo, na medida em que aperta à cena política africana um novo desafio capaz de mudar o rumo da história.

A constante denúncia da corrupção e da impunidade, por parte do Presidente da República de Angola, quer a nível nacional, quer fora de portas, encerra uma estratégia que pode ter o condão de promover efectivamente a moralização das sociedades africanas, apelando ao sentido patriótico dos cidadãos que já exercem ou que, no caso de Angola, virão à exercer as funções de autarcas.

5.26 OBEA defende maior abertura para participação do cidadão nas eleições autárquicas

Jornal O PAÍS

14 De Julho de 2018

Texto: Maria Custódia

Luís Jimbo fez este pronunciamento no âmbito de um workshop subordinado ao tema "Análise da Proposta do Pacote Legislativo das Autarquias locais", no município de Viana, citando como

exemplo o facto de o sistema eleitoral permitir que somente os partidos políticos e coligações de partidos políticos possam apresentar candidaturas para Presidente da República.

Foram abordados no encontro os princípios fundamentais da organização do poder local que a Constituição da República apresenta no seu capítulo VI, a organização e o sistema eleitoral da proposta para as eleições autárquicas.

Teve como prelectores Inglês Pinto, ex-bastonário da Ordem dos Advogados e membro do OPSA e Luís Jimbo.

Luís Jimbo assegurou que o encontro teve por fito reflectir e recolher considerações dos membros das organizações da sociedade civil sobre a proposta de leis das eleições autárquicas com vista a se serem apresentados ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado como contribuições do OBEA à proposta do pacote legislativo das autarquias locais.

No encontro, o responsável disse ainda que os modelos do poder local devem ser estabelecidos com base nos modelos do poder central, conforme rege a Constituição da República.

Disse, neste contexto, existir um sistema presidencialista do poder central entre o Presidente da República, Assembleia Nacional e Tribunais, mas com uma fórmula atípica de se eleger o Presidente da República, que é o primeiro da lista dos candidatos a deputados a Assembleia Nacional.

"A nível internacional, esta via é uma das causas profundas do problema de reconciliação nacional em Moçambique com mais de 20 anos de paz, cuja solução hoje é a autarquia a nível provincial, porque aquele sistema eleitoral fomentou o tribalismo partidário municipalizado entre a Frelimo e a Renamo. Outra constatação a nível internacional é o facto de as eleições das autarquias ocorrer dentro das eleições gerais", frisou.

Luís Jimbo referiu que, com a implementação das autarquias haverá sempre fases, etapas, modelos de forma territorial e funcional.

A Constituição da República, nas sua parte das disposições finais' antigo 242.º estabelece o gradualismo como princípio de institucionalização

das autarquias, na sua criação, no seu alargamento e das suas atribuições.

"Não há uma proposta legislativa sobre o gradualismo porque não é objecto de regulamentação, excepto para as organizações partidárias 'como fonte de aspiração ao poder ou da manutenção do poder local'", sublinhou.

Já o jurista Inglês Pinto referiu ser necessário envolver cada vez mais e melhor a juventude neste processo das eleições autárquicas, envolver a população de modo a se discutir sem complexos, sem tabus e sem arrogância do ponto de vista político e intelectual e fazer sempre mais e melhor para o benefício de todas as comunidades.

"É um facto que a juventude não deve abdicar desta participação, sob pena de, eventualmente; a minha geração continuara cometer alguns erros, naturais, fruto das nossas experiências, algumas positivas e outras negativas, desde 1975", frisou.

Inglês Pinto disse ser preciso analisar e discutir sobre as autarquias com serenidade, franqueza, conhecer a realidade do país e envolver toda a gente.

"Isso tem sido feito, só que não devemos apenas transmitir a nossa vontade, mas saber ouvir e depois, quem tem o poder, a Assembleia Nacional, tomar a decisão em última instância, desde que esta decisão tenha em conta a vontade da maioria, levando em consideração a opinião dos cidadãos ao longo destes debates", acrescentou.

5.27 Kupatas em Benguela protestam contra a acção policial

Jornal O PAÍS

17 De Julho de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Os moto-taxistas, vulgo Kupapatas, inundaram as artérias da cidade em protesto contra a operação "STOP", desencadeada pela Polícia Nacional desde Quinta-feira, 12 de Julho, e consideram injusta a apreensão de suas motorizadas. Os protestantes contestam a desproporcionalidade de meios e alegam que a sua acção está a prejudicar a vida de muitas chefes de famílias que ganham a vida no desempenho desta actividade.

Os manifestantes passaram pelo palácio governamental na esperança de apelar ao governador Rui Falcão sobre os transtornos que a operação do órgão cuja missão é garantir a ordem e a tranquilidade pública está a causar na vida das suas famílias.

Além de não concordarem com o "modus operandi" da Polícia, os kupapatas justificam que protestam igualmente contra a falta de emprego, para a qual pedem acções concretas do Governo. "Não temos emprego, estamos apenas a remediar. Tenho tudo completo, capacete e tudo", reclama Manuel Daniel, um dos manifestantes que viu o seu meio de trabalho apreendido pela Polícia Nacional, embora tenha a documentação em dia e a taxa de circulação paga: "Deviam se preocupar com os gatunos e não com aqueles que diariamente lutam para sobreviver, já que não há emprego", desabafou.

Os kupapatas acusam a Polícia Nacional de agressão física e questionam o que farão, de hoje em diante na vida, uma vez que a sua actividade, contra todos os riscos, é que garante o sustento às suas famílias. "Eu tenho filhos. Assim, os polícias estão a criar-me muitas dificuldades. O que esperam de mim, se não tenho emprego e dependo da moto? Vou roubar? Eles estão a procurar isso, não é?", questiona Henrique Jesus à porta da Unidade de Protecção a Individualidades Protocolares (UPIP), onde estão a parquear as motos apreendidas. Henrique reconhece que no seu seio existam pessoas que circulam sem documentação alguma, o que não é o seu caso. Refere que a sua moto foi apreendida por falta do pisca esquerdo, e argumenta que, neste momento, não dispõe de condições financeiras para a sua substituição.

A quem se lhe apreenda a moto, para reavê-la, fica sujeito a uma multa de 5 mil kwanzas, em concordância com a infracção cometida na altura da autuação policial, enunciaram.

A Polícia justifica que o facto se deve aos atropelos constantes ao Código da Estrada cometidos por esse segmento social e não só, fundamentalmente em relação ao uso do capacete e à documentação. O Código da Estrada, declarou o porta-voz do Comando Provincial da Polícia Nacional em Benguela, superintendente chefe Pinto Caimbambo, exige o uso do capacete e que a

motorizada disponha de uma série de condições técnicas, como os faróis e os piscas em ordem.

Em declarações à imprensa, reagindo à manifestação dos kupapatas, o responsável assegurou que a operação vai continuar, e sustentou a sua posição socorrendo-se da Lei n.º 5/08, de 29 de Setembro, do Código da Estrada. Segundo Pinto Caimbambo, desde 2008, a corporação vem tomando medidas pedagógicas tendentes à educação dos cidadãos para uma mudança de comportamento no ambiente da circulação rodoviária. "De 2008 a 2018 lá vão 10 anos, e continuamos a assistir o que todos nós estamos a ver", frisou.

O recurso ao gás lacrimogéneo como método para dispersar

Em algumas zonas, como no complexo escolar do bairro da Kambanda, onde os manifestantes queimaram pneus na estrada, a Polícia viu-se obrigada a usar gás lacrimogéneo para dispersar os kupapatas.

Pelo facto de ser próximo a um recinto escolar, algumas crianças que assistiam à cena inalaram o fumo, tendo desmaiado momentos depois. Segundo apurámos, as crianças das escolas comandante Kassanje e 10 de Fevereiro, que na circunstância estavam no intervalo, foram surpreendidos pela acção policial cujo fim era dispersar os manifestantes.

O Instituto Nacional de Emergências Médicas confirmou o desmaio de 4 crianças, e salientou que o processo de reanimação teve início no interior da ambulância e terminou no hospital municipal de Benguela.

Confrontado com os dados dos desmaios pela imprensa, Pinto Caimbambo disse não dominar o assunto, por isso preferiu não comentar

5.28 Samakuva reitera autarquias em todo o país em 2020

Jornal O PAÍS

17 De Julho de 2018

Segundo o líder do maior partido da Oposição, que discursava num evento em que convidaram alguns responsáveis da África Austral e um autarca de Moçambique, 'ora dizem-nos não haver

condições para realizar eleições autárquicas nos mesmos municípios onde já se realizam eleições gerais, ora dizem-nos não haver infra-estruturas nos mesmos municípios onde já funcionam administrações municipais com gestores públicos que não representam as populações nem perseguem os interesses públicos locais, ora dizem-nos não haver recursos nos mesmos municípios onde se produz a riqueza nacional'.

Samakuva acusou o MPLA de ser incapaz de parar o clamor do povo pela institucionalização imediata das autarquias locais. O político acredita que os adversários da autonomia local resolveram agora condicionar a sua obediência à Constituição e querem arbitrariamente estabelecer as autarquias em apenas alguns dos municípios, quando a Constituição é inequívoca ao afirmar que "as autarquias locais organizam-se nos municípios", e não em alguns municípios.

"Aos nossos visitantes talvez espante esta posição, mas aos angolanos ela não mais espanta, porque testemunham todos os dias as múltiplas violações à Constituição e à lei da parte de quem as devia proteger e fazer cumprir. A Independência de Angola não estará completa sem os cidadãos exercerem de facto o poder local, lá onde residem", declarou Isaiás Samakuva.

A estruturação democrática do Estado, segundo o presidente da UNITA, não estará completa sem as autarquias locais, porque, como afirma a Constituição, a organização democrática do Estado ao nível local estrutura -se com base no princípio da descentralização político-administrativa, que compreende a existência de formas organizativas do poder local.

"E a principal forma organizativa do poder local, a única representativa das populações, aquela que tem o direito de participar na gestão dos assuntos públicos locais, são as autarquias locais", realçou, acrescentando que "o parto será difícil, mas a democracia vai triunfar. Tudo depende de nós. Os angolanos já conquistaram, com perseverança e patriotismo, o direito de exercerem o poder local em todos os municípios do país. Falta apenas concretizar esse direito".

O referido seminário, segundo a organização, tem como objectivo alargar a base de conhecimentos dos dirigentes e quadros do Partido para capacitá-los na mobilização dos cidadãos para o importante

papel que os cidadãos vão exercer no âmbito da democracia no poder local.

A UNITA augura igualmente com a sua organização, segundo o seu presidente, "articular os papéis associados ao exercício do poder local democrático numa democracia, compreender as razões porque os princípios estruturantes da democracia participativa, da soberania popular e da autonomia local bem como o direito fundamental de sufrágio impõem a institucionalização efectiva das autarquias locais em todo o país".

Pretendem ainda listar os vários atributos de liderança requeridos na conduta de um autarca, traçar estratégias para participar nas eleições autárquicas e lançar uma campanha credível.

"Serão capazes ainda de rejeitar com propriedade a noção de gradualismo territorial na implementação das autarquias locais, identificar armadilhas na legislação proposta e compreender os mecanismos pelos quais o Estado financia as autarquias locais", acrescentou Samakuva, garantindo que "a nossa prioridade número um é assegurar a institucionalização efectivadas autarquias obrigatórias, as autarquias municipais, em todo o país, em 2020, como anunciou o senhor Presidente da República e combater a subversão do gradualismo que tem sido pregada dentro e fora do país".

5.29 Sociedade apresenta contribuições para o perfil e mandato de autarca

Jornal de Angola
17 De Julho de 2018
Texto: Santos Vilola

As contribuições apresentadas ontem, em Saurimo (Lunda-Sul), por representantes de partidos políticos, da sociedade civil, autoridades tradicionais, líderes religiosos e membros da comissão eleitoral para o pacote legislativo autárquico incidiram sobre o perfil, origem e mandato do autarca local.

Os participantes sugeriram que o autarca, cidadão que vive por algum período de tempo numa localidade, exerça apenas dois mandatos consecutivos. Defenderam que das receitas das

industriais locais metade deve ficar para a autarquia local.

Em relação ao endividamento público das autarquias, os participantes defenderam a consagração de limites e critérios objectivos.

Os participantes sugeriram um novo registo eleitoral específico para as autarquias, para evitar migração de dados. Este grupo defendem ainda que o apuramento dos resultados das eleições autárquicas têm de ser feito a nível local, e não nacional.

Os participantes aceitaram o gradualismo territorial na implementação das autarquias locais, mas alertaram para a importância de garantir o desenvolvimento equilibrado de todo o território nacional.

Nas recomendações, defenderam, igualmente, a consagração de autarquias supra-municipais.

Ao Executivo foi recomendado que os 15 anos propostos para a conclusão do processo de implementação das autarquias deve ser considerado período de referência.

Os participantes pediram menos interferência do Executivo na gestão das autarquias, mediante a tutela da legalidade (controlo das leis) e não de mérito (oportunidade ou conveniência das decisões das autarquias). Defenderam que os diplomas definam claramente o espaço de intervenção das autarquias locais e o espaço de intervenção do Governo.

Modelo de participação

Organizados em quatro grupos de debate temáticos, reunidos em separado em formato de plenária, os representantes da sociedade civil analisaram cada proposta de lei elaborada pelo Executivo.

No final dos debates, os participantes indicaram um porta-voz que, depois de anotar as sugestões, redigiu um documento final sobre o que pretendem ver reflectido nas leis sobre as autarquias. Para esclarecer os cidadãos, técnicos do Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado e do Ministério das Finanças foram colocados em cada grupo.

Na sala principal, onde esteve o ministro Adão de Almeida, foram discutidas três propostas de leis menos complexas, sobre a Institucionalização das Autarquias Locais, a da Tutela Administrativa e sobre a Transferência de Atribuições e Competências.

As propostas de leis mais complexas, sobre as Finanças Locais, sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e sobre a Orgânica das Eleições Autárquicas, foram discutidas em pormenor de forma livre, adoptando, ou não, as contribuições feitas.

O ministro da Administração do Território e da Reforma do Estado, que falava no final da apresentação dos diplomas sobre o poder local que vão à votação do Parlamento, esclareceu que o mais importante é colher as contribuições da sociedade.

Adão de Almeida esclareceu que as propostas apresentadas ao longo de todo o processo são apenas a base para o debate e servem somente para início de discussão. Adão de Almeida esclareceu ainda que "não são propostas acabadas e precisam de muitas contribuições".

O governador da Lunda-Sul, Ernesto Kiteculo, valorizou a escolha da província para o processo de auscultação da população sobre as autarquias locais.

Decisão nas mãos dos parlamentares

O jurista Esteves Hilário esclareceu ontem, em Saurimo (Lunda-Sul) que são os deputados à Assembleia Nacional que vão escolher os municípios para a primeira fase de implementação sequencial e gradual das autarquias locais, marcada para 2020, por recomendação dos conselheiros do Presidente da República.

Esteves Hilário, que foi um dos palestrantes convidados pelo Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado, disse que a escolha das fases subsequentes à primeira, que começa em 2020, dar-se-á sempre no fim de cada ciclo eleitoral autárquico, ou seja, em 2025 começa a segunda fase até à última fase, em 2035.

O jurista esclareceu que municípios com menos de 500 mil habitantes e com uma capacidade de arrecadação de receitas de 5 por cento da média da

despesa dos últimos três anos podem ser autarquias.

Nos esclarecimentos, Esteves Hilário indicou os municípios que não preenchem estes requisitos, podem ser autarquias em função do seu contexto histórico. O jurista citou o exemplo de Mbanza Kongo (Zaire), elevado a Património da Humanidade pelas Nações Unidas, que vai invariavelmente ser abrangida na primeira fase que começa em 2020, mesmo sem o número de habitantes mínimo nem capacidade de arrecadação de receitas fiscais.

O jurista esclareceu que, além da combinação dos requisitos populacional e de arrecadação de receitas, há municípios que podem ser autarquias só pelo facto de terem mais de 250 mil habitantes.

O processo de escolha para a primeira fase, segundo o jurista, vai relevar também municípios do interior do país que tenham um peso no sector da agricultura e indústria.

Depois desta fase de auscultação, que termina em Luanda, de acordo com o cronograma de actividades do MAT, e da aprovação pelo Parlamento dos diplomas legais que vão dar suporte às autarquias, o Executivo deve dirigir um processo de preparação dos municípios que forem escolhidos para serem autarquias.

A preparação dos municípios a serem escolhidos compreende a construção e instalação de serviços da administração fiscal, tribunais de comarca, Câmara e Assembleia Municipal, uma agência bancária (no mínimo) e redes de telecomunicações.

Igreja Católica elogia consulta pública, mas é contra o gradualismo

O arcebispo metropolitano de Saurimo, D. Manuel Imbamba, considera "louvável" o processo de consulta pública sobre a implementação das autarquias locais, mas afirma que "a Igreja Católica é contra" o gradualismo territorial definido pelo Executivo.

"Esta consulta a várias sensibilidades revela que o Governo quer aprender com a visão que os outros têm sobre o assunto", mas esclarece que "nós, Igreja Católica, não aceitamos este critério do

gradualismo. Defendemos a tese de que Angola é um todo. Então, tudo o que fizermos e que tenha expressão nacional deve ser feito no todo".

O prelado católico reconheceu que, pelo quadro que foi apresentado sobre o desenvolvimento social e económico da província, quem tinha melhores condições para ser autarquia era só Saurimo. "E aqui não aceitamos este modelo de implementação das autarquias locais. Perguntamos, então por que os outros municípios estão no estádio de desenvolvimento atrasado em que estão. O que foi feito todos estes anos. Foram ensaiados vários modelos de administração que não deram resultados. Isso revela que o problema não está apenas nos dinheiros, nem nas políticas traçadas todos estes anos" D. Manuel Imbamba afirmou que está também na mentalidade dos governantes. "O maior trabalho que temos de fazer é de educação ética dos nossos governantes, para poderem encarar a gestão com outros olhos. Sem esta revolução da mentalidade, tudo isto que está a ser feito irá descambar nos mesmos resultados destes anos todos", disse o arcebispo.

O arcebispo afirmou que, de tudo que foi dito no encontro de auscultação, querer acreditar que o que for aprovado para regular as autarquias locais vá ao encontro dos anseios da sociedade.

"Entendo que a razão maior que deve orientar esta acção deve ser a justiça social e não tanto tática política. Queremos o bem dos cidadãos, das comunidades e o desenvolvimento harmonioso do país", disse, mas acrescentou que o cidadão também deve fazer a sua parte.

5.30 UNITA prepara formadores para o processo autárquico

Jornal de Angola
17 De Julho de 2018
Texto: Edna Dala

A UNITA realiza desde ontem, em Luanda, um seminário internacional para a preparação de formadores que vão explicar a estrutura orgânica e funcional das autarquias, atribuições e competências, bem como o regime financeiro e de tutela à luz dos princípios estruturantes da autonomia local.

Ao discursar na abertura, líder da U ITA, Isaiás Samakuva, explicou que o seminário foi programado para alargar a base de conhecimento dos dirigentes e quadros do partido e capacitá-los para a mobilização dos cidadãos sobre a importância da sua participação no processo.

Depois do seminário, disse, os quadros do partido estarão em condições de rejeitar, com propriedade, a noção do gradualismo territorial na implementação das autarquias e aí, acrescentou, "identificar armadilhas propostas na legislação e assim compreender os mecanismos pelos quais o Estado financia as autarquias locais". Isaiás Samakuva referiu que "chegou o tempo da inclusão e participação de todos na governação democrática do país", referindo-se a implementação das autarquias no país, previstas para 2020.

Segundo o político, o Estado, sozinho, "não conseguirá resolver a imensidão e preocupações que assolam o país". Isaiás Samakuva referiu que uma das prioridades da UNITA é garantir que as autarquias sejam efectivamente institucionalizadas em todo país, em 2020.

Ao rejeitar mais uma vez o gradualismo na implementação das autarquias, proposto Governo, Isaiás Samakuva referiu que o mesmo se traduz numa "divisão social" porque, acrescentou, "somos todos cidadãos angolanos e com direitos iguais e constitucionais de exercer o poder local nas autarquias ao mesmo tempo".

Apelo da CEAST

A Conferência Episcopal de Angola e Tomé (CEAST) defende a importância de fazer prevalecer o espírito de consenso na discussão das propostas de lei sobre as autarquias.

De acordo com urna comunicação do arcebispo de Saurimo e porta-voz da CEAST, José Manuel Imbamba, apresentada pelo presidente da bancada parlamentar da UNITA, deve-se fazer prevalecer "as razões de justiça mais do que as razões de estratégia política".

A CEAST entende ainda que se deve respeitar o princípio da igualdade e universalidade, e não se justifica que se façam autarquias em alguns municípios e outros não. "Ao invés de gradualismo geográfico, poderiam ser criadas

autarquias supra-municipais e à medida em que forem criadas condições, as mesmas libertar-se-iam de forma gradual constituindo-se em autarquias municipais", sublinha.

O seminário tem a participação de prelectores de Moçambique, Cabo Verde e África do Sul.

O chefe da bancada parlamentar do Movimento Democrático de Moçambique, Lutero Simango, disse que "as autarquias devem ser em escala nacional", ao invés do gradualismo.

5.31 CEASTE defende consenso na discussão do pacote legislativo autárquico

Jornal O PAÍS

18 De Julho de 2018

Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe (CEAST) defendeu a importância de se fazer prevalecer o espírito de consenso na discussão do pacote legislativo das autarquias em detrimento da estratégia política e partidária. Num comunicado de imprensa em que espelha o seu posicionamento sobre as autarquias locais, assinado pelo seu vice-presidente e porta-voz, Dom José Manuel Imbamba, a CEAST manifesta-se claramente contra o gradualismo funcional na implementação das autarquias.

"É necessário fazermos prevalecer as razões de justiça mais do que estratégia política. Portanto, a força deve estar na justiça, no direito e não na política partidária, na tática", frisou. No seu ponto prévio, a CEAST considera que o modelo centralizado falhou. "Vários documentos e a própria realidade o atestam. Assim, para corrigir as assimetrias regionais, o Governo deu corpo ao modelo de descentralização para potenciar as regiões mais pobres".

Neste contexto, aponta as autarquias locais como uma resposta aiosa para pôr cobro às lacunas no desenvolvimento e na participação, "pois um Governo descentralizado, por natureza, é mais próximo dos cidadãos, mais responsável, proactivo, mais eficaz na satisfação dos interesses dos munícipes, prestando-lhes melhores serviços, mais inclusivo, mais pragmático e mais rápido nas respostas às necessidades dos cidadãos".

Sobre as leis de institucionalização das autarquias locais Para a instituição, a proposta de lei para institucionalização das autarquias levanta como problemas estruturantes o gradualíssimo funcional e geográfico, em que é mais apologista do primeiro, por garantir a inclusão de todos.

"Entendemos que se deve respeitar o princípio da igualdade e universalidade. Assim, não se justifica que façam autarquias locais em alguns municípios e noutros não", refere. Por este facto, propõe que ao invés de existir o gradualismo geográfico, poderiam ser criadas autarquias supra-municipais e a medida que se for criando condições, as mesmas libertar-se-iam de forma gradual e constituíam-se em autarquias municipais.

"O argumento financeiro para criar a autarquia não colhe. Pois, pergunta-se, como sobrevivem hoje os municípios financeiramente? De igual forma poderia se ensaiar autarquias infra-municipais (centralidade ou vila auto suficientes, mesmo sem dimensão de município, deveriam poder contar com órgãos descentralizados e assegurar a sua governabilidade).

A CEAST considera que o importante é que ninguém se sinta à margem deste processo, sobretudo as comunidades mais pobres, desfavorecidas e esquecidas, que deveriam merecer mais incentivos de crescimento nessa altura, para que as oportunidades sejam iguais ou equiparadas e todos usufruam das mesmas riquezas de crescimento e satisfação. "Caso contrário estaremos a fomentar assimetrias que queremos corrigir: não excluamos. Incluamos. Haja coragem e vontade política", sublinha a nota.

5.32 Autarca cabo-verdiano defende realização de eleições autárquicas em simultâneo

Jornal O PAÍS

19 De Julho de 2018

Texto: Maria Custódia

Um dos mais antigos autarcas de Cabo-Verde, desde 1991, Orlando Delgado, veiculou a necessidade de se implementar as eleições em todas as autarquias, seja qual for a dimensão do país.

Declarou que a implementação deste sistema eleitoral autárquico em simultâneo depende da vontade política e da definição daquilo que se pretende, explicando que "num Estado de direito e democrático todos os cidadãos têm os mesmos direitos".

Orlando Delgado discorda da selecção de municípios, ou seja, do gradualismo geográfico ou territorial, defendido pelo Governo angolano, justificando que a maioria tem um rendimento abaixo dos 70 por cento. Na sua opinião, com a realização do gradualismo territorial, "seria deixar de fora aqueles municípios que, de facto, precisam, por terem mais problemas, mais dificuldades e menos recursos, a favor dos que mais têm mais". O experiente autarca cabo-verdiano entende que o Governo tem que definir uma lei quadro que permitirá que os municípios possam ter as "suas receitas, as suas participações" e ter acesso a outros fundos que os seus parceiros possam transferir.

"Eu acho ser este o caminho para quem pensa desenvolver de forma integrada um território, sobretudo um território extenso onde você estando na parte central não vai conseguir chegar a determinados municípios e populações do interior, tem de ser o município que deverá lá estar", esclareceu.

Falando no seminário de capacitação sobre autarquias locais organizado pela UNITA, e que decorre de 15 a 20 deste mês, acrescentou que todo e qualquer cidadão, independentemente de onde esteja, "não deve ser discriminado pela sua origem, cor, raça ou pelo local que habita".

Vantagens das autarquias funcionais

Orlando Delgado sublinhou que existem muitas vantagens com a implementação das autarquias em todo o território nacional, pelo facto de permitir definir aquilo que são as prioridades em cada município.

Segundo ele, tudo o que estiver a nível local será possível resolver, com realce para as prementes preocupações que afligem os munícipes ou as comunidades.

Fontes de rendimento

O responsável, que também é presidente da Associação dos Municípios de Cabo-Verde,

assegurou que há outras fontes de receitas e que só o país sairá a ganhar, porque os parceiros de desenvolvimento, para além daquilo que é a ajuda bilateral, já vão dando alguma ao Governo.

5.33 Crescimento da população dificulta desenvolvimento de Angola

Jornal O Perfil

19 De Julho De 2018

Luanda, por exemplo, vai sendo "asfixiada e a população na capital cresce ao dobro do ritmo no resto do país. Dados publicados pela Organização das Nações Unidas (ONU) dão conta que a população no continente africano irá duplicar até 2050, chegando aos 2,5 mil milhões de pessoas. Em Angola, os números do Instituto Nacional de Estatística (INE), revelados no final do ano passado, estimam que a população activa ronda os 20 milhões.

Desses, 20% encontra-se desempregada. Nos jovens entre os 15 e 19 anos de idade, a taxa de desemprego chega aos 46%. Uma realidade apontada pelo sociólogo e também docente universitário angolano Carlos Conceição que, em entrevista à DW África, afirma que existe "uma taxa de emprego muito reduzida e que não é proporcional ao número de habitantes". Para este sociólogo, o aumento populacional em Angola não representa tanto "uma oportunidade", mas sim "um desafio", uma vez que "não é proporcional ao desenvolvimento humano". Carlos Conceição afirma ainda que "os países africanos devem investir em políticas de controlo demográfico, porque não importa crescer e depois ter problemas de várias ordens que os próprios Estados africanos não conseguem controlar".

Pergunta (PER): O continente africano é aquele em que o crescimento da população é mais acelerado. No entanto, em muitos países africanos, o aumento da população não é acompanhado pelo crescimento económico, tendo como consequência alguns problemas sociais. Pode-se dizer que é o que está a acontecer em Angola? Carlos Conceição (CC): Sim, efectivamente porque em Angola temos uma densidade populacional quase entre nós. Tudo isso é fruto não controlada. À medida do crescimento populacional que se vai registando essa densidade

populacional, é verdade que esta vai internacional de Estatística, somos ferir com políticas públicas, perto de 28 e 30 milhões e sobretudo políticas públicas isto não se reflecte no desendirecionadas para as áreas de desenvolvimento das populações. de educação, saúde e habitação.

Temos uma taxa de emprego, muito reduzida, que não a questão das as simetrias e é proporcional ao número das desigualdades sociais de habitantes que, efectiva por não ser uma oportunidade, mas um dessa neste momento CC: Acaba por não ser oportunidade, acaba por um desafio, porque o crescimento demográfico não é proporcional ao desenvolvimento humano e isto não se reflecte na qualidade de vida das populações. Sabe-se, por exemplo, que as projecções mundiais costumam indicar que o continente africano é um continente jovem, e Angola não foge à regra. A nossa pirâmide, na base, é maioritariamente jovem. Esses jovens, muitos deles, encontram-se em situação de abandono escolar, em situação de desemprego, em que não contribuem activamente para o desenvolvimento do país.

CC: Era importante que se criassem condições do ponto de vista da educação, mas também que as instituições de formação tivessem uma relação mais directa com as empresas. Temos estado a verificar, por exemplo, em Angola, que há um bom no crescimento das instituições de ensino superior e também no ensino geral público. Também temos parceiros privados que têm contribuído significativamente nesse sentido. Mas isso não tem resultado, porque as instituições formam e depois o Estado não tem capacidade de absorver as pessoas que têm estado a formar. Um outro de acesso a meio! básicos como a saúde ou s habitação, no futuro, será necessário também maior investimento nesta! áreas?

CC: Há um esforço, mas (esforço não é significativo Estamos diante de um quadro novo, ou seja, há um nove Governo. No quadro dessa nova administração, desde que assumiu o poder, ternos visto que tem-se criado algumas políticas, tem-se reformulado certas situações Mas isso não é suficiente Os problemas em Angola não são de hoje, são proba lemas crónicos. Para ser ultrapassados, deve fazer-se um esforço redobrado em relação àquilo que temos estado a verificar. Ainda vai levar algum tempo para dar resposta no que diz respeito ao direito à educação, direito à

saúde, direito ao emprego, direito à habitação. o crescimento populacional vai de facto, dificultar a implementação das políticas públicas no nosso país.

CC: Luanda é a cidade económica, é a cidade política a, é a cidade administrativa do país. Isto tudo vai aliciando jovens de outras províncias do interior do país acederem regularmente à. cidade de Luanda, por isso que ela cresce duas vezes mais. Temos os problemas das assimetrias sociais que são muito grandes no inferior, diferentes daquelas que se encontram no litoral. Penso que essa situação vai continuar e vai dificultar a organização social da capital, a gestão da capital, que em sido asfixiada. Temos assistido regularmente ao êxodo rural, que vai asfixiando a capital de Angola.

5.34 Educadores auscultados sobre Pacote Legislativo Autárquico

Jornal O PAÍS

19 De Julho de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

O governante fez este pronunciamento Terça-feira, 17, em Luanda, durante um encontro de auscultação pública sobre o Pacote Legislativo Autárquico realizado na Delegação Provincial da Educação.

Durante a reunião, que juntou directores de escolas, professores e agentes da educação, Adão de Almeida declarou que estes encontros estão a permitir colher contribuições que serão submetidas à Assembleia Nacional, após apreciadas pelo Conselho de Ministros.

Durante a palestra, foram abordados temas como a Proposta do Pacote Legislativo Autárquico, A Lei Orgânica sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais e a Lei das Finanças Locais.

Neste encontro foram debatidos ainda os temas sobre Autonomia Financeira da Autarquia Local, Elaboração e Execução do Orçamento, Fiscalização e Responsabilidade Orçamental e Direito Transitório.

Neste encontro, que serviu para auscultar os trabalhadores do sector da Educação, a sua titular,

Maria Cândida Teixeira, apelou aos parceiros para contribuírem com sugestões que espelhem os problemas do sector, com vista na melhoria da qualidade do ensino que se quer na proposta de Lei das Autarquias.

Por seu turno, o presidente da Associação Nacional do Ensino Particular (ANEP), António Pacavira, chamado a intervir ao acto, valorizou a iniciativa do MAT, salientando que os educadores têm a missão de transmitir de forma convincente a questão das autarquias, particularmente aos encarregados de educação e aos alunos.

Sobre os temas abordados nesta acção, o responsável disse que serviram para enriquecer conhecimentos, sobretudo na gestão financeira.

"Saímos deste encontro mais reforçados, no domínio financeiro e administrativo, e acerca das autarquias", e referiu que do ponto de vista financeiro aprendeu-se muito mais.

Declarou-se convencido de que os aspectos que serão de consenso no âmbito da descentralização e da responsabilidade municipal têm a ver com a questão dos transportes e da merenda escolar.

Este encontro realizou-se no âmbito do processo de auscultação pública às diversas sensibilidades do país que está a ser desenvolvido pelo Executivo, através do MAT.

5.35 JMPLA da Huíla e do Cunene abordam autarquias locais em palestra

Jornal O PAÍS

19 De Julho de 2018

Texto: João Katombela

Entre os vários assuntos agendados pelo braço juvenil do partido governante, nas duas províncias, destaca-se o tema "Autarquias Locais e a sua implementação gradual".

Em entrevista concedida a OPAÍS, o secretário para a informação do Comité Municipal da JMPLA do Lubango, Yuri Monteiro, disse que o encontro visa informar os jovens sobre a importância deste processo autárquico.

Informou que o encontro, que vai juntar cerca de 200 jovens na capital do Cunene, visa ainda saudar

o VI Congresso do MPLA, a ser realizado em Setembro próximo.

O certame, segundo o responsável, vai ainda discutir assuntos ligados ao desenvolvimento social e económico das duas províncias. "Vamos também analisar a vida sócio-económica das províncias, ou seja, encontrar as possíveis formas de envolvermos os jovens no seu desenvolvimento, bem como homenagear aqueles que deram o melhor de si neste capítulo", disse.

O encontro servirá também para render uma homenagem ao Presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, pelo trabalho desenvolvido em prol do partido e do país, numa altura em que abandonará a vida política activa.

Durante a sua estadia nas terras de Mandume, os jovens militantes vão realizar diversas actividades, tais como a sensibilização dos automobilistas sobre a sinistralidade rodoviária e campanhas de recolha de lixo na cidade de Ondjiva e arredores.

5.36 UNITA prepara quadros para enfrentar autarquias

Jornal de Angola

19 De Julho de 2018

Texto: André Brandão

A UNITA tem as baterias viradas para a formação política e profissional dos quadros do partido, a fim de dotá-los de competências indispensáveis, sobretudo em matéria político-partidária, para enfrentar as eleições autárquicas, afirmou sábado o secretário provincial daquele partido no Cuanza-Norte, Fernando Francisco Falua.

Outra prioridade da no Cuanza - Norte é o reforço da presença partidária em todas as localidades da província, com a criação de infra-estruturas e mobilização de novos militantes para as fileiras da organização.

Ao discursar no encerramento da quinta reunião ordinária do comité provincial, o político acrescentou que a UNITA perspectiva, igualmente, dar maior visibilidade às acções do partido e adequar o seu modo de funcionamento aos desafios políticos do momento, sobretudo no que concerne ao projecto de implementação das autarquias.

Fazem ainda parte das suas acções, a consolidação permanente do processo de paz e reconciliação nacional, a par do reforço e dinamização das estruturas da LIMA, braço feminino, e da JURA, braço juvenil.

Sobre a situação da província, Fernando Francisco Falua afirmou que o Cuanza-Norte apresenta "grandes e graves desequilíbrios estruturais e vive uma crise social e financeira de identidade sem precedentes", considerando que "a burocracia institucionalizada condiciona a vida dos cidadãos".

No seu entender, a realização das eleições autárquicas "vai pôr fim à má governação", e para tal a UNITA entende que o gradualismo territorial tem um impacto negativo profundo na construção da dignidade dos angolanos, pelo que as autarquias devem ser extensivas a todos os municípios.

5.37 Autarquia especialista defende participação activa da sociedade

Novo Jornal

20 De Julho de 2018

Texto: Borralho Ndomba

O presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, em Cabo Verde, afirmou esta segunda-feira, 16, em Luanda, que a sociedade civil deve fazer ouvir a sua voz, "a fim de contribuir para um processo autárquico que garanta o desenvolvimento do país". Orlando Delgado - que apresentou a experiência cabo-verdiana na implementação do poder local num seminário de capacitação promovido pela UNITA que começou a formar esta semana os seus futuros autarcas - reagiu perante a imprensa à mensagem dos bispos da Conferência

Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) que pediram "coragem e vontade política" ao governo no processo de criação das autarquias. Para o autarca de Cabo Verde, por ser o "povo que vota nas eleições", a sociedade civil deve contribuir para que se realizem autarquias em todos países. realizem autarquias em todo o país. "

Acho ser importante a sociedade civil posicionar-se. Uma democracia é feita com base nos partidos políticos, mas quem vota é o povo. A função destas instituições [organizações da sociedade civil]

demonstra que há essa vontade de se avançar. E o governo poderá ajudar com esta preocupação em relação aos custos iniciais", disse.

Orlando Delgado reitera ainda que, a partir do momento em que se avançar com autarquias em todo o país, "difícilmente voltará para trás se for definido claramente na lei". Como o caso de Cabo verde, 10% daquilo que são receitas directas ou indirectas do Estado é efectivamente muito bem aplicado nas autarquias", mas, se fosse aplicado através do governo, "não teria o impacto e a visibilidade que isso tem hoje em termos de melhor ia da qualidade de vida de todos e sem excepção".

Para o presidente Municipal da Câmara de Ribeira Grande, a implementação das autarquias em todo o país "permite definir as prioridades de cada município". "Se criarmos autarquias em deter no processo da implementação do poder local no país, é que os cidadãos não se sintam excluídos, "sobretudo as comunidades mais pobres". minados sítios, os outros vão desenvolver, e os outros que muitas vezes são os que têm mais dificuldades irão ficar para trás", disse reiterando que o desenvolvimento deve ser integral.

Por seu turno, o autarca moçambicano Emanuel Becape afirmou que, para uma melhor implementação das autarquias no país, os partidos políticos e as organizações da sociedade civil devem rever com atenção a lei.

Emanuel Becape, que apresentou a experiência moçambicana, considerou. que, se "a lei estiver mal elaborada, haverá tendência de insustentabilidade dos municípios e esta insustentabilidade deverá causar também desmotivação na existência dos municípios".

Como exemplo, o político do MDM, terceira força política em Moçambique, disse que os municípios têm de beneficiar de "transferências de poder, transferências de funções, de impostos e de taxas, cuja parte poderá estar sob a alçada do governo central", afirmou, sublinhando que é fundamental que os municípios tenham a capacidade de cobrar os impostos e serem munidos de recursos humanos qualificados.

"Por exemplo, na nossa realidade, dos 53 municípios, nem metade está a cobrar tudo o que a lei preconiza em termos de legislação fiscal de

acordo com as suas atribuições". Na mesma ocasião, o presidente da UNITA, Isaiás Samakuva, considerou que os cidadãos devem ser mobilizados para negarem as propostas do governo e do MPLA. "Queremos as autarquias do povo, sem gradualismo distorcido".

5.38 Adão de Almeida não escuta as autoridades tradicionais

Jornal Liberdade

20 De Julho de 2018

Texto: Domingos Kinguar

O presidente do NATRRAL, João Miguel «Mbau», teceu estas declarações ao Jornal Liberdade dizendo que faltam quinze dias para o fim do processo de auscultação das autarquias locais que tem decorrido em todo o país, mas «o MATRE ainda não manteve qualquer encontro com a nossa organização que controla as autoridades nacionais. Tivemos apenas um encontro com a ministra da Cultura em que ficou a promessa de termos um fórum com as autoridades tradicionais de Luanda, e nós aguardarmos com bastante ansiedade este encontro. A previsão seria para Maio e continua sem data marcada. Já escrevemos para o MATRE a reclamar desta situação e ainda não fomos respondidos, e não sabemos se vai mesmo acontecer ou não, até porque falta muito pouco tempo», alertou.

O líder daquela associação, esclarece que o processo autárquico é benéfico para as populações, «uma vez que as autoridades tradicionais são os líderes das comunidades e deve ser bem tratado e com maior participação ao nosso nível, embora que são leis que não tem a nossa participação. Mas a legislação sobre o programa de auscultação é bem vinda para darmos o nosso contributo à maneira como deve ser conduzido o nosso processo em prol das comunidades para que amanhã tenhamos umas autarquias dignas e coerentes», disse.

Em sua opinião, «o Executivo angolano reconhece o estatuto, o papel e as funções das instituições do poder tradicional constituídas de acordo com o direito consuetudinário e que não contrariam a Constituição. Por isso mesmo queremos dar o

nosso contributo a favor da comunidade, mas muitas vezes somos excluídos», lamenta. Com este fórum aquele responsável reconhece que «é com o objectivo de darmos a nossa contribuição e participação nas autarquias locais.

Queremos também enriquecer a lei com as nossas ideias, porque vamos sair de um Governo centralizado para um regime descentralizado que é o poder autárquico», João Miguel discorda com a opinião de alguns políticos para que sejam apenas os académicos a concorrerem para este processo; não estamos de acordo que sejam apenas os catedráticos, mas devem velar também pela experiência e pela convivência na comunidade, pela conduta ou seja, pelas boas acções com a sociedade, porque muitos doutores não têm esses atributos, e se assim não acontecer vai haver muitos choques.

Para se ser autarca não é necessário que se tenha um nível académico elevado, não quer dizer que temos de dar o poder a um iletrado, não é isto, apenas à pessoas com um nível escolar intermédio», refere. Em relação a convivência entre o poder político e o tradicional, João Miguel esclarece que «deve haver uma interacção entre os dois poderes, mas o que acontece é que uma subalterniza a outra. E hoje existe a exclusão do poder tradicional por parte dos políticos.

Passado quase quarenta e dois anos de independência as autoridades tradicionais continuam se ainda estivessem na era colonial e somos chamados apenas para acompanhar as decisões do Executivo e sem nos consultar, tal como aconteceu com a Constituição e agora querem fazer o mesmo com as autarquias locais.

Deixamos de ser controlados administrativamente pelo MATRE e passamos para o Ministério da Cultura, mas o apoio não é o mais desejado. Estamos numa nova fase e vamos esperar que os procedimentos mudem», rematou.

5.39 UNITA defende autarquias em todo território

Jornal Liberdade

20 De Julho de 2018

Texto: José Gabriel

O líder da UNITA discursava na abertura do seminário nacional de formação de formadores do seu partido que, à semelhança da restante oposição, pretende que o processo gradual seja administrativo, enquanto o Governo encara o gradualismo como geográfico.

"Para a UNITA, a forma gradual de criação do poder local democrático passa por avançar em todo o território nacional ao mesmo tempo, mesmo que algumas instâncias das autarquias só sejam criadas mais à frente"; avançou. Quanto ao ser humano, disse que visa dar carácter a um grupo de formadores para entender a estrutura orgânica e funcional das autarquias, suas atribuições e competências, regime financeiro e de tutela à luz dos princípios estruturantes da autonomia local.

O seminário nacional de formação de formadores do seu partido decorre de 16 a 20 deste mês, visando fortalecer a consciência cívica dos cidadãos e garantir a sua participação informada no processo de implementação das autarquias, em todos os municípios do país.

5.40 Domingos João Lourenço “um competente autarca de Luanda”

Jornal Visão

20 De Julho de 2018

Texto: Inocente Neto

Domingos João Lourenço, ou simplesmente 'Avó Mingo, de 43 anos de idade, esteve no ex-distrito Urbano do Kilamba Kiaxi até 2017 onde acumulava as funções de 1º Secretário do MPLA e de administrador do distrito. Natural do Kuanza-Norte, é um competente quadro que pode fazer melhor como autarca se assim acontecer, pois possui uma bagagem intelectual fora do comum no que a política diz respeito. É um autarca a ter em conta.

O actual primeiro-secretário do Comité Distrital do Golfe do MPLA, no município do Kilamba Kiaxi está também em comissão de serviço na província do Bengo como Secretário geral do Governo Provincial.

O camarada Domingos João Lourenço "Mingo" eleito a 09 de Maio de 2016, durante a 1ª Conferência Ordinária de Balanço e Renovação de

Mandatos dessa estrutura partidária, para um mandato de cinco anos que não concluiu por força da extinta do distrito urbano do Kilamba Kiaxi e sua ascensão a categoria de município.

Domingos João Lourenço foi obrigado a aceitar o cargo de Administrador do Distrito do Golfe e 1º Secretário do mesmo distrito pelo seu partido, o MPLA.

Aos 41 anos de idade, à data dos factos, exerceu também, cumulativamente, o cargo de administrador do distrito e pretendia, naquele seu mandato de cinco anos, reforçar o diálogo com a juventude e proporcionar-lhe cursos de formação técnico -profissional, nos domínios da serralharia, alvenaria, construção civil, entre outros, para tirar os jovens de condutas desviantes, com o apoio do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS).

Algo que conseguiu fazer com toda mestria e coragem, tendo como resultado, tirado mais de 170 jovens da delinquência juvenil para o mercado do trabalho.

Domingos Lourenço já foi secretário geral da comissão Administrativa da Cidade de Luanda (CACL), depois nomeado para o Kilamba Kiaxi.

Era ainda seu propósito, resolver, conjuntamente com as comunidades, os vários problemas que afectam as populações, nomeadamente, o saneamento básico, o fornecimento de água potável e de energia eléctrica e o acesso à saúde e à educação.

A acessibilidade entre os bairros, com acções de terraplanagem era a sua marca quando chegou ao Kilamba Kiaxi. Basta vermos hoje que as ruas estão intransitáveis e acesso aos bairros deste município é deficiente e feito de forma sofrível.

5.41 APN em seminário sobre Autarquias Locais

Jornal O PAÍS

21 De Junho de 2018

Texto: Ireneu Mujoco

Aberta pelo presidente deste partido, Quintino Moreira, com término previsto para esta tarde, estão a ser ministrados temas como o Novo

Regime Jurídico das Finanças e Técnicas de Execução do Orçamento.

Novo Regime Jurídico da Desconcentração Administrativa' Autarquias Locais e Natureza Jurídica dos Órgãos da Administração, Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, estarão também em análise com os prelectores Santana Lopes e Nelson Domingos.

No seu discurso de abertura, líder desta única força política extra-parlamentar, disse que o seminário em causa serve para transmitir a visão do partido que dirige em relação ao processo autárquico de 2020.

Depois de destacar a importância deste processo, sublinhou que é no poder local que o povo se sente participante em todo o processo que tem a ver com a "gestão política, económica, social e cultural da vida da comunidade em que está inserido".

Acrescentou que o partido que dirige defende a estabilidade da Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas e que acautele todas as situações que possam colocar em causa a seriedade e credibilidade do processo autárquico.

Essa estabilidade, segundo político, passa pelo princípio da igualdade de tratamento entre partidos políticos, coligações de partidos políticos e grupos de cidadãos eleitores.

Gradualismo funcional

Na sua intervenção, Quintino Moreira reiterou a realização de eleições autárquicas sob o signo do gradualismo funcional, para que o processo seja realizado em simultâneo.

O presidente da APN condenou o modelo territorial ou geográfico defendido pelo Governo, argumentando que o mesmo visa colocar em vantagem o partido que sustenta o Executivo, privilegiando circunscrições onde possa vencer, em detrimento das demais forças políticas.

"Este partido (MPLA), através do Governo, tem vindo a colher estrategicamente as propostas e sugestões dos governantes sobre os territórios em que poderá sentir-se confortável", denunciou.

Realçou que é nestes municípios em que o partido no poder pensa investir todo o seu potencial

humano, material e financeiro para aí " imporem os resultados que lhes sejam favoráveis", disse.

Considerou a esta estratégia, que atribui ao Governo, como sendo "uma aritmética política que lhes coloca como vencedores antecipados", desabafou.

Alerta

Quintino Moreira alertou que "se o Governo quiser sentir-se melhor neste processo autárquico", é necessário que estenda as eleições autárquicas em todo o país, para facilitar a participação de todos os actores nas eleições autárquicas de 2020.

O político comparou e disse que a paz que se vive no país há 16 anos não foi conseguida de forma gradual' por isso, reitera que as eleições se realizem em simultâneo.

Por outro lado, criticou a exigência de 500 a 550 delegados subscritores de candidaturas em cada território de uma autarquia local.

Disse serem números excessivos, se se tiver em conta o que se requer às forças políticas concorrentes em círculos provinciais no quadro da Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais.

Para a APN, um mínimo de 50 e máximo de 100 subscritores seria. o número razoável em cada território de uma determinada autarquia local.

5.42 Seminário sobre autarquias considera mais benéfico gradualismo funcional

Jornal O PAÍS

21 De Junho de 2018

Duzentos e cinquenta militantes da UNITA, provenientes das 18 províncias do país, concluíram ontem, em Luanda, uma acção formativa sobre as autarquias locais. O seminário, que abordou durante quatro dias e de forma extensiva a questão, teve como prelectores especialistas de Cabo Verde, Moçambique, Zimbabwe e da África do Sul.

A acção formativa foi direccionada a formadores de quadros e teve por fito o fortalecimento das suas aptidões na abordagem com os cidadãos, bem como garantir a sua participação informada no processo de implementação das autarquias locais em todos os municípios do país.

De acordo com o comunicado final do fórum, os participantes consideraram o evento bastante produtivo, tendo podido entender claramente o carácter discriminatório, antipatriótico e antidemocrático do propalado gradualismo geográfico.

Foram abordados, dentre outros, temas como: "O conceito de autarquias" e "à importância das autarquias locais em democracia".

No fórum, os especialistas moçambicanos revelaram os aspectos negativos do gradualismo geográfico aplicado naquele país, que após mais de 20 anos desde as primeiras eleições locais se revelou incapaz de se estender a todo o território nacional, criando como consequência assimetrias gritantes entre as localidades beneficiadas e as deixadas fora do processo autárquico. Da sua parte, o convidado cabo-verdiano mostrou as grandes vantagens da experiência do seu país em que as autarquias foram implantadas simultaneamente, sendo uma das razões que mais contribuíram para o combate à pobreza e para o crescimento reconhecido de Cabo Verde.

5.43 Comunidades devem saber mais sobre as autarquias

Jornal de Angola
22 De Julho de 2018
Texto: Edna Dala

O presidente da UNITA recomendou aos representantes do partido que divulguem de forma intensa e em todos os municípios e comunidades toda a informação sobre as autarquias, no sentido de se dissiparem quaisquer dúvidas sobre o processo. Isaías Samakuva, que fez o pedido na quinta - feira, em Viana, durante a sessão de encerramento do seminário de capacitação sobre as autarquias, sublinhou que com este exercício se pretende desfazer, com propriedade e fundamento, aquilo a que chamou "algumas mentiras" que têm sido apregoadas em vários pontos do país, em particular nas zonas mais

recônditas, onde a informação sobre autarquias é nula.

O líder do maior partido da oposição frisou que, depois do seminário, os quadros da UNITA estão em condições de compreender e explicar o papel da política e do cidadão e porque "devem todos participar na discussão dos assuntos públicos locais". Os participantes, disse, aprenderam como articular estratégias associadas aos exercidos do poder local democrático e ainda a traçar planos para participarem nas eleições autárquicas e, com isso, lançar uma campanha que envolva todos.

"Devemos trabalhar e estar prontos para que as autarquias se realizem em todo o país e que o trabalho de esclarecimento e mobilização sobre a autorização decorra já a partir dos próximos dias, além do exercido de selecção dos possíveis autarcas", exortou Isaías Samakuva, dirigindo-se aos 250 participantes.

O presidente da UNITA lembrou que o encontro, com a duração de quatro dias, foi programado para preparar os quadros do partido, visando o alargamento da base de conhecimentos, e capacitá-los no processo de mobilização dos cidadãos para o importante papel que todos terão no exercício do poder local. O seminário, acrescentou, serviu ainda para munir os participantes de mais conhecimentos sobre a estrutura orgânica e funcional das autarquias, desde as suas atribuições aos regimes financeiro e de tutela, à luz do princípio estruturante da autonomia local.

Isaías Samakuva disse esperar que as autarquias sejam implementadas de acordo com a Constituição da República.

Gradualismo

No final do seminário, que teve como convidados peritos em autarquias de Cabo Verde, Moçambique, África do Sul e Zimbabwe, foi produzido um comunicado em que os participantes concluem que o gradualismo geográfico ou territorial que se pretende adoptar na implementação das autarquias "é discriminatório, anti-patriótico e antidemocrático."

A título de exemplo, os subscritores lembraram que os autarcas moçambicanos revelaram os aspectos negativos do gradualismo aplicado

naquele país, onde mais de 20 anos desde as primeiras eleições locais se revelou incapaz de as estender a todo território nacional, criando, com isso, "assimetrias gritantes" entre as localidades beneficiadas e as que foram deixadas fora do processo autárquico.

APN contra requisitos o Líder da Aliança Patriótica Nacional (APN) considerou ontem excessiva a exigência de 500 a 550 subscrições para os candidatos às autarquias. Quintino Moreira, que fez essa afirmação na abertura de um seminário de capacitação de quadros sobre as autarquias, lembrou que aqueles números são os mesmos exigidos às forças políticas concorrentes pelos círculos provinciais, no quadro das eleições gerais.

AAPN entende que o Estado deve subsidiar as eleições autárquicas, à semelhança do que acontece com as gerais, atendendo à sua importância na organização política e democrática e no aprofundamento da democracia participativa. Tal como todos os partidos da oposição, o partido de Quintino Moreira também defende a realização das eleições autárquicas em simultâneo e em todo o país.

5.44 David Mendes defende o gradualismo

Jornal de Angola

23 De Junho de 2018

Texto: Santos Vilola e Kamuanga

Júlia

O deputado da UNITA David Mendes admitiu que é a favor da implementação gradual e sequencial das autarquias locais.

O parlamentar reconhece que não existem condições materiais para as forças políticas concorrerem de forma igual em todo o território. "Vamos ser realistas. Fazer 160 eleições no mesmo período é preciso ter meios económicos e humanos", reconheceu.

"Será que nós, oposição, temos esses meios económicos e humanos suficientes para fazer 160 campanhas eleitorais", questionou O jurista, que falava à Palanca TV recentemente.

As propostas de lei sobre a institucionalização, a tutela, transferência de competências, organização das autarquias, eleições autárquicas e finanças locais foram analisadas sábado, no município do Cazenga (Luanda), durante um encontro orientado pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

No final dos debates, subdivididos em três painéis, Adão de Almeida disse terem colhido inúmeras contribuições que serão tidas em conta no processo da produção da proposta final do governo que será submetida à discussão e à aprovação da Assembleia Nacional.

Segundo o ministro, este processo de auscultação representa uma clara noção de que a participação de todos é importante para um processo de todos e para todos na implementação das autarquias locais a partir de 2020. De acordo com Adão de Almeida, o caminho a percorrer, até lá, ainda é longo, mas todos estão a contribuir para a institucionalização deste novo modelo de gestão e organização administrativa ao nível do território nacional.

O ministro disse serem muitas as expectativas e vontade de implementação deste novo modelo de organização administrativa, mas considera que mudanças profundas exigem cautela, serenidade e tranquilidade, especialmente neste momento de tornar decisões importantes.

"Esta vontade leva-nos a sermos capazes de gerir, resolver melhor, mais fácil e rapidamente os muitos problemas existentes", disse.

5.45 APN insiste no financiamento para as autárquicas

O País

23 De Julho de 2018

Texto: Irineu Mujoco

Quintino Moreira disse que o Estado angolano deve subsidiar as Eleições Autárquicas, à semelhança do que ocorre com as Eleições Gerais, tendo em conta a sua importância na organização política democrática e no aprofundamento da democracia participativa.

Justificou ser necessário financiar os partidos políticos e outros actores para que todos concorram em pé de igualdade, conforme estabelece a Lei dos Partidos Políticos o "Somos contrários à discriminação de toda a espécie vigente, do triunfalismo e da imposição", desabafou o político, acrescentando ser dever do Estado financiar todas as forças políticas.

Afirmou que ao financiar os partidos políticos ou seus actores, o Governo não estaria a fazer favores a essas forças políticas, mas a cumprir o seu dever. "Por esta razão, conclamamos aos patriotas angolanos, aqueles que, pelos seus actos, sempre demonstraram ser a reserva moral do Estado, a tudo fazerem para cumprirem com esse pressuposto legal".

Ganhar autarquias

Olhando já para as eleições autárquicas de 2020, Quintino Moreira disse que, apesar das dificuldades financeiras que a AP atravessa, resultantes da falta de financiamento do Estado, está a trabalhar para ganhar eleições em algumas circunscrições. Aliás, este foi o motivo da realização deste seminário que reuniu mais de 200 quadros, entre secretários nacionais e delegados provinciais, para muni-los de ferramentas ligadas às autarquias.

Reconheceu ser uma tarefa árdua, mas acredita numa boa safra eleitoral do seu partido para superar o resultado desfavorável obtido nas Eleições Gerais de 2017, em que não conseguiu um único deputado à Assembleia Nacional. Nas eleições de 2020, se houver financiamento, a APN projecta concorrer em várias circunscrições em todo o país, para, segundo o seu líder, ganhar e começar a governar nos municípios, vilas e cidades.

Explicou que uma vez que o seu partido consiga um resultado favorável nas eleições autárquicas de 2020, poderá ir às Eleições Gerais de 2022 mais motivado. Disse que o projecto da Aliança Patriótica nacional é o de voltar ao Parlamento, trabalhar para ganhar eleições e formar Governo nos próximos processos eleitorais.

Quintino Moreira entende ser necessário que a APN se empenhe a fundo para ter uma presença significativa nas eleições autárquicas que se avizinham. Admite que o partido que não estiver

representado a nível do Poder Local dificilmente sobreviverá às Eleições Gerais, no quadro da composição do futuro parlamento e consequente formação do Governo que resultar de tais eleições.

5.46 Saurimo tem condições para ser uma autarquia

Jornal de Angola

23 De Julho de 2018

Textos: Santos Vilola e Kamuanga

Júlia

A província da Lunda Sul, município de Saurimo é o que está mais perto de ser abrangido ainda na primeira fase do processo de implementação sequencial e gradual das autarquias locais, marcado por recomendação dos conselheiros do Presidente da República para 2020.

Comparativamente aos restantes municípios, Muconda, Dala e Cacolo, Saurimo vence no critério do número de habitantes e de arrecadação de receitas, de acordo com dados projectados para este ano com base no censo populacional, apresentados em Saurimo, pela vice governadora para o sector Político, Económico e Social, Célia Xiri.

O município tem 501.904 habitantes, dos 609.851 que a província tem.

Com esta população, de acordo com a proposta de Lei sobre, Saurimo preenche o requisito mínimo de 250 mil habitantes, para ser uma autarquia ainda na primeira de Várias fases de implementação que vão até 2035. Os três restantes municípios têm menos de 30 mil habitantes.

No domínio das finanças municipais, Saurimo é o que mais receitas arrecada para os cofres do Estado em relação aos demais municípios da província pelo facto de ser o mais populoso e concentrar grande parte do sector produtivo e de serviços, segundo o estudo.

O município, que acolhe a sede do governo da província, tem maior autonomia financeira por arrecadar mais receitas. Saurimo tem ainda o maior parque habitacional da província, facilitando assim a arrecadação de impostos que tributam o património habitacional.

Nem de uma única repartição fiscal da Agência Geral Tributária, Saurimo tem 23 agências bancárias, critérios que colocam a localidade mais próxima de ser abrangida no processo de descentralização administrativa, por via da criação de uma autarquia local.

Em matéria de recursos humanos em todas as especialidades, desde Administração e Finanças, Engenharias, Informática, Gestão e Direito, Saurimo tem 901 técnicos superiores e 2031 técnicos médios.

Critérios de selecção

O jurista Esteves Hilário esclareceu que municípios com menos de 500 mil habitantes e com uma capacidade de arrecadação de receitas de cinco por cento da média da despesa dos últimos três anos podem ser autarquias locais. Nos esclarecimentos. Estêvão Hilário indicou que municípios que não preenchem estes requisitos também podem ser autarquias em função do seu contexto histórico. Citou o exemplo de Mbanza Kongo (Zaire), elevado a Património da Humanidade pelas Nações Unidas.

O jurista esclareceu que, além da combinação dos requisitos populacional e de arrecadação de receitas, há municípios que podem ser autarquias apenas pelo facto de terem mais de 250 mil habitantes.

O processo de escolha para a primeira fase, segundo o jurista, vai relevar também municípios do interior do país que tenham um peso no sector da agricultura e indústria.

Depois desta fase de auscultação, que termina em Luanda, de acordo com o cronograma de actividades do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, e da aprovação pelo Parlamento dos diplomas legais que vão dar suporte às autarquias, o Executivo deve dirigir um processo de preparação dos municípios que forem escolhidos para serem autarquias.

A preparação dos municípios a serem escolhido compreende a construção e instalação de serviços da administração fiscal, tribunais de comarcas, câmara e assembleia municipal, uma agência bancária (no mínimo) e redes de telecomunicações.

Sentido oposto

Os secretários provincial do PRS e da coligação de partidos políticos CASA-CE na Lunda Sul defenderam que as autarquias locais sejam abrangentes a nível dos quatro municípios da província e, assim, contribuir para o desenvolvimento económico e social.

Ao Jornal de Angola, no final do encontro de auscultação sobre as proposta de lei do Pacote Legislativo Autárquico, Isaac Capitão, do PRS, disse que discorda do gradualismo territorial.

Fernando Mutombo, da CASA-CE defendeu o gradualismo funcional que, em seu entender, corresponde às expectativas da população em relação a melhoria das condições básicas e no combate às assimetrias regionais.

O cidadão Victor David sublinhou que o processo de auscultação em curso em todo o país permite que cada cidadão contribua com suas ideias, para o fortalecimento da democracia, e defendeu a criação de condições nos municípios, para a implementação faseada das autarquias locais.

Para o regedor do bairro Nanguanza, Luís Alfredo, o município de Saurimo reúne condições para Ser urna autarquia local. Referiu que decorrem acções de sensibilização da população na sua área de jurisdição, para facilitar o processo.

5.47 Oposição pode concorrer coligada

Jornal de Angola

24 De Julho de 2018

As forças políticas da oposição pretendem apresentar candidatos únicos em cada círculo eleitoral das autarquias, previstas para 2020, anunciou sábado, em Mbanza Kongo, o vice-presidente da CASA-CE Manuel Fernandes.

O político expressou esta intenção à imprensa, no final de uma conferência provincial sobre visão da CASA-CE sobre as eleições autárquicas e locais, dirigida aos militantes.

Segundo Manuel Fernandes, a questão está sob análise e concertação dos líderes das formações políticas da oposição, frisando ser um princípio

que auguram ser concretizado, visando alcançar resultados favoráveis.

O político explicou que a estratégia consistiria em apoiar candidato de uma das forças políticas concorrentes mais favorito com a possibilidade de vencer numa determinada autarquia.

"Precisamos de um processo mais competitivo. Caso a oposição concretize este desiderato, teremos autarquias mais sólidas e acutilantes", sublinhou.

Vantagens das autarquias

A CASA-CE está a explicar aos militantes as vantagens das eleições autárquicas e os modelos de participação do cidadão, informou o vice-presidente da coligação.

De visita à província, para apresentar a visão da coligação sobre as eleições autárquicas, Manuel Fernandes referiu que os militantes foram igualmente informados como será o processo de transferência de poderes do Presidente da República para o autarca. Falando à saída de um encontro com António Kialunguila, vice-governador do Zaire para o sector Político Social e Económico, o dirigente da CASA-CE afirmou que a visão da coligação sobre o poder autárquico tem como base fundamental uma participação activa do cidadão no levantamento, análise e solução dos problemas das comunidades.

O político reconheceu as divergências em torno da implementação gradual das autarquias, mas disse que apesar das diferenças, todos os partidos políticos desejam o bem-estar dos angolanos.

"Vamos explicar ao nosso eleitorado as vantagens das eleições autárquicas e os modelos de participação do cidadão e como será o processo de transferência de poderes do Presidente da República para o autarca", frisou Manuel Fernandes.

O também deputado aproveitou o encontro com o vice-governador do Zaire para questionar sobre a cobrança de propinas e pagamento de batatas em vigor no Instituto Médio de Petróleos do Soyo, uma reclamação dos encarregados de educação que têm dificuldades de pagar os valores cobrados por aquela instituição.

O político esclareceu que recebeu explicações do vice-governador, apontando que a instituição passou a cobrar valores aos estudantes pelo facto de não ser uma unidade orçamentada e debater-se com dificuldades para acudir necessidades correntes.

"Ficou patente que o Governo local está a trabalhar para que o Instituto passe a ser uma unidade orçamentada", sublinhou. Questionado sobre o desenvolvimento da província do Zaire, Manuel Fernandes, afirmou de forma peremptória que a região está muito aquém do grau de desenvolvimento económico e social de outras províncias. "Esta é uma das regiões mais atrasadas do país. Olhando para as potencialidades naturais desta região, devia estar noutra patamar de desenvolvimento económico e social", disse.

Divergências na CASA-CE

Questionado sobre o diferendo que opõe os partidos integrantes da CASA-CE, Manuel Fernandes tranquilizou os militantes, afirmando que a sua coligação aguarda pelo pronunciamento do Tribunal Constitucional sobre o processo a si remetido. "As divergências geram desenvolvimento. Não há crise que vá destruir a CASA-CE", vincou o também presidente do partido PALMA.

Manuel Fernandes cumpriu uma jornada partidária de dois dias à cidade de Mbanza Kongo, durante a qual manteve encontros com as autoridades governamentais, entidades religiosas, bem como presidiu a uma reunião de concertação e revitalização da coligação.

O vice-presidente da CASA-CE teve um encontro de cortesia com o bispo da Diocese de Mbanza Congo, Dom Vicente Carlos Kiaziku.

Comunicado da UNITA

A direcção da UNITA decidiu nomear um grupo técnico de trabalho para definir o perfil e os critérios a obedecer na selecção de candidatos a autarcas, no quadro do processo de institucionalização das autarquias, previstas para 2020.

Esta foi uma das conclusões da VII reunião ordinária do Comité Permanente da Comissão Política da UNITA, realizada no sábado, em Luanda, indica um comunicado do maior partido

da oposição, enviado à Redacção do Jornal de Angola.

O órgão de cúpula da UNITA decidiu, igualmente, propor a lista de candidatos do partido para serem testados e formados para o exercício de funções nos diversos órgãos da administração autárquica em todo o país.

No documento, a UNITA volta a manifestar-se contra a implementação do gradualismo na institucionalização das autarquias e fala em "manobras subtis do Executivo" contidas na legislação recentemente promulgada e nas propostas de leis submetidas à consulta pública.

O Comité Permanente da Comissão Política "encoraja os angolanos a denunciarem e rejeitarem" tais manobras que "pretendem subverter o princípio instrumental do gradualismo para permitir ao MPLA governar a maior parte do território das autarquias sem se submeter à eleição popular e utilizar sozinho grande parte dos recursos públicos das autarquias, durante muitos anos, também sem eleição, enquanto distribui algumas migalhas aqui e acolá, segundo critérios subjectivos divisionistas e indefensáveis."

De acordo com a UNITA, as propostas do Executivo visam, no fundo, "dividir as pessoas em angolanos de primeira, de segunda e de terceira" e "transferir para as administrações municipais do MPLA as atribuições e os recursos que a Constituição manda dividir apenas entre o Estado e as autarquias locais do povo."

O maior partido da oposição deve, também, aprovar "procedimentos próprios" para a gestão e monitorização política das grandes questões associadas ao processo de institucionalização das autarquias.

5.48 UNITA enaltece decisão da CEAST na defesa do gradualismo funcional

Jornal O PAÍS
24 De Julho de 2018

Este partido considera que os bispos católicos apontam caminhos que podem orientar os poderes públicos na construção dos consensos necessários para se implementar as autarquias locais em todo

o país, em 2020, "sem discriminações, e com os recursos existentes".

Com base na posição assumida pela CEAST, segundo o comunicado enviado a OPAÍS, a UNITA orienta o seu Grupo Parlamentar para aperfeiçoar a legislação proposta e "neutralizar, junto do povo, as armadilhas já identificadas nas propostas do Executivo", lê-se numa das passagens. As propostas do Executivo, no entender da UNITA, têm como objectivo dividir as pessoas "em angolanos de primeira, angolanos de segunda e angolanos de terceira".

A nota acusa ainda o Executivo de transferir para as administrações municipais, em todos os municípios do país, as atribuições e os recursos que a Constituição manda dividir apenas entre o Estado e as autarquias locais do povo.

Denúncias

O comunicado deste órgão decisório da UNITA apela aos cidadãos a "denunciar e rejeitar as manobras subtis do Executivo, contidas na legislação recentemente promulgada e naquela submetida à consulta pública".

O partido do "galo negro" considera que a referida legislação pretende subverter o princípio instrumental do gradualismo para permitir ao MPLA governar a maior parte do território das autarquias do povo sem se submeter à eleição popular.

Acusa ainda o seu principal adversário político de querer utilizar sozinho grande parte dos recursos públicos das autarquias, durante muitos anos, também sem eleição, enquanto "distribui algumas migalhas aqui e acolá", diz ainda o comunicado.

5.49 CEAST propõe os limites para financiamento das campanhas

Jornal de Angola
25 De Julho de 2018

A Conferencia Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) propõe a fixação de um tecto máximo de orçamento para o financiamento da campanha eleitoral para as autarquias, sob pena de violação do princípio da igualdade.

Num documento intitulado "Autarquias locais – subsídios para o debate", que foi entregue ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, a CEAST refere que, nos termos da Comissão de Veneza (Conselho da Europa), o grande problema da corrupção nas eleições e da violação da igualdade entre os candidatos resulta precisamente da falta de controlo dos orçamentos eleitorais.

"Por uma questão de transparência e lisura de pleitos eleitorais autárquicos, devia fixar seu orçamento máximo para as campanhas eleitorais, mesmo se parte delas sejam financiadas pelo Estado", sublinha o documento.

No documento, assinado pelo arcebispo de Saurimo e porta-voz da CEAST, Dom José Manuel Imbamba, os bispos católicos propõem a eliminação da proposta de Lei da Tutela Administrativa e a criação de um capítulo na lei da transferência de atribuições de competências do Estado para as autarquias locais, relativo à tutela de mérito, sujeito à fiscalização do Tribunal de Contas e tutela de legalidade quanto aos actos que representam interesses nacionais no território autárquico.

Os bispos católicos dizem que a Lei da Tutela Administrativa representa um paradoxo e contradição quanto à institucionalização das autarquias, pois verifica-se a interferência do Estado na esfera de uma pessoa colectiva pública (autarquia) diferente do Estado. Para os bispos católicos, a tutela deveria ser apenas de legalidade e não de mérito. "Ao ser tutela de mérito, pergunta-se qual é o papel das assembleias municipais? Como pode o Titular do Poder Executivo fiscalizar a autarquia, que é uma pessoa colectiva distinta? Deve-se, é assegurar que, para efeitos de mérito, a competência seja de um órgão jurisdicional (Tribunal de Contas) para situações em que o encargo financeiros/empréstimos e orçamentos (excluída a quota do OGE)."

A CEAST reconhece que o modelo centralizado falhou e vários documentos e a própria realidade o atestam. "Assim, para corrigir as assimetrias regionais, o Governo deu corpo ao modelo de descentralização para potenciar as regiões mais pobres", escrevem os bispos.

"Para nós, as autarquias locais são uma resposta airosa para pôr cobro a essas lacunas no

desenvolvimento e na participação, pois um governo descentralizado é, por natureza, mais próximo dos cidadãos, mais responsável, mais eficaz na satisfação dos interesses dos municípios, prestando-lhes melhores serviços, mais inclusivo, mais pragmático e mais rápido nas respostas às necessidades dos cidadãos", sublinha o documento.

A CEAST adianta que é preciso prevalecer o espírito de consenso na discussão das propostas, bem como as razões de justiça mais do que as razões de estratégia política.

5.50 Participação da mulher no poder local em análise hoje

Jornal O PAÍS

25 De Julho de 2018

O projecto 'Empoderamento da Mulher Angolana através de Organizações da Sociedade Civil', implementado pelo PNUD, em parceria com as embaixadas da Noruega e do Reino Unido em Angola, e do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), realiza hoje, às 9 horas, numa das unidades hoteleiras da cidade capital, uma mesa redonda sobre a participação e representação da mulher no poder local.

Segundo uma nota de imprensa enviada ao OPAÍS, a mesa redonda baseia-se no factor demográfico do país, em que as mulheres constituem 52% da população e 51,9% do eleitorado nacional; nas provisões da Constituição da República de Angola que prima pela igualdade de género e na Agenda2030 sobre a igualdade de género, empoderamento da mulher e a construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

O evento que terá a duração de dois dias e vai promover a análise dos diplomas legais sob consulta do ponto de vista de género. Ainda contará com a participação de actores chave, incluindo representantes do Executivo, da Assembleia Nacional e da Sociedade Civil.

O documento refere ainda que a sessão de abertura será presidida pela secretária de Estado para Família e Promoção da Mulher, Ruth Mixinge, acompanhada pelo director do PNUD Angola, Henrik Larsen e pela embaixadora do Reino Unido em Angola, Jéssica Hand.

5.51 PRS reitera autarquias em todo país

Jornal O PAÍS

25 De Julho de 2018

Texto: Maria Custódia

Em entrevista a OPAÍS, Rui Malopa esclareceu que o PRS manifestou-se contra desde que tomou conhecimento da consulta pública sobre o pacote legislativo autárquico que o MAT está a realizar desde o mês de Junho e que termina no dia 31 de Julho.

"Esta tarefa de consulta aos cidadãos sobre as autarquias é da competência e da tutela da Assembleia Nacional", frisou.

O responsável disse não entender como alguém que está no poder executivo e que representa um determinado partido político pode encabeçar um projecto da nação.

Reiterou a realização de autarquias em todo o território nacional, porque os municípios devem ser autónomos e só assim é que se deve ir a busca da estabilidade, do desenvolvimento e sustentabilidade do país.

Rui Malopa referiu que a eleição daqueles que vão dirigir o país nos próximos anos cabe ao cidadão angolano e, assim "como a CEAST", fez apelo para que associações devidamente identificadas venham publicamente manifestar o seu pensamento de que não é o gradualismo geográfico ou territorial que vai trazer o desenvolvimento.

Segundo o político, deste modo, quando o processo for à Assembleia Nacional (AN) haverá uma inversão dos termos daquilo que é a vontade que o grupo de cidadãos pretende que seja implementado no país

"Se a Independência não foi implementada gradualmente, porque é que as autarquias devem ser implementadas de forma gradual?", questiona.

Disse que o PRS abraça a posição manifestada pela CEAST sobre a realização das autarquias em simultâneo nos 164 municípios do país.

O secretário-geral dos renovadores declarou que o partido tem vindo a realizar um leque de actividades por todo o país para, junto das

comunidades, explicar a visão do PRS e o seu ponto de vista quanto à implementação das autarquias em Angola.

Referiu que já passaram pelas províncias de Benguela, Huíla, Namibe, Cunene e que neste momento há grupos de acompanhamento a trabalhar nas províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malanje, Cuanza-norte, Bié

5.52 Bispo tocoísta defende realização de autarquias locais em todo o país

Jornal O PAÍS

26 De Julho de 2018

Texto: Ireneu Mujoco

O prelado fez este pronunciamento quando dissertava sobre o tema "A Visão da Igreja Sobre a Descentralização da Governação", na Conferência Sobre Autarquias Locais promovida pela Fundação Simão Gonçalves Toco, de que é líder.

Dom Afonso Nunes argumentou que com a implementação das autarquias locais sob o signo do gradualismo funcional, marcar-se-á o primeiro passo para a eliminação das assimetrias regionais.

Segundo o religioso, nos municípios menos desenvolvidos, ao serem autárquicos, o Governo Central deverá trabalhar para criar condições indispensáveis para alavancar o crescimento e impulsionar o seu desenvolvimento.

Apelou ao Governo para que redobre esforços para que as autarquias sejam extensivas a todos os 164 municípios do país, em vez de se esperar por um período de 15 anos, caso se realize de sob o gradualismo territorial.

Discorda que numa fase inicial sejam abrangidos apenas alguns municípios que possuem condições económicas, financeiras e infra-estruturais em detrimento dos que não as têm.

Na sua opinião, se não for aplicado o gradualismo funcional (realização de autarquias em simultâneo em todo o país), poder-se-á agudizar a situação, em si já difícil, dos municípios considerados como pobres.

Para Dom Afonso Nunes, na visão da igreja que dirige, a resolução das prementes necessidades dos

cidadãos passa pela implementação das autarquias em todo o território nacional.

Assegurou que as autarquias, se forem bem concebidas e implementadas, trazem desenvolvimento e os cidadãos participam de forma directa na resolução dos seus problemas.

Injustiça

Segundo o líder dos tocoístas, qualquer que seja a formada sua implementação, constituiria "um pecado" a recusa a um grupo de cidadãos de exercerem o direito de escolher os seus representantes a nível da assembleia local, citando a Constituição no seu artigo 220, nº 1.

"Se a Constituição é o documento magno, e a maior de todas, caminhemos com mais generosidade e de forma desapaixonada, abordando esta questão que é de interesse não só dos políticos, mas também de todos os angolanos", afirmou o bispo.

Recorrendo a um exemplo teocrático, o religioso lembrou o conselho que o profeta Moisés, que foi um grande líder, recebeu de um velho de Midiã e seu sogro, Jetro, para conduzir o seu povo.

"É bom que aqueles que dirigem não ignorem a voz dos seus dirigidos", disse Dom Afonso Nunes, numa clara alusão à realização das autarquias em simultâneo.

Autarquia não é "varinha mágica"

Esta afirmação é da secretária de Estado da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT), Laurinda dos Prazeres Cardoso, quando apresentava o tema "Estratégia de Implementação das Autarquias Locais".

Intervindo ao acto, a governante explicou que a autarquia não é "uma varinha mágica", mas obriga a que todos trabalhem para que se tenha um processo com menos frustrações.

Durante a sua intervenção, Laurinda dos Prazeres destacou o percurso da estratégia da implementação das autarquias a locais, da centralização à descentralização, fases do processo, processo preparatório, legislação e outros.

Durante a conferência, estiveram também em abordagem as propostas de leis das Finanças

Locais e o Processo de Implementação das Autarquias, com os prelectores Lopes Moreira e Gaspar Daniel, respectivamente.

5.53 O papel dos arquitectos no bem-estar angolano

Jornal de Angola

26 De Julho de 2018

Texto: Luciano Rocha

A felicidade de um país depende, e muito, dos arquitectos que lhe desenham cidades, vilas e aldeias, pois são eles, em grande parte, quem determina a forma como vivemos, com bem-estar ou não. Os arquitectos, tantas vezes esquecidos e desvalorizados, são o reflexo das sociedades, acima de tudo, de quem as governa ou desgoverna, tantas vezes, infelizmente, sem a sensibilidade exigida a quem tem a obrigação de criar condições para elas serem o mais harmoniosas possível, esquecendo, ou ignorando - para esquecer é preciso saber, que disso provém a produção de quem trabalha, logo da economia, do desenvolvimento.

Os arquitectos foram, são e hão de continuar a ser, imprescindíveis nos "desenhos" de cidades, vilas e aldeias, mas atenção, além da competência, é essencial que conheçam as realidades locais. Não basta ser tecnicamente bom, se for alheio a outros factores, como necessidades, hábitos da população. Até cores, cheiros, sabores que fazem parte do seu dia-a-dia.

Victor Leonel, presidente da União Africana dos Arquitectos, em entrevista a este jornal, publicada na segunda, feira, ao falar sobre Luanda, sintetizou bem esta questão e a forma de a resolver: "é preciso construir com o povo e não para o povo". O não cumprimento deste princípio basilar resulta nos disparates que foram feitos não apenas na capital, mas em vários pontos de Angola. E, ao falar do que sabe, deixou o aviso: "não adianta chamar pessoas estranhas à sua cultura e história para intervencionar". Que foi o que aconteceu entre nós, com os resultados que se conhecem.

O arquitecto, na entrevista, abre, a leigos desencartados, como eu, uma brecha de esperança, que espero venha a ser conselho seguido pelos que têm a obrigação de concertar o que está mal e, de agora em diante, fazer bem, nas nossas cidades, vilas e aldeias. Victor Leonel, ao referir-se

concretamente à capital, assegura haver "muito boas soluções para fazer de

Luanda uma cidade com qualidade e de qualidade".

A entrevista, espero que seja lida e relida por todos os que amam as cidades, vilas, aldeias, onde vivem e sofrem com as agressões que lhes são feitas, mas também, principalmente, pelos que as maltratam, fazem delas locais nos quais, cada vez mais, apetece menos viver. Pode ser que despertem. Uns, pelo peso da consciência, outros da ignorância a que se têm votado. E percebam que o desenvolvimento não se mede somente pelo cimento armado, asfalto, centros comerciais, exuberâncias. Muito menos por caixotes de vidro, quase a picar o céu, cortes ou desvios forçados de cursos de água. Nunca, por nunca, pelo derrube de árvores, destruição de jardins, parques infantis, locais de lazer. Entendam também, de uma vez por todas, que nem tudo o que é bom e bonito lá fora o é entre nós. Porque as realidades são diferentes. Lutemos contra a tentação de copiar por copiar, resistamos à mania de querer parecer o que não somos. O que não significa fecharmo-nos ao mundo, à modernidade. Pelo contrário, que um país fechado nele próprio não evolui. Devemos estar sempre abertos à troca de experiências.

As cidades, vilas e aldeias precisam de quem as ame, não dos que as tratam mal, esquarteram, lhes decepa árvores, soterra jardins, conspurca mar, rios e lagoas. Quase sempre em nome do progresso e modernismo bacoco, característico do novo-riquismo.

As nossas aldeias, vilas, cidades, principalmente estas, precisam que lhes devolvam zonas verdes, jardins floridos, artérias arejadas, bancos de jardim, passarinhos de todas as cores e cantares, alegria. Entreguem-nas aos arquitectos. Quando isso suceder, temos um país melhor. Com pessoas mais saudáveis e felizes, menos gastos no sector da saúde, diminuição na confusão do tráfego rodoviário, menor absentismo no serviço e escolas.

Não há cidade, vila, aldeia que resista se, ao serem criadas, se ignorar quem lá vive ou vai viver. Se lhes impuserem modelos que nada tenha ver com hábitos, interesses próprios, são fracassos anunciados, ninhos de descontentamento,

provavelmente de revolta. Por tudo isto, e muito mais, é importante dar voz aos arquitectos.

5.54 OBEA apresenta hoje ao MAT contribuições sobre Autarquias

Jornal O PAÍS

26 De Julho de 2018

No âmbito do acompanhamento da consulta pública e contribuições das propostas de lei para as Autarquias Locais levadas a cabo pelo Executivo angolano através do MAT, de Junho a Julho, o OBEA realizou quatro workshops sobre a avaliação da proposta de lei orgânica sobre as eleições autárquicas, que contou com a participação de 153 líderes comunitários, entre os quais 26% mulheres e 8% representantes de partidos políticos.

O processo levado a cabo sob coordenação do Instituto Angolano de Sistemas Eleitorais e Democracia (IASSED) é considerado como parte fundamental das tarefas de observação eleitoral e parte das tarefas de educação e informação eleitoral aos cidadãos. Como parte do seu objecto social, o OBEA, durante os meses de Junho e Julho, usou uma metodologia de trabalho que consistiu, num primeiro momento, de introdução sobre os princípios fundamentais da organização do poder local à luz da Constituição da República e, num segundo momento, a interpretação articulada da proposta de lei em grupos e discussão em plenário e recomendações ao relatório final das contribuições à Proposta da Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas.

A elaboração do relatório final foi coordenada tecnicamente pelo IASSED, contando com a assistência de peritos e especialistas angolanos membros do Fórum Transparência e Credibilidade Eleitoral e da Comissão de Justiça e Paz da CEAST.

A metodologia usada obedeceu ao formulário do MAT destinado à consulta pública e consistiu na apresentação articulada das propostas e contribuições, seguidas pelos fundamentos teóricos, doutrinários e legais, que perfazem um documento de 64 páginas com contribuições a partir do artigo 7.º até ao artigo 113.º da proposta da Lei Orgânica sobre as Eleições Autárquicas.

5.55 Papel da mulher no processo de autarquias locais abordado em mesa redonda

Jornal O PAÍS

26 De Julho de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

Ruth Mixinge fez essas declarações na abertura da Mesa Redonda sobre a participação e representação da mulher no poder local, certame que visou promover uma análise dos diplomas legais sob consulta, do ponto de vista do género, e conta com a participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Embaixada do Reino Unido.

A governante sublinhou, na sua intervenção, que a abordagem ao tema "A participação e representação da mulher no poder local" encontra respaldo e sentido na realidade demográfica do país, nas referências constitucionais sobre a igualdade de género e na agenda 2030 sobre a igualdade de género, empoderamento das mulheres e a construção de sociedades pacíficas e inclusivas. Ruth Mixinge declarou que as mulheres angolanas sempre desempenharam um papel importante ao lado dos homens durante a libertação do país.

Por isso, é fundamental que elas tenham acesso aos vários benefícios a que têm direito, com maior destaque para a educação e informação, cabendo às organizações partidárias e à sociedade civil a missão de lhes dar oportunidades e direitos iguais.

Sobre as políticas nacionais para empoderamento da mulher angolana, a governante disse ser uma tarefa que remete a reflexões cuidadosas.

No entanto, acrescentou que o Executivo angolano, através do Ministério da Família e Promoção da Mulher, tem desenvolvido uma forte política de género para, de facto, promover a igualdade, a liberdade de escolha e o desenvolvimento das capacidades de todos os cidadãos angolanos, sem distinção de género.

Ressaltou que o encontro terá a duração de dois dias e fundamenta-se no factor demográfico do país, em que as mulheres constituem 52% da população e 51,9% do eleitorado nacional, nas provisões da Constituição da República de Angola que prima pela igualdade de género e na Agenda

2030 sobre a igualdade de género, empoderamento da mulher e a construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

Por seu turno, o director do PNUD em Angola, Henrik Larsen, disse que as mulheres continuam a enfrentar muitas barreiras na participação política e social. Essas, acrescentou, estão relacionadas com as condições sociais e económicas das mulheres e também com factores culturais.

Na sua opinião, para ultrapassar as barreiras e alcançar a igualdade política, é preciso adaptar sistemas e instituições que viabilizem a participação e representação das mulheres.

Afirmou ser possível desenhar o sistema do poder local em Angola com a mulher firmemente no mesmo sistema, sem discriminação.

O representante do PNUD em Angola disse, entretanto, que a participação e apresentação da mulher no poder local eleito é fundamental para o sucesso dos esforços para a democracia e o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A sessão de abertura foi presidida pela secretária de Estado para Família e Promoção da Mulher, Ruth Mixinge, acompanhada pelo director do PNUD Angola Henrik Larsen e pela embaixadora do Reino Unido em Angola, Jessica Hand.

Contou ainda com a participação de representantes do Executivo, da Assembleia Nacional e da sociedade civil.

5.56 Autarquias e "Gradualismo" em sede da Consulta Pública'

Jornal Visão

27 De Julho de 2018

Texto: Carlos Veiga

A nota pastoral da CEAST assinada pelo seu Vice-Presidente, Dom Imbamba, surge como uma voz oportuna na orientação dum importante matéria no âmbito da nossa cidadania. Os bispos depois de tudo ouvirem com subsequente análise' eis que surgem com uma veemente mensagem que continua acuar desde a quinta-feira, 19 de Julho de 2018 na mente não só dos políticos mas de todos que estão seriamente a acompanhar o "pre match", das autarquias marcadas para 2020. Simplesmente, a voz de quem perita em humanidade é. Por isso, é

que santa e pecadora detendo a condição espiritual e carnal a exemplo de Cristo que é era da condição divina e se encarnou para compreender a humana. Compreender a humanidade significa salvá-la do pecado.

Como sabemos, a nota dos pastores não se restringe em termos de destinatário. É como a palavra de Deus que enviada para produzir frutos onde quer que seja, ou haja espaço o para o efeito, se multiplica inexoravelmente. Esta é, a verdade, a principal missão da Igreja, portanto, de disseminar, disseminar a Palavra de Cristo como fez Paulo que a recebeu e multiplicou em favor dos homens do seu tempo mesmo sem ter conhecido as pegadas do mestre. Assim sendo, a semente é lançada para todos e cada um desenvolve e tem a missa de a multiplicar. A Igreja procura tão-somente por meio do seu Magistério promover sua palavra que constrói. É sua missão. Por isso é que vá sendo parceira do Estado ainda que se divirja em algumas circunstância quando pode dar o seu parecer ou passe a sua visão do mundo. Este é um dos fortes do Dom Imbamba, escrever sobre a humanidade, intervenção da Igreja. Certa vez, enquanto seminarista, escreveu na Revista Aurora sobre a necessidade de pregar oportunidade e inoportunamente, na referida edição, o então seminarista descrevia sobre a intervenção do Paulo ao discípulo de Emaús. De recordar que Dom Imbamba é colega de turma do Raul Tati e Apolonio Graciano, dispensam comentários.

E o que diz em concreto na esteira da sua intervenção, particularmente, em torno do processo autárquico não é sequer coisa de outro mundo. É uma realidade ainda que sobre outro prisma relativamente ao discurso oficial já que na essência esteja, politicamente, traçada a fórmula. Mas, então, o Dr Lazarino Paulson, como vimos algures' na sua arte do Direito, ousa efectuar a primeira interpretação académica sobre a supra-municipalidade. Se faz interpretação é porque a matéria detém uma clara dignidade Constitucional, o que "a fortiori", seria admitido, aos bispos católicos. Nada mais do que isso, antes pelo contrário, é bastante nobre sendo mister reconhecer com fim de deixar claro que o problema deixou de ser doutrina nova.

A Constituição fala nas autarquias supra-municipais no artigo 218.0 número 2, e não é

adstempo abordar e o que ocorre é que o país demorou a aplicar alguns preceitos em sede da democracia constitucional e hoje quer iniciar preceitos políticos de princípio sem admitir que em termos da agenda política mundial ou cronológica andamos bem atrasados devendo sem que tal implique salto de etapa gradual falar já no que mais razoavelmente fosse hermenêutico tratar ou discutir sobre gradualismo. Tocar no gradualismo mais denso de significado deveria ser com baseno apelo, ou não, ao critério da funcionalidade da sua implementação "in pleno" ou, progredindo para aplicar (já) a linha da supra-municipalidade e, já agora, em simultâneo com as autarquias municipais, como estão previstas no arranque. "Adinitio", as autarquias locais organizam-se nos municípios, de acordo com o número 1 do supra-citado artigo. Mas o grau desenvolvimento assimétrico com que se debate, actualmente, obriga a que possam ser constituídas autarquias de nível supra-municipal, "ex vi": número 2 do artigo 218.0. É nisso que a Conferência Episcopal de Angola e S. Tomé encontra a "ratio" fundante da sua retórica e chama atenção para o facto de que, por maioria da razão, o centralismo que perdurou na história das instituições jurídico-política de país terá falhado. Quer dizer insistimos muito em discutir questões de ideologia e, pOI vezes, com sofisticados argumentos políticos, táticas de acordo com a expressão do texto, quando podíamos influir para a evolução dum mecanismo que corresponde melhor a governabilidade no quadro da contextualidade exigida.

5.57 Contra a posição de Samakuva

Jornal Liberdade

27 De Julho de 2018

Texto: Pedro Lenga-Lenga

O parlamentar reconhece que não existem condições materiais para as forças políticas concorrerem de forma igual em todo o território nacional. «Vamos ser realistas. Fazer eleições em cento e sessenta municípios no mesmo período, é preciso ter meios económicos e humanos», reconheceu.

O também jurista, questionou-se, «será que nós, oposição, temos esses meios económicos e humanos suficientes para fazermos as eleições autárquicas em cento e sessenta municípios em

campanhas eleitorais», questionou o advogado que falava à estação Palanca TV.

As propostas de lei sobre a institucionalização, a tutela, transferência de competências' organização das autarquias, eleições autárquicas e finanças locais foram analisadas recentemente, no município do Cazenga em Luanda, durante um encontro orientado pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida.

No final dos debates, sub-divididos em três painéis, Adão de Almeida disse ter contribuições que serão tidas em conta no processo da produção da proposta final do governo que será submetida à discussão e à aprovação da Assembleia Nacional.

Segundo o governante, este processo de auscultação representa uma clara noção do que a participação de todo é importante para um processo de todos e para todo na implementação das autarquias locais a partir de 2020. De acordo com Adão de Almeida, o caminho a percorrer, até lá, ainda é longo, mas todos estão a contribuir para a institucionalização deste novo modelo de gestão e organização administrativa ao nível do território nacional.

O ministro disse serem muitas as expectativas e vontade de implementação deste novo modelo de organização administrativa, mas considera que mudanças profundas exigem cautela, serenidade e tranquilidade, especialmente neste momento de tomar decisões importantes.

«Esta vontade leva-nos a sermos capazes de gerir, resolver melhor, mais fácil e rapidamente os muitos problemas existentes», disse.

Em conversa para este jornal, Diamantino Albino está preocupado se as suas contribuições terão alguma relevância, «visto que muitas contribuições da sociedade civil o governo não leva em conta. Mas acredito que neste projecto só a participação daqueles membros com grande carga ideológica do MPLA é que terão tido em conta. E vamos ter uma lei autarca que não vai favorecer os desfavorecidos mas sim os apetites políticos dos camaradas », referiu.

5.58 Habitantes do Kilamba Kiaxi com olhos em Bento Kangamba

Jornal Visão
27 De Julho de 2018
Texto: Saviola Suka

A ideia de apontarem em Bento Kamgamba tem a ver com a popularidade que goza no bairro estratégico de Palanca, onde vivem milhares de angolanos provenientes da República Democrática do Congo (RDC).

Em vários encontros de comissões de moradores, os habitantes manifestam o interesse de apoiar político e empresário.

Kangamba é apontado como uma possível alternativa com vista a tirar a circunscrição do estado em que se encontra, tendo em conta os múltiplos problemas que enfrenta, começando pelo deficiente saneamento básico.

Recorde-se que o Presidente angolano propôs para o ano 2020. a realização das primeiras eleições autárquicas em Angola, que deverão ser implementadas faseadamente.

João Lourenço referiu que, sendo estas as primeiras eleições autárquicas, e devido à extensão territorial de Angola e à inúmera quantidade de municípios, é necessário tempo para a sua conveniente preparação.

Segundo o Presidente, esta preparação vai fazer com que "o poder saído delas sirva o propósito para as quais as autarquias serão criadas, a servirem melhor as comunidades e o cidadão":

O presidente angolano considerou importante uma reflexão sobre o melhor momento para a realização das eleições autárquicas, designadamente em que ano e a forma da sua implantação gradual, propondo que comece "por um certo número de municípios a definir, após debate entre partidos políticos com assento parlamentar, na base de uma proposta a ser apresentada pelo executivo".

"Trazemos para esta reunião do Conselho da República, para que o Presidente da República possa ser aconselhado pelos dignos conselheiros, a proposta de realizar as eleições autárquicas em 2020 e a proposta de realizar inicialmente num certo número de municípios, na base do princípio do gradualismo, definindo-se os critérios da sua seleção", frisou.

No âmbito dos debates à volta das primeiras eleições autárquicas em Angola, previstas para 2020, o Ministério da Administração do Território (MAT) leva a cabo desde de 1 de Junho próximo, um ciclo de auscultação pública sobre o Pacote Legislativo que composta as seis leis que vão reger o processo.

A Lei de Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, Lei da Tutela Administrativa sobre as Autarquias Locais, Lei das Finanças Locais, Lei da Transferência de Atribuições e Competências do Estado para as Autarquias Locais e a Lei sobre os Critérios de Selecção dos Municípios para a Institucionalização das Autarquias Locais, constituem o conjunto das leis que estão a ser debatidas.

5.59 Líder religioso a favor do modelo gradual

Jornal Manchete

27 De Julho de 2018

Texto: Luchicueno Malungo

O responsável prestou as tais declarações, à margem do culto ecuménico que assinalou os dez anos de existência da referida organização religiosa Cristã.

De acordo com o apostólico, a igreja sendo uma instituição de fé, tem uma missão árdua junto dos seus fiéis, trazer soluções viáveis para o bem-estar da sua população e não só.

Victor David Segunda assegurou que as eleições devem consignar-se num espírito de harmonia, contribuindo para acoplamento de outras forças, no sentido de promover o desenvolvimento nacional.

"Temos que trabalhar com a nossa população em várias esferas para a nossa estabilidade", acrescentou ainda que, trabalhando em união entre as diferentes organizações religiosas cristãs, promove espírito de irmandade.

Focalizando-se ainda nas autarquias, o fundador da IPPDA admitiu que o sistema político administrativo, tem estado ajudar os próprios países que optaram descentralizar os seus poderes para a distribuição equitativa dos recursos e

rendimentos do país. Indistinto ainda sobre os modelos que se discutem na Assembleia Nacional,

Victor David salientou que tanto modelo defendido pelo partido no poder e a oposição justificam a sua implementação.

Tendo assegurado que no seu entender, o sistema administrativo do MPLA tem maior sustentabilidade. Fundamentando que, a falta de infra-estruturas e de outros serviços são as principais preocupações da sua agremiação. Entretanto, o apóstolo avançou que a sua denominação religiosa já se encontra representada em países estrangeiro, como são os casos da Bolívia, Brasil, Canadá e posteriormente estará presente em Portugal.

5.60 MAT encerra consulta nas províncias do país

Jornal de Angola

27 de Julho de 2018

Texto: Edna Dala

O Ministério da Administração do Território encerrou ontem, em Luanda, o processo de auscultação pública e contribuições sobre o pacote legislativo autárquico ao nível das províncias do país. A sessão de encerramento, que teve lugar no condomínio Paz Flor num encontro que reuniu administradores municipais e distritais de Luanda, representantes do corpo diplomático acreditado em Angola, da sociedade civil e autoridades tradicionais, foi marcada pela apresentação das propostas de leis sobre as autarquias locais.

O ministro da Administração do Território e da Reforma do Estado, Adão de Almeida, que falava no encontro, disse esperar concluir também, já no próximo mês, a elaboração das propostas apresentadas, no plano técnico, para que, no final do mesmo mês, siga para a apreciação, em versão final, para o Conselho de Ministros.

Adão de Almeida indicou que, caso o programa seja cumprido, a proposta será remenda a posterior à Assembleia Nacional, onde por meio do debate parlamentar os diplomas devem ser enriquecidos. Depois deste processo, disse, seguir-se-á uma fase de materialização, onde "vamos. Enfrentar os verdadeiros desafios, que é começar a

preparar os municípios para receberem autonomia local".

O ministro indicou que está ser orientado pelo Presidente da República, João Lourenço, a preparação de um programa de institucionalização das autarquias locais que vai permitir implementar, a partir de 2019, um conjunto de medidas na perspectiva de preparar os municípios para a nova realidade administrativa.

Adão de Almeida acrescentou que essas medidas se circunscrevem ao domínio da alteração legislativa e regulamentar. Para o ministro, são bastante ambiciosas em relação aos recursos humanos e o reforço de quadros para a administração local, bem como a criação de condições para atracção de quadros para certas localidades do país.

O ministro acrescentou que o percurso, que termina numa primeira fase em 2020, tem como objectivo inicial começar a introduzir as reformas em 2020 e fazer um acompanhamento permanente. "Apesar da complexidade e diversidade a união e a capacidade de pôr nossos objectivos nacionais acima de quaisquer outros serão a chave para o sucesso, pois o nosso objectivo principal é apenas um: fazer com que o cidadão sirva mais e seja melhor servido, porque ninguém é capaz de fazer mudanças sozinhas no país", disse.

Os participantes propuseram que os candidatos a autarca devem ter, no mínimo cinco anos de residência no município pelo que desejam candidatar-se. Na ocasião, o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, defendeu que tudo deve ser feito de forma paulatina, atendendo a realidade e as condições que o país oferece. Adriano de Carvalho reconheceu que nem todos os municípios de Luanda contam com um serviço de repartição fiscal, para facilitar a implementação das autarquias. Durante o encontro, a organização dividiu os trabalhos num grupo de seis, que analisaram em artigos das propostas de leis do pacote legislativo autárquico. Os participantes propuseram que os candidatos à autarca devem ter, no mínimo cinco anos de residência no município onde desejam se candidatar, o que lhe permitiria conhecer os problemas fundamentais da circunscrição.

Propuseram ainda que fosse estabelecida a idade, mínima e máxima, dos candidatos autarca. Para

eles, a idade mínima deve ser 25 anos e a máxima de 60, os participantes defendem que o tempo de propaganda sonora nas ruas durante a campanha eleitoral para as autarquias não deve exceder as 21 horas. Sobre o financiamento eleitoral autárquico, os participantes ao encontro recomendam maior esforço do Estado, independentemente da conjuntura, para que todos os candidatos concorram em igualdade de circunstâncias.

5.61 Oposição prevê participação em «bloco» nas autarquias de 2020

Novo Jornal

27 De Junho de 2018

Texto: Borralho Ndomba

Os partidos da oposição estão a estudar mecanismos para formar um «bloco» a fim de concorrerem juntos às eleições autárquicas marcadas para ano 2020. O objectivo é criar um acordo pontual entre toda a oposição para que consiga vencer o próximo desafio eleitoral, apoiando assim um único candidato em várias circunscrições, em função do partido com maior aceitação em determinadas comunidades.

A iniciativa é da terceira força política do país, a CASA-CE, que "garante estar disponível para este desafio. A UNITA apoia a ideia, mas ainda terá de analisar em fórum próprio a questão.

Há, no entanto, segundo um dos vice-presidentes da CASA-CE, concertações entre as formações políticas. Manuel Fernandes explica que, nesta participação em bloco, deverá ser apresentado como cabeça de lista de cada autarquia o candidato do partido que teve mais votos nas eleições gerais num determinado município.

"Por exemplo, no município do Soyo, o partido mais votado foi a CASA-CE. Portanto, a ideia é todos os partidos apoiarem o candidato da CASA-CE. No município de Cacuaco, por exemplo, a UNITA é forte. Neste caso, os outros partidos deverão dispensar a candidatura e apoiar a da UNITA e assim sucessivamente", explicou. Em declarações à Rádio Nacional de Angola, Lucas Ngonda, da FNLA, defendeu acordos pontuais para a concretização do projecto.

"É necessário que haja acordos pontuais. O candidato que tiver melhor imagem e representar

um partido deverá ser apoiado pelos outros partidos", sublinhou o líder da FNLA. Para o vice-presidente da UNITA, Raul Danda, a coligação de partidos para as autarquias poderá tornar os opositores mais "unidos e invencíveis".

"A UNITA não põe de maneira nenhuma esta hipótese de parte. Precisamos de estudar isto a nível do nosso partido, e reitero em nome do meu partido que é possível que venha a acontecer. Nos próximos tempos o partido dirá o que fazer e como fazer", garantiu.

As quatro formações políticas na oposição têm apresentado constantemente declarações em conjunto sobre a implementação das autarquias no país.

O presidente do PRS, Benedito Daniel, garantiu recentemente a este semanário que a oposição, constituída pela UNITA, CASA-CE, PRS e FNLA vai continuar a trabalhar em conjunto para as questões relacionadas com o poder local.

5.62 Rostos do MPLA para as autarquias III

Jornal Manchete

27 De Junho de 2018

Texto: Banza do Nascimento e

Jorge Neto

Em Luanda, Bento Bento, Aníbal Rocha, Milca Caquesse e a provável entrada em cena de Carlos Feijó podem garantir ao MPLA a vitória necessária em Luanda para que se transmita a segurança aos restantes círculos autárquicos eleitorais.

Por ser a praça dos mais intelectuais da capital do país e actualmente fortemente assolado pelas crises sociais, as graves reivindicações feitas pelos diversos sindicatos e as manifestações no Cazenga podem criar o ambiente propício para a derrocada.

BENTO BENTO OU BENTO JOAQUIM FRANCISCO BENTO, o ex-governador e antigo Secretário do MPLA em Luanda é o homem melhor preparado para disputar as autarquias em Luanda. Conhecedor dos problemas da capital e dos meandros políticos dos bastidores que movem o poder na maior praça partidária do país. Bento

Bento deixa saudades nos militantes, sobretudo as camaradas da OMA, que sempre o admiraram e fizeram com ele as maiores enchentes registadas nos comícios do MPLA em Luanda. Nenhum secretário do MPLA teve a sua popularidade. O seu vozeirão e a maneira peculiar de abordar os temas, conquista audiência e congrega muitos militantes. Com apenas um ano para apresentar um presidente da autarquia j para Luanda, o MPLA precisa recuperar a "virgindade" perdida nas últimas eleições em que se registou um ascendente da oposição. Arriscar num nome com pouco consenso de desconhecido pode custar um descalabro que como efeito de cascata pode expandir-se gradualmente por outras autarquias.

O regresso de "Bento Bento" a liderança do MPLA na maior praça política do país está estritamente ligado aos resultados das eleições que não favoreceram os camaradas na maior parte dos municípios da capital Segundo uma fonte ligada ao partido, o MPLA perdeu claramente as suas bases de apoio em Luanda, ao contrário da oposição, principalmente a CASA-CE e a UNITA que conquistaram milhares de adeptos.

Bento Bento que tinha sido apeado do cargo em 2016 quando Higino Carneiro assumiu o governo da província, poderá regressar à Luanda tendo como missão, galvanizar as bases e reconquistar os círculos de influência que o Partido perdeu durante a liderança de Higino Carneiro.

ANÍBAL ROCHA, antigo governador de Luanda, conhecido como um bom quadro administrativo, é dos poucos governadores que passou pela capital, ao qual, os luandenses têm muito carinho, por reconhecerem a sua competência e porque fez mais do que discursos.

O Governante que já ganhava popularidade em Luanda, viria a ser exonerado do cargo em 2002, sem razões aparente, pelo então presidente da república, José Eduardo dos Santos e enviado para a província de Cabinda de onde viria a ser exonerado em 2009. O ex-deputado, membro do Comité Central e um dos mais importantes quadros dos camaradas já foi governador do Uíge, Luanda e Cabinda.

Conhece bem Luanda e é dos poucos governadores da capital que não deixou o cargo por desgaste da sua imagem, no seu pelouro, a Luanda registou obras de grande dimensão que são

ainda o cartão-de-visita do país. Recentemente, JLO o requisitou às funções pública, 8 anos depois de ter sido exonerado em situações mais ou menos dramáticas do cargo de Governador de Cabinda.

MILCA CUESSE- CAQUESSE ex-Deputada e membro do Comité Central do MPLA. Milca Caquesse, aos 33 anos é uma jovem-mulher vencedora, formada nas fileiras da JMPLA e membro de várias associações governamentais, nasceu aos 21 de Julho de 1985, no Sambizanga. Formada em Direito, já exerceu cargos como coordenadora-adjunta do núcleo de empreendedores do Comité Provincial da JMPLA e da Brigada de Ambiente em Luanda.

O reconhecimento do crescimento e do empenho da juventude na construção de um país melhor foi demonstrado nos últimos anos com a introdução de várias mulheres jovens nos pontos estratégicos, Milca Caquesse foi catapultada a administradora do distrito do Sambizanga. Se o MPLA decidir apostar na juventude é uma forte candidata para as autarquias em Luanda. Enquanto administradora trabalhou desde o seu empossamento, em equipa ajudando a aproximar mais os munícipes e a administração do distrito. No programa "Sambizanga em Movimento" um projecto de reconstrução e melhoria de vida da população, que também tem o apoio do Executivo, já resultou na construção de uma central eléctrica e mais água potável para a população do Sambizanga. O saneamento urbano também está a melhorar significativamente.

A camarada Milca Cuesse Caquesse, que deixou a liderança da administração do distrito do Sambizanga foi igualmente primeira secretaria do MPLA naquela localidade. Durante este seu mandato Milca tinha centrado os seus esforços no trabalho de mobilização de novos membros para o MPLA, na promoção de um maior diálogo entre o Partido, o Governo e a população, prestando atenção especial às questões da saúde, da educação e às iniciativas da juventude.

5.63 Sugestões para a proposta de Lei sobre as Finanças Locais

Novo Jornal

27 De Junho de 2018

Texto: Sérgio Calundungo

Olhando para a proposta de lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais, não pude deixar de fazer três questionamentos e sugestões que podem ou não vir a ser acolhidas, mas que considero ser importante reflectir sobre elas: Como é que se pode melhorar a transparência a nível municipal? Como é que se pode melhorar a participação cívica dos cidadãos em questões ligadas ao orçamento da autarquia?

Como é que se pode melhorar a fiscalização e o controlo dos recursos financeiros e patrimoniais das autarquias locais?

Em relação ao primeiro questionamento, sou de opinião que, para melhorar a transparência, a Lei sobre Finanças Locais deveria assegurar que as autarquias locais dessem prioridade às seguintes acções: publicar relatórios orçamentais durante o ano todo, colocando-os à disposição dos cidadãos de modo acessível e gratuito; publicar um relatório final de cada exercício económico, colocando-o, igualmente, de modo atempado à disposição dos cidadãos.

As autarquias podiam ainda estar obrigadas a publicar um documento que, de entre outros aspectos, apresentasse as principais ideias que têm relativamente ao plano económico da autarquia para cada ano orçamental, de forma a encorajar o debate sobre o orçamento antes da apresentação pela autarquia da proposta a ser aprovada.

Finalmente, a lei deveria obrigar as autarquias a alargar o leque de informações fornecidas na sua proposta de orçamento para incluir mais dados pormenorizados sobre despesas de anos anteriores e ligar o orçamento mais estreitamente aos planos municipais de desenvolvimento local, ilustrando a forma como as novas políticas afectam as despesas e as receitas e definindo recursos (inputs), produtos (outputs) e objectivos, sejam estes financeiros ou não.

Nada pode impedir que se criem mecanismos para que os cidadãos e os membros eleitos das instituições autárquicas partilhem opiniões sobre questões do orçamento durante a sua formulação e implementação.

Estes mecanismos podem apoiar-se em inovações, tais como exercícios participativos de elaboração dos orçamentos, seguimento e monitoria da execução dos mesmos pelos cidadãos.

As autarquias podiam ainda estar obrigadas a produzir e publicar um documento que apresentasse as principais ideias que têm relativamente o plano económico

Ninguém põe em questão o facto de que os municípios devam ter recursos financeiros e patrimoniais próprios, cuja gestão competirá aos órgãos autárquicos eleitos, no âmbito da sua autonomia. Mas isso não os impede de criar mecanismos formais para que os cidadãos possam auxiliar os membros eleitos da autarquia e todas as instituições responsáveis pela auditoria na formulação do respectivo programa e participar em acções de auditoria relevantes, ou visando monitorar a forma como os gastos são identificados, aprovados ou executados.

Em relação à terceira questão, sobre como é que se pode melhorar a fiscalização e o controlo dos recursos financeiros das autarquias locais, sugiro que a Lei sobre Finanças Locais preveja as seguintes acções, para tornar a fiscalização orçamental mais eficaz: garantir-se que a Assembleia Autárquica realize um debate inclusivo sobre o plano de desenvolvimento local, antes da proposta do orçamento da autarquia ser apresentada e assegurar-se de que as suas recomendações sejam incorporadas no próximo orçamento; criação de uma comissão formada por membros eleitos da Assembleia Autárquica e da sociedade civil local responsável por examinar e publicar análises e reflexões sobre a maneira como está a decorrer a implementação orçamental durante o ano.

Ao mesmo tempo, dever-se-ia garantir que, ao nível das autarquias e outras instituições nacionais responsáveis pela auditoria, existisse o financiamento adequado para realização das funções de fiscalização.

Por força de lei, dever-se-ia determinar a realização de um exercício de auditoria às contas de cinco projectos de grande dimensão (definir a dimensão em função do volume financeiro) implementados pela autarquia.

Tal auditoria poderia ser feita por um órgão independente.

Em relação à terceira questão, é chegado o momento de considerarmos seriamente a possibilidade de criação de uma unidade de

fiscalização especial ao nível do Tribunal de Contas para reforçar ainda mais a fiscalização orçamental das autarquias locais

5.64 Tocoístas dizem-se igualmente contra o gradualismo

Novo Jornal

27 De Julho de 2018

Mais uma instituição religiosa mostra-se contra a implementação do gradualismo geográfico nas eleições autárquicas previstas para 2020 no país. A Igreja Tocoísta junta-se aos bispos católicos na contestação à proposta do executivo de implementar o poder local de forma faseada.

Citado pelo diário O País, Dom Afonso Nunes, líder da Igreja Tocoísta, instou o governo angolano a redobrar esforços para que as autarquias sejam extensivas a todos os 164 municípios, em vez de se esperar por um período de 15 anos, para a instalação do poder local nas outras regiões do país.

Dissertando na conferência sobre Autarquias Locais, promovida pela Fundação Simão Gonçalves Toco, o líder religioso referiu que, ao serem implementados as autarquias nos municípios menos desenvolvidos, o governo central deverá trabalhar para criar condições indispensáveis para alavancar o crescimento e impulsionar o desenvolvimento nestas regiões.

Dom Afonso Nunes discorda, por isso, que, numa fase inicial, tal como defende o executivo, sejam abrangidos apenas alguns municípios que possuem condições económicas, o que, no seu entender, agudizará as assimetrias regionais.

Recorde-se que, em nota divulgada na semana passada, os bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) assinalam que o "modelo centralizado falhou" e que se "deve respeitar o princípio da igualdade e universalidade. Assim, não se justificam que se façam autarquias locais em alguns municípios e noutros não".

5.65 Tutela revela «paradoxo e contradição» no pacote legislativo

Novo Jornal

27 De Junho de 2018

Texto: Borralho Ndomba

A Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) afirma que a Lei da Tutela Administrativa representa "um paradoxo e uma contradição quanto à institucionalização das autarquias".

Segundo os bispos, na norma em causa "verifica-se a interferência do Estado na esfera de uma pessoa colectiva pública (autarquia) diferente do Estado".

Num documento entregue ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, denominado "Autarquias locais - subsídios para o debate", os prelados questionam: "Ao ser tutela de mérito, pergunta-se qual é o papel das assembleias municipais? Como pode o Titular do Poder Executivo fiscalizar a autarquia, que é uma pessoa colectiva distinta?".

Para a CEAST, "deve-se é assegurar que, para efeitos de mérito, a competência seja de um órgão jurisdicional (Tribunal de Contas)".

No documento enviado ao MAT, os bispos defendem de igual modo a fixação de limites orçamentais para o financiamento da campanha eleitoral para as autarquias, sob pena de violação do princípio da igualdade.

"Por uma questão de transparência e lisura de pleitos eleitorais autárquicos, devia fixar-se um orçamento", defendem.

O documento sublinha que "as autarquias locais são uma resposta airosa para pôr cobro a essas lacunas no desenvolvimento e na participação, pois um governo descentralizado é, por natureza, mais próximo dos cidadãos", lê-se.

5.66 Defendida a participação mais activa das mulheres

Jornal de Angola

28 De Junho de 2018

Texto: Adelina Inácio

O Grupo de Mulheres Parlamentares defendeu ontem, em Luanda, uma participação mais activa das mulheres no processo das autarquias locais.

Segundo a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares' Luísa Damião, que falou na abertura do seminário sobre o papel das mulheres nas autarquias, Angola caminha para uma democracia inclusiva, onde as mulheres devem ter uma participação activa.

Para a deputada, as eleições autárquicas constituem um compromisso onde todos devem estar engajados e contribuir para o reforço da democracia participativa, abrangente e inclusiva.

"As mulheres são candidatas naturais às eleições autárquicas e por isso o seu potencial deve ser aproveitado", disse.

Segundo Luísa Damião, as mulheres são a alavanca de todas as sociedades, por terem experiência acumulada no associativismo e é, através do seu talento e criatividade, que têm estado a desenvolver, nas comunidades, projectos inovadores que contribuem para a inovação e exaltação da cidadania.

A presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares declarou que o progresso do país depende da participação efectiva de homens e mulheres na vida política, económica' social e cultural. O encontro de ontem, que decorreu na Assembleia

Nacional, visou aumentar o conhecimento das mulheres sobre o Pacote Legislativo Autárquico e permitir que as mesmas dêem o seu contributo.

Luísa Damião disse que o Grupo de Mulheres Parlamentares vai continuar a fazer advocacia junto dos partidos políticos para que cumpram o estabelecido na Lei dos Partidos Políticos, que recomenda a inclusão, nas suas listas de candidatura para as eleições gerais, de uma cifra não inferior a 30 por cento de mulheres. "Não existe uma democracia sem a inclusão e plena participação das mulheres", disse. As participantes questionaram até que ponto as leis constantes no Pacote Legislativo Autárquico respondem ao quinto Objectivo do Desenvolvimento Sustentável, que é a igualdade do género, e se a Lei das Finanças Locais responde a um regime autárquico sensível ao género.

A secretária de Estado da Administração do Território, Laurinda Cardoso, informou que o Executivo recebeu muitas contribuições para as propostas do Pacote Legislativo nas 18 províncias, mas que poderão sofrer alterações profundas durante o debate na Assembleia Nacional.

Sobre as preocupações colocadas, Laurinda Cardoso, reconheceu que alguns diplomas que constam do Pacote Legislativo Autárquico, pecam por defeito, porque não se teve em consideração alguns aspectos que visam salvaguardar a busca da equidade para efeitos de representação do género feminino.

Laurinda Cardoso apontou a necessidade de se propor medidas que salvaguardem a igualdade e equidade, devido a determinados factores culturais, sociais e políticos que fizeram com que o papel da mulher ainda esteja numa posição subalternizada, não obstante o princípio da igualdade estar salvaguardado na Constituição.

A Secretaria do Estado explicou que, na perspectiva do Executivo, autarquia não é apenas a realização de eleições, mas também a observância de vários pressupostos, com destaque para os recursos humanos, técnicos, tecnológicos e infra-estruturas, que o município deve ter para que possa ser autónomo.

A deputada Miraldina Jamba, da UNITA, disse que está preocupada com a intenção do Executivo que pretende realizar eleições autárquicas numa primeira fase em determinados municípios e noutros não. "Isso é uma questão que me preocupa porque eu sinto que é uma proposta discriminatória. Já fomos discriminados durante o tempo colonial, conquistámos a Independência e agora sentimo-nos outra vez discriminados", disse a parlamentar.

Maria Dumbo, secretária do Conselho Nacional da Acção Social, defende que o Executivo deve trabalhar e reformular a proposta de lei em relação à quota de participação das mulheres nas eleições autárquicas, "Se tivermos mulheres nas autarquias vão olhar nas questões sociais com mais humanismo", disse.

O encontro, enquadrado nas comemorações do dia 31 de Julho, Dia da Mulher Africana, foi promovido pelo Grupo de Mulheres Parlamentares, teve a participação das ministras da

Saúde e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, deputados e representantes de várias associações de mulheres.

5.67 Tocoístas contra as desigualdades

Jornal de Angola

28 De Junho de 2018

Texto: Filipe Eduardo

O líder da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo. "Os Tocoístas", defendeu, em Luanda, a realização simultânea das eleições autárquicas em todo o território nacional, para evitar que a diferença do nível de desenvolvimento entre os municípios seja ainda maior,

O bispo Afonso Nunes defendeu esta posição quando dissertava sobre o tema "A visão da Igreja sobre a desconcentração da governação", na conferência sobre a autarquia, realizada pela Fundação Simão Toco.

"Na nossa visão, Angola está a caminhar para este grande dilema, a desconcentração de poderes, para que cada localidade, ou seja cada município, tenha localmente um governo que se ocupe inteiramente dos problemas da comunidade", realçou o bispo.

Qualquer que seja a forma de implementação das autarquias, o líder tocoísta considera que constituiria um pecado a negação a um grupo de cidadãos o direito de exercer o direito de escolher os seus próprios representantes a nível da assembleia local, conforme estabelece o artigo 220^a da Constituição.

Os 43anos de Independência e de poder concentrado são, segundo Afonso Nunes, um exemplo de como a concentração não é benéfica para todas as localidades. "Caso o Governo opte pelo gradualismo, então que trabalhe para que os municípios (que ficarem de fora na primeira fase) não fiquem à espera durante 15 anos, pois é um período que consideramos muito longo", exortou o líder tocoísta. A secretária de Estado da Administração do Território, Laurinda Prazeres Cardoso, que dissertou sobre o tema "A estratégia de implementação das autarquias", defendeu uma reforma profunda para a criação de condições mínimas para a efectivação normal das autarquias locais.

"Se partirmos do princípio de que as autarquias são, para nós, a efectivação de uma administração autónoma e não somente o processo eleitoral ou seja, deixar de nomear um administrador e passarmos à eleição deste então podemos realizar as autarquias nos 164 municípios", disse a secretária de Estado Laurinda Cardoso, ao justificar o gradualismo.

5.68 Tutela revela «paradoxo e contradição» no pacote legislativo

Novo Jornal

27 De Junho de 2018

Texto: Borralho Ndomba

A Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) afirma que a Lei da Tutela Administrativa representa "um paradoxo e uma contradição quanto à institucionalização das autarquias".

Segundo os bispos, na norma em causa "verifica-se a interferência do Estado na esfera de uma pessoa colectiva pública (autarquia) diferente do Estado". Num documento entregue ao Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, denominado "Autarquias locais - subsídios para o debate", os prelados questionam: "Ao ser tutela de mérito, pergunta-se qual é o papel das assembleias municipais? Como pode o Titular do Poder Executivo fiscalizar a autarquia, que é uma pessoa colectiva distinta?".

Para a CEAST, "deve-se é assegurar que, para efeitos de mérito, a competência seja de um órgão jurisdicional (Tribunal de Contas)". No documento enviado ao MAT, os bispos defendem de igual modo a fixação de limites orçamentais para o financiamento da campanha eleitoral para as autarquias, sob pena de violação do princípio da igualdade.

"Por uma questão de transparência e lisura de pleitos eleitorais autárquicos, devia fixar-se um orçamento", defendem.

O documento sublinha que "as autarquias locais são uma resposta aiosa para pôr cobro a essas lacunas no desenvolvimento e na participação, pois um governo descentralizado é, por natureza, mais próximo dos cidadãos", lê-se.

5.69 Defendida a participação mais activa das mulheres

Jornal de Angola

28 De Junho de 2018

Texto: Adelina Inácio

O Grupo de Mulheres Parlamentares defendeu ontem, em Luanda, uma participação mais activa das mulheres no processo das autarquias locais.

Segundo a presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares' Luísa Damião, que falou na abertura do seminário sobre o papel das mulheres nas autarquias, Angola caminha para uma democracia inclusiva, onde as mulheres devem ter uma participação activa.

Para a deputada, as eleições autárquicas constituem um compromisso onde todos devem estar engajados e contribuir para o reforço da democracia participativa, abrangente e inclusiva.

"As mulheres são candidatas naturais às eleições autárquicas e por isso o seu potencial deve ser aproveitado", disse.

Segundo Luísa Damião, as mulheres são a alavanca de todas as sociedades, por terem experiência acumulada no associativismo e é, através do seu talento e criatividade, que têm estado a desenvolver, nas comunidades, projectos inovadores que contribuem para a inovação e exaltação da cidadania.

A presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares declarou que o progresso do país depende da participação efectiva de homens e mulheres na vida política, económica' social e cultural. O encontro de ontem, que decorreu na Assembleia

Nacional, visou aumentar o conhecimento das mulheres sobre o Pacote Legislativo Autárquico e permitir que as mesmas dêem o seu contributo.

Luísa Damião disse que o Grupo de Mulheres Parlamentares vai continuar a fazer advocacia junto dos partidos políticos para que cumpram o estabelecido na Lei dos Partidos Políticos, que recomenda a inclusão, nas suas listas de candidatura para as eleições gerais, de uma cifra

não inferior a 30 por cento de mulheres. "Não existe uma democracia sem a inclusão e plena participação das mulheres", disse. As participantes questionaram até que ponto as leis constantes no Pacote Legislativo Autárquico respondem ao quinto Objectivo do Desenvolvimento Sustentável, que é a igualdade do género, e se a Lei das Finanças Locais responde a um regime autárquico sensível ao género.

A secretária de Estado da Administração do Território, Laurinda Cardoso, informou que o Executivo recebeu muitas contribuições para as propostas do Pacote Legislativo nas 18 províncias, mas que poderão sofrer alterações profundas durante o debate na Assembleia Nacional.

Sobre as preocupações colocadas, Laurinda Cardoso, reconheceu que alguns diplomas que constam do Pacote Legislativo Autárquico, pecam por defeito, porque não se teve em consideração alguns aspectos que visam salvaguardar a busca da equidade para efeitos de representação do género feminino.

Laurinda Cardoso apontou a necessidade de se propor medidas que salvaguardem a igualdade e equidade, devido a determinados factores culturais, sociais e políticos que fizeram com que o papel da mulher ainda esteja numa posição subalternizada, não obstante o princípio da igualdade estar salvaguardado na Constituição.

A Secretaria do Estado explicou que, na perspectiva do Executivo, autarquia não é apenas a realização de eleições, mas também a observância de vários pressupostos, com destaque para os recursos humanos, técnicos, tecnológicos e infra-estruturas, que o município deve ter para que possa ser autónomo.

A deputada Miraldina Jamba, da UNITA, disse que está preocupada com a intenção do Executivo que pretende realizar eleições autárquicas numa primeira fase em determinados municípe e noutros não. "Isso é uma questão que me preocupa porque eu sinto que é uma proposta discriminatória. Já fomos discriminados durante o tempo colonial, conquistámos a Independência e agora sentimo-nos outra vez discriminados", disse a parlamentar.

Maria Dumbo, secretária do Conselho Nacional da Acção Social, defende que o Executivo deve

trabalhar e reformular a proposta de lei em relação à quota de participação das mulheres nas eleições autárquicas, "Se tivermos mulheres nas autarquias vão olhar nas questões sociais com mais humanismo", disse.

O encontro, enquadrado nas comemorações do dia 31 de Julho, Dia da Mulher Africana, foi promovido pelo Grupo de Mulheres Parlamentares, teve a participação das ministras da Saúde e da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, deputados e representantes de várias associações de mulheres.

5.70 Tocoístas contra as desigualdades

Jornal de Angola

28 De Junho de 2018

Texto: Filipe Eduardo

O líder da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo. "Os Tocoístas", defendeu, em Luanda, a realização simultânea das eleições autárquicas em todo o território nacional, para evitar que a diferença do nível de desenvolvimento entre os municípios seja ainda maior,

O bispo Afonso Nunes defendeu esta posição quando dissertava sobre o tema "A visão da Igreja sobre a desconcentração da governação", na conferência sobre a autarquia, realizada pela Fundação Simão Toco.

"Na nossa visão, Angola está a caminhar para este grande dilema, a desconcentração de poderes, para que cada localidade, ou seja cada município, tenha localmente um governo que se ocupe inteiramente dos problemas da comunidade", realçou o bispo.

Qualquer que seja a forma de implementação das autarquias, o líder tocoísta considera que constituiria um pecado a negação a um grupo de cidadãos o direito de exercer o direito de escolher os seus próprios representantes a nível da assembleia local, conforme estabelece o artigo 220^a da Constituição.

Os 43 anos de Independência e de poder concentrado são, segundo Afonso Nunes, um exemplo de como a concentração não é benéfica para todas as localidades. "Caso o Governo opte

pelo gradualismo, então que trabalhe para que os municípios (que ficarem de fora na primeira fase) não fiquem à espera durante 15 anos, pois é um período que consideramos muito longo", exortou o líder tocoísta. A secretária de Estado da Administração do Território, Laurinda Prazeres Cardoso, que dissertou sobre o tema "A estratégia de implementação das autarquias", defendeu uma reforma profunda para a criação de condições mínimas para a efectivação normal das autarquias locais.

"Se partirmos do princípio de que as autarquias são, para nós, a efectivação de uma administração autónoma e não somente o processo eleitoral ou seja, deixar de nomear um administrador e passarmos à eleição deste então podemos realizar as autarquias nos 164 municípios", disse a secretária de Estado Laurinda Cardoso, ao justificar o gradualismo.

5.71 Samakuva defende consensos sobre modelo de implementação das autarquias.

Jornal O PAÍS
29 De Julho de 2018

Isaiás Samakuva disse que as autarquias, que no país serão implementadas pela primeira vez em 2020, vão conferir autonomia aos municípios, dando liberdade aos cidadãos na escolha dos seus dirigentes e na definição de políticas de desenvolvimento local.

"As autarquias são eleições ligadas aos cidadãos, pois os candidatos a serem eleitos são aqueles que conhecem e vivem o mesmo sofrimento e a vontade da população", acrescentou, apelando ao envolvimento de todos neste processo.

Para si, as autarquias são a única forma de os cidadãos participarem directamente na gestão dos bens públicos.

O líder da UNITA, que falava num encontro que manteve com a comunidade académica, por ocasião do encerramento da IV Reunião Ordinária do Comité Nacional da JURA, disse que os dirigentes políticos devem reflectir e representar a vontade do povo, que passa pela implementação das autarquias.

"Se não houver manobras de última hora, como sabem, teremos eleições já dentro de dois anos, aquelas que se chamam autárquicas ou locais e que, na realidade, vão servir para não só escolher os que nos dirigem, mas vão permitir que nos mesmos participemos melhor na gestão da coisa pública, na gestão daquilo que nos diz respeito", frisou. O secretário-geral da Jura, Alicerces Paulo Bartolomeu, disse que a sua organização vai intensificar as campanhas de informação e sensibilização das populações sobre as autarquias.

"A nossa linha mestra nesse momento é trabalharmos primeiro para convenceremos a juventude de que o que está a ser dito sobre o processo do gradualismo geográfico não é correcto e está a violar a lei", sublinhou.

O Comité Nacional da Juventude Unida Revolucionária de Angola (JURA) decorreu de 26 a 28 deste mês.

O encontro, que juntou membros do braço juvenil do maior partido na posição das 18 províncias do país, visou, entre outras actividades, balancear as actividades realizadas desde a realização da quinta reunião até a data e perspectivar outras acções.

Durante três dias foram abordados aspectos ligados às eleições autárquicas, bem como avaliado o desempenho desta organização juvenil do "Galo Negro" nas eleições de 2017.

5.72 Engenheiros apresentam subsídios sobre autarquias

Jornal de Angola
31 De Julho 2018
Texto: Adelina Inácio

A Ordem dos Engenheiros de Angola propôs ao Executivo que as autarquias locais sejam implementadas, numa primeira fase, em regiões mais pequenas em termos proporcionais e terminar gradualmente nas zonas mais habitadas.

A proposta dos engenheiros foi apresentada ontem ao ministro da Administração do território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, pelo presidente do conselho fiscal da Ordem dos Engenheiros de Angola.

A ordem dos engenheiros sugeriu critérios para a escolha das localidades para as autarquias locais. Segundo a ordem profissional; a quantidade de população nas diferentes localidades deve ser um dos critérios a ter em conta.

Augusto Baltazar de Almeida indicou que as autarquias locais, numa primeira fase, devem ser desenvolvidas em localidades com dez a cem mil habitantes, e noutra fase com mais de cem mil até um milhão e meio de habitantes.

O presidente do conselho fiscal da Ordem dos Engenheiros de Angola disse que, em relação ao perfil de um autarca, deve ser uma pessoa conhecedora dos processos autárquicos e com aceitação dos habitantes.

Augusto Baltazar de Almeida entende que a ordem deve dar o seu contributo em todos os processos, desde a fase da formação, funcionamento e as características que o autarca deve ter. O presidente do conselho fiscal defende também que os engenheiros participam na implementação para o desenvolvimento das autarquias locais.

“Os engenheiros são imprescindíveis ao desenvolvimento local para o bom funcionamento das autarquias” afirmou.

Para Augusto Baltazar de Almeida, os engenheiros devem estar presentes no processo de preparação das autarquias locais para as soluções dos grandes problemas, com destaque para as infra-estruturas, comunicações, água, energia e saneamento básico.

O ministro Adão de Almeida considerou a Ordem dos Engenheiros de Angola uma instituição de referência e com um controlo do grupo de quadros fundamentais para o processo de descentralização.

Observadores eleitorais

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, recebeu contribuições para o processo autárquico do Observatório Eleitoral Angolano. O coordenador do Observatório Eleitoral, Luís Jimbo, considerou o pacote legislativo eleitoral parte fundamental das tarefas de observação eleitoral.

O Observatório Eleitoral Angolano, no documento entregue ao Ministério da

Administração do Território e Reforma do Estado, propôs que Comissão Nacional Eleitoral (CNE) deve supervisionar e superintender o programa e as actividades de educação cívica e informação eleitoral.

O Ministério da Administração do Território encerrou sexta-feira última, em Luanda, o processo de auscultação pública e contribuições sobre o pacote legislativo autárquico ao nível das províncias do país.

A sessão de encerramento, que teve lugar no condomínio Paz Flor num encontro que reuniu administradores municipais e distritais de Luanda, representantes do corpo diplomático acreditado em Angola, da sociedade civil e autoridades tradicionais, foi marcada pela apresentação das propostas de leis sobre as autarquias locais.

O ministro da Administração do Território e da Reformado Estado, Adão de Almeida, que falava no encontro, disse esperar concluir também, já no próximo mês, a elaboração das propostas apresentadas, no plano técnico, para que, no final do mesmo mês, siga para apreciação, em versão final, para a apreciação do conselho dos Ministros.

5.73 Observatório Eleitoral quer maior participação feminina nas autarquias

Jornal O País

31 De Julho de 2018

Observatório Eleitoral Angolano (OBEA) propõe que as assembleias municipais, a serem criadas no quadro das eleições autárquicas, tenham no mínimo 30% de mulheres, 25% de cidadãos até 35 anos de idade e 5% para independentes representantes de grupos vulneráveis locais.

Numa proposta debatida nesta Segunda-feira com o ministro da Administração do Território e Reforma Estatal, Adão de Almeida, a OBEA considera que o processo eleitoral autárquico deve estar sujeito à verificação de observadores nacionais estrangeiros, nos termos da lei.

Sugerem, na proposta, que deve ser eleito presidente da Câmara Municipal o candidato de lista do partido político, coligação de partidos

políticos ou grupo de cidadãos eleitores mais votado (voto preferencial).

Com base no documento, a OBEA é pela candidatura ao cargo de presidente da Câmara Municipal dos cidadãos angolanos, maiores de 18 anos, residentes no território da autarquia.

Segundo o observatório, a Comissão Nacional Eleitoral deve ser a entidade supervisora do programa e das actividades de educação cívica e informação eleitoral para esclarecimento dos cidadãos e para participação consciente em todas as fases da organização das eleições autárquicas.

Propõe urna lei própria para regular o financiamento da campanha eleitoral das candidaturas às eleições autárquicas. De acordo com a proposta, a Comissão Municipal Eleitoral deve responsabilizar-se pelo centro de escrutínio local dos resultados obtidos na totalidade das mesas de voto constituídas dentro dos limites territoriais da sua jurisdição e proceder ao apuramento dos resultados eleitorais a nível da autarquia local.

Na óptica do OBEA, os resultados do apuramento das autarquias poderão ser anunciados pelo presidente da Comissão Municipal Eleitoral no prazo máximo de sete dias contados a partir do dia do encerramento da votação, mediante divulgação pelos órgãos de comunicação social e afixação de edital à porta dos seus edifícios.

A comitiva do Observatório Eleitoral Angolano (OBEA) foi capitaneada pelo seu coordenador, Luís Jimbi.

5.74 Ordem dos engenheiros defende autarquias nos municípios menos populosos

Jornal O País

31 De Julho de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

A ideia foi manifestada Segunda-feira, 30, ao ministro da Administração do Território e Reforma de Estado (MAT), Adão de Almeida, durante um encontro que manteve com esta classe, decorrido em Talatona, no Sul de Luanda.

Num documento parecer entregue ao titular da pasta do MAT, a cuja cópia OPAIS teve acesso, os engenheiros sugerem a implementação das autarquias de forma gradual e desaconselham a aplicação das autarquias na grandes capitais na primeira fase do processo.

Eles alegam que, tendo em conta a complexidade estratégica e logística, aliada à situação financeira menos boa que o país está a atravessar, é inadequado realizar as aludidas eleições em simultâneo.

Fase de implementação

Entretanto, o presidente do Conselho Fiscal da Ordem dos Engenheiros Angolanos, Augusto Baltazar de Almeida, à saída do encontro realizado à porta fechada, informou à imprensa que numa primeira fase a sua instituição sugere uma implementação prioritária para os municípios com um número entre dez mil a 100 mil habitantes.

Para a segunda fase, a realização seria para aquelas localidades cuja população varie entre os 100 mil e a um milhão e 500 mil habitantes e num terceiro escalão os de mais de um milhão e 500 mil pessoas.

Na terceira fase devem incluir os restantes municípios, excepto os muito pequenos, que poderão ser posicionados como distritos de um município maior, segundo Augusto de Almeida.

Sustentação

O responsável da OEA sustenta a implementação deste processo baseando-se em estimativa populacional, eleitorado, probabilidade de arrecadação e viabilidade económica comprovada.

"Assumimos as autarquias como uma identidade autónoma, auxiliar e descentralizada da administração pública, fiscalizada e tutelada pelo Estado, com património forma de em recursos próprios", justificou.

O encontro entre a Ordem dos Engenheiros de Angola e o ministro Adão de Almeida aconteceu

um dia antes do fim do processo de acompanhamento da consulta pública e contribuições das propostas de leis para as Autarquias Locais.

Adão de Almeida disse, na sua intervenção, que o encontro foi bastante proveitoso e serviu para a troca de informações e recolha de contribuições no quadro da auscultação para a implementação das autarquias no país previstas para 2020.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Conceito de cooperativa

Jornal de Angola

7 De Julho de 2018

O Congresso de Praga, em 1948, definiu sociedade cooperativa, ou simplesmente cooperativa, como "qualquer constituição legal, ou associação de pessoas que tenha por fim a melhoria económica e social de seus membros, pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os Princípios de Rochdale".

Tais princípios são a adesão livre, a administração democrática, o retorno da proporção das compras, os juros limitados ao capital investido, a neutralidade política e religiosa, o pagamento em dinheiro à vista e o fomento da educação cooperativa.

As cooperativas dividem-se em diversos tipos: trabalho, agropecuárias, consumo, crédito, habitacionais e de infra-estrutura. As segundas congregam consumidores de qualquer género, de forma a obter melhores preços, condições e qualidade de bens e serviços, comprando por atacado ou directamente do produtor, para uso próprio ou revenda.

A Organização Internacional do Trabalho considera Israel um "laboratório cooperativo onde se destacam os "Kvutzah", formados de 15 a 25 famílias em regime comunitário quanto aos bens e educação das crianças; os "Kibutz", com 1000 a 1500 pessoas, organizadas conforme o tipo anterior, e os "Moshav", que operam com pequenos produtores, conciliando independência de actuação com supervisão técnica e administrativa.

6.2 Sonho da casa própria frustra jovens

Jornal O PAÍS

9 De Julho de 2018

Texto: Maria Teixeira

Ter casa própria é o sonho de muitos angolanos. Para boa parte das pessoas, é também o maior investimento da vida inteira. Por falta de oportunidades, muitos jovens vêem os seus sonhos baldados. Para muitos jovens, ter a própria casa significa também ter mais liberdade e responsabilidade, além de "sair do aluguer" ou da casa dos pais.

Gerson Rodrigues, funcionário público, casado, de 35 anos de idade, vive em casa alugada, e, há três anos que tenta realizar o sonho da casa própria. Comprou um terreno e começou a fazer as primeiras intervenções no espaço, mas no decorrer do tempo foi-se deparando com imensos entraves na consumação da obra, mormente na compra de materiais, dada a subida descontrolada dos preços. A luta começou na feitura da base (cabouco), que requer muito cimento, pedra, areia, ferros e betão. Na altura de erguer as paredes, o bolso apertou, com os blocos a custarem o dobro do valor, o cimento a registar um acréscimo de mais de 120%, sem falar do transporte deste material para o local da obra.

A mão-de-obra é outro problema que o jovem enfrentou, pois os 'mestres' também estão com orçamentos exorbitantes. Para agravar, vem o dinheiro que se gasta para os acabamentos, como ferros, chapas de zinco, janelas, portas, mosaicos, instalação eléctrica, canalização e outros serviços combinados. Conclusão: "não é possível realizar este sonho em pouco tempo, com salários miseráveis que muitos dos angolanos ganham, a não ser que se faça muitos sacrifícios. Infelizmente as políticas de habitação são pobres e quem não se revê nelas tem mesmo de fazer das tripas coração para juntar algum dinheiro", disse.

Baseando-se na actual realidade de preços dos materiais e ferramentas de construção, o entrevistado arriscou dizer que a construção da residência não fica abaixo dos 5 milhões de Kz. Com uma família cuja renda mensal é de 50 ou 100 mil kz, por exemplo, muitos anos levariam para juntar aquele valor. Por causa dessas dificuldades na compra de materiais, a obra de Gerson ficou parada por alguns meses, pelo que neste momento sofre algumas intervenções, uma vez por mês, quando tem dinheiro.

Quando já se tem um terreno, com a construção da casa um pouco avançada e o dono decide fazer uma paragem, o que acontece em muitos casos,

por causa dos altos preços dos produtos e serviços, esta obra acaba virando um matagal ou um local de depósito de lixo.

Como construir a sua casa com poucos recursos?

Na engenheiro civil Alvío Fernando explica que quando se quer construir uma casa com poucos recursos deve-se elaborar um plano a planeamento reduz desperdícios de materiais e de tempo, o que poderá desembocar no baixo custo da construção, dando uma boa previsão dos custos totais antes da execução.

Como exemplo, disse que há pessoas que compram uma recarga de 125 UTTs todos os dias. Não podem ficar sem saldo para a Internet ou chamadas de voz, esquecem-se que é o preço de um saco de cimento Portland de 50 kg, com o qual, misturados com areia, faz-se uma argamassa e podem ser executados 35-40 blocos, que cobrem uma área de 3m² (três metros quadrados). Por outra, aconselha as pessoas a procurarem um técnico de construção civil para ajudar na elaboração de uma planta simples, funcional, com estética arquitectónica, no caso de não existir uma. Construir uma casa sem plantas gasta-se mais e pode gastar até mesmo o equivalente a duas residências, só em materiais.

O técnico ajuda a seleccionar os melhores materiais de construção disponíveis na região a usar na construção e seus acabamentos. Usar blocos de cimento, areia e água, pode ser menos caro que tijolos, por exemplo, apesar de este último material ser vantajoso no que diz respeito ao peso e resistência ao fogo.

"Não poupe nas fundações (caboucos), pois uma fundação bem feita garante estabilidade e resistência da residência. Regra geral custa cerca de 20% do custo total da obra", disse.

Por outro lado, o engenheiro civil acredita que é possível a pessoa poupar dinheiro se tiver conhecimento mínimo de construção, de maneira a que possa acompanhar a obra. O proprietário tem de fazer o sacrifício de lá ir, de encomendar o seu próprio material, e de estar no comando de todos os sub-contratados.

"Não é uma tarefa fácil, seja como for, mas ele pode mesmo pintar a sua própria casa com amigos e familiares, por exemplo, como alternativa. Não

comprar terreno em qualquer lugar e saber aproveitar o espaço na vertical", sugere o entrevistado.

6.3 Jurista diz que autarquias vão exigir "sacrifícios" habitacionais ao Estado

Jornal O PAÍS

10 De Julho de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Branco Lima refere que as demolições são um assunto acerca do qual a sociedade não gosta de ouvir falar, porém, entende que, em nome do interesse da institucionalização das autarquias - cujas eleições estão previstas para 2020 -, o Estado terá mesmo de, em determinadas circunstâncias, accionar tal mecanismo, tendo em conta os Planos Urbanísticos (PU) definidos pelo Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, tal como referiu a sua titular, Ana Paula de Carvalho, dirigindo-se a vários segmentos, em Benguela, no evento que visou apresentar/discutir as propostas de Lei do Pacote Legislativo das Autarquias Locais.

A questão autárquica, argumenta, não se limita apenas ao poder estadual, é um esforço colectivo, pelo que "cada um de nós tem que colaborar. Há outros interessados, como, por exemplo, a população. É que, se pensarmos do ponto de vista prático da necessidade da reestruturação urbanística, estamos a falar em termos concretos, não vale a pena taparmos o sol com a peneira da necessidade de termos de partir casas, de alojar pessoas (atribuir novas residências)", defende, considerando, contudo, um processo complexo que exige empenho e compreensão de todas as sensibilidades.

O jurista reconhece que houve um aumento desregrado da expansão urbanística, daí que haja, no seu ponto de vista, a necessidade de se "corrigir o que está mal e melhorar o que está bem", tal como soa o lema com que o MPLA, partido sustentáculo do poder em Angola, se apresentou ao eleitorado.

Entretanto, frisou, um dos critérios fundamentais para determinação das autarquias locais é, essencialmente, a planificação urbanística: "não é novidade para ninguém que as zonas periféricas

das cidades estão um pouco desorganizadas, do ponto de vista urbanístico, e é necessário apresentar um projecto de reorganização e reestruturação que garanta, de facto, que as pessoas sejam facilmente localizadas", sublinhou em entrevista à imprensa.

Para ele, os bairros terão de, necessariamente, ser objecto de reestruturação, no sentido de garantir que o elemento de identificação para constituição e definição do universo de população de uma localidade se torne possível.

A ministra do Ordenamento do Território não alinha tanto na questão das demolições, mas sublinha a necessidade de se criarem zonas fundiárias, para permitir ao Estado, no âmbito do poder local, criar equipamentos sociais.

Para Ana Paula de Carvalho, a actual configuração dos bairros não dá possibilidades ao Estado de agir pontualmente, dificultando, desse modo, a garantia da segurança ao cidadão. Havendo "algum incidente no local, os serviços de bombeiros não conseguem chegar. Temos, às vezes, de transportar o caixão, porque carro não entra", ilustrou.

A governante salienta que o Plano de Desenvolvimento Municipal (PDM) é um instrumento que permite ao autarca gerir melhor a sua circunscrição territorial, por definir as zonas em que devem ser implantadas infra-estruturas sociais, económicas, entre outras: "o PDM deve ser ratificado pelo Ministério de tutela, nesse caso, o do Ordenamento de Território e Habitação. Mas, esse plano começa a sua elaboração no município", refere.

6.4 Disponibilizado dinheiro para obras da centralidade

Jornal de Angola

12 De Julho de 2018

Texto: João Salvo

O presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz, garantiu ontem, em Saurimo, a disponibilidade de verbas para dar impulso às obras de construção da centralidade de Saurimo, projectada para 212 moradias, entre apartamentos e vivendas.

A execução das obras estava a decorrer a meio gás por falta de pagamento da dívida à empreiteira contratada pela Imogestin.

Falando no final de uma visita de constatação ao projecto, para avaliar o nível de execução física da empreitada, Rui Cruz disse que "questões de natureza burocrática condicionaram o pagamento pontual, em respeito às cláusulas do contrato, através de uma linha de financiamento garantida pelo banco BAI".

A partir de agora, garantis, tudo está acutelado. O gestor expressou a confiança do pagamento pontual por parte do Ministério das Finanças.

O PCA da Imogestin enalteceu os esforços da empresa Griner, que com os próprios recursos continuou com o trabalho, para garantir uma execução de 13 por cento, contra 65 projectados, um gesto que considerou de "boa fé", enquanto aguardava pelo pagamento da dívida.

Os avanços dos trabalhos no projecto da centralidade de Saurimo, segundo Nilton Devesas, da empresa Griner, consistem na conclusão da rede para o escoamento das águas das chuvas e estacas em oito edifícios projectados.

Neste momento decorre o processo de betonagem das lajes do rés-do-chão em três edifícios e a conclusão das vigas de fundações de um outro edifício.

O balançada primeira fase do trabalho apresenta quatro edifícios de oito e quatro andares cada, representando um total de 48 apartamentos. A segunda compreende o mesmo número de edifícios e vivendas do tipo T3.

O projecto da centralidade, situado a cerca de quatro quilómetros da cidade de Saurimo, contempla a construção de 12 lojas, uma escola, centro de Saúde e outras Infra-estruturas sociais.

Para o director do Gabinete Provincial das Infra-estruturas, Esmeraldino Pemessa, a visita do PCA da Imogestin gera motivação para o governo e o empreiteiro.

6.5 Educação quer verbas para erguer casas de professores

Jornal de Angola

12 De Julho de 2018

Texto: Lourenço Bule

O Ministério da Educação vai propor ao Executivo para no próximo Orçamento Geral do Estado ser contemplada uma verba para a construção de residências para professores em zonas recônditas do país, cujas escolas não possuem tais infra-estruturas, disse, em Menongue, a titular da pasta.

Cândida Teixeira disse que o Ministério da Educação está a efectuar em todo o país o levantamento de escolas construídas em zonas recônditas e que não possuem residências para os professores.

A governante, que falava à margem do encontro com directores e subdirectores de escolas sediadas em Menongue, explicou que a medida visa acabar com a fuga de quadros do sector da Educação que trabalham no interior das províncias que, por falta de condições de acomodação, acabam por abandonar as localidades.

A governante disse que é necessário que os professores se sintam valorizados e orgulhosos da sua profissão.

"Devemos olhar para o docente com muito respeito e carinho, cabendo ao Estado dar -lhe todo o apoio quando no exercício da sua profissão", disse a ministra da Educação.

Cândida Teixeira disse que a verdadeira pobreza não tem a ver com a falta de valores monetários, mas sim com a carência de conhecimentos por parte da população. Por isso, pediu aos responsáveis das escolas para redobrem os esforços para melhorarem a qualidade de ensino.

No encontro, a ministra da Educação falou da necessidade de o Cllando Cubango ser uma província diferente das demais, visto que uma mudança em cada um tem um grande impacto no desenvolvimento da região sudeste do país, em particular, e de Angola no geral.

Cândida Teixeira elogiou o governo da província pelas excelentes condições de higiene e de trabalho colocados à disposição dos professores e alunos das escolas do ensino primário e do segundo ciclo da cidade de Menongue que, em seu entender, superam de longe as de outras regiões por onde

passou. "Visitei algumas escolas na cidade de Menongue e constatei que têm ótimas condições de trabalho e de acomodação para os alunos", disse, acrescentando que apesar do número ínfimo de professores, o Cuando Cubango tem docentes de boa qualidade.

Actualização de carreiras

Questionada sobre a falta de promoção e actualização de categorias de professores com mais tempo de serviço e níveis académicos superior, a ministra disse que este problema vai ser solucionado com a aplicação do Estatuto da Carreira dos Agentes da Educação, já aprovado pelo Executivo.

No entender da governante, um dos maiores problemas que o sector da Educação enfrenta a nível do país tem a ver com a escassez de quadros especializados na área de ensino especial, obrigando a que muitas crianças que se encontram nestas condições não beneficiem de formação académica.

O Ministério da Educação está a fazer esforços para contrariar esta situação, com a formação de quadros especializados na área de ensino especial, para que as crianças portadoras de deficiência possam aprender a ler e escrever, bem como obter uma formação a outros níveis, disse Cândida Teixeira.

Informou que o Ministério da Educação está envolvido na regularização da situação dos professores que ainda se encontram com salários desactivados do sistema de pagamentos do Ministério das Finanças, por falta de documentos.

Texto: Mukwá Kilunji

Os crimes qualificam-se desde assaltos à mão armada às residências, como também na via pública, roubo de viaturas, burla, terminado em homicídio.

A província de Malanje até então foi sempre considerada como um lugar calmo em termos de criminalidade, segundo relatos da polícia local. Mas, de acordo com populares, ultimamente tem sido um pesadelo em relação à liberdade das pessoas circularem acima das 21 horas. Judith Faria, moradora do bairro Ritondo, a 300 metros do centro urbano, conta que já foi alvo de assalto por duas vezes naquela zona. A mesma é funcionária de um estabelecimento comercial no centro da cidade onde o expediente termina às 21 horas e 30 minutos. Sem transporte para o pessoal, Judith, na falta de dinheiro para apanhar um táxi, sente-se na obrigação de caminhar até a casa entregue à sua sorte.

"Os assaltos aqui no bairro do Ritondo começam muito cedo, na rua ou dentro de casa, as pessoas não têm segurança. Nesse trajecto entre trabalho e casa, já fui assaltada duas vezes, a segunda vez dei conta dos marginais e meti-me em fuga, eles perseguiram-me até ao ponto de cair e aleijei-me no braço", disse.

Portanto, os marginais geralmente são jovens motivados por alguma substância que transforma o seu comportamento levando-os a agir à margem daquilo que é a norma.

Na passada quarta-feira, uma cidadã que aparentava ter entre 20 a 22 anos, foi barbaramente assassinada por pessoas desconhecidas, num subúrbio denominado bairro Caxito, cerca de 200 metros do centro da cidade; o cadáver mostrava rasgões na barriga e nos seios.

Até agora não se sabe as causas do assassinato e muito menos quem são os autores do homicídio. A polícia prometeu esclarecer nas próximas horas, mas, até ao momento, ou seja, até ao fecho do jornal, não constatamos algum pronunciamento por parte dos agentes.

6.6 Onda de crimes em Malanje preocupa cidadãos

Jornal Liberdade

13 De Julho de 2018

Um outro crime que está por se esclarecer pela polícia local, é a morte de um cidadão de origem senegalesa, que em vida era conhecido vulgarmente por Mohamed Bonei ocorrido nos meados do mês de Maio no bairro Kizanga a leste da cidade de Malanje.

Tudo aconteceu quando Mohamed, surpreendido por três indivíduos, com um deles exibindo uma arma de fogo, no seu estabelecimento comercial, vulgo cantina, os meliantes exigiam dinheiro e, o comerciante, segundo testemunhas, fez alguma resistência nas exigências dos mesmos. Não tardou, ouviram-se dois disparos, como contam algumas residentes ao redor.

"Bem, dois entraram e o outro ficou fora da loja, de repente só ouvimos tiros e vimos os três jovens a correrem, quando entramos na loja, encontramos o senhor estendido no chão mas ainda estava com vida".

Porém, antes da chegada do corpo dos bombeiros, pessoas mais próximas decidiram socorrer a vítima para uma unidade hospitalar mais próxima (Hospital Regional de Malanje), mas, o mesmo não resistiu e acabou por sucumbir ao longo do trajecto.

Oswaldo Dicaxe que responde pelo gabinete do comandante adjunto da província de Malanje, informou que dois dos três elementos que praticaram a cruel acção, já estão a contas com a polícia, o outro encontra-se foragido até ao momento que fechamos esta reportagem. Questionado sobre o fenómeno que tem tirado o sono dos cidadãos, Oswaldo Dicaxe salientou que a imigração e livre circulação de bens e pessoas, podem ser os elementos que estão na base do aumento da delinquência nesta província. "E não só, o crescimento demo gráfico, as más influências da mídea, o acesso fácil às drogas e outros mais. Portanto, há uma serie de situações sociais que contribuem na proliferação desse mal que está directamente ligado com a juventude".

O interlocutor acrescentou ainda dizendo que há jovens que entendem que ser bandido é uma questão de moda, entretanto, o oficial termina enfatizando que muitos jovens entram no mundo por influência também de certas raparigas. " Ou seja, o indivíduo tem uma namorada, e ele quer aparecer como a solução para todas as necessidades da rapariga, sabemos nós caro jornalista que essas

meninas exigem muita coisa: querem cabelo brasileiro, querem unhas plásticas, roupas e etc. Se o namorado não tem possibilidades de sustentar tudo isso, está vulnerável a adquirir as coisas pela via mais fácil e de forma ilícita. Muitos casos de condenação por roubo, está relacionado em querer agradar a parceira", finalizou.

Todavia, o corpo policial garante devolver a ordem e a tranquilidade no seio da família com policiamento serrado, como também, organização de palestras, de modos a levar a mensagem que o mundo do crime é uma vida meramente ilusória que, no final das contas, o infractor sai sempre a perder, algo para dizer que o crime não compensa.

ONDE O CRIME COMEÇA EM MALANJE

O bairro Carreira de Tiro é o mais populoso e é tido, talvez por esta razão, como centro da criminalidade, comparado com as restantes circunscrição da província de Malanje. Os grandes criminosos geralmente nascem, crescem e vivem na Carreira, tudo que está relacionado ao crime, segundo os munícipes, começa naquele bairro.

É lá onde os grupos de marginais se formam, fazendo com que os outros bairros se inspirem criando também os seus grupos por forma a se defenderem dos meliantes da Carreira de Tiro, porque, na maior parte das vezes a polícia chega tarde.

Quando na Carreira alguém atinge o grau máximo da delinquência, logo, as outras zonas que circunscrevem a cidade de Malanje, entram em alerta e organizam-se no sentido de se precaverem das acções desses indivíduos, ou seja, os prevaricadores que habitam no bairro são eles que fomentam o crime.

No ano de 2016, surgiu um grupo no bairro da Carreira denominado "Os Viúvas Negras", a formação da maralha teve como fonte de inspiração a telenovela mexicana "Viúva Negra" onde a protagonista era uma viúva e os maridos acabavam sempre assassinados de forma estranha. "Os Viúvas Negras" do bairro Carreira de Tiro em Malanje, não tinham limites no que se refere às acções maliciosas e faziam e desfaziam desrespeitando tudo e todos sem temor das autoridades policiais. Os mesmos, assaltavam residências, violavam menores, matavam sem dó

nem piedade causando um certo temor a nível das comunidades.

Porém, a policia da região depois de certo tempo, conseguiu banir completamente o grupo até a sua extinção, onde, alguns acabaram atrás das grades e outros mesmos chegaram a deixar o mundo dos vivos.

Consequentemente, em Dezembro de 2017, nasce um outro grupo no mesmo bairro denominado "Os Kissassas", um grupo cuja linhagem de delinquência era atacar as escolas, faziam pânico, assaltavam os alunos, violavam as raparigas, agrediam os professores e metiam-se em fuga refugiando-se em lugares distantes e de difícil acesso de maneira a dificultar a manobra policial.

Mas, "Os Kissassas" não demoraram muito tempo porque os homens da farda azul prontamente conseguiram derrubá-los em tempo recorde, devolvendo, como não podia deixar de ser, a tranquilidade nas escolas.

Contudo, a polícia, segundo alegam, tem tido algumas dificuldades de operar no bairro da Carreira de Tiro tendo em conta a sua estrutura arquitectónica, de difícil acesso, a dimensão do bairro, a densidade demográfica e pouca cultura nos habitantes em denunciar os prevaricadores. Outro sim, os moradores evitam denunciar os malfeitores com receio de serem responsabilizados com aquilo que vier acontecer caso o indivíduo acabe nas barras do tribunal ou noutras redes da justiça. Enquanto isso, a policia vai fazendo o que pode de forma a manter a norma da convivência e um ambiente tranquilo no seio da comunidade.

6.7 Cobras e insectos invadem condomínio em Talatona

Jornal O PAÍS

16 De Julho de 2018

Texto: Stela Cambamba

Os moradores deste condomínio passaram a ser obrigadas a lidar diariamente com esses animais e insectos desde que as bombas d'água deixaram de funcionar no decorrer das fortes enxurradas que se abateram sobre a capital do país no período em referência.

Malvina Cabral, uma das moradoras que para ter acesso à sua residência teve de adaptar uma ponte, disse que a situação representa um perigo para os seus filhos ainda menores de idade. Para evitar o pior, todos os dias vê-se obrigada a comprar insecticida para afugentar os bichos.

A cidadã, em companhia das suas vizinhas, Fátima Mota e Sílvia Esteves, inconformadas com a alegada falta de interesse por parte das autoridades de direito em resolver este problema, descolaram-se à redacção de OPAÍS para advertirem que continuam a aguardar por uma solução.

As três senhoras explicaram que das 77 residências uma está submersa, o mesmo sucede como muro que separa o condomínio da bacia de retenção e uma estrada de acesso ao referido aglomerado habitacional está interdita.

É nesta bacia de retenção onde vão parar as águas residuais de diferentes empresas e condomínios da zona do Talatona, existentes num raio de aproximadamente dois quilómetros da área. Daí que, por inoperância das máquinas, tenha sido inundada a área circundante, fazendo com que a vida no condomínio "Maravilha" passasse a ser lamentável.

Segundo as nossas interlocutoras, a situação só tardou a piorar porque em Fevereiro havia sido minimizada através da intervenção de uma empresa que prestava serviços na área. "Por conta dessa situação vivemos com sapos, por vezes, aparecem cobras e há excesso de mosquitos. O muro que veda o condomínio está com fissuras, representando assim perigo iminente para os moradores, porque a qualquer momento poderá cair", detalhou uma delas.

Os edifícios próximos da bacia de retenção também apresentam fissuras, alegadamente em consequência da água que não está a ser escoada.

Disseram ainda ter conhecimento de que várias empresas apresentaram propostas para solucionar a situação, mas como nada foi feito até ao momento, temem pelo pior com o aproximar da época chuvosa.

"Gostaríamos de chamar a atenção de quem de direito para que resolver esta situação. Nós pagamos impostos e não merecemos viver nestas condições, o que poderá desencadear num

problema público de saúde. Temos crianças", apelaram as senhoras.

De acordo com as três moradoras do condomínio Maravilhas de Talatona, os gastos diários com insecticidas são avultados, mas menores se comparados com os problemas de saúde que poderão advir se o problema não for solucionado. "Inalamos todos os dias cheiro de diferentes tipos de insecticidas".

Enquanto a situação aflige alguns, para outros transformou-se numa oportunidade para o cultivo de diversos produtos as margens da aludida bacia, alguns camponeses criaram pequenas lavras.

6.8 Grupo empresarial quer continuar a investir na habitação

Jornal O PAÍS

19 De Julho de 2018

Texto: Brenda Sambo

Há 20 anos que o grupo que actua em diversas áreas de actividade, como a educação, mineração e agricultura e consultoria, quer reforçar o seu trabalho num dos seus maiores core-business, a "construção civil", e continuar a investir para a conclusão do seu recente projecto habitacional - a "Urbanização Boa Vida". Segundo Tomasz Dowbor, apesar das dificuldades económicas e financeiras actuais, o grupo conseguiu ultrapassar as barreiras, pois, actualmente, no que se refere ao projecto habitacional "Boa Vida", o grupo já investiu USD 500 milhões.

O responsável do grupo, no acto de entrega das primeiras 20 casas do projecto, que decorreu esta Terça-feira, em Luanda, informou à imprensa que nos próximos meses serão entregues outras 400 casas, estando para a segunda fase previstas 2000 casas.

Referiu que o grupo conseguiu concluir a primeira fase do projecto, através da aposta na capacitação dos seus colaboradores e na criação de instrumentos de incentivos.

Por isso, aconselhou os empresários a apostarem cada vez mais nos seus projectos, a fazerem do momento actual uma oportunidade para desenvolverem negócios e contribuírem activamente no processo de diversificação da

economia em curso no país. No seu entender, a participação do sector privado é muito importante' ajuda o Executivo na reconstrução e crescimento da economia no país.

"O papel principal do sector privado' hoje, é ajudar o Executivo na realização das suas metas", apontou.

Por isso, reforçou o responsável, o Grupo Boa Vida vai continuar a desempenhar o seu papel no estabelecimento de parcerias com o executivo.

Tomasz Dowbor referiu ainda que, apesar da crise económica, o volume de negócios do grupo aumentou consideravelmente nos últimos tempos. Actualmente, com 4 mil colaboradores entre nacionais e estrangeiros, o grupo pretende manter a aposta na capacitação de quadros e criar novos postos de trabalho.

Salientou ainda que, para o presente ano económico, e através do seu projecto "Talentos Angola", criado em Março deste ano, a empresa continuará a empregar jovens angolanos nos ramos da engenharia, gestão de empresas, gestão de recursos humanos, agronomia, hotelaria, economia, finanças, contabilidade e pedagogia.

"Uma das apostas do grupo é encontrar soluções reais para os elevados índices de desemprego", referiu Tomasz Dowbor. A urbanização Boa Vida é um projecto integrado, situado na Avenida Comandante Fidel Castro, em Luanda, numa área de 722 metros quadrados. Além do condomínio existem outras infra-estruturas a serem erguidas na urbanização Boa Vida, entre as quais escolas, shopping, ginásio, quadra polidesportiva, centro de escritórios, lojas, salão de festas, centro de convenções, e demais estruturas.

O grupo já construiu sete condomínios residenciais e escritórios (Vereda das Flores, Real Park, Ville Vermont, Hípicus, Solida Plaza e também o Infinity I e II). Actualmente, está a construir a urbanização Boa Vida.

6.9 Nova Vida

Jornal O PAÍS

19 De Julho de 2018

Texto: João Amaral Castro

Estimado director, quero, por via deste jornal, perguntar aos angolanos se ainda se lembram do tempo em que Viver no Projecto Nova Vida era um luxo só para uns eleitos. Não era para qualquer, depois cresceu o Talatona e os mais poderosos se mudaram. De qualquer forma, o Nova Vida continuou a ser um bom projecto, com casas de padrão pelo menos médio.

Agora acho que se perdeu a oportunidade de se fazer do Nova Vida numa das melhores áreas para se viver em Luanda. Como sempre, e como em todo o lado no nosso país, está a ser "mussecalizado".

A culpa é das autoridades, que nada fazem para manter as áreas boas em bom estado e depois expandir os exemplos para a periferia, antes pelo contrário, permitem que a periferia se instale nos centros. Veja-se o estado das ruas, dirão que o asfalto pelo rebentado pelo peso dos camiões que por lá circulam, pois claro, se não nos dão água da rede pública, como evitar que cada um tenha o seu tanque e mande vir camiões cisterna com milhares de litros de água? Agora é só multiplicar pelo número de casas e pelas vezes ao mês e que cada casa precisa de encher o tanque.

Depois, como não há lá dentro transportes públicos, os kupapatas tomaram conta das ruas e são um perigo constante. Falta pouco para começarmos a ter pracinhas nas ruas, em frente a cada casa.

Era só as autoridades terem feito a sua parte e o Nova Vida continuaria a ser um bom local para se viver.

6.10 “Boa Vida entrega casas”

Jornal Economia e Finanças
20 De Julho de 2018

As primeiras casas da urbanização "Boa Vida", localizado na zona Sul de Luanda, construído pelo grupo empresarial "Boa vida" começaram a ser entregues na passada terça-feira, 17. As obras tiveram início em 2014, cuja conclusão está apra-

zada para 2020, num investimento de 500 milhões de dólares. O empreendimento será constituído por cinco condomínios fechados, numa área de 722 mil metros quadrados, com vivendas feitas dentro de um conceito inovador de funcionalidade, arquitectura e qualidade de acabamentos.

Em declarações à imprensa, na cerimónia de entrega das primeiras residências do projecto, o presidente do Conselho de Administração do grupo Boa Vida, Tomasz Dowboor, sublinhou que os projectos habitacionais devem garantir qualidade dos materiais. Considerou que o sucesso de uma empreitada de construção habitacional passa pela gestão do projecto e fiscalização de modo a garantir o equilíbrio na relação qualidade e custo. Por outro lado, referiu que os empresários do ramo da construção civil devem aproveitar o momento de crise financeira que o país enfrenta para formar quadros locais de modo a serem usados como mão-de-obra nos seus projectos.

6.11 Build Angola Pgr Responde aos lesados e promete responsabilizar brasileiros

Novo Jornal
20 De Julho de 2018
Texto: Álvaro Victória

Afinal o tão propalado «caso Build Angola» não está encerrado. A PGR decidiu «ressuscitar» o processo, com a instauração das "competentes" acções cíveis contra os responsáveis do projecto imobiliário, todos de nacionalidade brasileira. Eis a boa-nova para os lesados do projecto Build Angola que vem estampada numa nota da PGR à qual o NJ teve acesso.

No comunicado, divulgado nesta quinta-feira, 19, a Procuradoria-Geral da República anunciou que ainda vai a tempo de tocar num assunto com "indícios" de prática de crimes de Associação de Malfeitores, Burla por Defraudação e Branqueamento Capitais, porém arquivado em Agosto de 2016, socorrido por uma amnistia presidencial.

"Considerando as reclamações apresentadas pelos cidadãos lesados à PGR, e porque ainda está em tempo, após ter analisado casuisticamente os contratos celebrados, o Ministério Público, nos

termos da Constituição e da Lei, decidiu instaurar as competentes acções cíveis em defesa dos interesses colectivos e difusos em causa", informa a PGR.

O comunicado recorda que, à data dos factos, 2012, alguns dos cidadãos lesados apresentaram queixa-crime à PGR, que procedeu, assim, à instauração de 29 processos, por existirem indícios da prática dos crimes puníveis nos termos do Código Penal e da Lei do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo. "No entanto, as infracções denunciadas, que constituíam a matéria dos referidos processos-crime, foram amnistiadas pela Lei n. o 11/16, de 12 de Agosto, extinguindo-se a responsabilidade criminal que pesava sobre os referidos cidadãos brasileiros, originando, por isso, o arquivamento dos autos, sem prejuízo da eventual responsabilidade civil por perdas e danos", lembra a nota.

Em causa estão milhares de cidadãos angolanos que há muito se queixam de terem sido burlados em cerca de 94,6 milhões USD pela Build Angola - "empresa que, na verdade, nunca existiu ou foi constituída legalmente em território nacional" e cujos promotores se "encontram em fuga", observa a PGR - no processo de aquisição de residências em alguns pontos do país.

6.12 Governo afirma que vai priorizar habitação para jovens

Jornal 24 Horas

20 De Julho de 2018

Texto: Márcia Elisabeth

Falando à comunicação social, Ana Paulo de Carvalho, que se encontra a participar em Nova York no fórum sobre o Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), salientou que essa medida se destina à protecção das viúvas de antigos combatentes e veteranos da pátria e aos jovens com uma renda salarial baixa. Aliada a esta medida, pretende-se criar condições de habitação para as populações e assegurar infra-estruturas modernas nas cidades angolanas, segundo a Nova Agenda Urbana, afirmou.

Ana Paula de Carvalho destacou a pretensão de se ordenar o território e definir programas para a criação de novas infra-estruturas e padrões de

construção e deu a conhecer que as autoridades angolanas desenvolvem a área de habitação para evitar o êxodo, tal como aconteceu durante o conflito armado em Angola.

Em relação à experiência, disse existir uma tentativa de aproximação com a comunidade de língua portuguesa, realçando uma deslocação recente de pessoal do seu ministério e da Administração do Território e da Reforma do Estado a Cabo Verde, aonde puderam avaliar a execução das políticas de habitação naquele país, no sentido de se adaptar o positivo em Angola.

Centralidade de Saurimo será dinamizada A construção da centralidade de Saurimo (Lunda Sul), em curso desde 2017, vai ser dinamizadas este mês com a injeção de novo financiamento, revelou esta semana o presidente do Conselho de Administração da Imogestin, Rui Cruz. Ao pronunciar-se na conferência de imprensa, após o término da visita que efectuou às obras, o gestor disse que a aceleração resultará da disponibilidade financeira, que em breve será entregue à construtora para a continuidade da empreitada.

Por seu turno, o engenheiro da obra, Nilton Paulo, revelou que foram concluídos os trabalhos de valas de drenagem e rede de infra-estrutura de esgotos de água. Na primeira fase deste projecto habitacional serão construídos numa área de 7,35 hectares, oito edifícios em banda de quatro e oito pisos, com um total de 212 apartamentos do tipo T3, para acolher seis mil 664 habitantes.

Os outros mil 248 apartamentos serão erguidos na segunda fase do projecto, além de 30 moradias unifamiliar e 112 geminadas. O projecto vai igualmente contar com 24 lojas, central de geração de energia eléctrica, estação de tratamento de água residuais, escolas primárias e secundárias, centros de saúde, comunitário, creche, instalações para a administração, polícia, bombeiros, parque, mercado, espaços verde e área de lazer.

6.13 Altas tarifas de água deixam consumidores agastados

Jornal De Angola

23 De Junho de 2018

Texto: Augusto Cuteta

António André está, há cerca de hora e meia, numa fila na agência da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), sediada na Cidade do Kilamba, para ver explicada a razão da subida vertiginosa da tarifa doméstica de Junho, que atingiu os 23 mil kwanzas, quando nunca tinha dívidas acumuladas.

No mês anterior, o morador do bloco U afirma ter pago 1.700 kwanzas, valor que era cobrado nos primeiros meses do ano passado. Mas, desde finais de 2017, as contas vão oscilando e, às vezes, de forma assustadora. É o que lhe acontece exactamente nesta altura.

Por causa disso, quase todos os dias, com maior realce para as manhãs de sábado, a agência da EPAL do Kilamba regista grandes enchentes. Além dos que vão efectuar o pagamento das contas, a grande maioria dos utentes acorre ali em busca de esclarecimentos sobre os altos valores das tarifas.

Nessas idas e voltas à agência, conta, muitos encontram respostas sobre o valor das cobranças feitas pela operadora, mas grande parte dos moradores sai insatisfeita uma vez que os técnicos em serviço parecem nunca estar capacitados para esclarecer com rigor os procedimentos que ditam as tais, tarifas do consumo de água.

Por causa dessa situação, António André dirige-se com frequência para a sede da EPAL, no Largo do Pelourinho, mas, ali a surpresa foi ainda maior. O operador em serviço apresentou facturas de Dezembro de 2017 a Maio deste ano, quando já estão pagas, como provam as cópias passadas pela agência do Kilamba.

Estupefacto, o cidadão voltou à agência e pagou 23.000 kwanzas, para evitar a multa de 20.000 kwanzas, caso lhe fosse cortado o abastecimento. "Para voltarem a ligara água, seria obrigado a pagar essa tal multa, além dos actuais 23.000. Desse jeito, paguei só os valores de Junho, mas vou atrás desse assunto até esclarecerem bem o que se passa", adverte.

Enquanto isso, a agência da EPAL do Kilamba continua a receber dia após dia centenas de moradores daquela zona em busca de esclarecimentos.

Fineza António diz que nunca mais teve facturas com valores abaixo dos 5.000 kwanzas, o que considera um "absurdo". Ela explica que "na minha casa, somos cinco, mas eu e o meu marido saímos cedo e só voltamos à noite. Os nossos filhos são meninos e passam a vida na escola", Dona Fineza recorda que já chegou a ter notas de cobranças mensais que excederam os 11.000 kwanzas.

"Até hoje, não consigo entender os valores tão altos que pagámos, quando os do Sequele e de outras partes de Luanda pagam muito menos que nós!", lamenta.

Tarifário nacional

Os moradores sentem que o Plano Tarifário da Água Potável recentemente aprovado pelo Executivo, não está a ser aplicado a nível da Cidade do Kilamba.

O documento realça que, na categoria doméstica social, a cobrança de consumo é de zero a cinco metros cúbicos, para habitações com famílias de baixa renda, cujos consumos diários não ultrapassam os 166 litros.

Para esse caso, explica António André, que tem cópia do Diário da República em mãos, a tarifa variável para a província de Luanda seria de 117 kwanzas por metro cúbico, enquanto a fixa mensal não passaria dos 250 kwanzas.

O morador, professor de profissão, avança ainda que a nível da categoria doméstica -escalão 1, a tarifa variável do consumo dos cinco a dez metros cúbicos seria de 211 kwanzas, para a fixa mensal chegar aos 400 kwanzas.

Além desses dois escalões, o diário esclarece que há o consumo doméstico escalão 2, que tem a ver com os superiores aos dez metros cúbicos, em que a tarifa variável é de 267 kwanzas e a fixa mensal é de 760 kwanzas.

"Pedimos a intervenção dos ministérios das Finanças e da Energia e Águas, assim como do Instituto de Defesa do Consumidor, para que se inverta a situação. Estamos a sentir que isso se trata de uma roubalheira", desabafou António

André. "Este problema está a deixar-nos bastante agastados", rematou.

EPAL em silêncio

O Jornal de Angola, por mais de duas semanas, esteve em contacto com o Gabinete de Comunicação e Imagem da EPAL, mas esta área mostrou-se incapaz de esclarecer o assunto.

A explicação do porta-voz, Vladimir Bernardo, em conversa mantida via telefónica, era de que o assunto das cobranças tem a ver com a área comercial e, até sábado, este departamento da EPAL ainda não tinha respondido a todas as questões que o jornal enviou.

6.14 IMOGESTIN repara apartamentos vandalizados na Centralidade

Jornal Economia e Finanças
20 De Julho de 2018

Os apartamentos vandalizados na centralidade do Dundo, província da Lunda Norte, serão reparados, afirmou, na passada sexta-feira, no Dundo, o presidente do Conselho da Administração da Imogestim, Rui Cruz. O responsável da empresa, detentora do direito da comercialização das habitações construídas pelo Estado, explicou à imprensa, no final da visita que efectuou, as casas sofreram danos internos de pequenas dimensões, como arrombamento de portas, janelas, casas de banho e torneiras.

Disse igualmente que a instituição vai pedir responsabilidades à empresa pela segurança dos imóveis porque, segundo ele, é da sua competência garantir protecção dos prédios não entregues, conforme prevê o contrato. Quanto a inundação das lojas no tempo chuvoso, Rui Cruz garantiu a implementação do projecto de drenagem para a resolução do problema. Sobre o processo de arrendamento e a venda das habitações, explicou que, dos cinco mil e quatro apartamentos, três mil foram vendidos e das mil a ser arrendadas 160 possuem o contrato. Lembrou que a Imogestim

pretende concluir este processo de vendas e o arrendamento de todas as habitações da centralidade do Dundo até o fim do corrente ano.

Por outro lado, a construção da centralidade de Saurimo (Lunda-Sul), em curso desde 2017, vai ser dinamizada este mês com a injeção de novo financiamento, revelou o PCA da Imogestim. O gestor disse que a aceleração resultará da disponibilidade financeira, que em breve será entregue à construtora para a continuidade da empreitada. Por seu turno, o engenheiro da obra, Nilton Paulo, fez saber que foram concluídos os trabalhos de valas de drenagem e rede de infraestrutura de esgoto de água. Na primeira fase deste projecto habitacional serão construídos numa área de 7,35 hectares, oito edifícios em banda de quatro e oito pisos, com um total de 212 apartamentos do tipo 13, para acolher seis mil 664 habitantes.

6.15 Altas tarifas de água deixam consumidores agastados

Jornal De Angola
23 De Junho de 2018

Texto: Augusto Cuteta

António André está, há cerca de hora e meia, numa fila na agência da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), sediada na Cidade do Kilamba, para ver explicada a razão da subida vertiginosa da tarifa doméstica de Junho, que atingiu os 23 mil kwanzas, quando nunca tinha dívidas acumuladas.

No mês anterior, o morador do bloco U afirma ter pago 1.700 kwanzas, valor que era cobrado nos primeiros meses do ano passado. Mas, desde finais de 2017, as contas vão oscilando e, às vezes, de forma assustadora. É o que lhe acontece exactamente nesta altura.

Por causa disso, quase todos os dias, com maior realce para as manhãs de sábado, a agência da EPAL do Kilamba regista grandes enchentes. Além dos que vão efectuar o pagamento das contas, a grande maioria dos utentes acorre ali em busca de esclarecimentos sobre os altos valores das tarifas.

Nessas idas e voltas à agência, conta, muitos encontram respostas sobre o valor das cobranças feitas pela operadora, mas grande parte dos moradores sai insatisfeita uma vez que os técnicos em serviço parecem nunca estar capacitados para esclarecer com rigor os procedimentos que ditam as tais, tarifas do consumo de água.

Por causa dessa situação, António André dirige-se com frequência para a sede da EPAL, no Largo do Pelourinho, mas, ali a surpresa foi ainda maior. O operador em serviço apresentou facturas de Dezembro de 2017 a Maio deste ano, quando já estão pagas, como provam as cópias passadas pela agência do Kilamba.

Estupefacto, o cidadão voltou à agência e pagou 23,000 kwanzas, para evitar a multa de 20.000 kwanzas, caso lhe fosse cortado o abastecimento. "Para voltarem a ligara água, seria obrigado a pagar essa tal multa, além dos actuais 23.000. Desse jeito, paguei só os valores de Junho, mas vou atrás desse assunto até esclarecerem bem o que se passa", adverte.

Enquanto isso, a agência da EPAL do Kilamba continua a receber dia após dia centenas de moradores daquela zona em busca de esclarecimentos.

Fineza António diz que nunca mais teve facturas com valores abaixo dos 5.000 kwanzas, o que considera um "absurdo". Ela explica que "na minha casa, somos cinco, mas eu e o meu marido saímos cedo e só voltamos à noite. Os nossos filhos são meninos e passam a vida na escola", Dona Fineza recorda que já chegou a ter notas de cobranças mensais que excederam os 11.000 kwanzas.

"Até hoje, não consigo entender os valores tão altos que pagámos, quando os do Sequele e de outras partes de Luanda pagam muito menos que nós!", lamenta.

Tarifário nacional

Os moradores sentem que o Plano Tarifário da Água Potável recentemente aprovado pelo Executivo, não está a ser aplicado a nível da Cidade do Kilamba.

O documento realça que, na categoria doméstica social, a cobrança de consumo é de zero a cinco metros cúbicos, para habitações com famílias de

baixa renda, cujos consumos diários não ultrapassam os 166 litros.

Para esse caso, explica António André, que tem cópia do Diário da República em mãos, a tarifa variável para a província de Luanda seria de 117 kwanzas por metro cúbico, enquanto a fixa mensal não passaria dos 250 kwanzas.

O morador, professor de profissão, avança ainda que a nível da categoria doméstica -escalão 1, a tarifa variável do consumo dos cinco a dez metros cúbicos seria de 211 kwanzas, para a fixa mensal chegar aos 400 kwanzas.

Além desses dois escalões, o diário esclarece que há o consumo doméstico escalão 2, que tem a ver com os superiores aos dez metros cúbicos, em que a tarifa variável é de 267 kwanzas e a fixa mensal é de 760 kwanzas.

"Pedimos a intervenção dos ministérios das Finanças e da Energia e Águas, assim como do Instituto de Defesa do Consumidor, para que se inverta a situação. Estamos a sentir que isso se trata de uma roubalheira", desabafou António André. "Este problema está a deixar-nos bastante agastados", rematou.

EPAL em silêncio

O Jornal de Angola, por mais de duas semanas, esteve em contacto com o Gabinete de Comunicação e Imagem da EPAL, mas esta área mostrou-se incapaz de esclarecer o assunto.

A explicação do porta-voz, Vladimir Bernardo, em conversa mantida via telefónica, era de que o assunto das cobranças tem a ver com a área comercial e, até sábado, este departamento da EPAL ainda não tinha respondido a todas as questões que o jornal enviou.

6.16 Apagão” no Kilamba pára elevadores com 37 pessoas

Jornal de Angola

25 De Julho de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

Um corte de energia eléctrica ocorrido ao principio da noite de segunda-feira, na Centralidade do Kilamba, em Luanda, fez com

que 37 pessoas ficassem presas em 31 elevadores durante 30 minutos.

Não foi a primeira vez que pessoas ficaram presas em elevadores na Centralidade do Kilamba, pelas mesmas razões, mas nunca se registou um elevado número como o de segunda - feira.

As 37 pessoas, entre crianças e adultos, e as suas famílias não ganharam para o susto. O pânico foi geral e só foi amainado com a chegada de técnicos do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros pertencente à unidade que funciona na centralidade. As 37 pessoas, entre os seis e os 40 anos, foram libertadas e não houve feridos.

"Felizmente, não houve danos humanos", declarou o porta-voz do Comando Provincial de Luanda do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Minguês, que elogiou as comissões de moradores dos edifícios afectados pela colaboração prestada aos técnicos envolvidos no desencravamento dos elevadores para a saída das 37 pessoas.

A colaboração das comissões de moradores é resultante da formação periódica que têm recebido do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, acentuou Faustino Minguês, que disse estarem os membros das comissões de moradores treinados, porque nem todos os elevadores da centralidade têm o sistema "black-out", que permite a abertura do elevador automaticamente quando há corte na distribuição de energia eléctrica.

"Tendo o sistema "black -out", o elevador acumula energia, que o permite chegar até ao rés do chão", explicou Faustino Minguês, que recomendou às pessoas a não entrarem em pânico quando estiverem numa situação do género e a ligarem para os números 914395525/222323333, além do de emergência 115, disponibilizados pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

"Quanto mais calma a pessoa estiver, melhor", acentuou o porta - voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

O pai de uma criança de oito anos, que esteve num dos elevadores, disse esperar que "as autoridades competentes melhorem o sistema dos ascensores".

"Não é possível que, nos dias de hoje, ainda existam elevadores com sistemas antigos numa

cidade nova", declarou o morador, que preferiu não se identificar. "O meu filho poderia ter perdido a vida, se não fosse socorrido a tempo" , salientou o morador, que disse não entender as razões por que, numa cidade com apenas sete anos de existência, não foram instaladas tecnologias de ponta nos elevadores. O morador defendeu que, a nível das comissões de moradores, se deve "falar a uma só voz, quando o assunto tem a ver com a segurança dos moradores. "Ontem, foi o meu filho e amanhã pode ser o de outra pessoa", alertou o morador.

O porta-voz da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENPE) , Pedro Bíla, disse à comunicação social que o corte de energia na terça-feira, que privou do abastecimento vários bairros de Luanda, deveu -se a um curto- circuito, ocorrido na subestação de Camama, no município de Talatona.

Até ontem, não estavam determinadas as causas do curto-circuito. Mais de 700 moradores dos bairros Chimbicato e Iraque estão sem energia eléctrica, informou Pedro Bíla, que disse estarem técnicos a trabalhar para a reposição, a qualquer momento, do abastecimento aos dois bairros.

Relatos de moradores mencionavam a explosão provocada pelo embate de um camião contra um poste de electricidade como estando na origem do corte de energia, uma informação que não corresponde à verdade. Técnicos da ENDE, quando chegaram ao terreno, constataram a queda de duas linhas de distribuição, que provocaram o corte de energia.

6.17 Famílias vão receber terreno para autoconstrução dirigida

Jornal de Angola

25 De Julho de 2018

Texto: Manuel Fontouro

Centenas de famílias que vivem em zona de risco em Ndalatando, província do Cuanza-Norte, vão receber terrenos para a autoconstrução dirigida.

Tratam-se de moradores já cadastrados residentes na margens do rio Muembejí, nos bairros Posse e Sambizanga bem como doutro que construíram nas bermas do rio Catende, no bairro da Camundai e noutras áreas localizada em zona montanhosas.

Administração municipal está a preparar uma área de 270 hectare na localidade da Cazela, arredores do bairro São Filipe que poderá ter mais de 3.000 lote numa primeira fase. Parte do espaço deverá servir para a instalação de uma bacia de retenção de água e outra para a edificação de diversas infra-estruturas sociais. De acordo com a administradora municipal adjunta para os Serviços Técnicos e Infra-estrutura, Helena Pereira, a área habitacional a ser edificada vai comportar igualmente todos os serviços de apoio como, escolas, hospitais, creche, mercados, quadra polidesportiva, esquadras policiais e tantas outras.

Helena Pereira avançou que nesta zona serão erguidas dois tipos de habitação com tipologia T 3, com piso térreo, "Estamos a elaborar este projecto, porque notámos que há uma dificuldade por parte da população em contratar serviços de arquitectos para elaboração de um projecto para o licenciamento de construção. Portanto, Estamos a produzir projectos para estas habitações para definir o tipo e o padrão das casas a serem edificadas", disse.

A administradora municipal adjunta disse que os trabalhos decorrem sem sobressalto e neste momento continua o desmatamento, limpeza e nivelamento do espaço, para além dos trabalhos técnicos de marcação das vias e organização de alguns lotes e das linhas onde vão passar as infra-estruturas, água, energia eléctrica e rede de esgotos.

Constrangimentos

Centenas de cidadãos, considerados donos dos referidos terrenos, estão descontentes pela forma como os mesmos estão a ser retirados segundo eles, não foram avisados sobre a pretensão do Governo em relação a esse espaço e a informação não chegou a todos de maneira abrangente.

O ancião Simão André, 56 anos, disse que a sua lavoura foi totalmente destruída e todos os

mantimentos se estragaram segundo ele: o espaço é sua pertença há mais de 20 anos e tem como prová-lo documentalmente.

Joana Miguel, 32 anos, ocupa o espaço desde 2004, não tem nenhuma documentação, mas o sobra e demais vizinhos confirmam que o terreno é da sua falecida irmã.

Estas e outras questões são ouvidas todos os dias de pessoas que se sentem afectadas pela ocupação do terreno pela Administração Municipal de Cazengo, na zona da Cazela, arredores da cidade de Ndalatando, sem nenhuma negociação.

Segundo a responsável no início dos trabalhos foi feito um levantamento exaustivo para a localização dos possíveis detentores de terreno naquela área, mas as pessoas foram aparecendo de forma muito tímida.

Com o arranque dos trabalhos, frisou, as pessoas foram se apercebendo da situação e foram aparecendo na administração para reclamarem do seu espaço e, conseqüentemente, dos danos causados na sua fazenda e lavras.

Helena Pereira explicou que muitas pessoas que apresentaram reclamação na administração não dispõem de nenhuma documentação que prove que o espaço é sua pertença. Ainda assim, a administração compromete-se a amparar todas as pessoas sacrificadas que dizem ser proprietárias dos referidos terrenos.

Fez saber que a informação tem sido divulgada na voz dos sobras, mas deverá ser reforçada principalmente nos órgãos de difusão massiva. Helena Pereira explicou também que existe uma equipa multisectorial que trabalha todo o dia no terreno para a identificação de forma contínua das fazendas, lavras e algumas construções antigas, para além de terreno em fase de legalização.

Sublinhou que a pessoa que está a cultivar naquele terreno sem qualquer documentação está a ser cadastrada para posteriormente serem reposicionadas numa outra zona já identificada.

"Quero deixar bem claro que aquela é uma zona habitacional e não está projectada para a prática da agricultura. Portanto, quem tem a documentação de titularidade de fazenda nesta zona, nós vamos cadastrá-lo para depois ser transferido noutra área", disse.

A administradora adjunta reiterou que as pessoas que já têm lá construções não serão de alojadas, e tudo esta a ser feito para que o desenho feito inicialmente vá ao encontro com o que está no local.

6.18 A construção de Casas no Mayombe

Jornal Liberdade

27 De Julho de 2018

"Já nos autorizaram para construirmos as nossas casas, mas os responsáveis por este processo estão a cobrar muito dinheiro para o efeito, visto que a maioria da população que vive neste bairro é desempregada e de camada baixa, onde é que vamos tirar os valores para podermos pagar e termos acesso ao documento que nos autoriza a construção?", questionou. "Até para construirmos uma casa de chapa grande não conseguimos e os 105.000Kz (Cento e cinco mil Kwanzas), que eles cobram para onde vão? Portanto o governo provincial deve rever estas políticas para favorecer nós os pobres"; disse Miguel João, um dos moradores do Mayombe. No princípio do contraditório, este semanário contactou a Directora Municipal de Estudos e Planeamento do Município de Cacucaco, Loureça Ricardo, que na ocasião disse que a Administração tem vários programas em carteira para o abastecimento de água potável no bairro Mayombe e, recentemente, foi apresentado ao Conselho de Auscultação, a Proposta de orçamento para o ano 2018 e está incluso a distribuição de energia e água.

Questionada sobre quanto tempo vai levar este processo, Loureça afirmou que (projecto foi apresentado recentemente e estão a espera que seja aprovado o orçamento para que se efective a execução da obra e, enquanto durar, os munícipes vão continuar a beneficiar do abastecimento de camiões cisternas.

E no que concerne às obras de construção das escolas que se encontram paradas em vários bairros de Cacucaco, aquela dirigente afirmou que a culpa é da crise económica que assola o país e garantiu que o problema é geral, a Administração Municipal e o Governo Provincial de Luanda têm

evidenciado esforços para dar sequência e conclusão.

Este semanário na próxima semana vai trazer na íntegra a entrevista cedida pela Directora Municipal de Estudos e Planeamento do Município de Cacucaco, Loureça Ricardo.

6.19 Infra-estruturas urbanas do Kilamba vão custar 54 milhões de euros

Jornal Economia e Finanças

27 De Julho de 2018

Texto: António Eugénio

A construção de infra-estruturas urbanas da centralidade do Kilamba, no município de Belas, em Luanda, com 10 mil fogos habitacionais, está orçada, em 2018, em cerca de 15,8 mil milhões de kwanzas (54 milhões de euros), noticia o site "Portal de Angola".

Considerado um dos maiores projectos do género em África, a "cidade" de Kilamba, inaugurada em Julho de 2011, já conta com 20.005 apartamentos construídos, estando por isso concluída a "primeira de três fases do projecto urbanístico.

O Plano Director da Cidade do Kilamba, cuja construção está a cargo de empresas chinesas, abrange uma área de 54 quilómetros quadrados e prevê a construção de 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de via.

Crédito adicional

Por outro lado, a fonte acrescenta que o Programa de Investimentos Públicos (PIP) definido pelo Governo angolano vai receber o dobro do inicialmente programado no Orçamento Geral do Estado (OGE), com a aprovação de um crédito adicional suplementar no valor de 123.576 milhões de kwanzas (417 milhões de euros). O Decreto assinado pelo Presidente da República, João Lourenço, no dia 13 de Julho, aprova um crédito adicional ao OGE de 2018, para "suportar as despesas relacionadas com a conclusão e inscrição", no PIP de obras dos ministérios da Construção e Obras Públicas, da Energia e Águas, do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e

Inovação, da Educação, do Ordenamento do Território e Habitação, e da Saúde.

O Decreto estipula que "deve 'ser atribuído faseadamente, em função das necessidades de pagamento e após esgotadas todas as verbas atribuídas inicialmente".

O documento não adianta que obras serão incluídas no PIP deste ano.

No OGE em vigor, aprovado em Fevereiro, o Governo angolano inscreveu uma dotação global de 179.055 milhões de kwanzas (605 milhões de euros, à taxa' de câmbio actual) com os projectos PIP, nomeadamente a reabilitação de dezenas de Centralidade do Kilamba em Luanda quilómetros de estrada.

6.20 Obras continuam votadas ao abandono

Jornal Economia e Finanças
27 De Junho de 2018
Texto: Joaquim Suami

Passados 22 anos, o projecto industrial de Fútila, com um valor inicial de 37 milhões de dólares norte-americanos, continua estagnado no papel, à espera que um dia comece a dar os seus frutos.

Localizado na aldeia de I Malembo, na cidade de Cabinda, cuja previsão é de que seja implementado numa área de 2.344 hectares, o projecto foi concebido pelo Executivo, com o propósito de reforçar a produção industrial, a oferta de bens e serviços, bem como da substituição paulatina dos principais produtos importados pelos empresários locais para o crescimento económico e social da região.

Em Setembro de 2013, o 'Governo, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013/2017, adjudicou a execução das obras da 1ª fase do projecto pólo, numa área de 102 hectares às empresas Soares da Costa e Ediffer, que compreenderia a construção de infra-estruturas básicas, como estradas, rede de abastecimento de água, energia eléctrica e comunicações, num valor avaliado em 62 milhões de dólares americanos.

As expectativas que as pessoas presentes no acto da consignação do projecto e da população local tinham era a diminuição dos índices de desemprego e a estabilidade do bem-estar social das famílias. Não houve avanços porque as duas empreiteiras abandonaram os trabalhos, por falta de pagamento.

Devido a esta situação, a Soares da Costa e a Ediffer antes de abandonarem concluíram apenas 30 por cento dos trabalhos da instalação da rede de esgotos, 30 para águas fluviais, igual percentagem para a rede de abastecimento de água.

Cerca de 35 para rede de instalação eléctrica, iluminação pública e tecnologias de informação, 50 para os edifícios de administração, bombeiros, pequenas infra-estruturas e 20 para estação de tratamento de água potável e residual.

Visita feita

Numa visita efectuada a Cabinda no ano passado, a ministra da Indústria, Bernarda Martins, explicou que o atraso que se verificou na conclusão das obras da 1ª fase deveu-se à falta de pagamento às empresas Soares da Costa e Ediffer, por causa da crise financeira que o país atravessa, causada pela queda do preço do petróleo no mercado internacional.

"O Governo não pagou a 1ª fase da obra e as empresas abandonaram os trabalhos. E foi preciso encontrar uma outra saída. Neste momento identificamos uma empresa privada com capacidade técnica e financeira para dar continuidade à obra", disse.

Para não atrasar com os trabalhos de execução das obras, o Executivo, através do Decreto Presidencial n.º 70115 adjudicou a obra à empresa Benfim para concluir os trabalhos da 1ª fase, incluindo o modelo de gestão e de negócio, num período de 15 meses, mas, infelizmente, após apresentação do projecto, em Julho do ano passado, a empresa contratada até a presente data não dá sinais de vida para a conclusão.

O que se verifica no terreno, a cada dia que passa é o amontoar de capim em todo o perímetro do projecto do Pólo Industrial de Fútila, o que entristece as pessoas.

Como se sabe, não se trata de um projecto qualquer, mas sim, de um programa que o

Governo angolano apostou para contribuir para o desenvolvimento económico da região.

Crescimento esperado

A iniciativa vai garantir também a criação de 14 mil empregos directos e indirectos, dos quais dois mil para a 1ª fase.

A par da fase "A", o projecto contempla ainda as fases "B" e "C", onde serão contempladas outras estruturas, como escolas, hospitais, restaurantes, áreas sociais e a construção de casas de baixa, média e alta renda.

O JE contactou sem êxito, o Gabinete de Comunicação da empresa Benfim para saber das reais razões que levam com que as obras de construção das infra-estruturas da 1ª fase do Pólo Industrial de Fútila não arranquem em pleno.

O pólo vai contar com os sectores ligados à produção de óleo alimentar, construção civil, indústria pesada, pesqueira, madeireira, petroquímica e gás, transportes, logística, tecnologias, minerais, bebidas, agro-alimentar, química, têxtil, Imobiliária, serviços, materiais de Construção e plásticos.

6.21 "Não conheço o Plano"

Jornal de Angola

23 De Junho de 2018

Texto: João Dias

O que é Luanda, como cidade, na sua perspectiva, enquanto arquitecto?

Luanda é uma grande metrópole que precisa ser pensada e equacionada muito seriamente. Nós, que vivemos Luanda e a queremos no seu melhor, temos de ser chamados para as soluções que ela demanda. Não adianta chamar pessoas estranhas à sua cultura e história para a intervencionar. Existem cidades sem algumas infra-estruturas, mas que resultam. Não importa o que vamos porém Luanda. O importante é que resulte enquanto cidade. É preciso perceber que soluções devem ser dadas e o que interessa para os angolanos em termos de cidade.

Há quem diga que Luanda sacrifica e castiga os seus, pois há uma assinalável disfuncionalidade e onde quase tudo está em falta...

Na cidade de São Paulo, saís de um ponto para outro e fazes mais de duas horas. Nas horas de ponta, em Lisboa, também fazes este tempo. Luanda tem uma particularidade muito própria, que está no facto de ter absorvido muita gente fugida da guerra, claro, já lá vão alguns anos. Mas é preciso assegurar os serviços. O nosso problema não é tão grave quanto o dos outros países. Luanda não está tão condenada ao falhanço. Há muito boas soluções para fazer de Luanda uma cidade com qualidade e de qualidade. É só, necessário intervir "tempestivamente" e com serenidade.

É preciso construir com o povo e não para o povo. Quando se constrói com o povo, as pessoas são parte da solução e discutem a solução. Quando se constrói para o povo, as pessoas recebem a solução, não se adequando, em muitos casos, ao que se quer.

O Plano Director Metropolitano de Luanda é a solução; é a "pedra filosofal" para a cidade que queremos?

Não sei dizer. Não conheço este plano. Quando foi elaborado, a Ordem dos Arquitectos não foi tida nem achada. Nunca nos deram a conhecer. Não sei se tem coisas positivas ou negativas. Devíamos contribuir. Mas não aconteceu. É para nós que esta cidade se vai transformar e somos nós que sofremos as consequências de ter uma cidade que não resultou. Os projectistas foram estrangeiros. Não basta ir às academias ou falar com o povo se este não entende o que é uma estrada, a cêrcea ou o pilar. O Plano Director Metropolitano de Luanda é o mais importante de Luanda, porque vai definir regras de construção e de utilização do espaço.

eleições gerais de 2017 sob o lema: O combate a Corrupção, Corrigir o que está mal, Melhorar o que está Bem e colocar o sal na gasosa, que o povo animado votou na Sua candidatura, pensando que desta vez o abuso do poder, a corrupção, o peculato, o nepotismo teriam os dias contados”.

O igualmente general reformado reforça que "Hoje, assistimos que esses males continuam e cada vez mais acentuados e impunes", denunciando que "O município de Icolo e Bengo tem sido há algum tempo a esta parte, alvo de usurpação das suas terras aráveis, por parte da Administração em colaboração com nacionais e estrangeiros em detrimento das populações, que assistem com lágrimas nos olhos, as suas lavras com os produtos cultivados obviamente, com enormes sacrifícios, a serem destruídos, sem dó e sem piedade".

O peticionário recorda que “No ano de 2016, na Comuna de Bom Jesus na localidade do Km 44, por orientação do então Administrador Adriano Mendes de Carvalho, hoje governador da Província de Luanda, foram destruídos mais de mil hectares de uma Cooperativa composta por 500 camponeses e entregue a um grupo Israelita associado a alguns angolanos de nomenclatura governativa”, insistindo que “O mesmo, repetiu-se em Abril do ano corrente, na localidade de Cabembeia, Comuna de Cassoneca, cerca de 500 hectares com mandioqueiras, milho, cebola, tomate e outros produtos foram destruídos por tractores, conduzidos pelos cidadãos Chineses com protecção da Polícia Nacional, para o povo não reagir, e sem prévio aviso”.

O activista cívico frisa na carta aberta ao PR que "Simularam uma reunião dentro do quintal da Cadeia da região, onde o Director da referida Cadeia, sugeriu que não é humano destruir os produtos alimentícios, duramente produzidos, e para o efeito, indicou uma área baldia que não foi aceite, pela Administração, alegando que a Terra é propriedade do Estado; e o Estado faz da Terra como bem entender", sustentando que "cerca de 30 Kms de extensão do território, que se estende ao longo da estrada nacional entre Calomboloca até Zenza do Itombe, está sem ocupação, mas as autoridades locais, preferiram destruir as lavras, acusando os utentes ou proprietários de Bailundos e que vão para vossa Terra".

7. TERRA

7.1 General José Fragoso denuncia usurpação de terras em Cabembeia (Catete)

Jornal Manchete

6 De Julho de 2018

Texto: Nganga Fula

No ponto prévio, José Fragoso alerta que "Esta não seria uma questão a juntar a tantas que tem por resolver, se, de facto, os órgãos de direito e vocacionados, tais como as Administrações Municipal e Comunal por um lado e da Justiça por outro, pautassem pela legalidade e punir a corrupção" observando que esta "foi a bandeira que Sua Excelência usou na campanha eleitoral das

O solicitador pontualiza que "Os camponeses em causa, maioritariamente são provenientes em tempo de guerra, das Províncias: do Huambo, Bié, Cuanza Sul, e alguns vindo de Malanje, Luanda e Cuanza Norte", enumerando que "mais de 90% da população, que hoje habita o território do Icolo e Bengo são migrantes das referidas províncias, se assim não fosse, verdade verdadeira, a região já não teria aldeias ou sanzalas, devido às precárias condições de vida e subhumanas em pleno século XXI."

O reclamante destaca que "Na região em referência, a sua população vive em casas de chapas, apenas casas de chapas, que na então noite colonial este tipos de casas eram inexistentes na região, onde a temperatura oscila entre 27 a 32 graus. É um Deus nos acuda, 43 anos depois da Independência", sendo que a "água potável, energia eléctrica continuam a ser uma miragem". Ele lamenta, igualmente, que "As crianças, residentes na localidade em alusão, logo pela manhã ou ao meio dia, desfilam ao longo da estrada à espera de boleias de pessoas da boa fé, para irem à escola que dista há cerca de 20 km, pois localmente existe uma pequena escola, onde apenas se lecciona até a 4a classe".

O signatário chama também a atenção do PR que "A alegada Terra do Estado, para além de ser desumano, também fere a nossa Constituição, que consagra que todos angolanos gozam dos mesmos direitos e deveres, perante a Constituição e lei. Assim sendo, o porquê de dois pesos e duas medidas?", questiona, denunciando logo de seguida que "No local onde existiam as plantações atrás referidas, que dizem a Terra ser propriedade do Estado, instalou-se um Estaleiro e Armazéns. E encontramos no espaço depositados madeira, carvão e centenas de contentores, que se pressupõe ser propriedade de um privado, associado a indivíduos ligados à Administração local".

O solicitador exige do PR a "a competente indemnização, tendo em conta que as populações sobrevivem, graças aos produtos que produzem, que em nome do Estado foram destruí dos abusivamente, e, neste momento, estão obviamente a passar dificuldades enormes em termos de alimentação, face à crise económica que assola até os funcionários públicos", constatando que "A diversificação económica passa necessariamente pela agricultura que se propalou

desde 1976 ainda na era do malogrado Presidente Agostinho Neto; que citamos "A Agricultura é a base e a indústria é sector decisivo para o desenvolvimento do país, para alavancar a economia" volvidos 43 anos de independência, a sua implementação continua uma miragem.

A mesma fonte argumenta ainda que "É fácil perceber que tal atitude dos homens da Administração está eivada de represália ou retaliação pelo facto do MPLA ter perdido (localmente) as eleições passadas e justificamos pelo facto da Senhor Administradora ter dito em plena reunião de dia 21 do corrente mês com as populações o seguinte e citamos: "Na altura da campanha eleitoral enviei um autocarro para vos levar no comício ninguém subiu no autocarro e voltou sem pessoas, fim de citação", insistindo que podemos também justificar pelo facto de cerca de 30Km da extensão são terrenos baldios sem vestígios de ocupação, mas, no entanto, não obstante do Senhor Director da Cadeia ter sugerido outro local baldio."

O subscritor da referida carta aberta recorda ao PR que "A democracia faz-se com democracia, assim diz a Constituição da República!", pelo que "solicitamos ao Senhor Presidente da República, face a esta atitude que fere profundamente a nossa Constituição e tendo em conta do grosseiro palavreado (Bailundos vão para vossa Terra) que é condenável, a todos títulos, tais pronunciamentos, num futuro não longo terão repercussões irreparáveis para presentes e futuras gerações", propondo a criação de "uma Comissão para investigar o que estamos a denunciar, composta de pessoas sérias e idóneas, revestidas de espírito de irmandade e de patriotismo, porque deixando impune esta pertinente questão expressa, certamente o penalizado será Sua Excelência, que na campanha (eleitoral) teve como lema: O combate a corrupção, colocar o sal na gasosa, melhorar o que está bem e corrigir o que está mal.

Finalmente e de denúncia em denúncia, o activista cívico J. Fragoso invoca que "Depois da destruição das plantações os camponeses manifestaram-se junto da sede da Administração, no sentido reaver os seus produtos indemnizados e a resposta foi a repressão da Policia Nacional como tem sido a norma", desejando "votos de muita saúde e de muitos sucessos nos Seus afazeres em prol deste sofrido Povo, que tanto almeja o bem-estar geral,

no tamanho da Constituição da República", anexando uma de algumas das vítimas (300 pessoas) atingidas, para melhor documentar os factos por si narrados.

7.2 Polícia instaura inquérito sobre morte de dois cidadãos

Novo Jornal

6 De Julho de 2018

Texto: I.J.

O comando provincial de Luanda da Polícia Nacional instaurou um inquérito para apurar as responsabilidades pela morte de dois cidadãos e o ferimento grave de outros dois, na sequência de uma intervenção policial na Zona Económica Especial (ZEE).

O Comando esclarece que o incidente ocorreu na sequência de uma tentativa de invasão de terrenos na ZEE, sendo que o confronto entre as forças policiais afectas à área e a população resultou em disparas de arma de fogo, com o intuito de dispersar a multidão.

A morte à queima-roupa de Doroteia, Baptista Lopes, natural do Uíge, não é o primeiro caso das demolições levadas a cabo em Luanda. Em 2016, o adolescente Rufino, de 14 anos, também foi morto nas mesmas circunstâncias quando tentava impedir que a casa onde vivia com a família fosse demolida. De forma a silenciar o adolescente, um militar disparou contra ele.

Também não é o primeiro caso em que agentes da PN são acusados de matar à queima-roupa cidadãos. Em Março deste ano, Laerson Carlos Afonso, 18 anos, foi morto com um tiro no peito, supostamente por um agente da polícia no bairro do São Paulo, distrito do Sambizanga, por volta das 2h00 da manhã.

Também este ano o comandante do distrito do Patriota, superintendente João Lourenço Neto, de 50 anos, foi acusado de assassinar a tiro o seu colega e amigo Fernando António, de 53 anos, e de ferir outros dois colegas.

7.3 Polícia volta a fazer uso excessivo da força e faz duas vítimas em Luanda

Novo Jornal

6 De Julho de 2018

Texto: I.J.

Um conflito de terra culminou esta semana com a morte de uma cidadã que em vida se chamou Doroteia Baptista Lopes, de 35 anos, vítima de disparos de armas de fogo, supostamente efectuados por agentes da Polícia Nacional que deixaram igualmente feridos outros três cidadãos. A Polícia confirma o episódio e diz que o assunto está ser investigado.

Moradores ouvidos pelo Novo Jornal disseram que os agentes da Polícia Nacional chegaram ao bairro 17 de Dezembro, no Km 30, por volta das 10h00 da manhã, fazendo-se transportar em cinco viaturas da corporação, totalmente munidos de armas, e obrigaram os moradores a abandonar o local.

Rafael Muassesu, da comissão de moradores, que presenciou a cena, garantiu que os moradores são os legítimos proprietários dos espaços onde habitam, contrariando assim um comunicado da Polícia que, horas depois do assassinato, justificava à "triste" intervenção dos agentes policiais numa invasão de terrenos naquele local. "Não invadimos os terrenos da Zona Económica Especial como a Polícia afirma. Como é que vamos invadir o espaço onde vivemos? Este bairro existe desde o tempo colonial e chamava-se Terra Nova de Cima, e o governo não nos pode tirar daqui à toa, como se nós não fizéssemos parte deste país".

O coordenador da comissão de moradores explicou que, um dia depois do assassinato de sua vizinha, os responsáveis do bairro foram obrigados a assinar um documento na presença do administrador adjunto de Viana para a Área Técnica e Infra-estruturas, Fernando Binge, que os obrigava a abandonar o bairro sob pena de irem à cadeia. "Estão a obrigar-nos a mobilizar os vizinhos para abandonarmos o bairro de forma voluntária", denunciou.

Catariana Fineza, de 46 anos, também é uma das moradoras do bairro 17 de Dezembro e mostra-se desgostosa com a atitude do actual administrador municipal de Viana, André Soma, que, no seu entender, só quer criar dificuldades aos munícipes. "Desde que chegou, só quer desalojar os

populares. Começou no bairro Kitondo II, no distrito do Zango III".

Uma fonte da Polícia, contactada pelo NJ, disse que nos exames directos feitos ao cadáver, foram constatadas três perfurações de bala de AKM, sendo que, para a fonte, as duas AKM que se encontravam em posse dos polícias estão sem vestígios de disparas. "Só mesmo uma perícia é que vai determinar quem foi que disparou, porque as munições recolhidas no local não conferem com as armas dos polícias", acrescentou ainda que, no local, apenas se encontravam três agentes da polícia e sem viaturas.

7.4 Luta pelo acesso à terra na base dos confrontos

Jornal de Angola

9 De Julho de 2018

Texto: Victor Carvalho

Os recentes confrontos no Estado de Plateau, centro da Nigéria, entre pastores e agricultores e que provocaram cerca de 200 mortos, foram apenas mais uma etapa de um conflito étnico antigo que tem como razão de ser a disputa desesperada pelo acesso a terras aráveis.

Esse recentes confrontos, que também tiveram uma componente religiosa, visto que a maioria dos agricultores são cristãos, enquanto os pastores são maioritariamente muçulmanos, estão a ser politicamente aproveitados pelos opositores ao Presidente Muhammadu Buhari para o acusarem pela espiral de violência que se instalou na Nigéria a um ano da realização de eleições.

Com as forças de segurança centradas na luta para conter as acções terroristas do grupo Boko Haram, a questão das disputas entre pastores e agricultores foi relegada para segundo plano, uma opção que agora se revelou ter sido erradamente tomada.

É que desde há cerca de 50 anos que são frequentes os ataques de pastores contra agricultores, numa luta para levarem o seu gado até pastos mais férteis. Primeiro esses ataques eram feitos com machados e catanas, mas agora já são usadas sofisticadas armas de fogo.

As autoridades, inicialmente, tentaram confinar os pastores a áreas previamente definidas de modo a evitar que eles invadissem fazendas legalmente constituídas em busca de água e de pastos férteis, sobretudo nas épocas mais secas.

Porém, com o tempo o número de pastores foi aumentando e a própria modernização do país criou vias de acesso mais fáceis de serem utilizadas, o que facilitou a movimentação para zonas fora do controlo das autoridades.

Desse modo, as distâncias também ficaram mais curtas, o que facilitou a criação de grandes comunidades de pastores que se foram aproximando das zonas agrícolas; quase sem se dar por isso.

O Governo, para responder a algumas das preocupações levantadas pelos pastores, decidiu criar 94 grandes ranchos em dez dos 36 Estados do país, de modo a acomodar o maior número de famílias em terras supostamente férteis e com fácil acesso à água.

Ao mesmo tempo, foi decidido criar nesses ranchos escolas e hospitais, num projecto global que custaria aos cofres do Estado qualquer coisa como 500 milhões de dólares.

Porém, quando chegou à fase de implementação, que coincidiu com o início da crise financeira no país motivada pelo drástico abaixamento no preço do petróleo, o plano sofreu profundas alterações.

Na mesma altura, começaram a surgir suspeitas da parte dos que estavam contra o plano de que se tratava de uma tentativa das elites nigerianas darem terras a populações muçulmanas com o dinheiro dos contribuintes, na sua maioria cristãos.

No meio das acusações voltou a surgir o nome de Muhammadu Buhari, um muçulmano, que estaria a favorecer os pastores à custa da entrega de terras integradas em áreas que eram de antigas famílias cristãs.

No essencial, as acusações apontavam que o Governo estava a usar dinheiro dos contribuintes para financiar o assentamento de pastores muçulmanos em zonas cristãs.

Alguns dos Estados, que faziam parte do plano de criação de ranchos, decidiram então desistir e

recusaram-se a ceder terras, o que frustrou o que tinha sido inicialmente previsto.

Sem ranchos para o seu gado, os pastores foram forçados a movimentar-se de um lado para o outro na procura de água, um bem precioso que se encontra quase todo ele sob controlo de agricultores cristãos proprietários de numerosas fazendas comunitárias.

Originários do norte do país, muitos desses pastores percorrem com o seu gado milhares de quilómetros em direcção à região centro à procura de água, o que provoca, frequentemente, violentos confrontos com os proprietários das terras férteis, tal como sucedeu agora.

Foi no mais recente caso de confrontos entre pastores e agricultores que se deram as referidas 200 mortes, num incidente que ninguém pode garantir que não se irá repetir, uma vez que nada do que o originou sofreu qualquer alteração.

7.5 Camponeses detidos por trabalharem nas suas lavras

Jornal República
13 De Julho de 2018

Enquanto João Lourenço desfilava no Parlamento Europeu, reafirmando o seu combate contra a corrupção e o respeito do seu governo pelos direitos humanos, em Luanda, 13 camponeses encontravam-se e continuam detidos pelo crime de terem sido encontrados a trabalhar nas suas lavras.

No acto de detenção, estavam presentes o administrador do Distrito dos Ramiros (55 quilómetros a sul de Luanda), Miguel Silva de Almeida "Lito", que, segundo vários depoimentos, proferiu ameaças de morte contra camponesas que insistiram em continuar a trabalhar nas suas lavras; o comandante do Comando de Divisão da Polícia Nacional em Belas, superintendente-chefe Alberto Paulo "Bala" e do Distrito dos Ramiros,

Menezes, que, segundo as camponesas, deram o seu aval às ameaças do administrador.

Trata-se de um processo de espoliação arbitrária de terras, abrangendo mais de 500 famílias de camponeses com recurso a ameaças de morte, detenções ilegais, mentiras, corrupção, jogo político sujo e até a tribalismo, como se verá. Ao que parece, o presidente João Lourenço apenas tem autoridade para fazer discursos bonitos, mas falta-lhe capacidade para fazer os seus governantes e membros do partido cumprirem as suas promessas mínimas. Estes continuam a fazer e a desfazer, com poder arbitrário e total impunidade.

"Este é um caso típico de usurpação de terras por parte de detentores de cargos públicos, que cometem abusos de poder e usam meios do Estado para roubarem os camponeses. Empobrecem-nos mais, e isso constitui uma violação dos direitos humanos": argumenta Zola Bambi, o advogado do Observatório para a Coesão Social e Justiça que acompanha o caso. Contrariando a lei tanto no dia 4 como no dia 5 de Julho, o Serviço de Investigação Criminal (SIC) do Comando da Divisão de Belas não tem aqui é de mandioca. Estávamos a trabalhar, por volta das 10h00, quando chegaram os três patrulheiros da polícia e muitos civis, comandados pessoalmente pelo administrador Lito", conta a camponesa Isabel Domingos.

Perguntavam apenas o nome de cada camponês e mandavam-nos subir nas viaturas, as mulheres também. Depois libertavam as mulheres e mantinham apenas os homens detidos. O meu marido Domingos Magalhães, de 21 anos, é um dos 13 camponeses detidos': explica. Isabel Neto, de 43 anos, filha de um antigo combatente, conta como empregou o tio Raimundo Vipanda, de 52 anos, para trabalhar na sua lavra, onde a sua família cultivava mandioqueiras há 31 anos.

"A polícia também deteve o meu tio, por ordens do administrador Lito, que estava presente': relata. Segundo a camponesa, os familiares dos 13 que permanecem detidos recusam-se a pagar pela libertação, "porque são inocentes e não temos de corromper os polícias e os do SIC porque não fizemos nada de errado': Os 13 detidos passaram

uma noite da Esquadra dos Ramiros, tendo sido transferidos para o Comando da Divisão de Belas, no Kilamba, onde continuam a aguardar por julgamento sumário, sem terem sido ouvidos por um procurador. "Será que esse país não vai mudar e o governo vai continuar a castigar-nos assim?, interroga-se Isabel Neto. Já Vitória Ferreira, de 30 anos, continua sem perceber o que levou a detenção do seu marido, Augusto Eusébio, enquanto este capinava na sua lavra. "Ele não faz nada. Estava a cuidar das suas mandiocas. Nem sei porque que nos prenderam. O administrador e os comandantes da Polícia que fizeram isso não disseram nada. Apenas prenderam. Aqui no comando também não dizem nada. Estamos assim". O administrador Lito e as ameaças de morte Cecília Vita, de 69 anos, camponesa e uma das activistas do braço feminino do MPLA, a OMA, participou da manifestação de cerca de 300 mulheres contra o administrador Lito, o primeiro secretário local deste partido.

"Manifestámo-nos porque este Sr. Lito só sabe roubar o terreno dos camponeses. É o único trabalho que ele faz enquanto administrador. Até o mercado onde vendíamos ele privatizou e ainda nos ameaça de morte': enfatiza. O administrador Lito não retomou as chamadas do Maka Angola nem respondeu à mensagem para dar a sua versão dos acontecimentos. Tão logo o faça, publicaremos seu direito de resposta.

Cecília Vita conta que, no dia das detenções, o administrador a encontrou a trabalhar com mais cinco mulheres na sua lavra. "Na presença dos comandantes Bala comandante municipal de Belas, superintendente-chefe Alberto Paulo] e Menezes [do distrito dos Ramiros], ele ameaçou-nos que se nos encontrar outra vez nas lavras, seremos desviados e matados pela polícia:'

Contactado pelo Maka Angola por via telefónica, o superintendente-chefe Alberto Paulo foi brusco: "Vou já te cortar a conversa. Eu tenho que ter algo do meu administrador municipal. Se o Lito anda a ameaçar pessoas, ele não anda comigo. Eu recebo orientações do administrador municipal e do governador de Luanda. É melhor investigar bem:'

Natália Bonga, residente há 20 anos, desmente o comandante "Ele está a negar. Ele está a mentir, porque está a ver que as coisas estão quentes. O comandante Bala afirmou que estava a cumprir

ordens do comandante provincial:' "Eu vi-o pessoalmente quando estavam a apanhar os camponeses na minha lavra. Eu tive de me esconder. O meu filho, Fila, estava lá também': explica.

Chitongo Fila Filipe, de 32 anos, confirma o depoimento da mãe. "O comandante está a mentir. Eu conheço-o bem. Já estive em dois encontros com ele, a acompanhar o soba. Eu não fugi. Estavam os comandantes Bala, Menezes e Ricardo destacamento da Reserva Fundiária] mais o João Pedro, que diz ser sobrinho do Desidério Costa:'

"Eu perguntei-lhes porque que estavam a prender as pessoas e não me responderam. Liguei ao soba Chivela, que conversou com o comandante Bala ao telefone. Ele superintendente-chefe Alberto Paulo "Bala"] confirmou ao soba que estava a comandar a detenção das pessoas", afirma.

Por sua vez, o soba Chivela declara que falou ao telefone com o comandante Bala e recusou-se a anuir ao pedido do mesmo para ir ao seu encontro. "Ele disse-me que estava a prender os camponeses e eu tinha de ir também. Disse-lhe que só iria com um documento escrito': revela. Natália Bonga conta que tem estado a ser procurada para ser assassinada: "O administrador quer matar-me porque eu e o soba é que estamos a acudir a população. Somos acusados de sermos da UNITA pelo Sr. Lito"

"O próprio Lito disse-me, na presença dos comandantes da Polícia, que ele chamou, que será ele a decidir se nos manda matar ou meter na cadeia", continua a camponesa. De acordo com Natália Bonga, o administrador mandou reforçar os efectivos da Polícia Nacional no local, "para apanhar os da UNITA, que acusa de serem os invasores das terras.

"O meu marido combateu pela Força Aérea Nacional do governo a partir dos anos 80, até sair da tropa muito doente. Hoje, esse bandido do administrador também o acusa de ser da UNITA, porque eu e ele somos de Benguela. A maioria aqui é do sul, por isso o Sr. Lito usa o tribalismo" "Desde que tomou posse, em 2016, o único trabalho do Sr. Lito é a expropriação das lavras dos camponeses e a sua venda. O trabalho dele é só esse. Nunca fez nada para a população. É só roubar terrenos do povo e destruir as suas lavras:'

reitera categoricamente Pedro Mendes Sanga. O soba Chivela, residente na área há 52 anos, explica as razões por detrás das detenções arbitrárias. "O povo começou a cultivar mandiocas nessa área a partir de 1987. Quando vim para aqui, isso era zona de pasto. Eu era pastor de gado de quatro colonos. Nessa área não havia nenhum dirigente com terras aqui. Depois veio a ex - ministra Fátima Jardim, que ocupou um terreno sem dono, ao lado dos camponeses. Não houve problemas. A seguir veio a ex-primeira-dama Ana Paula dos Santos, que ocupou terrenos de camponeses, mas pagou indemnização, e não houve problemas': conta.

Segundo o soba, os problemas começaram quando então ministro dos Petróleo Desidério Costa, decidiu • apropriar lavras de mais de 500 famílias de camponeses. "Primeiro, esse senhor Desidério veio cá mentir-nos, dizendo que a área tinha petróleo era reserva do Estado. Afinal não tinha nada e o terreno. para uso pessoal dele': afirma soba.

Do conflito emergente com os locais, segundo o soba, Sr. Desidério depois inventou outra história, que o terreno lhe tinha sido oferecido pelo' presidente José Eduardo dos Santos e não precisava de documentos para provar a s titularidade, porque era oferta do presidente': "Em 2016, eu estive com ele no Posto de Comando Unificado no Zango 4, onde discutimos tudo isso. Ali, assumiu que nos deixaria com paz. Depois, combinou como sobrinho dele João Pedro com esse administrador Lito para nos tirarem os terrenos força: denuncia.

O soba, natural do Cunene refere que o administrador tem estado a propalar falsas informações, de cariz tribal ta e de divisionismo político. A maioria dos antigos combatentes residentes nesta área: suas famílias são do sul de Angola, mas combateram no lado exército governamental. "Hoje, por causa de um terreno, essas famílias do sul são acusadas pelo administrador de serem da UNITA e espie da BRINDE (antigo servi secreto da UNITA). Este é o problema que temos aqui Ramiros. A minha filha a Maria, de 45 anos, já nasceu aqui. Agora sou da UNITA revela o soba. A camponesa Isabel Domingos aponta o administrador Lito "e os costas-largas MPLA como os únicos invasores dos

terrenos dos camponeses. "Este país está a para a frente ou para trás?

A manifestação ontem, enfureci das com a detenção dos maridos, pais, irmãos e tios, cerca de 300 camponesas engajadas na OMA empreenderam uma marcha a partir da administração local. "Levámos paus, catanas, enxadas e canjavites e fomos correr com os homens que estavam a destruir as nossas mandioqueiras com dois tractores, a mando do administrador': assume Conceição Vita, do alto dos seus 69 anos. Já na esquadra policial, os maquinistas não apresentaram qualquer documento que os habilitasse a destruir

7.6 Moradores forçados a abandonar as terras pela ZEE.

Novo Jornal

13 De Julho de 2018

Texto: Isabel João

Os conflitos de terras em Luanda, principalmente no município de Viana, ganharam nos últimos dias contornos alarmantes depois da morte, na semana passada, de Doroteia Baptista Lopes, de 35 anos, vítima de um disparo de arma de fogo supostamente efectuado por um agente da polícia, tendo deixado outros três moradores com ferimentos graves.

Segundo os moradores ouvidos pelo Novo Jornal, o bairro existe há mais de 30 anos, a maior parte da população é camponesa, e afirmam que nunca antes ouviram que as terras pertenciam à Zona Económica Especial (ZEE). Apenas em finais de 2012, começaram a ouvir que as terras pertencem à ZEE. É o caso de Isabel Fernando Francisco, de 57 anos, camponesa que vive no bairro desde os 12 anos, e que se mostrou desapontada com a atitude dos responsáveis da Zona Económica, que querem receber as suas terras.

"Vivo cá desde os meus 12 anos. Quando me mudei para aqui, ainda não tinha filhos e hoje o meu filho mais velho já tem 37 anos. Os meus pais eram camponeses, o meu marido também, e nunca ouvimos que essas terras pertenciam à ZEE", disse.

Isabel é esposa de uma das vítimas do incidente da passada quarta-feira. Domingos José Pestana, de 64

anos, que foi atingido numa perna e, até ao momento, encontra-se hospitalizado em estado grave.

Foi a primeira vez que efectivos da polícia de Viana apareceram no bairro para destruir residências e a disparar contra populares, conta a camponesa. "Desde que começou a história de que o local onde construímos pertence à Zona Económica, esta é a décima vez que os polícias aparecem aqui. Das outras vezes também efectuaram disparas, mas essa atitude nunca chegou aos órgãos de comunicação porque nunca morreu ninguém. O meu marido está em estado muito grave e corre o risco de perder um dos membros", denunciou a também mãe de sete filhos, todos nascidos naquele bairro.

Filho de pais camponeses, Adão João Neto, de 41 anos, nasceu e cresceu no bairro 17 de Dezembro, e, durante os anos que lá viveu, nunca ouviu dizer que o bairro pertence à Zona Económica Especial ou que é zona fundiária do Estado. "O governo deixa o povo construir e depois aparece para retirar as pessoas das suas terras. Ao longo da via Expressa, havia vários espaços que se dizia pertencerem ao Estado e hoje vemos que foram lá feitas grandes obras que não têm nada a ver com o Estado", explicou.

As terras, afirma Adão, sempre pertenceram aos camponeses, que até hoje vêm na agricultura a sua base de sustento. "No passado, o bairro era chamado de Musseque Baía. Se os responsáveis da ZEE derem um espaço para os moradores continuarem a fazer agricultura, nós saímos", apelou.

Rafael Muassesu é coordenador do sector G e afirmou que não está ilegalmente à frente da comissão de moradores do bairro 17 de Dezembro, tendo sido eleito no dia 3 de Fevereiro de 2018, na presença do vice-presidente da comissão de moradores do distrito urbano da Baía, Raimundo Coutinho Cassange.

7.7 ZEE promete desalojar moradores e demarca-se de entrega de terrenos

Novo Jornal

13 De Julho de 2018

Texto: Isabel João

Contactado pelo Novo Jornal, o director do Gabinete Jurídico da Zona Económica Especial, Almeida Lucas, afirmou que o espaço onde vivem 2650 famílias pertence à ZEE, e que os populares devem abandonar o local pelo facto de o terem ocupado de forma ilícita.

Questionado se a ZEE vai garantir um espaço para o realojamento das famílias, Almeida Lucas respondeu negativamente, justificando que o bairro foi constituído ilegalmente.

"Não é responsabilidade da ZEE arranjar espaço para as famílias que ali vivem, mas sim é responsabilidade da administração municipal de Viana, que deverá pedir contas aos coordenadores do referido bairro que comercializam terrenos e enganam o cidadão carente de um espaço para a construção de uma casa própria", disse, acrescentado:

"Caberá à administração resolvê-la, e claro que a administração vai chegar a um consenso que favoreça a todos".

Questionado novamente sobre os anos que residem 2650 famílias no bairro 17 de Dezembro, Almeida Lucas respondeu que tem informação dos próprios moradores que residem no local desde 2013.

"Desde aquele período até hoje, tem havido um esforço da ZEE para retirá-los de lá e de forma recorrente retornam ao local. O bairro 17 de Dezembro surgiu por intermédio de invasores, pessoas que foram ocupando terrenos. A ZEE, que é a proprietária do espaço, tem sensibilizado os populares para que abandonem o local. As terras estão todas registadas em nome da ZEE".

Almeida Lucas escusa-se a admitir uma possibilidade de consenso entre a ZEE e os moradores do bairro 17 de Dezembro porque "as terras e o espaço em questão estão afectos a vários projectos pertencentes à Zona Económica. Estas famílias não têm direito à indemnização por se tratar de ocupações ilegais", insistiu, sem, contudo, avançar datas para a população abandonar o local.

"Não há uma data prevista para os moradores do bairro 17 de Dezembro abandonarem a zona porque se trata de um processo. Não sabemos

quando é que vão sair, mas a verdade é que, tarde ou cedo, vão ter mesmo que abandonar o local".

O responsável disse, por outro lado, que a convivência entre os responsáveis da comissão de moradores do bairro 17 de Dezembro e a ZEE não tem sido fácil, em resultado do comportamento que aqueles assumem. "Inventam situações para chamar a atenção da sociedade", criticou.

Por sua vez, o administrador-adjunto de Viana para a Área Técnica, Fernando Binge, atestou que a retirada dos moradores do bairro é um assunto que está a ser tratado a nível a administração municipal.

7.8 Demolição de residências em Malanje deixa moradores ao relento

Jornal Liberdade

20 De Julho de 2018

Texto: Mukwá Kilunji

Segundo informação de alguns funcionários da administração do município de Malanje, as residências e outras infra-estruturas foram construídas de forma ilegal no perímetro da Central de Capitação e Distribuição de água da cidade de Malanje.

Os técnicos da administração afirmam que as demolições ainda estão na sua fase inicial, pelo que, nos próximos dias, mais outras residências poderão ir abaixo. Os visados mostram-se indignados pelo facto de a administração municipal não levar em conta a autenticação do documento que visa a legalização do terreno e, sobretudo, a autorização para a construção.

Domingas Macanji, visada, diz possuir toda a documentação, desde a compra e a construção da residência, passada pela administração municipal de Malanje. A mesma diz que ainda é capaz de reconhecer o funcionário daquela instituição que lhe prestou os serviços. "Mas a administração não quer saber da nossa documentação, assim vamos ir parar aonde? Onde vamos viver?"

A interlocutora aparentemente com 40 e poucos anos, com cinco filhos, solteira, mostrou-se desesperada e entrou em pranto diante da nossa

presença: "Sou vendedora de peixe seco no mercado, onde vou tirar dinheiro para comprar outro terreno e construir?"; questionou. Muitos dos lesados, quanto às demolições, alegam terem comprado o terreno e prosseguido a construção da residência com o consentimento do soba e da administração de Malanje.

O representante daquela área, soba Cahezu, em exclusivo ao Jornal Liberdade, admite ter cedido alguns terrenos à população para auto-construção, pelo que não entende a brutal decisão da administração. "Sim, em muitos terrenos eu é que mandei construir casas, antigamente aqui não tinha nada, só tinha é capim e matas, aqui tinha muitos animais, as pessoas vieram me pedir para construir casa e eu dei. Agora assim, o governo está a partir as casas, fica complicado"; indignou-se.

Fontes fidedignas segredaram-nos que alguns funcionários da administração Municipal de Malanje têm praticado vendas de terrenos de forma arbitrária, garantiu, de certo modo, a legalização do espaço e autorização da construção ao utente. A fonte acrescenta ainda que tais prevaricações por parte dos funcionários, muitas vezes passam despercebidas do titular máximo da instituição e, quando ocorre situações semelhantes a essas, os tais acabam por se livrar deixando todo prejuízo para os utentes. De acordo com o administrador municipal de Malanje, João de Assunção, "as construções em causa foram feitas em áreas públicas e em terrenos loteados e vendidos de forma irregular por terceiras pessoas".

João de Assunção não adiantou o número de residências marcadas para demolição, porém, aproveitou a ocasião no sentido de aconselhar aqueles indivíduos que tencionam e teimam em avançar com qualquer tipo de projecto ligado à construção, para desistir sob pena de verem os seus projectos destruídos pela administração.

Para o responsável, é expressamente proibido construir ao longo da parte superior da captação de água. Para se evitar essa situação em outras zonas da cidade, segundo o responsável, vão prosseguir com acções de fiscalização no sentido de inibir comportamentos do género. Porém, o administrador não referiu sobre a possibilidade de se realizar um inquérito dentro da administração, de modos a conferir a legalidade da documentação que os lesados exibem. Deste modo, algumas

vitimas hospedaram-se em casas de familiares, enquanto outros, oriundos de zonas recônditas, continuam ao relento pelo menos até ao fecho desta reportagem.

Para o jurista Teixeira Acácio Mundo, os eventuais funcionários da Administração municipal, indiciados no acto de vendas de terrenos, devem de certo modo, ser responsabilizados pelos danos causados. O mesmo considera que, em função dos danos, urge a necessidade de se fazer um inquérito no seio dos funcionários daquela instituição no sentido de se apurar os factos.

O jurista não deixou de apelar ao administrador sobre as regras do bom senso na resolução dessa questão, velando, sobremaneira, pelo amparo das famílias lesadas. " Bem, é necessário identificar os funcionários que passaram tais documentos, se passou de forma ilegal então deve ser responsabilizado criminalmente, por um lado, por outro, seria louvável que o administrador resolvesse o problema com base no bom senso, ou seja, cederia outro espaço de terra para os lesados construir; finalizou. A central de Captação e Tratamento de Água abastece a cidade de Malanje e arredores. Tem capacidade de bombear 13 mil e 800 metros cúbicos de água por dia.

7.9 Governo vai confiscar edifícios abandonados

Jornal de Angola
22 De Julho de 2018
Texto: Edson Fontes

O Governo da Província da Huíla pretende, ainda no decurso deste ano, confiscar edifícios privados abandonados, mas antes vai dar uma moratória aos proprietários, caso manifestem incapacidade as autoridades assumirão os mesmos imóveis.

O governador da Huíla, João Marcelino Typingé, que falava à imprensa no final de uma visita a alguns edifícios abandonados, considerou que são abrangidos por esta medida os edifícios do antigo Cine-Odeon e Arco-íris, bem como o empreendimento que liga ao prédio 4, e um outro imóvel de três pisos na Avenida Hoji-Ya-Henda, todos localizados na ida do Lubango.

Apesar de não avançar o período em que são feitos os procedimentos de confisco, sublinhou que os mesmos serão reabilitados por meio de um concurso público a ser feito a posterior e, conseqüentemente passarão à gestão pública. João Marcelino Typingé disse que o primeiro passo é persuadir os proprietários a reverem a sua política e buscar parcerias caso não tenham capacidade de recuperá-los

"O Governo está empenhado em fazer do Lubango uma bela cidade, melhor do que aquela que os portugueses deixaram e, a partir daí, continuar a atrair mais turistas nacionais e estrangeiros a investir em várias áreas do saber para o seu desenvolvimento", disse João Marcelino Typingé.

7.10 Famílias vão receber terreno para autoconstrução dirigida

Jornal de Angola
25 De Julho de 2018
Texto: Manuel Fontouro

Centenas de famílias que vivem em zona de risco em Ndalatando, província do Cuanza-Norte, vão receber terrenos para a autoconstrução dirigida.

Tratam-se de moradores já cadastrados residentes na margens do rio Muembejé, nos bairros Posse e Sambizanga bem como doutro que construíram nas bermas do rio Catende, no bairro da Camundai e noutras áreas localizada em zona montanhosas.

Administração municipal está a preparar uma área de 270 hectare na localidade da Cazela, arredores do bairro São Filipe que poderá ter mais de 3.000 lote numa primeira fase. Parte do espaço deveria servir para a instalação de uma bacia de retenção de água e outra para a edificação de diversas infra-estruturas sociais. De acordo com a administradora municipal adjunta para os Serviços Técnicos e Infra-estrutura, Helena Pereira, a área habitacional a ser edificada vai comportar igualmente todos os serviços de apoio como, escolas, hospitais, creche, mercados, quadra polidesportiva, esquadras policiais e tantas outras.

Helena Pereira avançou que nesta zona serão erguidas dois tipos de habitação com tipologia T 3, com piso térreo, "Estamos a elaborar este projecto, porque notámos que há uma dificuldade

por parte da população em contratar serviços de arquitectos para elaboração de um projecto para o licenciamento de construção. Portanto, Estamos a produzir projectos para estas habitações para definir o tipo e o padrão das casas a serem edificadas ", disse.

A administradora municipal adjunta disse que os trabalhos decorrem sem sobressalto e neste momento continua o desmatamento, limpeza e nivelamento do espaço, para além dos trabalhos técnicos de marcação das vias e organização de alguns lotes e das linhas onde vão passar as infra-estruturas, água, energia eléctrica e rede de esgotos.

Constrangimentos

Centenas de cidadãos, considerados donos dos referidos terrenos, estão descontentes pela forma como os mesmos estão a ser retirados segundo eles, não foram avisados sobre a pretensão do Governo em relação a esse espaço e a Informação não chegou a todos de maneira abrangente.

O ancião Simão André, 56 anos, disse que a sua lavoura foi totalmente destruída e todos os mantimentos se estragaram segundo ele: o espaço é sua pertença há mais de 20 anos e tem como prová-lo documentalmente.

Joana Miguel, 32 anos, ocupa o espaço desde 2004, não tem nenhuma documentação, mas o sobra e demais vizinhos confirmam que o terreno é da sua falecida irmã.

Estas e outras questões são ouvidas todos os dias de pessoas que se sentem afectadas pela ocupação do terreno pela Administração Municipal de Cazengo, na zona da Cazela, arredores da cidade de Ndalatando, sem nenhuma negociação.

Segundo a responsável no início dos trabalhos foi feito um levantamento exaustivo para a localização dos possíveis detentores de terreno naquela área, mas as pessoas foram aparecendo de forma muito tímida.

Com o arranque dos trabalhos, frisou, as pessoas foram aparecendo e percebendo a situação e foram aparecendo na administração para reclamarem do seu espaço e, conseqüentemente, dos danos causados na sua fazenda e lavouras.

Helena Pereira explicou que muitas pessoas que apresentaram reclamação na administração não

dispõem de nenhuma documentação' que prove que o espaço é sua pertença. Ainda assim, a administração compromete-se a amparar todas as pessoas sacrificadas que dizem ser proprietárias dos referidos terrenos.

Fez saber que a informação tem sido divulgada na voz dos sobras, mas deverá ser reforçada principalmente nos órgãos de difusão massiva. Helena Pereira explicou também que existe uma equipa multisectorial que trabalha todo o dia no terreno para a identificação de forma contínua das fazendas, lavouras e algumas construções antigas, para além do terreno em fase de legalização.

Sublinhou que as pessoas que estão a cultivar naquele terreno sem qualquer documentação estão a ser cadastradas para posteriormente serem reposicionadas numa outra zona já identificada.

"Quero deixar bem claro que aquela é uma zona habitacional e não está projectada para a prática da agricultura. Portanto, quem tem a documentação de titularidade de fazenda nesta zona, nós vamos cadastrá-lo para depois ser transferido noutra área", disse.

A administradora adjunta reiterou que as pessoas que já têm lá construções não serão de alojadas, e tudo isto a ser feito para que o desenho feito inicialmente vá ao encontro com o que está no local.

7.11 A administração e a novela dos terrenos no Ramiros

Jornal O PAÍS

26 De Julho de 2018

Texto: Joaquim dos Santos

Saudações, estimado director do Jornal OPAÍS. Uma vez mais, obrigado pela oportunidade que é dada às comunidades para expressarem os seus problemas.

Nós, habitantes do Ramiros, andamos agastados com o desempenho da administração ou melhor, quase não sentimos o trabalho destes servidores públicos nos três anos de consulado porque pouco ou nada fazem para melhorar a imagem desta comuna que foi elevada à categoria de distrito urbano. Facilmente se pode compreender que os olhos dos que nos dirigem estão mais virados para

os terrenos das velhas camponesas (as nossas mães), do que propriamente na resolução dos seus principais problemas.

Aliás, as reclamações referentes à usurpação de terrenos aqui na nossa banda é um assunto velho e que já merece uma melhor atenção das autoridades para pôr cobro a esta situação.

Caro Director, não são acusações gratuitas contra quem nos dirige. São factos palpáveis e facilmente comprováveis, conversando com a população local, principalmente as nossas mães lesadas que dependem das lavras para seu sustento e de suas famílias.

O Ramiros é um bairro que começou a ser dirigido por antigos combatentes reconhecidos pelo Governo. Aliás, o próprio responsável dos antigos combatentes disse publicamente esta semana que é um dos lesados das investidas do administrador, a quem acusa de ser o mentor da sabotagem de terras. Nas declarações passadas por dois canais de televisão, na presença do administrador municipal de Belas, Mateus Godó, o responsável dos antigos militares disse possuir provas de que a Administração do Ramiros é que está por detrás de toda a confusão acerca dos terrenos. Acredito que alguém que tenha sido colocada pelo Ministério dos Antigos Combatentes é uma pessoa idónea, e não acusa um administrador por acusar. E nós, moradores, também sabemos que é verdade. O SIC está à espera de quê mais para agir? Julgamos que a visita do administrador municipal não é suficiente. Queremos uma visita dos deputados aqui no Ramiros.

7.12 Terrenos abandonados em risco de confisco

Jornal de Angola
26 De Julho de 2018

Os terrenos abandonados que se encontram na cidade do Huambo poderão em breve ser confiscados pela administração municipal e transformados em parques de estacionamento de viaturas, declarou ontem o administrador local.

Victor Tchissingui justificou a medida com a necessidade de se solucionar o problema de estacionamento de viaturas em locais

inapropriados, assim como acabar com o mau aspecto que estes locais abandonados apresentam.

O responsável confirmou terem sido já identificados, até ao momento, 10 terrenos abandonados, com dimensões variadas, cujos proprietários ainda não se manifestaram, facto que pode facilitar a intenção da administração.

O administrador municipal admitiu que a criação de parques de estacionamento irá ajudar, muito, os cidadãos que trabalham no centro urbano, sobretudo em zonas de maior concentração automóvel, que não têm lugar para deixar as viaturas.

Victor Tchissingui reconheceu, também, que os quatro parques de estacionamento controlados pela Administração Municipal do Huambo estão muito longe de satisfazer a procura, o que tem favorecido o estacionamento de viaturas nas vias públicas, gerando embaraços ao tráfego.

7.13 'Burlador' vende terreno do vizinho no Camama

Jornal Visão
27 De Julho de 2018
Texto: Nádía Fernandes

Segundo apurou o jornal Visão, Fernando Jorge, vendeu o terreno do seu vizinho, Etiandro Francisco sem o seu consentimento, no último sábado, 19, a pretexto de estar a servir como refúgio dos marginais e, por causa disso, já ter sofrido assaltos, alegando que se sentia inseguro dentro da sua própria casa, devido ao terreno baldio do vizinho.

Confrontado pela nossa reportagem, Fernando Jorge, o vendedor, queixou-se que já foi assaltado pelos marginais que usaram o muro que separa a sua residência do terreno do vizinho para entrarem em sua casa, "tendo de seguida se apoderado dos meus haveres":

"Vendi o terreno porque estava abandonado acerca de dois anos e o proprietário não aparecia para a manutenção do espaço, motivo que me levou a proceder a respectiva venda": explicou Fernando Jorge.

Etiandro Francisco, o proprietário do terreno de 20/15, contactado à respeito, adianta que quer levar o caso ao tribunal para que se faça justiça.

"Quando tento contacta-lo para falar do sucedido ele mostra alguma resistência': explicou, garantindo que nunca chegou a ser contactado pelo vizinho sobre o assunto, tão pouco tomou conhecimento sobre a venda do terreno nos arredores por parte do mesmo. "Por este facto, fiquei assustado quando me apercebi que o meu terreno tinha sido vendido pelo meu próprio vizinho".

A compradora do espaço, também foi contactada pela nossa equipa.

Em declarações ao Visão afirma ter comprado o terreno num valor de 400 mil kwanzas, tendo seguido os termos legais para a compra da referida parcela. Por este facto, alega ser inocente.

"Sou inocente nesta história da venda deste terreno e por isso estou disponível para devolver o terreno, basta apenas que me seja devolvido os valores que paguei': sublinhou.

De referir que o caso já se encontra sob alçada das autoridades locais.

7.14 General Wala recebia casas e terrenos

Jornal Liberdade
27 De Julho de 2018
Texto: Ana Mendes

Segundo o nosso interlocutor, "Wala" recebeu cinco casas no condomínio da Somague, que estava em litígio entre o general Eugénio Neto e alguns indivíduos que foram recorrer ao Comandante da Região Militar de Luanda, Simão Carlitos, na altura, para os ajudar a resolver o problema e depois de se efectivar o referido apoio os proprietários construíram no local residências e deram quinze casas para a RML.

"O general Wala distribuiu as mesmas a alguns efectivos da nossa unidade e ele ficou com mais de seis casas, e os donos do condomínio entregaram estas residências em agradecimento à resolução que a Região Militar havia dado ao caso que se encontrava em litígio'; salientou ao Jornal Liberdade a fonte.

"Mas isso não significa que o general Simão Carlitos é que invadiu os terrenos, e se quiserem podem ir averiguar nos terrenos que o Wala ajudou a resolver o conflito vão ver que os reais proprietários estão localizados, exemplo o Mateus, Ngunza e uma senhora da UNITA que é brigadeiro", elucidou.

"Portanto, há vários casos em que o general Wala intervira por orientações superiores e temos exemplos palpáveis: o caso do irmão do ex-presidente da República de Angola José Eduardo dos Santos, é um deles e quem pediu ao chefe foi o ex-titular do poder executivo JES e tantos outros'; explicou. "O Eugénio Neto, a maioria dos terrenos que ele adquiriu na via expressa é de forma ilícita porque os homens que ele delegou para o efeito são bandidos e passam-lhe documentos falsos e quando há litígio entre os reais proprietários e é chamado a provar com a documentação em sua posse, ele não comparece", avançou.

A fonte considerou que que "as pessoas querem ver em maus lençóis o general Wala, porque acusam-no de vários crimes como a morte do Rufino e daquele marginal altamente perigoso que morreu no bairro Panguila denominado Mingo, o mesmo era desertor e usava farda das Forças Armadas Angolanas e dizia que era sargento da Casa Militar".

Conforme disse, "as forças do general Simão Carlitos Wala é que o abateram por causa dos rumores de assaltos a mão armada e de viaturas na Via Expressa, porque era ele que patrocinava a quadrilha que operava naquelas imediações, quando o Mingo morreu, o Município de Cacucos ficou mais de uma semana sem se registar casos de assaltos e isso foi em Agosto de 2015", afirmou a fonte que não quis ser identificada.

Neste desiderato, de torturas e mortes, o general Simão Carlitos Wala recebia terrenos e residências quando conseguia resolver uma determinada questão em litígio, deixando assim várias pessoas ao relento, como no caso do bairro Zango onde várias casas foram atiradas a baixo e os seus militares acusados de assassinar o pequeno Rufino de 14 anos de idade.

Nas próximas edições este semanário vai trazer os principais mandantes que ocupavam os terrenos e "corrompem" o general Simão Carlitos Wala a

intervir a seu favor. E recentemente o Jornal Liberdade, publicou um artigo que denunciava o envolvimento de altas patentes do Serviço de Investigação Criminal que estão envolvidos na máfia de terrenos.

7.15 Kangamba não admite que se maltrate o povo (Trajectória das demolições)

Jornal 24 Horas

27 De Junho de 2018

Texto: Licínio Adriano

A história das demolições e usurpação de terrenos das populações já data de muitos anos. Primeiro foram as lavras e pequenos aglomerados habitacionais como aldeias. Desde logo, os cidadãos condenaram os actos ilegais praticados pelos governantes angolanos contra os camponeses que consideraram violação à letra da Constituição da República, assim como uma violação aos direitos humanos.

Na altura, os camponeses foram unânimes nas suas declarações e apelaram para a reposição da legalidade das suas terras. A sociedade em geral, também manifestou o seu profundo descontentamento e inconformismo político, pelo facto dos governantes angolanos persistirem no abuso desmedido dos saques e extorsão das terras dos camponeses para satisfazerem os seus interesses pessoais e familiares em detrimento dos angolanos.

Os cidadãos afirmam não ser justo um pequeno grupo de governantes usarem o poder para sacrificar a vida de milhares de pessoas, sobretudo deslocados de guerra, antigos combatentes, veteranos da pátria, viúvas e órfãos de guerra, que sobrevivem do fruto que o solo pátrio lhes oferece para o sustento das suas famílias.

Os governantes angolanos continuam a cometer abusos e desrespeito à Constituição da República, assim como violam os direitos humanos de forma cruel e desumana.

Por causa do abuso do poder e da autoridade, arrogância e ambição desmedida dos governantes, pessoas continuam a pagar com as suas próprias vidas em defesa das suas terras e dos seus lares.

Segundo o artigo 14º da Constituição Angolana, "o Estado respeita e protege a propriedade privada das pessoas singulares ou colectivas e a livre iniciativa económica e empresarial exercida nos termos da Constituição e da lei".

E assegura o reconhecimento das comunidades locais o acesso e o uso das terras, nos termos da lei, princípio plasmado no artigo 15º, ponto 2, da Constituição da República.

É uma autêntica violação dos direitos humanos o episódio criminoso que os angolanos e a comunidade internacional assistem em Angola. É preciso repor a legalidade a favor dos que mais sofrem e nada têm.

Depois de eleito, a usufruir todas benesses de Presidente da República, deputado, ministro ou outro dirigente, o povo já não serve, acaba por ser considerado como lixo.

O benfeitor

Os cidadãos sofredores e as vítimas das demolições e usurpação de terrenos, chegando à conclusão de que não adianta recorrer a administradores, governadores, ministros ou deputados para lançar o seu apelo para que sejam ajudados e se respeite os seus direitos, pretendem falar com o próprio Presidente da República, João Lourenço, para que os escute e ajude.

Contudo, também têm encontrado uma série de entraves, sobretudo nos órgãos do partido, MPLA, para que os seus pedidos de socorro chegue ao mais alto mandatário do país.

A este propósito, os cidadãos recorreram ao político e empresário Bento dos Santos Kangamba para que fosse seu porta-voz junto das mais altas instâncias do Governo, assim como de Sua Excia o Sr Presidente da República. Bento Kangamba, para além de reconhecido activista e mobilizador de massas, é considerado um homem das massas, ou seja, do povo. Pelos seus apoios filantrópicos e carinho pelos mais desfavorecidos, tem merecido a confiança das diversas populações em todo o país.

Assim sendo, diante do dilema apresentado por este grupo de cidadãos, Bento Kangamba comprometeu-se em levar as preocupações ouvidas e constatadas às mais altas instâncias do partido e do Governo, incluindo ao Chefe de Estado, para

que se ponha termo a este vandalismo e abuso dos cidadãos, seja lá quem for.

Os populares aplaudiram o activista do povo, como também é conhecido e têm confiança na sua intervenção junto das instituições citadas. No término do encontro, Bento Kangamba falou a este jornal e em tom apreensivo e chocado disse: "farei tudo o que estiver ao meu alcance para ajudar o povo; não apenas estes cidadãos que pediram a minha ajuda, mas todo o povo de Angola que sofre.

Não se pode admitir que seja quem for, use e abuse o poder que detem para humilhar e maltratar o povo; não foi para isso que lutamos, que sofremos e que defendemos incondicionalmente a integridade territorial da nossa Pátria'. Continuando, Kangamba referiu que vai apelar aos membros superiores do partido, do governo, aos altos oficiais das Forças Armadas, da Polícia e a todos os demais dirigentes para que cessem com tais práticas que em nada engrandecem a MPLA.

"Temos que passar uma imagem boa, de angolanidade, de democracia, amor ao próximo, ao nosso próprio concidadão e mostrar que os dirigentes do MPLA estão unidos. Mas dirigentes sem povo não são nada. Temos que estar unidos aos nossos militantes, ao nosso povo, para sermos grandes e continuar a somar vitórias': realçou. Kangamba garantiu que tudo fará para o bem - estar das populações e alerta todos os prevaricadores, sejam eles quem forem, para acabar imediatamente com os abusos, a roubalheira e os maus tratos contra o povo. "Isso não admito': disparou.

Recentemente, o político e empresário apelou à classe empresarial no sentido de adoptar políticas de apoio social e beneficência, com objectivo de reforçar O espírito de solidariedade que sempre caracterizou o povo angolano. Bento Kangamba reconheceu que existe pouca colaboração dos empresários nacionais quanto à acções de beneficência, acrescentando que "se torna um dever estendermos as mãos aos nossos irmãos que estão carentes". Pediu à sociedade para estar mais unida nos momentos de calamidade e apoiar o esforço do Executivo em acudir as populações que estão a sofrer em consequência de sevícias várias. Igualmente secretário do Comité Provincial do MPLA para Organização Urbana e Periférica,

Bento Kangamba tem desencadeado acções de apoio financeiro para vendedoras, engraxadores, taxistas e distribui alimentos, vestuários, material agrícola e de construção civil para as famílias desfavorecidas, lares de infância e de terceira idade.

O membro do Comité Central do MPLA e empresário Bento Kangamba, é de opinião que o Código Penal vigente em Angola deve ser promovido no sentido de sensibilizar a população a ter uma educação jurídica.

Segundo o político, em relação a constituição de arguidos pela Procuradoria-Geral da República (PGR), de figuras das Forças Armadas Angolanas (FAA) e de cargos públicos por suposto envolvimento em crimes, Bento Kangamba adiantou que o Código Penal deve ser bem interpretado.

Sendo ele também general, é de opinião que, a educação jurídica deve estar assente na observância e respeito da Constituição da República e demais leis em vigor no país.

Bento Kangamba, aconselha os órgãos da administração da justiça, administrações municipais e líderes comunitários a promoverem a educação para uma convivência pacífica e harmoniosa entre os cidadãos.

Para Bento Kangamba, a sucessão do Presidente José Eduardo do Santos está ser bem feita: "Já começou, no Governo da República, e agora vamos esperar que se faça também no partido. Já há uma indicação de alguém que está a liderar o país e resta agora esperar para ele, João Lourenço, ficar também como presidente do MPLA".

7.16 Obras continuam votadas ao abandono

Jornal Economia e Finanças

27 De Junho de 2018

Texto: Joaquim Suami

Passados 22 anos, o projecto industrial de Fútila, com um valor inicial de 37 milhões de dólares norte-americanos, continua estagnado no papel, à espera que um dia comece a dar os seus frutos.

Localizado na aldeia de I Malembo, na cidade de Cabinda, cuja previsão é de que seja implementado numa área de 2.344 hectares, o

projecto foi concebido pelo Executivo, com o propósito de reforçar a produção industrial, a oferta de bens e serviços, bem como da substituição paulatina dos principais produtos importados pelos empresários locais para o crescimento económico e social da região.

Em Setembro de 2013, o 'Governo, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013/2017, adjudicou a execução das obras da 1ª fase do projecto pólo, numa área de 102 hectares às empresas Soares da Costa e Ediffer, que compreenderia a construção de infra-estruturas básicas, como estradas, rede de abastecimento de água, energia eléctrica e comunicações, num valor avaliado em 62 milhões de dólares americanos.

As expectativas que as pessoas presentes no acto da consignação do projecto e da população local tinham era a diminuição dos índices de desemprego e a estabilidade do bem-estar social das famílias. Não houve avanços porque as duas empreiteiras abandonaram os trabalhos, por falta de pagamento.

Devido a esta situação, a Soares da Costa e a Ediffer antes de abandonarem concluíram apenas 30 por cento dos trabalhos da instalação da rede de esgotos, 30 para águas fluviais, igual percentagem para a rede de abastecimento de água.

Cerca de 35 para rede de instalação eléctrica, iluminação pública e tecnologias de informação, 50 para os edifícios de administração, bombeiros, pequenas infra-estruturas e 20 para estação de tratamento de água potável e residual.

Visita feita

Numa visita efectuada a Cabinda no ano passado, a ministra da Indústria, Bernarda Martins, explicou que o atraso que se verificou na conclusão das obras da 1ª fase deveu-se à falta de pagamento às empresas Soares da Costa e Ediffer, por causa da crise financeira que o país atravessa, causada pela queda do preço do petróleo no mercado internacional.

"O Governo não pagou a 1ª fase da obra e as empresas abandonaram os trabalhos. E foi preciso encontrar uma outra saída. Neste momento identificamos uma empresa privada com capacidade técnica e financeira para dar continuidade à obra", disse.

Para não atrasar com os trabalhos de execução das obras, o Executivo, através do Decreto Presidencial nº 70115 adjudicou a obra à empresa Benfim para concluir os trabalhos da 1ª fase, incluindo o modelo de gestão e de negócio, num período de 15 meses, mas, infelizmente, após apresentação do projecto, em Julho do ano passado, a empresa contratada até a presente data não dá sinais de vida para a conclusão.

O que se verifica no terreno, a cada dia que passa é o amontoar de capim em todo o perímetro do projecto do Pólo Industrial de Fútila, o que entristece as pessoas.

Como se sabe, não se trata de um projecto qualquer, mas sim, de um programa que o Governo angolano apostou para contribuir para o desenvolvimento económico da região.

Crescimento esperado

A iniciativa vai garantir também a criação de 14 mil empregos directos e indirectos, dos quais dois mil para a 1ª fase.

A par da fase "A", o projecto contempla ainda as fases "B" e "C", onde serão contempladas outras estruturas, como escolas, hospitais, restaurantes, áreas sociais e a construção de casas de baixa, média e alta renda.

O JE contactou sem êxito, o Gabinete de Comunicação da empresa Benfim para saber das reais razões que levam com que as obras de construção das infra-estruturas da 1ª fase do Pólo Industrial de Fútila não arranquem em pleno.

O pólo vai contar com os sectores ligados à produção de óleo alimentar, construção civil, indústria pesada, pesqueira, madeireira, petroquímica e gás, transportes, logística, tecnologias, minerais, bebidas, agro-alimentar, química, têxtil, Imobiliária, serviços, materiais de Construção e plásticos.

7.17 Sobas estão em conflitos devido a queimadas de terra

Jornal De Angola

27 de Julho de 2018

Texto: Armando Sapalo

Autoridades tradicionais do município de Caúngula, província da Lunda-Norte, estão em conflitos devido as queimadas de terras agrícolas para actividade de caça. informou ao Jornal de Angola o administrador local. Agostinho Paiva,

"Os conflitos acontecem na época seca. altura de queimadas para caça. Às vezes o fogo ateado por um caçador propaga-se até à parcela do outro", dai começam as desavenças", explicou o administrador, sem citar os nomes das regedorias envolvidas.

Agostinho Parva disse que as autoridades tradicionais envolvidas nesta polémica se acusam entre si alegando que são vítimas de violação dos seus terrenos. "Apesar dos ânimos alterados, a situação está controlada, pois contamos com a intervenção, neste caso, da Policia Nacional, Gabinete Jurídico da Administração Municipal e o Conselho Provincial das Autoridades Tradicionais", assegurou.

Delimitação

A delimitação das parcelas de terras em Caúngula, segundo Agostinho Paiva, remonta desde o tempo colonial. "A demarcação das terras para a caça resulta do poder das conquistas das dinastias tradicionais. que antigamente era reconhecido pelo poder colonial", Sublinhou.

"Os conflitos", prosseguiu, "verificam -se porque as áreas agrícolas são vastas e há quem acha que deve ter maior parcela do que o outro. Dai a confusão que se assiste."

O município de Caúngula possui 28 mil164 habitantes e tem 402 autoridades tradicionais, dezoito das quais são regedores.

7.18 Família despejada continua na rua e pede intervenção das autoridades

Jornal de Angola

30 De Junho de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

Eram oito horas de uma manhã de terça - feira quando José Neves ouve um barulho que vinha do portão e, ainda de pijama, foi ver o que se passava. Quando abriu o portão, deparou com cinco

agentes da Policia e quatro oficiais de justiça, que lhe disseram:"o senhor tem de abandonar a casa agora".

Sem lhe terem dado tempo para se vestir, os oficiais de diligência começaram a tirar a mobília e colocaram na via pública.

Sem saber o que fazer diante dos filhos, José Neves não estava a acreditar no problema que, para ele, era uma grande tragédia.

Os oficiais de justiça estavam a cumprir uma decisão judicial, no âmbito de um processo intentado por um vizinho de José Neves, que afirma ser o proprietário do imóvel onde aquele viveu com a mulher e nove filhos.

O imóvel alvo de disputa era "cobiçado" pelo vizinho de José Neves por alegar que era anexo pertencente à sua casa, razão pela qual decidiu levar o caso a tribunal, para retirar uma família.

"Não nos mandaram nenhuma notificação para abandonarmos a casa num determinado prazo", contou José Neves, que considerou desumana a forma como foram despejados.

"Ao lado dos meus filhos, fui humilhado e tratado como um animal" , lamentou José Neves, que disse ser o imóvel em conflito uma herança deixada pelo pai da sua mulher, falecido em 2002. Madalena Cambamba, mulher de José Neves, contou ao Jornal de Angola que a casa onde passou a infância foi dada à sua família, ainda no tempo colonial, por um português que era patrão do seu pai, tendo este cedido também a um irmão uma parte da habitação, até chegar ao bairro José Alberto, entre 1987 e 1988.

Depois da morte do pai, Madalena Cambamba passou a receber notificações para estar presente em tribunal, onde tomou conhecimento de que o vizinho entrou com uma acção para se apoderar da habitação, porque alegava que era um anexo que lhe pertencia. Em Dezembro do ano passado, a família de José Neves recebeu um documento que determinava o abandono da casa, tendo, por esta razão, recorrido a um advogado para tentar inverter a decisão do tribunal.

"Infelizmente, não houve consenso", contou José Neves, que disse ter sido por isso que oficiais de justiça surgiram com a ordem de despejo sem aviso prévio.

A família foi apanhada de surpresa e, desde o dia do despejo, dorme ao relento.

A primeira filha do casal, Yona Francisco, de 24 anos, lamentou a desgraça que bateu à porta da família, que espera por apoio das autoridades. "Mesmo sendo ordem judicial, o tribunal tinha de dar nos um prazo para deixarmos a casa", disse Yona Francisco, que ficou detida durante um dia, por suposta agressão a um agente da Polícia e a uma filha de José Alberto, o vizinho que ficou com a casa, já arrendada depois do despejo.

A jovem disse não ser justo viver na rua quando", até ontem, vivíamos numa casa que era do meu avô e onde minha mãe cresceu".

para a. Venda do Património Habitacional do Estado. No âmbito do processo de compra do imóvel, a Comissão de Avaliação da Secretaria de Estado de Urbanismo, Habitação e Águas considerou que o anexo é parte integrante da moradia em que vive.

Por via desta decisão, a direcção municipal do Cazenga da Habitação cancelou á 11 de Maio de 1992, a cobrança de renda à família Cambamba, na sequência de um parecer emitido pela Comissão de Avaliação, que confirmava ser o anexo uma parte do imóvel vendido a João Alberto.

Historial do processo

O Jornal de Angola contactou José Alberto, que se recusou a falar. Depois deste contacto, teve acesso a um documento do escritório de advogados que defendeu José Alberto no processo, enviado ao juiz da primeira secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda, no qual é exigido o direito à restituição da posse do imóvel.

No documento, o escritório de advogados afirma que o imóvel pertence ao seu cliente desde 10 de Janeiro de 1985. A família despejada, lê-se no documento, passou a viver no espaço mediante um contrato de arrendamento que o falecido João Cambamba havia firmado com o Estado.

De acordo com o documento' o imóvel corresponde a um prédio urbano de construção definitiva, inscrito na matriz predial urbana do Segundo Bairro Fiscal de Luanda, com o número 15.148, e contém um anexo onde vivia a família Cambamba. O documento lembra que a família Cambamba foi várias vezes notificada para abandonar o imóvel, mas recusou-se a fazê-lo porque alegava que a moradia lhe pertencia.

José Alberto candidatou-se, em Março de 1992, à compra do imóvel junto da Comissão Nacional

Rio Cubango-Okavango (OKACOM) tema duração de duas semanas e vai cingir -se em aulas teóricas e práticas nos rios Kwebe, Cuito e Cubango, sendo este último que nasce no centro de Angola e atravessa a Namíbia até ao Delta do Okavango no Botswana.

O coordenador da OKACOM, o namibiano Casper Bonyongo, disse que este é o primeiro encontro de uma actividade de monitorização conjunta entre Angola, Botswana e Namíbia, que visa reunir os especialistas dos três países para beneficiarem de uma acção de formação para harmonizar as estratégias de gestão dos recursos hídricos sem que haja um desfasamento entre os Estados membros.

A monitorização conjunta prevê a recolha de amostras de água nos rios Kwebe, Cuito e Cubango, que serão levadas aos laboratórios da Namíbia e Botswana, para se apurar a qualidade, conservação e poluição das águas, bem como, saber em que período do ano os caudais dos rios em referência ganham maior ou menor volume, referiu Casper Bonyongo.

O responsável namibiano explicou que os rios Cuito e Kwebe são afluentes do Cubango, razão pelo qual o trabalho de monitorização das equipas conjuntas começa no município do Cuito Cuanavale (no Cuito), e posteriormente em Menongue (rio Kwebe) e termina no Delta de Okavango, no Botswana, passando pelas localidades de Caiundo, Savate, 8ondo-Cafla, Dirico (Angola) e Rundu e Divundu (na Namíbia).

"Este trabalho visa dar resposta ao resultado do diagnóstico e análise transfronteiriço que se fez recentemente, onde se constatou existir uma redução dos cursos hídricos, mudanças na qualidade da água e aumento de actividades domésticas nos rios, o que faz com que o seu sistema registre uma variação constante, motivo pelo qual estamos a fazer a monitorização para se avaliar o grau de degradação dos mesmos e chegar-se a uma conclusão", declarou.

Gasper Bonyongo realçou ainda que a monitorização conjunta vai permitir aos Estados-membros da OKACOM tomarem medidas mais apropriadas, a partir dos resultados do trabalho a ser desenvolvido nos próximos dias nos rios Kwebe, Cuito e Cubango-Oka.vango. Por este

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Especialistas analisam a gestão do Okavango

Jornal de Angola

6 De Julho de 2018

Texto: Carlos Paulino

Um grupo de 20 especialistas ligados às áreas de hidrologia, hidrometria e controlo de qualidade de água de Angola, Botswana e Namíbia participam desde terça - feira, na cidade de Menongue, Cuando Cubango, numa conferência sobre a monitorização conjunta do estado e gestão dos recursos hídricos dos rios Kwebe, Cuito e Cubango-Okavango.

A acção formativa promovida pela Comissão Permanente das Aguas da Bacia Hidrográfica do

facto, acrescentou, "estamos a formar especialistas de Angola, Botswana e Namíbia, para que estejam todos alinhados no mesmo pensamento".

As actividades realizadas ao longo da bacia hidrográfica do rio Cubango-Okavango, como a pesca, agricultura e turismo vão prosseguir porque as mesmas não degradam o meio ambiente, garantiu Casper Bonyongo, lembrando que o rio Cubango-Okavango é o quarto mais longo da África Austral, com um curso de 1.100 quilómetros, desde a província do Huambo, onde nasce e ganha a designação de Cubango, atravessando a Namíbia até ao Delta do Okavango, no Botswana.

O coordenador da OKACOM defendeu a promoção de uma gestão coordenada e sustentável dos recursos hídricos da bacia, como forma de dar resposta às necessidades sociais e económicas dos Estados ribeirinhos.

A Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Cubango-Okavango (OKACOM) foi estabelecida no dia 15 de Setembro de 1994 por Angola e Namíbia.

Uso racional da água

O governador em exercício do Cuando Cubango, João Chamba, disse que a gestão dos recursos hídricos é uma tarefa de extrema importância no mundo actual, tendo em vista os fenómenos naturais como as inundações e estiagens que nos últimos tempos têm sido observadas com maior frequência no planeta.

"Os Governos devem tomar providências para o uso racional da água, pois dela depende a vida e o desenvolvimento de qualquer Nação", afirmou João Chamba, para quem a Bacia hidrográfica do Cubango-Okavango tem uma característica particular, uma vez que a mesma não desagua no mar como acontece com outros rios.

8.2 Cidade do Huambo está a ser assolada por vandalismo

Jornal de Angola
8 De Julho de 2018

Uns totais de dois mil contadores de consumo de água foram furtados na província do Huambo desde 2017, muitos dos quais acabados de instalar, informou à Angop o Presidente do Conselho Administrativo da Empresa de águas. Adolfo Gomes disse que estes equipamentos foram retirados por pessoas não identificadas, no interior de quintais, de prédios e instituições públicas.

Adolfo Gomes disse que acima de metade ocorreram nos bairros Santa Iria, Bomba Alta, Kamussamba, Bom Pastor, Académico e Calomanda. "O maior número de roubos de contadores ocorreu entre Março e Maio deste ano", disse.

A título de exemplo, Adolfo Gomes informou que no bairro Kamussamba tinham sido instalados mais de três mil contadores de água nos quintais de famílias, número que ficou reduzido entre 700 a 550. O responsável frisou que o facto dos equipamentos conterem cobre está a atrair a ambição de muitos "amigos do lucro fácil", que os vendem a pessoas que utilizam o cobre como matéria prima.

Por causa dos furtos, a Empresa de Água enfrenta dificuldades na cobrança aos seus clientes, já que o valor do consumo era determinado a partir da leitura dos dados registados nos contadores.

8.3 Dande dá prioridade a área sócio-económica

Jornal de Angola
10 De Julho de 2018

Melhorar o saneamento básico, educação, saúde, energia e águas são as prioridades da nova administradora municipal do Dande, Anastácia de Vasconcelos.

Em declarações à Angop, a administradora explica a prioridade e dada a esses sectores como forma de melhorar as condições de vida da população, contando com a colaboração de todos os municípios.

Segundo Anastácia de Vasconcelos, o seu programa de acção dá prioridade igualmente a encontros de auscultação com a juventude, autoridades tradicionais, igrejas e sociedade civil, para a resolução das principais dificuldades da população.

Sobre as vias de acesso, garantiu que trabalhará para a melhoria de algumas redes viárias (secundárias e terciárias) nas comunas, para facilitar o escoamento dos produtos do campo para a cidade e vice-versa. A conclusão de alguns projectos sociais, inseridos no programa municipal integrado de desenvolvimento rural e combate à pobreza, visando a melhoria da qualidade de vida da comunidade, consta ainda no seu plano de acção.

O município do Dande tem cinco comunas, Barra do Dande, Kicabo, Úcua, Mabubas e Caxito, com uma população estimada em 222.528 habitantes, que se dedicam fundamentalmente à actividade agrícola e pesca artesanal.

Os quatro novos administradores municipais, recentemente nomeados para Ambriz, Bula Atumba, Dande e Nambuanguongo, começaram ontem a ser apresentados à população, num acto orientado pelo vice-governador para o sector Político e Social, António Martins.

8.4 Gestão das águas subterrâneas tema de estudo de pesquisadores

Jornal De Angola
10 De Julho de 2018

Pesquisadores da Escola Superior Pedagógica da Província do Bié (ESPB) realizam estudos sobre o aproveitamento e gestão das águas subterrâneas, para aumentar e melhorar a distribuição desse bem à população.

A informação foi avançada ontem pelo director-adjunto para a área científica da ESPB, Inácio Walima, durante um seminário sobre o estado do sector da Energia e Águas da província do Bié.

"O estudo pode contribuir para a melhoria do nível de vida da população da circunscrição", disse Inácio Walima, que ressaltou que o estudo pode ser fundamental no apoio às políticas do Governo local para melhorar a qualidade e distribuição de água à população. Segundo o académico, grande parte da população da província do Bié consome água subterrânea, mas com pouca qualidade. Por isso, Inácio Walima exortou o Governo local a trabalhar mais para inverter o quadro.

Por sua vez, o director do Gabinete de Infra-estruturas e Serviços Técnicos do Governo do Bié,

Abel Guerra, anunciou que 250.261 famílias vão beneficiar de água potável ainda este ano.

Para tal, informou, estão a ser construídos e ampliados novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água.

Abel Guerra acrescentou que o projecto, avaliado em oito mil milhões de kwanzas, contempla a reabilitação de 146 pontos de água, que funcionam com bombas manuais e painéis solares.

Com uma população de um 1.455.255 habitantes, a província do Bié tem nove municípios, 30 comunas e 2.700 aldeias.

8.5 Água e alimentação comprometem integração da comunidade San na Huíla

Jornal O PAÍS
15 De Julho de 2018
Texto: João Katombela

Na Hupa estão mais de 50 famílias deste grupo minoritário de Angola, que reclama quase tudo para a sua sobrevivência, desde alimentos, água potável, medicamentos e vestuário, com realce para mantas.

A situação desta comunidade nómada agravou-se ainda mais nos últimos dias, com o surgimento de doenças infecciosas, como a sarna que atacou a comunidade. As crianças são as mais afectadas pela patologia epidérmica e o quadro clínico constitui preocupação, numa altura em que se regista a escassez de medicamentos, de detergentes e de água potável, disse Júlia Tchitanga.

Falando à reportagem de OPAÍS, em nome da comunidade, a múnice pediu ajuda à Administração Municipal de Cacula para encontrar uma solução rápida e reverter esta situação.

O apelo é também extensivo às organizações da sociedade civil (ONG) nacionais e estrangeiros, realçando que a situação exige esforços redobrados para se evitar o alastramento da epidemia às outras comunidades bantu.

Explicou que a falta da água e de alimentos está a motivar que muitos jovens voltem à vida de

nómadas, "para encontrarem a sua sobrevivência natural".

O coordenador da Associação das Organizações Cristãs de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (AOCADDEC), Benedito Kessongo, afirmou que a procura de alimentos por parte dos adultos San está a inviabilizar o processo de integração que está a ser desenvolvido pela sua organização.

Para mitigar a situação da água, Kessongo disse ser necessário apostar -se na abertura de furos artesanais para se incentivar a prática da agricultura de subsistência. "O processo da integração dos San nas actividades produtivas está a ser dificultado pela falta da água e a situação tem vindo a piorar, obrigando que os adultos voltem a dedicar-se à caça e à recollecção", explicou a fonte.

Processo de reintegração Benedito Kessongo informou que, em função de um projecto de agricultura familiar, alguns cidadãos da comunidade San têm vindo a dar bons sinais no domínio das técnicas do campo.

No que concerne ao ensino e à aprendizagem, para garantir a formação das crianças em idade escolar, foram instaladas na comunidade três tendas.

Uma funciona como jardim de infância, a outra como refeitório, e a última como sala de aulas, onde estudam 140 crianças, sendo 115 da comunidade bantu.

As tendas foram adquiridas pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), no âmbito do seu programa de apoio ao desenvolvimento das comunidades.

Administração pede calma

Para se acudir à carência da água no seio da comunidade, a administradora municipal da Cacula, Cármen Duarte, informou que já foram feitos estudos de viabilidade para brevemente realizar-se um concurso de adjudicação da obra.

"Relativamente à falta de água, vai ser solucionada dentro de pouco tempo, nós já fizemos o levantamento aqui no terreno, temos indicadores de que há condições para a abertura de um furo e, nos próximos tempos, vamos abrir um concurso para que se comece a obra", resumiu.

8.6 Chafarizes e lavandarias II vão beneficiar de obras

Jornal de Angola

15 De Julho de 2018

Texto: Kamuanga Júlia

A reabilitação de chafarizes e lavandarias, avariados desde 2016 em bairros periféricos da cidade de Saurimo, começa em finais deste mês, garantiu o administrador municipal, Daniel Félix, no final da visita a vários sistemas de captação, tratamento e distribuição de água.

A incursão feita nas comunidades do Txapoji, Nhama, Candembe e Manauto, todas situadas na periferia da cidade de Saurimo, permitiu ao administrador conhecer a operacionalidade dos sistemas de fornecimento de água e gizar acções de manutenção' visando melhorar a oferta à população. A visita de Daniel Félix ocorre numa altura em que a fase inicial do projecto de extensão da rede de abastecimento de água regista avanços, com a construção de chafarizes públicos, em comunidades dos bairros Candembe, Txícumina, Luar, Txízáinga I e 11, Terra Nova e Santo António, que aguardam por ligações domiciliárias.

A carteira de projectos, segundo o administrador, abrange obras de melhoria de passeios, lancis, valas de drenagem, esgotos e reciclagem das vias.

8.7 Fiscalização

Jornal O PAÍS

15 De Julho de 2018

Um elevado número de habitantes de Luanda consome água distribuída por camiões cisternas, já que os serviços da EPAL não chegam a todas as áreas. O que mais nos preocupa é que muitos desses meios estão em mau estado de conservação e outros foram utilizados nos países de origens para transporte de produtos nocivos, como combustíveis. Será que os serviços de fiscalização têm inspeccionado estas viaturas? A ferrugem, que eventualmente existe no interior das cisternas pode causar problemas graves à saúde. Outrossim, a adaptação de camiões de combustíveis para transporte de água para o consumo humano é meio caminho andado para destruir a - nossa saúde e os serviços de fiscalização têm conhecimento disso.

8.8 Falta de água

Jornal de Angola

14 De Julho de 2018

Texto: Vasco Guiwbo

Vivo no Zango 1 numa zona de construção dirigida. O que me leva a escrever esta carta é a falta de água. O bairro está a crescer a cada dia que passa e não há capacidade de resposta por parte da Empresa Provincial de Aguas de Luanda (EPAL). Os moradores estão agastados com a situação, pois são obrigados a comprar o precioso líquido em camiões cisternas. Para encher um tanque erguido no quintal, o morador chega a gastar entre dez e 15 mil kwanzas, de acordo com a capacidade de cada.

Além do factor económico, as consequências para a saúde estão à vista de todos. Antes das eleições gerais, os chineses fizeram ligações domiciliárias no bairro, mas até hoje, nas torneiras não jorram água. Não se sabe exactamente quando é que teremos água no Zango. As autoridades municipais prometem resolver a situação, mas na verdade pouco ou nada foi feito.

O fornecimento de água à população também é bom para a própria empresa, porque alarga a base de clientes. A EPAL já não pode vir com desculpas de que os bairros estão desorganizados.

8.9 Banco Mundial apoia Agricultura e Águas

Jornal Economia e Finanças

20 De Julho de 2018

Duzentos e oitenta milhões de dólares serão disponibilizados pelo Banco Mundial (BM), para financiamento adicional do segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água (PDISA2) e do Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial. Esse valor resulta de um acordo financeiro rubricado ontem, em Luanda, pelo ministro das Finanças, Archer Mangureira, pelo presidente do Fundo de Garantia de Crédito, João Júlio, e pelo representante do Banco Mundial em Angola e São Tomé e Príncipe, Oliver Lambert.

Discursos

Na ocasião, o ministro das Finanças, Archer Mangureira, referiu que os dois acordos de financiamento vão dar um contributo importante à economia angolana, no momento em que existem grandes desafios para a diversificação da economia, estando enquadrados no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022. Explicou que o projecto da Agricultura comercial faz parte de um programa amplo que também tem financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento na ordem de 100 milhões de dólares. Já o representante do Banco Mundial disse que o financiamento adicional, no valor de USD150 milhões, do PDISA2 irá contribuir no aumento da cobertura do serviço de abastecimento de água em nove cidades do país, nomeadamente Lubango, Ndalatando, Dundo, Luena, Moçamedes, Kuito, Huambo, Malange e Uíge. Frisou que o valor permitirá igualmente reforçar a capacidade institucional das Empresas Provinciais de Água e Saneamento, Direcção Nacional de Água, Instituto Regulador dos Serviços de electricidade e de Água e do Instituto Nacional de Recursos Hídricos de Angola.

Cooperação

De acordo com o projecto, serão alargadas as actividades de apoio e reforço institucional ao subsector do saneamento através da implementação de um projecto-piloto. Em relação ao PDISA2, fez saber que irá beneficiar cerca de 1,2 milhões de pessoas nas nove cidades, com serviços públicos de ligação de água domiciliária.

O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, no valor de USD 130 milhões, irá contribuir para o aumento da produtividade e o acesso ao mercado dos beneficiários elegíveis ao longo de dois corredores rodoviários criados. Deste modo, os dois corredores são: (A) Luanda-Bengo-Cuanza Norte-Malange e (B) Luanda-Bengo-Cuanza-Sul-Huambo-Norte da Huíla), que ligam a principal área agrícola do planalto central aos mais importantes mercados urbanos de Luanda.

Além da assistência técnica e do apoio financeiro aos agricultores elegíveis e às PME do sector das agro-indústrias nas áreas do projecto, o projecto apoiará as infra-estruturas rurais e um ambiente favorável à agricultura comercial. O projecto irá beneficiar as pequenas e médias empresas (PME) do sector das agro-indústrias, mulheres e jovens

rurais, organizações empresariais e instituições académicas e de investigação.

A Agência Francesa de Desenvolvimento (Agence Française de Development) irá co-financiar este projecto com um empréstimo denominado em Euros no equivalente a EUR 79 milhões. O Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial foi aprovado pelo Despacho Presidencial n. 81/18, de 13 de Julho, no montante de EUR105,5 milhões, equivalente a USD 130 milhões a ser financiado pelo Banco Mundial.

O Financiamento Adicional para o Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas PDISA II foi aprovado pelo Despacho presidencial n.º 82118, de 13 de Julho, no montante de EUR 150 milhões, componente Banco Mundial. O financiamento adicional servirá para cobrir os USD 95 milhões do Fundo, inicialmente previsto como contrapartida o Governo de Angola, correspondente a 17% do valor total do Projecto, e USD 55 milhões serão utilizados para a implementação de um projecto no o Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial foi aprovado pelo Despacho Presidencial n. 81/18, de 13 de Julho, no montante de EUR105,s milhões, equivalente a USD 130 milhões a ser financiado pelo Banco Mundial.

O Financiamento Adicional para o Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector de Águas PDISA II foi aprovado pelo Despacho presidencial n.82118, de 13 de Julho, no montante de EUR 150 milhões, componente Banco Mundial. O financiamento adicional servirá para cobrir os USD 95 milhões do Fundo, inicialmente previsto como contrapartida do Governo de Angola, correspondente a 17% do valor total do Projecto, e USD 55 milhões serão utilizados para a implementação de um projecto-piloto de saneamento básico.

8.10 Grupo Banco Mundial financia mais 280 Milhões USD

Jornal Expansão

20 De Julho de 2018

Visa reforçar um projecto-piloto que tem beneficiários 1,2 milhões de pessoas com serviços públicos de ligação de água domiciliária. Angola fechou esta semana dois financiamentos, no total de 280 milhões USD atribuídos pelo grupo Banco Mundial, adicionais ao segundo Projecto de Desenvolvimento Institucional para os sectores da água e da agricultura comercial.

O acordo de financiamento foi rubricado em Luanda, entre o ministro das Finanças, Archer Manguerra, e o representante do Banco Mundial em Angola, Olivier Lambert. Olivier Lambert referiu que o financiamento adicional de 150 milhões USD vai contribuir para aumentar a cobertura do serviço de abastecimento de água e nove cidades angolanas, Lubango (província da Huíla), Ndalatando (Cuanza Norte), Dundo (Lunda Norte), Luena (Moxico), Cuito (Bié), Huambo (Huambo), Malange (Malange) e Uíge (Uíge).

Trata-se de um financiamento através do Internacional Bank for Reconstruction and Development (IBRD), do grupo Banco Mundial, e visa ainda alargar as actividades de apoio e reforço institucional ao subsector do saneamento, através da implementação de um projecto-piloto, sendo beneficiários 1,2 milhões de pessoas nas nove cidades citadas, com serviços públicos de ligação de água domiciliária.

No que se refere ao Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial, Lambert disse que os 130 milhões USD vão contribuir para o aumento da produtividade e o acesso ao mercado dos beneficiários elegíveis ao longo dos corredores rodoviários Luanda-Bengo-Cuanza Norte-Malange Luanda-Cuanza-Sul-Huambo e norte da Huíla, principais elos de ligação da área agrícola do planalto central aos mais importantes mercados urbanos de Luanda. "Para além da assistência técnica e do apoio financeiro aos agricultores elegíveis e às pequenas e médias empresas do sector das agro-indústrias nas áreas do projecto, este apoiará as infra-estruturas rurais e um ambiente favorável à agricultura comercial", referiu, salientando que este projecto deverá dar um forte contributo para a agenda de diversificação económica do Governo.

Segundo Lambert, este projecto conta ainda com o co-financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, um empréstimo superior a 80

milhões USD. Um dos projectos apoiará as infra-estruturas filtrais e um ambiente favorável à agricultura comercial

8.11 Altas tarifas de água deixam consumidores agastados

Jornal De Angola

23 De Junho de 2018

Texto: Augusto Cuteta

António André está, há cerca de hora e meia, numa fila na agência da Empresa Provincial de Águas de Luanda (EPAL), sediada na Cidade do Kilamba, para ver explicada a razão da subida vertiginosa da tarifa doméstica de Junho, que atingiu os 23 mil kwanzas, quando nunca tinha dívidas acumuladas.

No mês anterior, o morador do bloco U afirma ter pago 1.700 kwanzas, valor que era cobrado nos primeiros meses do ano passado. Mas, desde finais de 2017, as contas vão oscilando e, às vezes, de forma assustadora. É o que lhe acontece exactamente nesta altura.

Por causa disso, quase todos os dias, com maior realce para as manhãs de sábado, a agência da EPAL do Kilamba regista grandes enchentes. Além dos que vão efectuar o pagamento das contas, a grande maioria dos utentes acorre ali em busca de esclarecimentos sobre os altos valores das tarifas.

Nessas idas e voltas à agência, conta, muitos encontram respostas sobre o valor das cobranças feitas pela operadora, mas grande parte dos moradores sai insatisfeita uma vez que os técnicos em serviço parecem nunca estar capacitados para esclarecer com rigor os procedimentos que ditam as tais, tarifas do consumo de água.

Por causa dessa situação, António André dirige-se com frequência para a sede da EPAL, no Largo do Pelourinho, mas, ali a surpresa foi ainda maior. O operador em serviço apresentou facturas de Dezembro de 2017 a Maio deste ano, quando já estão pagas, como provam as cópias passadas pela agência do Kilamba.

Estupefacto, o cidadão voltou à agência e pagou 23,000 kwanzas, para evitar a multa de 20.000 kwanzas, caso lhe fosse cortado o abastecimento.

"Para voltarem a ligar a água, seria obrigado a pagar essa tal multa, além dos actuais 23.000. Desse jeito, paguei só os valores de Junho, mas vou atrás desse assunto até esclarecerem bem o que se passa", adverte.

Enquanto isso, a agência da EPAL do Kilamba continua a receber dia após dia centenas de moradores daquela zona em busca de esclarecimentos.

Fineza António diz que nunca mais teve facturas com valores abaixo dos 5.000 kwanzas, o que considera um "absurdo". Ela explica que "na minha casa, somos cinco, mas eu e o meu marido saímos cedo e só voltamos à noite. Os nossos filhos são meninos e passam a vida na escola", Dona Fineza recorda que já chegou a ter notas de cobranças mensais que excederam os 11.000 kwanzas.

"Até hoje, não consigo entender os valores tão altos que pagámos, quando os do Sequele e de outras partes de Luanda pagam muito menos que nós!", lamenta.

Tarifário nacional

Os moradores sentem que o Plano Tarifário da Água Potável' recentemente aprovado pelo Executivo, não está a ser aplicado a nível da Cidade do Kilamba.

O documento realça que, na categoria doméstica social, a cobrança de consumo é de zero a cinco metros cúbicos, para habitações com famílias de baixa renda, cujos consumos diários não ultrapassam os 166 litros.

Para esse caso, explica António André, que tem cópia do Diário da República em mãos, a tarifa variável para a província de Luanda seria de 117 kwanzas por metro cúbico, enquanto a fixa mensal não passaria dos 250 kwanzas.

O morador, professor de profissão, avança ainda que a nível da categoria doméstica -escalão 1, a tarifa variável do consumo dos cinco a dez metros cúbicos seria de 211 kwanzas, para a fixa mensal chegar aos 400 kwanzas.

Além desses dois escalões, o diário esclarece que há o consumo doméstico escalão 2, que tem a ver com os superiores aos dez metros cúbicos, em que

a tarifa variável é de 267 kwanzas e a fixa mensal é de 760 kwanzas.

"Pedimos a intervenção dos ministérios das Finanças e da Energia e Águas, assim como do Instituto de Defesa do Consumidor, para que se inverta a situação. Estamos a sentir que isso se trata de uma roubalheira", desabafou António André. "Este problema está a deixar-nos bastante agastados", rematou.

EPAL em silêncio

O Jornal de Angola, por mais de duas semanas, esteve em contacto com o Gabinete de Comunicação e Imagem da EPAL, mas esta área mostrou-se incapaz de esclarecer o assunto.

A explicação do porta-voz, Vladimir Bernardo, em conversa mantida via telefónica, era de que o assunto das cobranças tem a ver com a área comercial e, até sábado, este departamento da EPAL ainda não tinha respondido a todas as questões que o jornal enviou.

8.12 Bairro do Tapo sem serviços básicos

Jornal O PAÍS

25 De Julho de 2018

Texto: Stela Cambamba

Consumir água salobra, percorrer entre quatro a oito quilómetros de distância para ter aulas ou beneficiar dos serviços públicos de saúde, são alguns dos sacrifícios a que estão sujeitos os cerca de 430 habitantes do bairro do Tapo, situado no Sul de Luanda.

Filipe Martins Dala, 59 anos, 20 dos quais vividos neste bairro, diz que por falta de assistência médica três pessoas morreram no mês passado, entre as quais dois irmãos, nomeadamente Zezinho e Cátia, de quatro e um ano de idade, respectivamente. A outra vítima chamava-se José Nea, tinha 47 anos de idade.

Os três casos ocorreram em dias diferentes, quando os pacientes, na calada da noite, eram transportados pelos familiares para a unidade hospitalar mais próxima, na sede do distrito Urbano do Ramiros.

O coordenador da comissão de moradores afirmou que para beneficiarem dos supracitados serviços são obrigados a escalar a sede do distrito. "Acredito que as mortes dos nossos cidadãos seriam evitadas se tivéssemos alguns serviços básicos, como hospital, água potável, escola e outros bens".

Para frequentar o ensino primário, as crianças de 6, 7 e 8 anos de idade caminham, de Segunda a Sexta-feira, cerca de dois quilómetros (perfazendo um total de quatro diariamente) até ao bairro das Palmeirinhas, onde fica a escola. Já os do I Ciclo percorrem uma distância maior, de aproximadamente oito quilómetros, até à localidade do Buraco. Representando, assim, um risco para as crianças, porque regressam sempre no período nocturno.

Quanto à assistência aos partos, o bairro conta apenas com três parteiras tradicionais que realizam os partos na comunidade. Felícia Jamba, parteira tradicional, explica que já realizou 12 partos que decorreram sem sobressalto algum, incluindo o de uma menor de 16 anos.

Para além de parteira tradicional, ela também funciona como conselheira das parturientes, sensibilizando-as a procurar os serviços de saúde para fazerem as consultas pré-natais. Visando tirar proveito dos benefícios dessas consultas, Felícia Jamba refere que todas as suas vizinhas estão conscientes de que ao não receberem o devido acompanhamento médico, perdem o direito ao seu auxílio na hora do parto.

Quando se deparam com dificuldades durante os partos, mesmo na calada da noite, as parturientes, via telefónica, solicitam o apoio de alguns taxistas que residem fora do seu bairro para evacuarem as pacientes ao Centro Materno Infantil do Ramiros.

A parteira tradicional aproveitou a presença da equipa de reportagem de OPAÍS para solicitar ao Governo a construção de um posto de saúde na localidade.

A comunidade beneficia do apoio da AJACOM

Hermenegildo Manuel, presidente da Associação Juvenil de Apoio às Comunidades (AJACOM), revelou que pretendem unicamente ajudar o Executivo na resolução dos principais problemas da comunidade.

A Associação trabalha com essa comunidade desde 2016. Os seus membros realizam visitas periódicas à comunidade, pelo menos três vezes ao ano, em que afectuam uma doação de bens de primeira necessidade.

Em alguns desses encontros, os visitantes abordam vários temas para aconselhamento aos munícipes, na perspectiva de se tornarem autosustentáveis.

Hermenegildo Manuel explicou que, ante as dificuldades que enfrentam para resolver problemas locais, estão neste momento empenhados em recrutar o maior número de instituições públicas, privadas ou singulares para a causa, para que uma escola e um centro médico sejam erguidos.

"A essa comunidade falta o mais básico possível. Antes da nossa presença, a comunidade consumia apenas água salobra, mas através da empresa Noráfrica conseguimos colocar um reservatório de água de dez mil litros que é abastecido mensalmente com o apoio financeiro da empresa Núcleo de Comunicação (NC) ", frisou Hermenegildo Manuel.

Para além dos antigos estudantes do então Instituto Metropolitano de Angola, a AJACOM congrega assistentes sociais, especialistas em psicologia, relacionamento e outros domínios, formados em diversas instituições de ensino.

Maurício Santana, director da empresa NÇ, ao jornal OPAÍS, declarou que tomou conhecimento do projecto por via da terapeuta Caritas Celedónio. E acrescentou que não hesitou porque pretendia desenvolver alguma actividade social na empresa que dirige.

Através dessa parceria, foi possível desenvolver várias acções solidárias na comunidade onde a quantidade de empresas a abraçarem o projecto tende a crescer.

Fazendo uma comparação com os anos anteriores, os membros da referida comunidade são unânimes em reconhecer alguns progressos.

"Ao entrar no bairro, vimos algumas barracas montadas com peças de artesanato à venda. E antes não víamos isto. O nosso grande objectivo é ensinar a pescar. Almejamos trazer materiais que venham ajudar na saúde e na educação", avançou, Mauricio Santana.

A AJACOM surgiu em 2013 por iniciativa de estudantes do segundo ano do curso de comunicação social do então Instituto Metropolitano de Angola.

8.13 A Cólera

Jornal Manchete

27 De Julho de 2018

Cólera é uma infecção do intestino delgado por algumas estirpes das bactérias *Vibrio cholerae*. Os sintomas podem variar entre nenhum, moderados ou graves. O sintoma clássico é a grande quantidade de diarreia aquosa com duração de alguns dias. Podem também ocorrer vômitos e câibras musculares. A diarreia pode ser de tal forma grave que em poucas horas provoca grave desidratação e distúrbio electrolítico. Isto pode levar a que os olhos se afundem nas órbitas, à diminuição de elasticidade da pele e ao enrugamento das mãos e dos pés. A desidratação pode ainda provocar a coloração azulada da pele. A manifestação de sintomas tem início entre duas horas e cinco dias após a infecção.

A cólera é causada por uma série de tipos da bactéria *Vibrio cholerae*. Determinados tipos dão origem a formas mais graves da doença do que outros. A doença transmite-se principalmente através da água e de alimentos contaminados com fezes humanas com presença das bactérias. O marisco mal cozinhado é uma das principais fontes de cólera. Os seres humanos são o único animal afectado. Os factores de risco incluem saneamento insuficiente, escassez de água potável e a pobreza. Existe o receio de que a subida do nível do mar irá aumentar a prevalência da doença. A cólera pode ser diagnosticada através da análise das fezes. Estão disponíveis testes rápidos com tiras reagentes, mas a sua precisão é menor.

A prevenção envolve a melhora das condições de saneamento e do acesso a água potável. A vacina contra a cólera, administrada por via oral, oferece protecção razoável por um período de seis meses, protegendo também contra outro tipo de diarreia causado por *E. coli*. O tratamento de primeira linha é a terapia de reidratação oral, em que os líquidos perdidos são repostos por soluções salinas e ligeiramente doces. São preferidas soluções à base de arroz. A suplementação com zinco é útil em crianças. Em casos graves da doença pode ser

necessária a administração de líquidos por via intravenosa com, por exemplo, solução de Ringer. Os antibióticos podem ser benéficos. Os exames para determinar a que antibiótico é que a cólera é susceptível ajudam a selecção. Estima-se que a cólera afecte 3-5 milhões de pessoas em todo o mundo e tenha sido a causa de 58 000- 130000 mortes em 2010. Embora actualmente seja considerada uma pandemia, a doença é rara em países desenvolvidos. As crianças são o principal grupo etário afectado. A cólera ocorre tanto em surtos como de forma endémica em determinadas regiões. As áreas em maior risco são a África e o sudeste asiático. Embora o risco de morte entre as pessoas infectadas seja geralmente inferior a 5%, em alguns grupos sem acesso a tratamentos pode chegar aos 50%. Os primeiros registos de descrição da cólera, em sânscrito, datam do século V. O estudo da doença por John Snow entre 1849 e 1854 levou a progressos significativos no campo da epidemiologia.

8.14 Governo vai facilitar o acesso

Jornal Economia e Finanças
27 De Julho de 2018

O Executivo prevê até 2030, que as famílias angolanas tenham o acesso universal e equitativo à água potável.

Segundo o documento divulgado pela Angop, a expectativa é urna das metas do Executivo constante dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS, expresso no relatório sobre os indicadores de linha de base do Instituto Nacional de Estatística (INE), lançado este mês.

A preocupação com a existência de água potável e segura para todos é o centro do ODS e indissociável desta temática é a oferta de saneamento e higiene, uma vez que a falta destes pode levar à contaminação do solo, rios, mares e fontes de água para beber.

Consta de igual modo no relatório, que das prioridades nacionais da água e saneamento a expansão é o abastecimento da mesma nas áreas

urbanas, rurais, sedes de municípios, visando a melhor ia da cobertura actual do serviço, bem como garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

Metas

Apenas 54 por cento da população angolana tem acesso a fontes de água apropriada para beber, sendo 66 nas áreas urbanas e 32 nas áreas rurais com água canalizada dentro de casa, torneiras públicas ou chafarizes, poços e nascentes protegidas, furos com electrobombas .

A agenda 2030 p a r a o Desenvolvimento Sustentável assenta em 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas .

A mesma deve ser implementada por todos os países do mundo até 2030 diferentemente dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) no período 2000-2015, que foram dirigidos apenas aos países em desenvolvimento.

8.15 Zonas ribeirinhas do Bom Jesus querem água canalizada

Jornal O PAÍS
27 De Junho de 2018
Texto: Alberto Bambi

Os coordenadores de Cassenda e Zambela, na localidade do Bom Jesus, município de Icolo e Bengo, em Luanda, Adão Domingos Francisco e Daniel José Francisco, respectivamente, mostraram-se agastados pelo facto de verem os projectos de água para as suas comunidades adiados, quando, quase todos os anos avistam novas condutas a passarem pelo bairro.

"A maior parte das empresas que se instalam aqui prometem canalizar água do rio para a comunidade, mas depois só vemos os tubos passarem pelos nossos terrenos e mais nada", reclamou Adão Francisco, coordenador do bairro Zambela.

Para o responsável, os empresários que pretendem investir na área deveriam ter a obrigação de traçar um projecto de apoio à comunidade, principalmente para as necessidades básicas, como água, energia e outros do sector agrícola. A recente conduta de água instalada na zona, que,

segundo os moradores, abastecerá o novo aeroporto internacional, causou um grande descontentamento da população de Cassenda, que deixou de acreditar nas promessas das instituições.

"Já tivemos garantias de exploradoras de inertes que até hoje estão por se concretizar. Então, agora só nos limitamos a ouvir quando uma entidade reúne connosco e diz que vai pôr água aqui", comentou o coordenador.

Enquanto não chega o esperado, os residentes da povoação de Cassenda se desdobram acarretando água a partir do rio Cuanza, uma tarefa que, aos poucos, vai sendo atribuída às crianças, já que, no período da manhã, as mulheres se ocupam do cultivo e demais serviços no campo.

Na ocasião dessa reportagem, OPAÍS detectou um grupo de miúdos a encarregar-se deste tipo de tarefas, sendo que a maioria carregava bidons plásticos de cinco litros, que, por serem transparentes, permitiam vislumbrar o líquido acastanhado colhido para o consumo e para outros fins.

Chafariz abandonado por empreiteira

A população de Zambela quase viu a água jorrar num chafariz construído no local, não fosse o abandono da obra, já em fase final, por parte da construtora, que, segundo o coordenador, prometeu terminar a empreitada mais tarde. "No ano passado veio aqui uma Organização Não Governamental (ONG) denominada Solmar, proveniente do Huambo, que iniciou, mas não acabou as obras", revelou o Daniel José Francisco, tendo indicado com o dedo os dois tanques instalados numa posição mais acima, porém, sem a perfuração que permita a queda por gravidade do precioso líquido.

O coordenador de Zambela informou que o trabalho foi feito apenas durante dois meses, findos os quais a direcção da empreiteira alegou que iria priorizar uma outra construção.

A sua jurisdição também recebeu promessas, da parte das administrações anteriores, de que iria beneficiar de água canalizada das empresas dos arredores, já que uma parte da sede do Bom Jesus beneficiou deste bem precioso.

8.16 Cólera em Luanda e no Kwanza-Sul

Jornal O PAÍS

29 De Julho de 2018

O Instituto Nacional , de Investigação da Saúde afirma ter recebido, entre II e 23 do corrente mês, 16 amostras suspeitas de cólera provenientes das províncias do Cuanza-Norte e de Luanda.

Segundo um documento do laboratório deste órgão adstrito ao Ministério da Saúde, no Cuanza-Norte foram registados três casos, todos eles no município de Bolongongo. Já em Luanda, conforme consta no mapa enviado a OPAÍS pelo Instituto Nacional de Investigação da Saúde, assistiu-se a casos no município da Samba (2), Sambizanga (1), Ingombota (1), Viana (2), Cacucaco (6).

Os dados divulgados indicam que a partir das amostras examinadas isolou-se o vibrão colérico em três índícios, sendo duas de Cacucaco e uma da Samba, de acordo com o documento assinado pela directora-adjunta do referido instituto, Jocelyne Vasconcelos.

Entre os dias 28 de Maio e 23 de Julho; o laboratório do instituto diz ter recebido 68 amostras suspeitas de cólera provenientes das províncias de Luanda (65) e Cuanza-Norte (3). Nestes quase 30 dias, os dados indicam que se isolou o vibrão colérico em 12 amostras provenientes de Luanda, sendo Talatona (2), Rocha Pinto (1), Samba (3), Belas (4) e Cacucaco (2).

Além das 68 amostras acima mencionadas, outras 52 tiveram resultados negativos e quatro ficaram com resultados pendentes um dos quais na província do Cuanza-Norte. Destes, S9 o de Talatona teve 10 casos negativos, Maianga (4), Cazenga (1), Cacucaco (8), Belas (16), Viana (6), Cassequel (1), Ingombota (1), Kilamba Kixi (9), Sambizanga (2) e Samba (4).

8.17 Cólera em zona rica

Jornal O PAÍS

31 De Julho de 2018

Texto: Patrícia Cosme

Caro director do jornal OPAÍS eu ainda não quero acreditar no título que li no jornal sobre a cólera, até porque dias antes já tinha visto que há um condomínio de Talatona onde entram mosquitos, ratos, sapos e cobras.

Não sei como acreditar que nas zonas mais caras do nosso país se tenha de conviver com tudo aquilo que acontece nas zonas mais pobres.

Então não vale a pena pagar tão caro se a vida não melhora. Acho que as pessoas que pagam preços altos pelas moradias e pelos condomínios deveriam merecer um pouco mais de atenção.

Em Talatona, mesmo pagando milhões, não há como escapar, só mesmo cada um na sua casa, porque os cursos de água vêm de longe e não são tratados. Olhando bem para o mapa, Talatona está cercado por águas perigosas, das valas e rios os mosquitos são de, assim como é rastejantes, portanto não há como parar a proliferação destes, e basta uma infectar toda um Este é o nosso problema. Sim, estou assustada porque sou mãe, talvez tenha de mandar os meus filhos para fora, porque enquanto Talatona tiver este cinturão imundo das águas do rio Katinton, ou das valas, nunca teremos saúde garantida a cem por cento. Nunca pensei que um dia iria ler que Talatona é o epicentro da cólera. Temos de admitir que como país falhamos na protecção das pessoas. Imagino o que se passa nos bairros pobres

8.18 Populações consomem água bruta em Cacuaco

Jornal Liberdade
27 De Julho de 2018
Texto: Ana Mendes

Lourenço reforço ainda que num país seno não se admite que a população que reside no município que distribui a água para a população da capital do país, fiquem sem o mesmo, enquanto outros municípios beneficiam, disse, acrescentando que no referido bairro carece de vários serviços sociais como hospitais, escolas, parques de lazer, esquadras policiais, estradas asfaltadas ou mesmo terraplanadas e energia eléctrica condigna e não de empresários que só querem ver os lucros deixando os consumidores ao seu belo prazer.

"O grande problema aqui no bairro Mayombe é a falta de água potável, energia eléctrica da ENDE, porque a energia que alguns moradores usam é de PTS privados que cobram mensalmente 5.000kZ (Cinco mil Kwanzas), o contrato são 80.000Kz (Oitenta Mil Kwanzas), e nós que somos desempregados e dependemos das mulheres que vão vender para nos sustentar quando é que vamos beneficiar destes momentos?": questionou nosso interlocutor.

O morador salientou ainda que os municípios consomem água que adquirem nos camiões e colocam nos reservatórios, "tanques": que alguns populares construíram nos seus quintais, e os bidões de vinte e cinco litros de água é comercializado a cem Kwanzas e a banheira de cinquenta litros a duzentos. Está água que estou a me referir, "bruta": tem nos trazido várias doenças, porque não sabemos as origens dela, porque o que nos informam os motoristas que vêm cá vender tiram com moto-bombas no rio kifangondo e não passa mais por nenhum processo e é logo comercializada para os pacatos cidadãos que não têm onde acorrer para adquirir água potável.

8.19 Moradores do "Buraco" vivem em condições desumanas

Jornal Liberdade
5 De Julho de 2018
Texto: António João

Contam os municípios que o governador Adriano Mendes de Carvalho orientou ao administrador para demolir a casa vermelha, para que os camiões pudessem fazer os serviços da retirada de água que inundou o bairro do Buraco e que desse casas aos sinistrados, coisa que o administrador do Cazenga rejeitou, pois até ao momento não moveu nenhuma palha.

Maria Estêvão, anciã, afirmou que está situação é do conhecimento de Adriano Mendes de Carvalho, governador de Luanda, que em sua visita de campo ao município, chegou a conhecer o "Buraco" e não gostou do que viu, ordenando de imediato que o administrador referido, resolvesse o problema com máxima urgência, coisa que não aconteceu.

"Quando o governador esteve cá, não gostou do que viu, mandou remover a água e pediu que partisse algumas residências para que nos colocassem em outras. Tany Narciso aceitou, mas até agora nada, é um mentiroso, foi falar na televisão que nos deu terreno e materiais, mas nós negamos, é um aldrabão", afirmou.

A anciã revela que o seu esposo que encontra-se doente, com trombose, por causa dos pensamentos pela inundação da casa e sem condições financeiras, a lamentação foi o consolo encontrado pelo ancião, João Caop, que o levou ao ataque.

"O velho ainda estava bem, depois da inundação, antes da água secar, ele apanhou a crise", lamentou.

Maria Estêvão diz esperar que o governo os tire dali com a máxima urgência, pois não têm para onde ir.

Já Gaspar Jungo, morador daquela circunscrição (Buraco), afirma que Tany Narciso dissera que "a conversa já está feita, estamos a espera apenas da remoção dos moradores do prédio treme-treme, para posteriormente ser a vossa vez", disse o velho.

Os munícipes do "Buraco", afirmam que foram apenas falácias do administrador que é duramente criticado por parte dos moradores do Cazenga, principalmente pela camada jovem.

José Pedro Fernandes, jovem residente no "Buraco", afirma que o respeito pelo administrador há muito acabou por parte dos moradores. Na visão do jovem, o administrador vê os mesmos como lixo.

"Digo isso porque esses problemas vêm desde 2007 e até agora nada foi feito. Realmente aqui tem três ou quatro pessoas que já receberam casa, nós não recebemos porque o Sr. administrador nos burlou, nos colocou em uma igreja e recolheu todos os cartões e disse que daqui a um mês vai fazer as chamadas para a entrega das casas e até ao momento nada" avançou.

Administrador chamado de mentiroso

"O nosso administrador é muito mentiroso; nós sabemos que no nosso país é proibido fazer foto sem o conhecimento do mesmo, quando

estivemos reunidos para cadastrarem as casas, alguém não sei de onde, veio fez fotos e mandou no governo provincial com baixo assinado, a dizer que vem reunindo com o povo do "Buraco" inúmeras vezes, que isto é mentira, pois nunca reuniu connosco acerca do Buraco", disse o morador.

O mesmo conta que todos foram para as ditas tendas postas à disposição, mas que não chegaram para a demanda da população, pois faziam-se presentes os moradores do Calawenda, no entanto, uma voz da administração dissera que "todos aqueles que não recebeu tenda e a sua moradia já está seca então volta para a sua casa, que no momento da entrega das casas serão anunciadas", disse.

O cidadão conta a estranheza da atitude da administração, liderada pelo irreverente Nataniel Narciso, que apareceram na calada da noite para fazer a distribuição das casas.

"Nós ficamos nas nossas casas por falta de tendas e a administração de Tany Narciso apareceu na calada da noite para dar casas aos moradores que estavam nas tendas, nós que estávamos em casa não nos falaram nada, quando voltamos ao local não encontramos os moradores", afirmou.

O mesmo avança que o facto de o administrador os colocar em uma igreja e receber todos os cartões de sinistrados e até ao momento não fazer nada, desde 2012, diz bem o tipo de governação que o Cazenga vive.

No cruzamento dos factos, este semanário, entrou em contacto com o administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso (Tany Narciso), que avançou o seguinte: "Não posso fazer nada, fazer o que... eles próprios não querem resolver, não estão interessados a resolver os seus próprios problemas, nós queremos ajudar porque o problema é deles", avançou.

O administrador, disse também que as acusações são falsas e convidou o Jornal a deslocar-se a administração para o devido esclarecimento, nas próximas edições traremos mais detalhes sobre este assunto, bem como o esclarecimento de Tany Narciso.

8.20 Lixo deitado no chão é punido com multa

Jornal De Angola

6 De Julho de 2018

Texto: Kílssia Ferreira

A administração do município do Kilamba Kiaxi, província de Luanda, vai passar a multar as pessoas que forem detectadas a deitar lixo ao chão, anunciou, ontem, o administrador adjunto, Manuel Bernardo, durante a apresentação de um projecto ambiental, que é executado sob o lema "Comunidade sem lixo".

Manuel Bernardo, que não mencionou o valor da multa, acentuou que a medida da administração se deve à necessidade de haver uma boa prática ambiental nas comunidades e acrescentou "todos nos devemos ser activistas".

O responsável salientou que a administração municipal do Kilamba Kiaxi "tem muito interesse em alterar a situação ambiental em todos os bairros da circunscricção' com base nas disposições e diplomas legais sobre o ambiente.

Manuel Bernardo declarou que, no município do Kilamba Kiaxi, "há muito trabalho por se fazer em matéria de educação ambiental" e disse esperar pelo envolvimento dos moradores, das comissões de moradores, das associações locais e das igrejas.

Sobre o projecto ontem apresentado, o administrador adjunto disse ser bem-vindo e defendeu uma maior divulgação junto das administrações escolas e outros locais de maior concentração de pessoas.

O projecto de educação ambiental, desenvolvido desde Janeiro pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), formou, até agora, 60 activistas, que já foram distribuídos pelo distrito urbano do Rangel e pelos municípios do Kilamba Kiaxi e Viana. Cada município recebeu 20 activistas ambientais.

Na apresentação pública do projecto no Kilamba Kiaxi, ocorrida nas instalações da administração municipal, a coordenadora Sandra Faustino defendeu a necessidade urgente da mudança de comportamento nas comunidades pela preservação do meio ambiente.

Sandra Faustino acentuou que o processo de educação ambiental é fundamental e passa pela formação, que, no seu entender, "é uma forma de partilhar as experiências sobre o trabalho que tem sido desenvolvido a nível local". A execução do projecto termina em Dezembro, mês em que vai ser feito o balanço dos resultados alcançados.

8.21 Município do Huambo aposta no saneamento

Jornal de Angola

9 De Julho de 2018

Texto Victória Quintas

A Administração Municipal do Huambo tem como prioridade o saneamento básico, o combate à criminalidade e a disponibilização de serviços sociais aos munícipes, sobretudo no ensino primário, para melhorar a vida dos munícipes. O administrador municipal do Huambo, Victor Chíssingui, disse ao Jornal de Angola que o município precisa de melhorar os cuidados primários de saúde e construir mais infra-estruturas sociais, principalmente nas comunas, para melhorar a vida no interior do município.

O Huambo tem 57 unidades sanitárias, e está em construção um centro de saúde na localidade de Belo Horizonte, comuna da Chipipa, mas Victor Chíssingui avança que a maior preocupação é fazer funcionar todas as unidades sanitárias já existentes pela dificuldade em adquirir medicamentos, material gastável e equipamentos' que concorrem para a prestação de um serviço de qualidade.

O município possui três comunas, a sede, Chipipa e Calina, mas a maioria da população vive na comuna sede do Huambo, em 168 bairros. Os mil milhões de kwanzas arrecadados em média por mês não são suficientes para solucionar os problemas de organização, saneamento, infra-estruturas e combate à delinquência.

Dos principais projectos em curso no município do Huambo, a prioridade está voltada para a organização da cidade, por ser o cartão-de-visita da província, e o administrador municipal disse contar como apoio directo do Governo Provincial e de parceiros sociais, como empresas públicas e privadas para o município do Huambo se

apresentar como exemplo, por albergar a capital da província.

Saneamento básico

Até 2014, o Governo Provincial tinha contratado empresas que prestavam serviços de recolha de lixo. Com a crise, o pagamento às empresas ficou difícil e o Governo teve de rescindir contrato com elas, optando por contratar 430 funcionários, que trabalham no processo de higienização, meios técnicos e equipamentos próprios para manter as ruas da cidade limpas e organizadas. Neste âmbito, a Administração adquiriu 250 contentores para a deposição de lixo, onde a população coloca o lixo nos sacos plásticos pretos e estes são recolhidos por dois tractores, em dois períodos, das 6h00 às 9h00; e das 17h00 em diante. Para o efeito, a Administração possui dois camiões compactadores, uma retro escavadora, três camiões basculantes, uma pá carregadora e meios para capina, para recolha de varredura, corte de capim e tratamento de jardins.

"O crescimento da população do Huambo é evidente, com 400 mil habitantes a viver na zona urbana da cidade. A densidade populacional deve ser acompanhada com a disponibilidade de meios", disse o administrador. Apesar do esforço que está a ser empreendido, o novo modelo de recolha de lixo ainda não atingiu todos os bairros que compõem a zona urbana. Falta o S. João, Académico, Rua do Comércio, S. Pedro, Capango Suburbano e Bom Pastor.

Entretanto, dentro da cidade o trabalho é visível, mas nos bairros existe uma limitação devido às construções desordenadas, que dificultam a entrada dos meios. Por isso, a Administração orientou que nos locais considerados difíceis, a deposição de lixo deve ser feita em sítios acessíveis, nas principais ruas, para facilitar a recolha, mas adianta que é a urna prática que vai terminar, e uma vez que o Governo Provincial pretende colocar os camiões compactadores nas zonas de maiores focos de lixo, enquanto para os bairros periféricos a Administração prevê a alocação de 36 barcas com dez metros cúbicos para a deposição do lixo.

Com todos os meios e iluminação pública na cidade e arredores, a Administração prevê proceder à recolha de lixo todos os dias das 6h00 às 12h00 e das 13h00 às 20h00 para corresponder à

pressão da produção dos resíduos sólidos domésticos e hospitalares. Em relação aos resíduos hospitalares, surge a urgência de nos próximos meses começar a funcionar o aterro sanitário, na Localidade da Catenguenha, cujo nível de execução é de 90 por cento. O troço de 25 quilómetros, que parte do bairro de Santo António para o aterro sanitário está degradado, dificultando a circulação de viaturas e camiões.

"Os resíduos produzidos nas unidades hospitalares públicas e privadas devem ser bem tratados tendo em conta a sua natureza em relação aos resíduos domésticos, daí que, por iniciativa da administração local, decorre um programa complementar que envolve todos os cidadãos no sentido de quinzenalmente cada um participar na limpeza fora da sua residência e rua", disse Victor Chissingui.

8.22 Lixo é o novo negócio no litoral de Benguela

Jornal O PAÍS

11 De Julho de 2018

Texto: Zuleide de Carvalho

Desde que as administrações municipais do litoral de Benguela foram incumbidas de dar tratamento aos resíduos sólidos urbanos que há amontoados volumosos de lixo até no centro das cidades.

Isto porque, antes de serem forçadas a enfrentar essa realidade, não houve tempo de preparação prévia e capacitação, nem aquisição dos necessários materiais e equipamentos para a realização eficaz de tal tarefa.

Nos municípios da Baía Farta, Benguela, Catumbela e Lobito, os departamentos do saneamento básico têm estado sobrecarregados, há cerca de três semanas, lutando para dar resposta com os poucos recursos humanos e materiais que detêm.

Mas esse esforço, por si só, não basta, pois, as cidades estão diariamente sujas e mal-cheirosas. Elevando-se o risco de propagação de vectores, logo, doenças, alerta o director do Gabinete Provincial da Saúde, António Cabinda.

Crise do lixo: uma oportunidade de negócio

No bairro Quiоче, Benguela, um grupo de homens cobra 250 Akz a cada casa, semanalmente, para arrastarem o lixo doméstico até ao ponto de transferência, onde a Administração Municipal local (A.M.B.) o recolherá, distando aproximadamente 100m das residências.

Para esses negociantes, a crise do lixo, para além do perigo iminente que lhes oferece à saúde diariamente, deu-lhes também emprego, um meio de onde tiram o ganha pão semanalmente, pago pelos vizinhos.

No município do Lobito, a prática é semelhante. A base do actual sistema, levado a cabo por cidadãos comuns, cinge-se à emissão de senhas com a duração de uma semana.

De modo aparentemente eficaz, cada residente na área paga uma quota aos colectores de lixo, recebendo a senha que o autoriza a depositar os seus resíduos domésticos na "pequena lixeira" mais próxima, vigiada por "fiscais".

Mediante a apresentação da senha, os "fiscais" controlam quem pagou a prestação devida sempre que alguém vai deitar o lixo. Porém, não trabalham até muito tarde, nem de madrugada, logo, o sistema é falho.

No bairro Africano, moradores pagam 150 Akz aos trabalhadores que se organizaram para fazer a fiscalização no ponto de transferência e o transporte do lixo, que se amontoa e agiganta, em média, por 10 dias.

O Lobito, segundo município mais populoso, logo, segundo maior produtor de lixo a nível provincial, será o próximo a receber equipamentos para acomodação e transporte, tão logo o Governo tenha verbas, declarou Leopoldo Muhongo, vice-governador.

Pequenos colectores não bastam

Por seu turno, o administrador municipal da cidade dos flamingos, Nelson da Conceição, proferiu recentemente que, na sua área de jurisdição, os contratos com as operadoras de resíduos sólidos findaram a 30 de Abril último.

Logo, desde Maio, valas, passeios, estradas, enfim, em qualquer espaço que tenha solo, os cidadãos deitam diariamente os seus resíduos sólidos

urbanos de forma anárquica, prática a combater com afinco, com a ajuda de todos.

Há alguns dias, o dirigente fez saber que "neste momento não implementamos ainda os contentores e caçambas na cidade porque a Administração não tem nenhum contentor compactador, nem máquina para poder transportar as caçambas." Quando houver tais meios, avançou o administrador, serão estabelecidos horários para o depósito do lixo, agilizando-se assim o trabalho dos colectores da Administração, ao passarem diariamente pelos circuitos.

Com isto, tem noção que o sistema de recolha levado a cabo por colectores autónomos "não é completo" e, "as pessoas resistem à mudança". Todavia, para a Administração estar efectivamente capacitada, é primordial que ajudem.

Lobitangas fartos do lixo e reclamam

Para os munícipes, o Estado tem que resolver este grande problema do lixo o mais urgentemente possível, pois a situação está incontrolável.

Um jovem lobitanga reclamou: "é de lamentar. Uma vez que (o Lobito) é a sala de visitas de Angola, já não parece a mesma coisa, o lixo aí, parado em todo o sítio...", apontou, reprovando.

Interpelado, outro munícipe acusou: "impossível!!! A cidade do Lobito está mesmo suja! O senhor governador tem de ver bem este caso aqui", para que tenham "a cidade limpa como antigamente", apelou.

Questionado, um transeunte clamou: "desejo que a nossa administração vele por essa situação o mais rápido possível. Estamos a ver que a nossa estrada está a ser cada vez mais ocupada com lixo".

Já outro cidadão, igualmente agastado com as lixeiras espalhadas pela cidade e bairros, exprimiu: "é de lamentar, é uma miséria. Não só aqui, mas, em tudo quanto é canto encontramos lixo", lamentou.

A olhos vistos; a cidade dos flamingos apresenta, com as montanhas de lixo, uma regressão efectiva em termos de desenvolvimento, aspecto criticado por um munícipe, dizendo que "temos que melhorar, no passado estava bom", recordou.

8.23 Rui Falcão anuncia fim do roubo do negócio “sujo” de lixo em Benguela

Jornal O PAÍS

11 De Julho de 2018

Texto: Constantino Eduardo

O primeiro secretário do MPLA e governador da província de Benguela, Rui Falcão, afirmou que o seu Executivo pôs fim ao negócio "sujo" do lixo, por ter havido gente que se aproveitava deste para "roubar" milhões ao Estado, mas, apesar disso, as cidades ficavam infestadas de resíduos sólidos.

Segundo ele, enquanto as cidades eram fustigadas pelo lixo, algumas pessoas, que se diziam do MPLA, foram as primeiras a apontar as falhas, sem, entretanto, "moverem uma palha", desabafou.

"Nunca nos perguntaram o que estava a acontecer", lamentou Falcão, avançando que, do ponto de vista prático, as cidades estão melhor agora com a retirada das empresas de recolha de resíduos sólidos.

Adiantou que este negócio obrigou o seu Governo a ensaiar um novo modelo, em que se devolveu a tarefa comunitária às administrações municipais.

"Acabámos com esse negócio e vamos continuar a trabalhar, com a vossa solidariedade, para melhorar cada vez mais as nossas cidades" revelou.

Rui Falcão fez estas denúncias num acto político-partidário que aprovou os delegados ao VI Congresso Extraordinário do MPLA, a realizar-se em Setembro, em Luanda, em que João Lourenço é o candidato do Comité Central a presidente do partido, em substituição do actual, José Eduardo dos Santos.

O governante alertou que o seu partido, que sustenta o Governo, não vai deixar que "essas pessoas que burlavam o Estado com o negócio de lixo continuem a viver à custa deste mesmo Estado".

Sem revelar o número, Rui Falcão 'denunciou que o Governo gastava diariamente milhões de kwanzas que saíam dos cofres do Estado, mas que

não tinham reflexo no saneamento básico das cidades.

"Por isso, rescindimos os contratos com essas empresas e vamos mostrar que a Administração é capaz", salientou, tendo enaltecido a classe empresarial local pela prestimosa ajuda que presta ao Governo de Benguela na recolha do lixo.

Falsos militantes

Segundo Falcão, existem pessoas a que chamou de "pseudo-militantes" que todos os dias embarçam a sua governação, aos quais acusou de potenciarem financeiramente algum segmento social para por via das redes sociais, criticar a sua acção governativa.

"Paguem mais, vão só continuar a perder o vosso dinheiro, porque nós vamos continuar a nossa trajectória", desafiou o primeiro secretário do partido dos "camaradas" e governador de Benguela.

Cargos não são vitalícios

No seu pronunciamento, Rui Falcão chamou a atenção de alguns quadros que pretendem permanecer nos cargos para que são nomeados em comissão de serviço.

"Hoje estou aqui, sou membro do Bureau Político, mas não posso ficar eternamente no Bureau Político, ou tenho que dizer ao camarada João Lourenço que não quero sair"? questionou-se.

Segundo o político, "nós estamos aqui para exercer cargos, estamos para dar o melhor que sempre demos para manter o nosso povo e melhorarmos as suas condições de vida todos os dias", esclareceu.

Acrescentou que é necessário trabalhar com espírito de "entrar e sair", dando oportunidades a outras pessoas que eventualmente tenham capacidade para darem um novo impulso ao processo.

Combate à corrupção

Por outro lado, o primeiro secretário reiterou um combate acérrimo à corrupção, de forma

definitiva e sem receio, para devolver a confiança aos cidadãos e à sociedade angolana.

Entretanto, alertou aos membros do Governo Provincial de Benguela e das administrações municipais, a se pautarem por urna conduta ética e deontológica no exercício das suas funções, sob pena de serem substituídos.

8.24 Comerciantes. querem recolha de lixo-eficiente

Jornal Economia e Finanças
13 De Julho de 2018

Os comerciantes dos armazéns da Gajajeira, localizado no bairro do Marçal, distrito do Rangel, município de Luanda, apelaram o cumprimento das obrigações contratuais na recolha dos resíduos sólidos por parte do Governo da província.

Em declarações à Angop, o presidente da Associação dos comerciantes da Gajajeira, Agostinho Alfredo, confirmou que existem contratos individuais entre o Governo da província e os comerciantes, mas a recolha do lixo para deposição numa determinada área tem sido feita pelos seus associados.

Acrescentou que o problema reside no facto da limpeza ser feita por uma brigada contratada e paga pela associação, situação que não devia acontecer, uma vez que já existe um contrato entre os comerciantes e o Governo da província.

Agostinho Alfredo disse, por outro lado, que a associação não possui condições de manter abrigada de limpeza, pois' alguns comerciantes não colaboram no pagamento dos brigadistas, daí a necessidade da intervenção das autoridades.

Por seu turno, o administrador do distrito do Rangel, Francisco Manuel Domingos, recebeu garantias da operadora Queiroz Galvão quanto a recolha dos resíduos naquele local e em outras zonas da urbe onde existam grandes superfícies comerciais. O objectivo é o de acabar com os aglomerados de lixo, porquanto reconhecem os perigos que representa à saúde dos habitantes e a convivência social.

8.25 Distribuidoras privadas de energia eléctrica pedem esclarecimentos ao ministro

Jornal A República
13 De Julho de 2018
Texto: Isidro Kangadjo

Os responsáveis dos postos de transformação de energia eléctrica (PT) das mais variadas zonas de Luanda estão insatisfeitos com a forma como a rede de energia pública está a ser expandida nos municípios da capital do país. Em declarações ao jornal A REPÚBLICA, os referidos responsáveis defenderam uma proximidade entre o ministério de Energia e Água e aqueles que apostaram no sector.

José da Cunha Possoka, responsável do PT do km 30, em Viana, diz que a iniciativa do Estado é boa, mas pede que ele e os demais responsáveis não sejam deixados de lado, pois "forneceram energia eléctrica em nome do Estado" "Sabemos que o Estado tem um programa significativo para os cidadãos, não estamos contra, pelo contrário, estamos satisfeitos, mas é preciso que o ministro do nosso sector dialogue connosco, porque investimos neste mercado, fornecendo electricidade em nome do estado" Disse.

Já Manuel, responsável de um dos PTS do município de Belas, está aborrecido com a situação, pelo que, exige que o ministério de Energia e Água intervenha. "Nós, como empresários, estamos totalmente aborrecidos porque está difícil trabalhar. Em vez do governo actuar nas zonas sem energia eléctrica, persegue-nos, manda os chineses às nossas áreas, esperemos que o camarada ministro João Baptista Borges encontre um meio termo para a resolução deste problema" Apelou.

Paulo Dande da Silva investiu mais de um milhão de kwanzas em postes, hoje, teme que tudo se perca porque - explica - cada vez mais os chineses estão a tomar posse dos referidos postes. Os fornecedores de energia eléctrica sugerem que o ministério os enquadre num programa que vise alargar a rede de energia nos municípios recônditos de Luanda e das demais províncias do país.

Com a instalação da rede eléctrica pública, em substituição da privada, no bairro Paraíso, em Cacuaco, a maior parte dos moradores ficou sem energia eléctrica por falta de meios para atender à demanda. Apesar do investimento público apresentar vantagens relativamente à complexidade associada aos contratos de empreitada e aos custos financeiros associados aos empréstimos concessionais, em muitos casos, a participação do sector privado confere mais eficiência nas decisões de investimento, na mitigação de riscos e na operação, constituindo também uma fonte de financiamento adicional para o sector.

A Estratégia de Segurança Energética Nacional prevê a promoção da entrada de capital e know-how privado como um dos eixos estratégicos de longo prazo do sector. A participação do sector privado deverá abranger ao nível da Produção e da Distribuição Urbana. Primeiro, a participação do sector privado deverá permitir prosseguir a expansão do programa de investimentos no sector, minimizando o recurso ao Orçamento de Estado. Segundo, a participação do sector privado deverá ser direccionada para projectos que possam ser executados de forma mais eficiente pelo sector privado, quer optimizando o custo do investimento e exploração, quer maximizando receitas.

Neste contexto, considera-se fundamental que a Distribuição nas áreas urbanas e a gestão dos projectos de Electrificação Rural, integrem o programa na medida em que é crítico para a geração de receitas e auto-sustentabilidade do sector.

8.26 Benguela adopta nova estratégia para recolha de resíduos sólidos

Jornal de Angola

19 De Julho de 2018

Texto: António Gonçalves

O novo modelo de recolha de resíduos sólidos, adoptado pelas administrações municipais na província de Benguela, dá prioridade à mobilização social e educação para o saneamento, com a figura do poluidor - pagador a assumir um destaque específico, segundo apurou o Jornal de Angola.

Segundo as autoridades locais, a adopção de novas práticas para a recolha e tratamento do lixo acontece porque as formas de actuação num passado recente, contribuíram para o avolumar da dívida às operadoras, obrigando à suspensão do quadro contratual com as mesmas.

Nesta base, os membros do Governo da Província de Benguela, após a 2ª reunião ordinária, realizada no último final de semana, no município do Cubal, concluíram que o novo plano estratégico de gestão de resíduos, a vigorar durante o quadriénio 2018- 2022, está mais adequado ao actual contexto macroeconómico e financeiro.

O plano contempla a atribuição de meios e equipamentos às administrações municipais e devolve a tarefa de recolha dos resíduos ao órgãos locais do Estado.

Durante o encontro, orientado pelo governador Rui Falcão, os membros do governo da província concluíram que, em relação aos concursos para empreitadas, com base no Orçamento Geral do Estado de 2018, a prioridade será a conclusão de obras já iniciadas, que se encontram paralisadas. Ficou ainda definido que os futuros concursos para empreitadas públicas deverão assegurar um nível de transparência condizente com os desafios actuais da governação.

No tocante à execução do Orçamento Geral do Estado, referente ao ano 2018, o encontro orientou aos membros do governo da província maior rigor e transparência, para garantir o alcance dos objectivos propostos e a satisfação dos anseios da população.

Os membros do governo foram ainda informados que durante o primeiro semestre de 2018 foram emitidos 1.131.204 (um milhão, cento e trinta e um mil duzentos e quatro) bilhetes de identidade. Este trabalho esteve enquadrado no programa de cidadania e inclusão social. Para a conclusão do mesmo com êxito, a reunião do governo local orientou a mobilização dos cidadãos, cujos bilhetes já estão emitidos, no sentido de procederem ao seu levantamento.

Foi igualmente destaque a Bíenal de Artes (cuja preparação já está em curso), revendo-se que contemple mais de 300 espectáculos.

O evento constitui uma oportunidade ímpar para a promoção de valores e criações artístico-culturais da província, na óptica dos governantes locais, pelo que se afigura de enorme importância.

Em relação à estratégia de preparação da edição do Carnaval de 2019, que o município de Benguela vai acolher, foi orientada a melhoria da prestação do corpo de jurados, como forma de elevar a credibilidade do evento. Para tal, o júri deverá, doravante, integrar figuras representativas dos grupos carnavalescos.

Água e energia eléctrica

Durante o primeiro semestre do corrente ano, a província de Benguela produziu 24.419.682 metros cúbicos de água, quantidade superior à produzida em igual período do ano anterior.

De acordo com a informação prestada pelo responsável do sector da Energia e Águas durante a 2ª reunião ordinária do Governo Provincial, apesar desse acréscimo, subsiste a necessidade de levar esse serviço às zonas ainda não abrangidas. Prevê-se assim que, no âmbito do programa "Água para Todos", sejam executados cerca de 850 projectos em todos os municípios da província.

Relativamente à energia eléctrica, cuja potência efectiva instalada está cifrada em 273,14 megawatts, os membros do governo foram informados que houve ganhos nos municípios do Balombo, Bocoio e Cubal, onde foram instalados novos grupos térmicos, para atender a rede domiciliar e pública.

8.27 Não há prazo para acabar com a água que atormenta moradores

Novo Jornal

20 De Julho de 2018

Texto: António Paulo

Há cerca de cinco meses que moradores do condomínio Maravilhas do Talatona, no município de Talatona, em Luanda, enfrentam inundações de água pútrida proveniente de uma vala de retenção nos arredores em cujo sistema de drenagem deixou de funcionar cobras e insectos invadem o condomínio, de acordo com relatos de moradores. A administradora municipal de Talatona, Njila de carvalho, garantiu que estudos

estão a ser feitos para resolução do problema, porém não avançou data.

Malvina de Cabral, moradora do condomínio há mais de seis anos, espera. E desespera com a situação que já a obrigou a abandonar a sua residência por causa da água que havia deixado parcialmente inundada a sua moradia. "Estamos nesta situação há cinco meses. O problema começou em Fevereiro e teve a intervenção de uma empresa. Na ocasião, as águas baixaram aqui dentro do condomínio e na lagoa, até ao nível das máquinas. Depois voltou a chover: em Maio e as águas voltaram a inundar o condomínio. No entanto, desde Maio que estamos nesta situação, com água dentro do quintal", aflorou.

Para minimizar a situação, a administração de Talatona procura diariamente diminuir a água parada por via de sucção. Cisternas de águas são retiradas do quintal do condomínio Maravilha, tal como constatou a reportagem do Novo Jornal. Porém, "isso não resolve o problema", reprova Malvina de Cabral, actualmente a moradora mais afectada de entre as 77 residências do quintal. Para ter acesso à sua residência, Maravilha, que reconhece haver baixa do caudal, viu-se obrigada a adaptar uma ponte de sacos de areia e pedra. "É uma situação constrangedora. Agora também já somos obrigados a conviver com sapos, rãs e cobras", lamentou a cidadã, que receia o surgimento de doenças, em consequências dos mosquitos e larvas que nascem na lagoa.

"Somos obrigados a fazer gastos com insecticidas para evitar o paludismo e o mau cheiro provocado pelas águas. Já não aguentamos esta situação. Estamos cansados de usar insecticida em casa", queixou-se.

A moradora olha com preocupação a situação que, julga, vai piorar com o aproximar da época chuvosa, pelo que apelou as autoridades a encararem com maior seriedade a resolução do problema, uma vez que, de acordo com a interlocutora, é também naquela vala de retenção onde vão parar as águas residuais de diferentes moradias, lojas e empresas da circunscrição.

"Não estamos a falar só das águas das chuvas. Estamos a falar das águas residuais. Num raio de dois quilómetros, todos estes condomínios e empresas depositam água aqui. As pessoas estão a ver este problema de ânimo leve, mas amanhã

todos estes condomínios, que acham que isto é só problema do Maravilha, também vão começar a viver a realidade das inundações", alertou.

O aviso de Malvina parece já começar a evidenciar-se em alguns edifícios adjacentes à lagoa, onde se pode observar algumas fissuras no muro do pavimento criado para contenção das águas, alegadamente pela falta de escoamento.

8.28 Lixeira inundada

Jornal de Angola
23 De Junho de 2018
Texto: Luciano Rocha

O troço da Rua Direita, que vai da Amílcar Cabral à da Alfândega, a tal com a boca de esgoto destapada há mais de uma década, esteve recentemente, outra vez inundada.

A situação não é virgem. Pelo, contrário, sucede com frequência. Com água proveniente de canos públicos. Rotos ou mal tapados, mas também de esgotos dos prédios que o ladeiam. Desta vez, a origem esteve na esquina da Amílcar Cabral I. Para gáudio de uns quantos que a aproveitaram para tomar banho na "fonte", encher bidões para lavar carros ou vendê-la. Os outros, a maioria, peões e automobilistas, praguejaram. Porque a circulação, sempre difícil, no troço daquela espécie de rua, piora nestas alturas. Com o lixo, transbordante dos contentores, a espalhar se empapado.

Além de tudo aquilo, os buracos dos passeios e da via automóvel aumentam em quantidade e tamanho. Alguns deles foram arrançados há relativamente pouco tempo. A inundação desta lixeira, em pleno coração da capital, permaneceu, agora, mais de uma semana. Perante a passividade dos que têm a obrigação é para isso que lhes pagam - de cuidar da cidade, mas preferem" assobiar para o lado", como a demonstrar que impunidade não é com eles, lhes passa ao lado.

Hão de ver que não. E quando tal suceder, não há amigo ou parente que lhes valha. Vai uma aposta?

8.29 “Angola deve preocupar-se com os sacos de plásticos”

Jornal O PAÍS
29 De Julho de 2018

Texto: Maria Teixeira

Em entrevista ao OPAÍS, numa altura em que estava prevista para ontem, Sábado, uma marcha contra o uso de sacos de plástico leves em Angola, o ambientalista Marcelino Francisco falou das consequências ambientais deste tipo de material, que causa sérios problemas ao meio ambiente.

De acordo com o especialista, além de poluir o solo e a água, quando lançados ao mar, os sacos plásticos representam um perigo, principalmente para os animais marinhos, porque estes animais não conseguem distinguir este tipo material do seu alimento natural e acabam ingerindo-o pensando ser algas ou água viva.

Na sua opinião, as reivindicações são muitas e variam muito em função do local ou da região, mas para nosso país, e porque temos uma costa extensa, o plástico deve ser uma preocupação permanente, dada a poluição marinha.

"Como temos uma costa muita extensa, certamente nós temos uma fauna e uma flora que também devemos preservar, e os animais como os golfinhos, tartarugas e aves, que têm na sua alimentação algas, muitas vezes confundem este material com os sacos e ao ingeri -los acabam por morrer asfixiados", disse.

Volta e meia, para além dos sacos de plástico, encontram animais mortos por terem ingerido tampas de garrafas e outros objectos plásticos. São objectos que durante a recreação o homem usa e acabam projectados no mar.

Hoje, muitos destes resíduos plásticos e lixos ficam grudados perto dos embarcadouros, a título de exemplo. O problema agrava -se tendo em conta que 80% dos sacos que se produz a nível mundial, mesmo os que são usados em Angola, são descartáveis - o que faz com que o consumo seja em grande escala, o que aumenta o nível de poluição ambiental.

Disse ainda que os resíduos plásticos têm um longo período de decomposição (pode fazer 100 ou mais anos), só para mostrar a gravidade do problema. A esperança de vida de decomposição deste tipo de resíduos tem muito a ver com a forma como usamos esses plásticos.

"Hoje, devemos ver a questão dos plásticos, já que neste ano, nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente, as atenções viraram-se para os resíduos plásticos que são o maior vilão dos nossos tempos para o meio ambiente", disse.

Queimar sacos não é a solução Segundo Marcelino Francisco toda combustão ou queima emite ou liberta dióxido de carbono e outros gases. Esses gases propiciam o aumento do efeito estufa, assim sendo, a queima também não é das melhores soluções. Para além de o processo de queima ser caro, já que se precisa de outros meios para garantir a incineração desses produtos.

"Aliás, temos vários métodos de gestão de resíduos sólidos que podem ser utilizados. O que se aconselha hoje é mesmo a eliminação dos plásticos, mas quando falam de eliminação não se trata de todos os plásticos, mas, principalmente daqueles que temos para uso domésticos", alerta.

Os plásticos não abrangidos são as massas geotêxteis, que são produtos feitos de plásticos resistentes e que, para além de outros fins, são usados também para a impermeabilização de aterros sanitários, de formas a prevenir que o lixiviado tenha uma carga de proliferação muito grande.

Marcelino Francisco está a desenvolver um trabalho ambiental nas valas de drenagem de Luanda e disse que, neste momento, já fizeram todas as coletas para as mostras dos laboratórios, cujos resultados serão conhecidos nos próximos tempos.

Enquanto isso, a marcha contra o uso de sacos plásticos, que está a ser organizada pela Agência Nacional de Resíduos (ANR), órgão tutelado pelo Ministério do Ambiente, foi adiada para o próximo Sábado, 04, a partir das 09 horas.

Com o ponto de partida do Largo do Porto de Luanda e indo até ao Largo do Ambiente, este evento tem por objectivo sensibilizar a população e apelar aos operadores sobre a necessidade da mudança de comportamento face aos problemas ambientais, bem como a promoção de uma cultura de gestão correcta dos resíduos.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Participação da mulher no poder local em análise hoje

Jornal O PAÍS
25 De Julho de 2018

O projecto 'Empoderamento da Mulher Angolana através de Organizações da Sociedade Civil', implementado pelo PNUD, em parceria com as embaixadas da Noruega e do Reino Unido em Angola, e do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), realiza hoje, às 9 horas, numa das unidades hoteleiras da cidade capital, uma mesa redonda sobre a participação e representação da mulher no poder local.

Segundo uma nota de imprensa enviada ao OPAÍS, a mesa redonda baseia-se no factor demográfico do país, em que as mulheres constituem 52% da população e 51,9% do eleitorado nacional; nas provisões da Constituição da República de Angola que prima pela igualdade de género e na Agenda2030 sobre a igualdade de género, empoderamento da mulher e a construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

O evento que terá a duração de dois dias e vai promover a análise dos diplomas legais sob consulta do ponto de vista de género. Ainda

contará com a participação de actores chave, incluindo representantes do Executivo, da Assembleia Nacional e da Sociedade Civil.

O documento refere ainda que a sessão de abertura será presidida pela secretária de Estado para Família e Promoção da Mulher, Ruth Mixinge, acompanhada pelo director do PNUD Angola, Henrik Larsen e pela embaixadora do Reino Unido em Angola, Jéssica Hand.

9.2 Papel da mulher no processo de autarquias locais abordado em mesa redonda

Jornal O PAÍS

26 De Julho de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

Ruth Mixinge fez essas declarações na abertura da Mesa Redonda sobre a participação e representação da mulher no poder local, certame que visou promover uma análise dos diplomas legais sob consulta, do ponto de vista do género, e conta com a participação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da Embaixada do Reino Unido.

A governante sublinhou, na sua intervenção, que a abordagem ao tema "A participação e representação da mulher no poder local" encontra respaldo e sentido na realidade demográfica do país, nas referências constitucionais sobre a igualdade de género e na agenda 2030 sobre a igualdade de género, empoderamento das mulheres e a construção de sociedades pacíficas e inclusivas. Ruth Mixinge declarou que as mulheres angolanas sempre desempenharam um papel importante ao lado dos homens durante a libertação do país.

Por isso, é fundamental que elas tenham acesso aos vários benefícios a que têm direito, com maior destaque para a educação e informação, cabendo às organizações partidárias e à sociedade civil a missão de lhes dar oportunidades e direitos iguais.

Sobre as políticas nacionais para empoderamento da mulher angolana, a governante disse ser uma tarefa que remete a reflexões cuidadosas.

No entanto, acrescentou que o Executivo angolano, através do Ministério da Família e

Promoção da Mulher, tem desenvolvido uma forte política de género para, de facto, promover a igualdade, a liberdade de escolha e o desenvolvimento das capacidades de todos os cidadãos angolanos, sem distinção de género.

Ressaltou que o encontro terá a duração de dois dias e fundamenta-se no factor demográfico do país, em que as mulheres constituem 52% da população e 51,9% do eleitorado nacional, nas provisões da Constituição da República de Angola que prima pela igualdade de género e na Agenda 2030 sobre a igualdade de género, empoderamento da mulher e a construção de sociedades pacíficas e inclusivas.

Por seu turno, o director do PNUD em Angola, Henrik Larsen, disse que as mulheres continuam a enfrentar muitas barreiras na participação política e social. Essas, acrescentou, estão relacionadas com as condições sociais e económicas das mulheres e também com factores culturais.

Na sua opinião, para ultrapassar as barreiras e alcançar a igualdade política, é preciso adaptar sistemas e instituições que viabilizem a participação e representação das mulheres.

Afirmou ser possível desenhar o sistema do poder local em Angola com a mulher firmemente no mesmo sistema, sem discriminação.

O representante do PNUD em Angola disse, entretanto, que a participação e apresentação da mulher no poder local eleito é fundamental para o sucesso dos esforços para a democracia e o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

A sessão de abertura foi presidida pela secretária de Estado para Família e Promoção da Mulher, Ruth Mixinge, acompanhada pelo director do PNUD Angola Henrik Larsen e pela embaixadora do Reino Unido em Angola, Jessica Hand.

Contou ainda com a participação de representantes do Executivo, da Assembleia Nacional e da sociedade civil.

10. AMBIENTE

10.1 Queimadas anárquicas perigam a fauna e a flora

Jornal de Angola

7 De Julho de 2018

Texto: José Cuaves

As constantes queimadas anárquicas que se têm registado nos últimos dias no município da Nharêa, na província do Bié, estão a preocupar as autoridades administrativas e tradicionais da localidade, anunciou ontem, ao Jornal de Angola, a administradora municipal.

Lucia Chicapa acrescentou que as queimadas anárquicas têm afectado o meio ambiente e campos agrícolas, com destaque para as áreas de cultivo de milho, mandioca e feijão.

Por sua vez, o soba da aldeia de Etalala, Domingos Chiocola, disse que os autores destas acções são supostos caçadores.

Domingos Chiocola manifestou a necessidade dos municípios preservarem o meio ambiente, evitando as queimadas e outras práticas nocivas à natureza.

A autoridade tradicional é de opinião que as queimadas devem ser controladas, por forma a evitar danos à natureza e ao próprio homem.

"O controlo das queimadas aluda à realização de uma caca responsável, que previne o abate de espécies protegidas", acrescentou.

Protecção da fauna e da flora

Um maior envolvimento das autoridades tradicionais na denúncia de práticas de abate indiscriminado da fauna e da flora foi ontem defendido, na Nharêa, pela administradora Lúcia Chicapa.

A responsável da circunscrição disse que a preservação da fauna e da flora é tarefa e dever de toda a sociedade, sendo os sobas elementos importantes por conhecerem melhor nas comunidades praticantes de abate indiscriminado de árvores e da caça ilegal. Os efeitos negativos da caça furtiva têm sido responsáveis pela diminuição ou mesmo desaparecimento de espécies de animais, ao longo das florestas da província.

Os pequenos agricultores devem evitar queimadas desnecessárias de florestas, para se preservar a biodiversidade e o meio ambiente, aconselhou Lúcia Chicapa.

"É preocupante a acção de muitos criadores de gado que ateiam fogo nas matas, incluindo os camponeses que se dedicam ao fabrico de carvão, temos que unir esforços para conter esta prática, que tem vindo causar danos incalculáveis ao meio ambiente", disse a administradora, que realçou ser urgente que a população se abstenha deste tipo de comportamento, que em nada beneficia o ambiente.

Segundo a administradora muitos locais que podiam ser utilizados para a pratica da agricultura e pecuária estão a ser destruídos pelas populações.

10.2 Desflorestação causa degradação das nascentes na região do Huambo

Jornal de Angola

16 De Julho de 2018

Texto: Manuela Gomes

Do vasto número de nascentes localizadas na província do Huambo, algumas apresentam problemas sérios de degradação como resultado da interferência do homem. A desflorestação, o mau planeamento na construção de estradas e a actividade agrícola são, entre outros, factores que concorrem para esta situação.

O director do Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) sediado no Huambo, Joaquim Laureano, admitiu que a degradação das nascentes e dos solos é hoje um problema sério naquela região do país, que deve merecer uma atenção especial.

Entre 2014 e 2016, o Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) realizou um estudo que teve como objectivo localizar e mapear as nascentes no Planalto Central, caracterizá-las e tirar conclusões sobre o seu estado de degradação.

Além de um melhor conhecimento sobre o estado das nascentes, o estudo vai também permitir um melhor ordenamento do território, pois constatou que as principais causas da degradação das nascentes dizem respeito ao loteamento em locais impróprios e à utilização inadequada das nascentes e sua envolvência.

Dada a sua importância, director do CETAC disse que estudo das nascentes vai facilitar a elaboração de propostas e soluções que ajudarão a reduzir os impactos e a pressão sobre os recursos naturais, para uma melhor qualidade de vida da população. Com a realização desse trabalho, pretendeu - se apurar a real situação dos aquíferos, a vegetação, qualidade da água, o habitat, biodiversidade, bem como o estado de conservação de cada uma delas.

Na província do Huambo está situado um grande nó hidrológico, onde nascem rios que integram as bacias hidrográficas do Kwanza, Cunene, Queve e do Kuvango. "Neste sentido, é imperioso um ordenamento correcto das nossas actividades, sob pena de, num futuro não longínquo, vivermos

situações de crises agudas em termos de satisfação das nossas necessidades hídricas. "

O Jornal de Angola constatou o elevado estado de degradação de algumas nascentes, com destaque para a dos "Bombeiros" , localizada no casco urbano, cercada de casas e estradas.

Naquela nascente, o canal de água encontra-se obstruído, com o crescimento desordenado de ervas daninhas e de outras espécies vegetais, resíduos sólidos e outros embargos. O estado elevado de degradação dificulta o escoamento e o curso normal da água.

Rodeada de nascentes

A cidade do Huambo está rodeada deste recurso hídrico que, de há um tempo a esta parte, não tem merecido a devida atenção, lamentou o director do CETAC, para quem algumas destas nascentes não possuem vegetação apropriada. para o seu sustento, daí a falta de controlo e sua defesa.

Apuli, Chiva, Camili Quinhento, Calopato, Cavongue, Finol, R 21, Susse, Capilongo e do Mbulo fazem parte da bacia do Cunene. As do Flundulua, Cussava-Ravina, Calute, Calilongue da Cuca - rio Bumbo, Ferrovia.I, Dire - Ferrovia 2 e Camaningã estão ligadas à bacia do Keve.

"A cidade do Huambo já não pode crescer para o sudoeste, porque existem muitas nascentes e há toda a necessidade de rever-se a instalação de mini - hídricas na região" ,alertou Joaquim Laureano.

O responsável reconheceu que é importante que se aposte na protecção das nascentes, pois por meio da requalificação, assim como da produção de legislação e fiscalização, todas estas actividades são complementadas por um profundo trabalho .de sensibilização e educação, tendo em vista a gestão sustentável dos recursos hídricos.

O director do CETAC manifestou se preocupado com as construções desordenadas que engoliram as nascentes, como na zona da Calomanda e outras. Para ele, tais construções devem ser demolidas e a população evacuada para outras áreas, porque, tarde ou cedo, podem converter-se em espaço de risco.

Para Joaquim Laureano os problemas mais preocupantes no Huambo, em termos ambientais, têm a ver com as ravinas, nascentes, desflorestação

e exploração descontrolada de inertes. Para isso, acrescentou, é necessário ter em conta o ordenamento, observar o sítio onde se pode explorar inertes, porque nem todas áreas são permitidas pela própria natureza.

Nascente vira local de trabalho

Nas nascentes, vêem-se mulheres e crianças a tomar banho, outras a acarretar água para o uso doméstico. Para o director do CETAC, é necessário que se encontre alternativas para que estas pessoas deixem de fazer uso das nascentes como o seu meio de sustento.

"Devemos cada vez mais apostar no melhoramento, tratamento e protecção das nascentes, porque a água é um bem importante para a vida humana e não só"! alertou. Pode-se lavar os carros próximo dos rios, contudo devemos ter mecanismo de reutilização e tratamento adequado das águas ante de as lançarmos novamente para os rios.

Joaquim Laureano que muitas pessoas aproveitam as linhas de água para o cultivo. A execução desta actividade nas nascentes, de acordo com Joaquim Lauriano, não é má, mas ele aconselha as pessoas a praticarem urna agricultura sustentável, biológica, com poucos agró-químicos.

10.3 Não há prazo para acabar com a água que atormenta moradores

Novo Jornal

20 De Julho de 2018

Texto: António Paulo

Há cerca de cinco meses que moradores do condomínio Maravilhas do Talatona, no município de Talatona, em Luanda, enfrentam inundações de água pútrida proveniente de uma vala de retenção nos arredores em cujo sistema de drenagem deixou de funcionar cobras e insectos invadem o condomínio, de acordo com relatos de moradores. A administradora municipal de Talatona, Njila de carvalho, garantiu que estudos estão a ser feitos para resolução do problema, porém não avançou data.

Malvina de Cabral, moradora do condomínio há mais de seis anos, espera. E desespera com a situação que já a obrigou a abandonar a sua

residência por causa da água que havia deixado parcialmente inundada a sua moradia. "Estamos nesta situação há cinco meses. O problema começou em Fevereiro e teve a intervenção de uma empresa. Na ocasião, as águas baixaram aqui dentro do condomínio e na lagoa, até ao nível das máquinas. Depois voltou a chover: em Maio e as águas voltaram a inundar o condomínio. No entanto, desde Maio que estamos nesta situação, com água dentro do quintal", afluou.

Para minimizar a situação, a administração de Talatona procura diariamente diminuir a água parada por via de sucção. Cisternas de águas são retiradas do quintal do condomínio Maravilha, tal como constatou a reportagem do Novo Jornal. Porém, "isso não resolve o problema", reprova Malvina de Cabral, actualmente a moradora mais afectada de entre as 77 residências do quintal. Para ter acesso à sua residência, Maravilha, que reconhece haver baixa do caudal, viu-se obrigada a adaptar uma ponte de sacos de areia e pedra. "É uma situação constrangedora. Agora também já somos obrigados a conviver com sapos, rãs e cobras", lamentou a cidadã, que receia o surgimento de doenças, em consequências dos mosquitos e larvas que nascem na lagoa.

"Somos obrigados a fazer gastos com insecticidas para evitar o paludismo e o mau cheiro provocado pelas águas. Já não aguentamos esta situação. Estamos cansados de usar insecticida em casa", queixou-se.

A moradora olha com preocupação a situação que, julga, vai piorar com o aproximar da época chuvosa, pelo que apelou as autoridades a encararem com maior seriedade a resolução do problema, uma vez que, de acordo com a interlocutora, é também naquela vala de retenção onde vão parar as águas residuais de diferentes moradias, lojas e empresas da circunscrição.

"Não estamos a falar só das águas das chuvas. Estamos a falar das águas residuais. Num raio de dois quilómetros, todos estes condomínios e empresas depositam água aqui. As pessoas estão a ver este problema de ânimo leve, mas amanhã todos estes condomínios, que acham que isto é só problema do Maravilha, também vão começar a viver a realidade das inundações", alertou.

O aviso de Malvina parece já começar a evidenciar-se em alguns edifícios adjacentes à

lagoa, onde se pode observar algumas fissuras no muro do pavimento criado para contenção das águas, alegadamente pela falta de escoamento.

10.4 População em zonas de risco recebe conselhos

Jornal de Angola

23 De Junho de 2018

Texto: Kayla Silvina

O Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Zaire, promove em Mbanza Kongo uma campanha de sensibilização à população residente em zonas de risco como ravinas, lixeiras, lagoas e zonas de passagem de água pluvial. A campanha que tem como objectivo aconselhar as populações no sentido de abandonarem as casas que se encontram próximas das ravinas, para diminuir os índices de sinistro durante a época chuvosa e não só. Durante a campanha, que iniciou no bairro 4 de Fevereiro, os efectivos da Protecção Civil e Bombeiros além de sensibilizar à população alvo, está também a distribuir porta-a-porta cartazes com anúncios de medidas preventivas.

O comandante provincial em exercício do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros no Zaire, o intendente Alexandre Geraldo Faustina, disse que a Administração Municipal de Mbanza Kongo já distribuiu lotes de terreno, para construção dirigida na localidade do Vombo, destinadas às populações residentes em zonas de risco, mas a mesma recusa-se a abandonar as zonas de risco.

"A população residente próximo das ravinas no bairro 4 de Fevereiro já beneficiou de terreno, mas preferem continuar a viver nesta zona sem condições, que pode colocar em causa as suas vidas," lamentou Alexandre Faustina que garantiu que a campanha será extensiva aos demais bairros de Mbanza Kongo.

10.5 Erosão ameaça engolir ilha da Ponta do Padrão

Jornal de Angola

26 De Julho de 2018

Texto: Jaqueline Figueiredo

A ilha turística e histórica do Pululu, também conhecida por Ponta do Padrão, está na iminência de ser engolida por uma erosão de grande dimensão. "Este fenómeno está arrastar as areias em volta da ilha, e ela pode desaparecer, caso não forem feitas obras de contenção", disse ao Jornal de Angola o soba adjunto da localidade, Leão Kombo.

A erosão, segundo a entidade tradicional, vem progredido desde que foi feita a dragagem para a construção da Fábrica de Processamento de Gás Natural LNG, em 2008. "Nos últimos tempos as nossas casas têm sido afectadas pela erosão, incluindo as árvores que estão nas áreas adjacentes", disse Leão Kombo.

LNG refuta acusações

A empresa Angola LNG, através de uma nota enviada ao Jornal de Angola nega as acusações das autoridades tradicionais da Ponta do Padrão, alegando que os trabalhos de dragagem que têm sido realizados, consistem apenas na remoção da lama.

"Os trabalhos de dragagem que a Angola LNG desenvolve ao longo do Canal Pululu consistem na remoção da lama, o que pode apenas comprometer a segurança dos navios na zona. Essa lama é posteriormente transportada para uma zona ao Norte do Rio Congo, sem quaisquer riscos ambientais. A Angola LNG fornece toda a informação sobre esta operação ao Ministério do Ambiente", diz o documento.

Quanto à actividade de pesca, segundo a LNG, as operações da remoção da lama, não interferem nas actividades das comunidades. "Angola LNG é um forte parceiro destas comunidades e tem vindo a desenvolver um programa que consiste no apoio das suas actividades, mediante o fornecimento de material e equipamentos de pesca apropriados, bem como na realização de sessões de formação, para garantir maior eficácia e segurança das suas actividades", refere a nota.

10.6 Produção ilegal de carvão alastra-se na região

Jornal Economia e Finanças *27 De Junho de 2018*

O abate indiscriminado de árvores para produção de carvão tem contribuído para devastação de áreas florestais no Cunene, afirmou o chefe da brigada provincial de Desenvolvimento Florestal, Abel Alcino Jamba.

Em declarações na passada segunda-feira à Angop, o responsável disse que na província não existe qualquer cidadão licenciado para produção e comercialização do carvão, mas a actividade é exercida de forma ilegal por camponeses.

Segundo Alcino Jamba, as vias Ondjiva/Xangongo, Cahama/Xangongo, Ondjiva/Cuvelai e a orla fronteiriça são as mais atingidas pelo abate de árvores para tal prática.

Referiu que a acção resulta do pouco poder financeiro de certas famílias que vivem do fabrico do carvão, mas que deve ser compensadas com o corte de árvores indiscriminado tem causado perturbações ambientais repovoamento de outras árvores.

"Devido às características da população, a produção e comercialização do carvão tornou-se numa das principais fontes de receitas de muitas famílias, uma vez que 75 por cento dos habitantes do Cunene residem no meio rural e tem por preferência o uso da lenha e do carvão como fontes de energia para cozinhar", acrescentou.

Outro fenómeno, sustentou, deve-se ao abate de árvores como material de fabrico de residências, cerco de quintais, currais e grande dimensões de campo agrícola, fomentando a desflorestação.

Política de contenção

Apesar de ser uma exploração de subsistência, acrescentou que o IDF dispõem de uma política de contenção deste mal, através do trabalho desenvolvido em parceria com as autoridades tradicionais na sensibilização nas comunidades, através de palestras e encontros para consciencializar a população.

Afirmou que a melhor forma de gestão florestal é a reposição das plantas devastadas, de modo a contribuir para amenizar o ambiente e reduzir a quantidade de radiação que atinge o solo.

Acrescentou que tem sido difícil controlar o índice de transgressões florestais devido ao défice de pessoal qualificado, uma vez que o sector conta apenas com 13 fiscais para contrapor estas práticas.

10.7 Produtos não degradáveis vão pagar taxas ambientais

Jornal de Angola

27 De Julho de 2017

Texto: Edivaldo Cristóvão

Os produtores e importadores de produtos não degradáveis vão, a partir do próximo ano, pagar taxas ambientais para desincentivar a poluição do meio ambiente e poupar custos com a gestão de resíduos sólidos no país.

O secretário de Estado do Ambiente, Joaquim Manuel, disse ontem em Luanda que o Executivo tem gasto anualmente mais de 200 milhões de dólares na gestão de resíduos sólidos, só na província de Luanda.

Joaquim Manuel disse que a gestão do Aterro Sanitário dos Mulenvos ainda é feita pelo Estado, mas futuramente passa para empresas privadas. "A intenção é reduzir os custos", afirmou.

Joaquim Manuel disse que o Executivo prevê reorganizar a gestão dos resíduos sólidos e ter maior controlo dos produtos que entram no país e aqueles que são produzidos internamente.

Para desencorajar estas práticas, o Ministério do Ambiente organiza encontros de auscultação sobre a implementação e institucionalização da Ecotaxa, com o objectivo de passar uma mensagem aos produtores e importadores para optarem por produtos que não causem graves consequências ao meio ambiente.

"Quem produzir ou importar produtos biodegradáveis está isento do pagamento destas taxas", disse o secretário de Estado do Ambiente, que acrescentou que o Executivo está a criar políticas para que seja proibida a entrada de produtos que perigam o meio ambiente, tal como já é feito noutros países.

Joaquim Manuel disse que os resíduos plásticos, em Luanda, são depositados no Aterro Sanitário

dos Mulenvos, mas noutras províncias são colocados directamente em lixeiras.

"É difícil fazer a gestão destes resíduos, porque são não degradáveis, demoram quase 500 anos a fazer a decomposição, e nestes locais acumulam água, bactérias, fazem aumentar a temperatura e ainda provocam a criação de vectores que transmitem a malária, constituindo um grave problema para a saúde pública", considerou.

Para Joaquim Manuel, a preferência pela importação de produtos não-degradáveis tem a ver com facto de serem mais baratos em Luanda sublinhou, cerca de 50 por cento dos resíduos são produtos de plástico, seguindo-se os metais e matérias eléctricas.

"Por isso queremos implementar o pagamento de taxas para desincentivar a importação e a produção destes produtos. Temos algumas propostas já em carteira para definir o preço de cada resíduo".

Joaquim Manuel disse que para os sacos ou plásticos, o grupo técnico propõe o pagamento de uma taxa de 0,002 por cento, subtraído o custo de produção, auto- móveis 0,009 por cento, pilhas e baterias 0,007 por cento, pneus 0,008 por cento, material eléctrico, electrónicos e óleo de motor 0,005 por cento.

O secretário de Estado aconselhou os produtores e importadores a optarem por produtos embalados em pacotes de papel ou papelão.

Joaquim Manuel definiu a Ecotaxa como um imposto destinado a empresas ambientais, também chamadas de Sociedades Gestoras de Recolha de Resíduos.

Esta taxa aplica-se aos resíduos de equipamentos eléctricos, electrónicos e pneus. O imposto reflecte-se directamente no preço pago pelo consumidor, sendo o valor entregue às empresas que tratam e transportam os resíduos.

A aplicação da Ecotaxa deve ser feita em produtos devidamente sinalizados, já que a cobrança de impostos corresponde às especificações técnicas destes produtos.

A criação e implementação destas taxas tem como objectivo primário a redução do consumo de

combustíveis fósseis e diminuir os impactos nefastos da actividade humana no planeta.

Vantagens da Ecotaxa

O aumento da consciência na protecção do ambiente, bem como a elevação dos níveis de educação e sensibilização em todas as comunidades são apontados como vantagens para a implementação da Ecotaxa no país.

O programa, elaborado pelo grupo técnico de apoio à implementação e instituição da Ecotaxa, determina mais controlo aos reguladores e empresários nos custos futuros de programas de antipoluição, pois a flexibilidade na alteração das taxas e o incumprimento das metas propostas tomam os custos mais elevados, inviabilizando o negócio.

A fonte de receita pode também ser utilizada para a solução de problemas ambientais e aliviar os efeitos adversos da poluição.

10.8 “Angola deve preocupar-se com os sacos de plásticos”

Jornal O PAÍS

29 De Julho de 2018

Texto: Maria Teixeira

Em entrevista ao OPAÍS, numa altura em que estava prevista para ontem, Sábado, uma marcha contra o uso de sacos de plástico leves em Angola, o ambientalista Marcelino Francisco falou das consequências ambientais deste tipo de material, que causa sérios problemas ao meio ambiente.

De acordo com o especialista, além de poluir o solo e a água, quando lançados ao mar, os sacos plásticos representam um perigo, principalmente para os animais marinhos, porque estes animais não conseguem distinguir este tipo de material do seu alimento natural e acabam ingerindo-o pensando ser algas ou água viva.

Na sua opinião, as reivindicações são muitas e variam muito em função do local ou da região, mas para nosso país, e porque temos uma costa extensa, o plástico deve ser uma preocupação permanente, dada a poluição marinha.

"Como temos uma costa muita extensa, certamente nós temos uma fauna e uma flora que

também devemos preservar, e os animais como os golfinhos, tartarugas e aves, que têm na sua alimentação algas, muitas vezes confundem este material com os sacos e ao ingeri-los acabam por morrer asfixiados", disse.

Volta e meia, para além dos sacos de plástico, encontram animais mortos por terem ingerido tampas de garrafas e outros objectos plásticos. São objectos que durante a recreação o homem usa e acabam projectados no mar.

Hoje, muitos destes resíduos plásticos e lixos ficam grudados perto dos embarcadouros, a título de exemplo. O problema agrava -se tendo em conta que 80% dos sacos que se produz a nível mundial, mesmo os que são usados em Angola, são descartáveis - o que faz com que o consumo seja em grande escala, o que aumenta o nível de poluição ambiental.

Disse ainda que os resíduos plásticos têm um longo período de decomposição (pode fazer 100 ou mais anos), só para mostrar a gravidade do problema. A esperança de vida de decomposição deste tipo de resíduos tem muito a ver com a forma como usamos esses plásticos.

"Hoje, devemos ver a questão dos plásticos, já que neste ano, nas comemorações do Dia Mundial do Ambiente, as atenções viraram-se para os resíduos plásticos que são o maior vilão dos nossos tempos para o meio ambiente", disse.

Queimar sacos não é a solução Segundo Marcelino Francisco toda combustão ou queima emite ou liberta dióxido de carbono e outros gases. Esses gases propiciam o aumento do efeito estufa, assim sendo, a queima também não é das melhores soluções. Para além de o processo de queima ser caro, já que se precisa de outros meios para garantir a incineração desses produtos.

"Aliás, temos vários métodos de gestão de resíduos sólidos que podem ser utilizados. O que se aconselha hoje é mesmo a eliminação dos plásticos, mas quando falam de eliminação não se trata de todos os plásticos, mas, principalmente daqueles que temos para uso domésticos", alerta.

Os plásticos não abrangidos são as massas geotêxtis, que são produtos feitos de plásticos resistentes e que, para além de outros fins, são usados também para a impermeabilização de

aterros sanitários, de formas a prevenir que o lixiviado tenha uma carga de proliferação muito grande.

Marcelino Francisco está a desenvolver um trabalho ambiental nas valas de drenagem de Luanda e disse que, neste momento, já fizeram todas as colectas para as mostras dos laboratórios, cujos resultados serão conhecidos nos próximos tempos.

Enquanto isso, a marcha contra o uso de sacos plásticos, que está a ser organizada pela Agência Nacional de Resíduos (ANR), órgão tutelado pelo Ministério do Ambiente, foi adiada para o próximo Sábado, 04, a partir das 09 horas.

Com o ponto de partida do Largo do Porto de Luanda e indo até ao Largo do Ambiente, este evento tem por objectivo sensibilizar a população e apelar aos operadores sobre a necessidade da mudança de comportamento face aos problemas ambientais, bem como a promoção de uma cultura de gestão correcta dos resíduos.

10.9 Levantado o embargo à indústria madeireira

Jornal de Angola

30 De Julho de 2018

Texto André dos Anjos

Depois de seis meses de suspensão de todas as actividades relacionadas com a exploração de recursos florestal no país, o Ministério da agricultura e Florestas levanta no próximo dia 8 o embargo imposto aos operadores do sector, com a abertura da campanha florestal 2018, em cerimónia a realizar na província do Moxico.

O director nacional das Florestas, Domingos Nazaré Veloso, que confirmou a informação ao *Jornal de Angola*, adiantou que a abertura da campanha é no decurso do próximo conselho consultivo alargado do Ministério da Agricultura, que decorre na quarta e quinta-feira na cidade do Luena, capital do Moxico.

A ordem de suspensão de todas as actividades relacionadas com a exploração de recursos florestais foi decretada em Janeiro pelo Ministério da Agricultura, numa altura em que avultavam informações sobre o abate, transporte e

comercialização desordeira de madeiras em todo país, com as províncias do Cuando Cubango e Moxico a serem apontadas como os principais palcos.

As denúncias sobre o abate indiscriminado de árvores no país, envolvendo estrangeiros, aumentaram substancialmente nos últimos anos, sobretudo nas redes sociais, onde eram postados vídeos e fotografias de autênticos comboios rodoviários carregados de madeira, geralmente em toros.

Além do abate indiscriminado, outra preocupação das autoridades era o tratamento subsequente que se dava à madeira, do transporte à comercialização este particular, os Ministérios da Agricultura, Interior e Transporte aprovaram, em 2016, um Decreto Executivo Conjunto, que disciplina o transporte interprovincial da madeira.

O diploma, alvo de reiteradas violações, estabelece que o transporte interprovincial da madeira deve ser feito em condições técnicas de segurança, que não ponham em causa vidas humanas, nem gerem prejuízos materiais, particularmente às rodovias.

O Decreto Executivo Conjunto n.º 199/16 estabelece, ainda, que a madeira em toro deve ser trabalhada na província de origem, para acrescentar valor ao produto e gerar emprego nas zonas de extracção antes de ser deslocada e comercializada.

Angola possui uma superfície florestal avaliada em 69,3 milhões de hectares, que representam 55,6 por cento da sua superfície territorial, e reservas de madeira comercial estimadas em 4,5 mil milhões de metros cúbicos.

A província do Uíge tem 51 por cento dos produtores de floresta natural do país. Cabinda, 18 por cento, Bengo 10 por cento e Cuanza - Norte, 6 por cento.

O sector está entre aqueles em que incidem os chamados "Programas Dirigidos para a Saída da Crise", aprovados pelo Executivo em 2016, para contornar a queda do preço do petróleo no mercado internacional. Em 2017 foram emitidas 330 licenças para todo o país, mas o número de solicitações foi três vezes maior.

Pacote legislativo

Na altura, o Ministério da Agricultura justificou a medida com necessidade de se adequar o funcionamento do sector a uma nova legislação, aprovada em 2017, em substituição da que vinha do tempo colonial que, como disse na ocasião a jurista e docente universitária Paulette Lopes, favorecia a confusão que se instalado no sector.

Contrariamente a outros recursos naturais, como petróleo e diamantes, em cuja exploração a lei investe uma autoridade concessionária, no caso das florestas a legislação anterior permitia a sua exploração por privados, observou a jurista.

Tal como na legislação anterior, a nova reserva a cidadãos nacionais exclusividade do direito de exploração dos recursos florestais. Uma das inovações que a nova lei traz, está no condicionamento da saída da madeira para o estrangeiro à apresentação prévia do comprovativo de depósito, num dos bancos do país, ou uma carta de crédito das divisas correspondentes à remessa dos metros cúbicos a explorar em determinada área.

Doravante, a madeira só sai do país mediante apresentação prévia do comprovativo de depósito do valor correspondente num dos bancos do país ou uma carta de crédito", disse Domingos Veloso.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 Carro sino-angolano é alvo de frequente reclamações

Jornal de Angola

3 De Julho de 2018

Texto: Natacha Roberto

Os veículos Zenza, montados em Angola com peças e tecnologia da chinesa CSG, estão no centro de frequentes reclamações apresentadas ao Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec) por compradores que se declaram defraudados, estando, o serviço estatal, em vias de emitir uma declaração pública sobre o assunto.

O chefe de Departamento de Resolução de Litígios do Inadec, Wuassamba Neto, que prestou estas informações ao Jornal de Angola, indicou que as reclamações incidem sobre a "má qualidade funcionamento deficiente dos automóveis", o que pode resultar em situações perigosas no trânsito.

"Recebemos algumas reclamações da má qualidade dos automóveis e no que concerne ao funcionamento das viaturas, uma situação que pode perigar a vida do cidadão", alertou o chefe de Departamento do Inadec,

As queixas mais comuns apontam deficiências na caixa de velocidades, sistema eléctrico e de aceleração. "Temos um caso caricato de um consumidor que fez a devolução de quatro viaturas novas de forma consecutiva, por apresentarem erros de fabrico", revelou o responsável.

O Inadec, declarou Wuassamba Neto, está preocupado com o género de relação estabelecido entre o fabricante sino-angolano e o mercado,

estando a dar à questão, por enquanto, um tratamento administrativo que consiste numa mediação entre a empresa e o consumidor.

A actuação do instituto é justificada pelos procedimentos adoptados, os quais partem do princípio de que os consumidores têm direitos, mas "é necessário que se faça um trabalho aturado para constatar a verdade dos factos e assim se tomar uma decisão."

Em situações de resistência da empresa aos prazos definidos para a resolução do litígio, são tomadas medidas coercivas para se resolver o caso. "Quando demos conta de que existe, de facto, má qualidade do veículo, solicitamos a devolução do valor ou abrimos uma acção judicial para apreciação do caso", explicou.

Estratégia de penetração

Dados disponíveis indicam que a empresa chinesa CSG implantada desde 2007 na Zona Económica Especial, projectava elevar o número de veículos montados de mil para dois mil por ano a partir de Junho, além do lançamento de novos modelos, depois de um investimento de 30 milhões de dólares (7.448 milhões de kwanzas).

A companhia oferece os modelos Zenza X80 M21.8T e SUV X60 M2 2.0 D-I (dois SUV) e E70 M2 2.0L (turismo) mas prevê introduzir "pick up's" (carrinhas) e "minibus" (míniautocarros) para empresas e particulares.

Esse plano mantém-se, apesar de o concessionário ter encerrado as lojas em Malanje, Lunda-Sul, Moxico, Huambo, Huíla e Cabinda, ficando apenas com a representação de Luanda, onde possui seis lojas.

A companhia está envolvida numa promoção, com a qual cortou os preços em até 50 por cento do valor, numa operação destinada a penetrar no mercado e, até, a fidelizar clientes.

Entretanto, não foi possível apurar que resultados têm sido alcançados, nem ares posta para a reclamação de clientes. A empresa não reagiu às solicitações verbais e escritas feitas por este jornal.

13.2 Clientes insatisfeitos levantam o tom

Jornal de Angola

3 De Julho de 2018

Texto: Natacha Roberto

A reportagem deste jornal também se deparou com clientes insatisfeitos, como António Rodrigues que, em Maio, comprou à CGS um SUV por 5,5 milhões de kwanzas e detectou defeitos de fábrica em apenas duas semanas de uso.

"A minha viatura começou a vazar óleo e não percebi porquê e de onde estava a sair. Fui de imediato às instalações de manutenção entregar o carro, que me foi devolvido com problemas de funcionamento dos vidros traseiros", lamentou.

António Rodrigues queixou-se do atendimento, uma vez que o responsável da área de reclamações é chinês e não fala português. "Os angolanos que recebem as viaturas não sabem explicar com propriedade as debilidades apresentadas pelos carros. É uma falta de respeito para com os consumidores que desembolsam valores altos para adquirir um carro", considerou.

O funcionário de uma empresa de comunicação decidiu confiar na marca nacional para ver resolvida a situação de locomoção da família. Miguel António revelou à nossa reportagem que o seu carro andou apenas duas horas antes de apresentar problemas. Márcio Domingos viu os vidros traseiros a estalarem quando decidiu ligar o aquecedor, pela manhã, quando se dirigia ao serviço. "Detectei outros problemas que decidi resolver sem recorrer à concessionária.

Mas agora, com os vidros estalados, não tive outra alternativa senão trazer o carro", disse.

Márcio Domingos acredita que os problemas que os carros apresentam são consequência da falta de testes nos carros quando entregues aos clientes. Na sua opinião, o tempo em que os carros foram montados em 2007 e sem aceitação no mercado gerou muitos problemas de ordem funcional.

13.3 Embaixador realça papel de Macau nas relações

Jornal De Angola

13 De Julho de 2018

O embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos, realçou o papel que a Região Administrativa Especial de Macau está a desempenhar no fortalecimento e desenvolvimento da cooperação económica entre Angola e aquele país asiático.

Acreditado como embaixador de Angola na China a 20 de Junho, João Salvador dos Santos teve, recentemente, encontros em separado com o chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau e com os membros do Secretariado Permanente do Fórum Macau.

De acordo com uma nota da Embaixada de Angola, além da dimensão económica, o diplomata manifestou o interesse de o país reforçar a cooperação nos domínios da educação e cultura.

João Salvador dos Santos recebeu explicações do secretariado permanente do Fórum Macau sobre a situação das actividades do 15º aniversário do estabelecimento do Fórum de Macau, promoção de comércio e investimento, avaliação da capacidade produtiva, cooperação entre as províncias e municípios e formação de recursos humanos, entre outras.

A secretária - geral do Fórum, Xu Yíngzhen, realçou o progresso na construção da plataforma de serviço comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa em Macau, especialmente nas vertentes de importação dos produtos daqueles países, intercâmbio e inovação e de empreendedorismo entre jovens da China e dos PALOP.

Xu Yingzhen sublinhou ainda a importância de Angola para o Fórum de Macau, esperando que participe mais activamente nos assuntos e actividades do organismo, promovendo o intercâmbio e a cooperação na economia, no comércio e na cultura.

Na ocasião, o embaixador João Salvador dos Santos sublinhou que Angola presta uma grande atenção ao Fórum de Macau e ao papel deste território como plataforma, tendo, por isso, manifestado o interesse de reforçar a cooperação bilateral.

"Angola entra, actualmente, numa nova fase do desenvolvimento económico e pretende com

esforço orientar-se no sentido da diversificação económica.

A este título, foram promulgadas a nova Lei do Investimento e Lei da Concorrência", destacou.

O diplomata reiterou que as empresas chinesas são bem vindas para estreitar a cooperação com Angola nas áreas da agricultura, pescas, mineração, indústria e turismo.

O mecanismo multilateral do Fórum de Macau e da respectiva plataforma promove a cooperação entre Angola, a China e os outros países membros do organismo.

O Fórum de Macau celebra em Outubro o 15.º aniversário, estando em curso um estudo de avaliação do desempenho e perspectivas para o organismo, envolvendo os Governos da China e dos PALOP.

13.4 Emis na rota chinesa com o Union pay

Jornal Economia e Finanças
13 De Julho de 2018

Os cidadãos chineses residentes em Angola já podem, desde esta semana, movimentar as suas contas no seu país de origem a partir dos multicaixas em Angola. A Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) e a Union Pay África assinaram um acordo que permite tais operações bancárias.

À margem da edição deste ano da Filda, o administrador executivo da Emis, José de Matos, e o representante da Union Pay em África, Luping Zhang tornaram real o que para os chineses era apenas uma intenção. Viu-se o rosto de contentamento dos muitos chineses presentes ao acto de lançamento do produto/serviço, o que resta de vantagem para as finanças angolanas, dizem é o facto de a Union Pay assumir a liquidação em dólares da contrapartida dos valores em kwanzas que os chineses levantarem em Angola.

Um chinês que se não identificou confidenciou ser vantajoso porque muitos deles recebem os seus ordenados a partir do seu país e não em Angola como se pode presumir.

13.5 Macau fortalece Angola/China

Jornal Economia & Finanças
13 De Julho de 2018

O embaixador de Angola na China, João Salvador dos Santos, destacou o papel que a Região Administrativa Especial de Macau está a desempenhar no fortalecimento e desenvolvimento da cooperação económica entre Angola e o gigante asiático.

O diplomata angolano manteve recentemente encontros em separado com o Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau e com os membros do Secretariado Permanente do Fórum Macau.

O embaixador angolano foi acreditado como representante de Angola na China a 20 de Junho último.

Além da dimensão económica, de acordo com uma nota de imprensa da embaixada angolana chegada à Angop, o diplomata manifestou o interesse de Angola em reforçar a cooperação nos domínios da educação e cultura.

O diplomata recebeu explicações do secretariado permanente do Fórum Macau sobre o ponto de situação das actividades do 15.º aniversário do estabelecimento do Fórum de Macau, promoção de comércio e investimento, cooperação da capacidade produtiva, cooperação entre as províncias e municípios e formação de recursos humanos, entre outras.

A secretária-geral do Fórum, Xu Yingzhen, apontou ainda o progresso de construção da plataforma de serviço comercial entre a China e os países da comunidade em Macau, especialmente, nas vertentes de importação dos produtos dos CPLP, intercâmbio e de empreendedorismo entre jovens.

13.6 E Quando a China Espirra

Jornal Folha 8
14 De Julho de 2018

Descontentando o facto de as agências de notação financeira fazerem análises para todos os gostos e feitios, registre-se que a Moody's considera que os países africanos exportadores de petróleo, como

Angola ou a Guiné Equatorial, deverão ver as suas exportações para a China diminuir porque o motor do crescimento é agora o consumo, crescimento alimentado pelo consumo vai ter implicações de crédito mistas para os países africanos", diz a Moody's num relatório sobre o impacto da mudança de motor do crescimento chinês.

De acordo com o relatório, a Moody's refere que "Angola, a República do Congo e a Nigéria deverão ter menor procura da China pelas suas exportações do que na década passada", mas isto não significa um desinvestimento da China

"O investimento chinês cresceu para 590 do total do investimento directo estrangeiro em África em 2016, quando em 2010 era apenas 200", sublinha a Moody's, acrescentando que "se o crescimento do investimento se mantiver a metade do nível actual, a posição da China chegará a 100 mil milhões de dólares em 2020", o que representará 400 do Produto Interno Bruto africano. Tendo em conta que 70% do investimento chinês reccionado para as infra-estruturas, a Moody's prevê que este crescimento "pode ajudar a colmatar as dificuldades do continente na área das infra-estruturas, especialmente na energia e nos transportes, e fomentar o crescimento potencial" do continente africano.

A China foi o maior investidor (e beneficiário) em projectos de infra-estruturas, superado apenas pelos investimentos feitos pelos governos africanos, segundo os números as Infra-estruturas em África, citados no relatório da agência de "raking" o que ajudou a reduzir o défice de financiamento que África enfrenta. "Estes investimentos ajudaram a reduzir o considerável défice de infra-estruturas, que o Banco Africano de Desenvolvimento estima ser de 150 mil milhões de dólares por ano, com um défice de financiamento dessas infra-estruturas na ordem dos 90 mil milhões por ano. A Moody's considera igualmente que o Quênia, Ruanda, Tanzânia to; Uganda são países da África Ocidental que vão enfrentar grandes desafios em termos de pagamento da dívida pública, que aumentou significativamente.

"O perfil institucional e orçamental destes quatro países vai ser cada vez mais testado nos próximos anos devido aos riscos associados em termos de dívida externa. a menor capacidade de pagamento

e o aumento da dependência em financiamentos comerciais e riscos de câmbio'. Escrevem os analistas numa nota enviada aos investidores.

Na análise; a estes quatro países da África Ocidental. na região que inclui os lusófonos Cabo Verde e Guiné-Bissau. a Moody's diz que "o aumento do peso da dívida reduziu o espaço para a implementação de políticas e influenciou negativamente a avaliação sobre a força orçamental" destes países, que é um dos factores considerados pela agência quando decide sobre a qualidade do crédito soberano dos países.

O Quénia é o país que tem o maior peso da dívida face à riqueza do país, enquanto o Ruanda é o que teve a acumulação mais rápida de dívida, acrescenta a Moody's, notando, por outro lado, que "o aumento na contracção de dívida comercial amplificou os riscos cambiais no Quénia e na Tanzânia", Nestes quatro países, que representam a maioria do PIE desta região africana. "o peso dos juros da dívida está a consumir mais recursos do que no passado", escreve a Moody's.

Isto demonstra que os países têm aumentado o nível de empréstimos comerciais face aos empréstimos concessionais, concedidos a taxas de juro mais baixas que as praticadas pelo mercado e normalmente negociados com as instituições financeiras multilaterais como o Banco Mundial ou o Banco Africano de Desenvolvimento.

13.7 Chineses detidos por suspeita de abate ilegal de árvores

Jornal de Angola

17 De Julho de 2018

Texto: Carlos Paulino

Um grupo de nove cidadãos chineses foi detido em flagrante delito, há uma semana, quando fazia corte ilegal de árvores na localidade do Soba Matias, a 60 quilómetros da cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango.

A detenção foi feita pelo Serviço de Investigação Criminal em cumprimento de uma decisão do Ministério da Agricultura, que proibiu, no ano passado, o exercício da actividade madeireira no país.

Ontem, o porta-voz do SIC, Paulo Dias de Navais, disse à imprensa que a detenção dos chineses resultou de uma denúncia e admitiu que os nove estrangeiros, descobertos numa mata fechada, tenham, tido a cooperação de cidadãos nacionais no crime de que são acusados.

O porta-voz garantiu que o SIC vai continuar com as investigações até encontrar eventualmente mais participantes no crime ambiental e económico.

Os cidadãos chineses cortavam árvores do tipo "Mussivi", para a produção de madeira depois de o Ministério da Agricultura declarar aberto o ano florestal, altura em que iriam transportar os toros para a China.

Na sequência da detenção dos chineses, o SIC desmantelou dois estaleiros clandestinos, onde foram apreendidos' entre outros meios, seis pás-carregadoras, três viaturas ligeiras, três camiões, dois das quais basculantes, oito moto-serras, uma moto-bomba, dois geradores, quatro reservatórios de combustível e 428 toros.

13.8 Chineses detidos por exploração ilegal de madeira

Jornal Expansão

20 De Julho de 2018

O Serviço de Investigação Criminal (SIC) deteve, esta semana, nove cidadãos chineses que faziam a exploração ilegal de 428 toros de madeira na localidade do Soba Matias, na província do Cuando-Cubango.

De acordo com porta-voz dos Serviços de Investigação Criminal (SIC), Paulo Dias de Novais, a detenção é resultado de uma operação desencadeada pelos órgãos do Ministério do Interior. A par da detenção, foram igualmente instaurados processos remetidos à Procuradoria-Geral da República para efeitos legais.

13.9 China pretende cooperar no domínio da Justiça

Jornal de Angola

25 De Julho de 2018

A China pretende cooperar com Angola, no domínio da justiça, concretamente, no

intercâmbio de conhecimento dos sistemas judiciais e na informação sobre julgamentos de casos criminosos, que envolvam cidadãos dos dois países.

A pretensão foi tornada pública ontem, em Luanda, pelo presidente do Tribunal Militar do Exército Popular de Libertação da China, Liu Ligen, no final de um encontro com uma delegação da Procuradoria-Geral da República, orientada pelo seu titular, Hélder Pítta-Groz,

Segundo Liu Ligen, que se encontra em Luanda desde segunda-feira, a China pretende colaborar também nos trabalhos administrativos judiciais. Relativamente à sua visita a Angola, Liu Ligen disse que a mesma visa a troca de experiência, no quadro do aprofundamento das relações entre os dois países. O presidente do

Supremo Tribunal Militar de Angola, António dos Santos Neto "Patónio", acompanhou o homólogo da China, na audiência.

Na segunda-feira, delegações dos tribunais Militar de Angola e Militar do Exército Popular de Libertação da China, iniciaram trocas de experiências no domínio do funcionamento dos órgãos de justiça, no quadro da cooperação bilateral existente.

O encontro serviu, igualmente, para apresentar à delegação chinesa a evolução histórica do órgão militar angolano' desde a criação do 1º Tribunal Supremo Militar Angolano, em 1975, antes, designado Comissão de Justiça e com a missão de instruir, acusar e julgar os processos - crime.

A visita da delegação chinesa a Angola termina hoje. Antes do regresso, estão previstas visitas ao Memorial António Agostinho Neto, ao Parque Nacional da Quissama e ao Museu das Forças Armadas Angolanas.

13.10 China quer cooperação no domínio da Justiça

Jornal O PAÍS
25 De Julho de 2018

A pretensão foi tornada pública pelo presidente do tribunal Militar do Exército Popular de Libertação da China, Liu Ligen, no final de um encontro com uma delegação da Procuradoria-

Geral da República, orientada pelo seu titular, Hélder Fernando Pitta -Gróz, ontem, Terça-feira, em Luanda.

A China pretende colaborar também nos trabalhos administrativos judiciais, segundo Liu Ligen, que, em Angola desde Segunda-feira última, considerou antigas as relações de cooperação no domínio militar.

Sobre a visita, informou que visa a troca de experiências, no quadro do aprofundamento das relações entre os dois países.

O presidente do Supremo Tribunal Militar de Angola, António dos Santos Neto "Patónio", acompanhou o seu homólogo da China na audiência. Na Segunda-feira, delegações dos tribunais Militar de Angola e Militar do Exército Popular de Libertação da China iniciaram trocas de experiências no domínio do funcionamento dos órgãos de justiça, no quadro da cooperação bilateral existente.

O encontro serviu igualmente para apresentar a delegação chinesa, a evolução histórica do órgão militar angolano, desde a criação do 1º Tribunal Supremo Militar Angolano, em 1975, antes designado por Comissão de justiça e que tinha a missão de instruir, acusar e julgar os processos crime.

A delegação permanece em Angola por três dias e vai, entre outros, visitar o Memorial António Agostinho Neto, o Parque Nacional da Quissamae Museu das Forças Armadas Angolanas.

13.11 Presidente chinês visita países africanos

Jornal Economia e Finanças
27 De Julho de 2018

Após anos de crescente cooperação económica focada na exploração dos recursos naturais, Pequim está actualmente a concentrar os seus esforços no fortalecimento dos laços militares e no financiamento de numerosos projectos de infra-estruturas nas mais diversas regiões.

A China chama-lhe a Nova Rota da Seda e a intenção é que o antigo Império do Meio passe a ser a sociedade de referência para um continente

onde ainda está quase tudo por fazer. "Sempre que venho a África vejo o dinamismo do continente e as aspirações do seu povo para o desenvolvimento. Tenho grande confiança no futuro das relações China-África", disse o presidente chinês, citado pelo jornal 'El País', na sua chegada ao Senegal no último fim-de-semana.

É a primeira etapa de uma viagem que o levará ao Ruanda, África do Sul e Ilhas Maurícias. É a quarta vez que Xi Jinping está no continente africano na qualidade de Chefe de Estado e a sua primeira viagem oficial após o início em Março de um segundo mandato.

A China é o primeiro parceiro comercial de África há pelo menos uma década, depois de destituir os Estados Unidos nessa posição. Além dos milhões investidos na exploração dos recursos naturais, especialmente minerais, o continente tornou-se o grande campo de testes para a construção de infra-estrutura com tecnologia e financiamento chineses.

O fenómeno tem-se acentuado nos últimos anos, coincidindo com a conclusão do projecto da Nova Rota da Seda, uma rede de infra-estrutura ambiciosa que pretende unir a China não só com a África, mas também com a Europa e o centro e sudeste da Ásia, através de portos, estradas e ferrovias.

A China financiou a construção ou reforma de mais de 6 mil quilómetros de ferrovias em países como Angola, Etiópia, Quênia, Nigéria, Sudão ou Djibuti. Embora o financiamento esteja especialmente centrado na África Oriental, a visita de Xi Jinping ao Senegal mostra a vontade de atrair os países do oeste para o interior da sua esfera de influência (numa região tradicionalmente sob influência francesa).

A China também tem interesse em chegar a Dakar, uma porta de saída para o Atlântico, onde poderá chegar uma via férrea desde o Djibuti, um país do outro lado do continente e com uma saída para o Oceano Índico.

No Ruanda, o segundo país a ser visitado pelo presidente chinês, está a ser construída uma linha férrea financiada por dinheiro chinês, que ligará sua capital, Kigali, a Mombaça, no Quênia, um projecto que facilitará o acesso do país ao mar.

Na África do Sul, o presidente chinês participará da décima cúpula dos BRICS. A viagem de Xi Jinping, disse o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da China, Kong Xuanyou, citado pelo 'El País', é "uma importante acção diplomática da China em relação aos países em desenvolvimento, no contexto das profundas mudanças na situação internacional".

13.12 A economia chinesa em progresso estável

Jornal de Angola

29 De Junho de 2018

Texto: Cui Aimin

Nestes dias, a cidade de ouro, Joanesburgo, albergou a 10ª Cimeira BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). O BRICS e os países africanos convidados como Angola, abordaram o aproveitamento da nova revolução Industrial, o crescimento inclusivo e a prosperidade comum, além da elevação de voz e influência dos mercados emergentes e países em desenvolvimento na governança da economia global. Na Declaração de Joanesburgo, os BRICS "reconhecem que o sistema de comércio multilateral está a enfrentar desafios sem precedentes, salientam a importância de uma economia global aberta, permitindo que todos os países e povos compartilhem os benefícios da globalização económica".

O mundo está a passar por um novo ciclo de grande desenvolvimento, transformação e ajuste. A economia global enfrenta factores crescentes de instabilidade e incerteza. Recentemente, têm sido registados muitos atritos comerciais entre as principais economias nos sectores importantes, tais como aço, alumínio automóveis. Por prejudicar a cadeia de indústria e de valor, o proteccionismo comercial levará a economia mundial para uma armadilha da incerteza. O Presidente Chinês Xi Jinping comentou o seguinte: o proteccionismo é como fechar-se num quarto escuro, mesmo protegido do vento chuva, fica-se sem a luz nem ar. Numa guerra comercial, ninguém sairá vencedor.

A globalização económica é hoje uma tendência irreversível. De acordo com o consenso da maioria dos países do mundo, a China opõe-se ao proteccionismo comercial como jogo de soma zero, e tem compartilhado sempre os frutos de

desenvolvimento com todos os países no mundo. Ao longo destes anos, a China vem apostando na construção de Um Cinturão e Uma Rota, que poderiam se tornar na mais ampla plataforma de cooperação internacional, e anunciou um pacote de medidas de abertura ao exterior, que incluem o alargamento do acesso ao mercado, reforço à protecção da propriedade intelectual e aumento de Importações por Iniciativa própria. Em Setembro, a China e a África organizarão Juntos a Cimeira de Pequim do Fórum de cooperação China-África (FOCAC), na procura de uma conexão do desenvolvimento africano com o desenvolvimento da China, com a Integração regional, com a globalização económica, compartilhado os dividendos de desenvolvimento com o mundo.

A economia da China é sempre uma âncora e um motor da economia mundial. No semestre passado, o Produto Interno Bruto da China atingiu RMB 41,89 trilhões, equivalente a USD 6,54 trilhões, marcando Um aumento de 6.8% em comparação com o mesmo período do ano anterior são notáveis também a melhoria da estrutura Industrial e da estrutura da procura, assim como o crescimento constante é rápido das novas energias cinéticas. Têm surgindo novos produtos como veículos de energia renovável, robô industrial, fibra óptica, smart TV. Com o peso crescente do grupo de renda média, já o maior no mundo, a China tornar-se-á eventualmente o maior mercado no mundo.

Em resumo, a economia da China ainda tem um potencial grande, uma resistência alta e uma agilidade enorme, mantendo um fundamento positivo a longo prazo.

Nos 40 anos das Reformas e Abertura ao Exterior, a China passou pelas mudanças deslumbrantes e tornou-se a segunda maior economia, o maior país Industrial, o maior país comercial de bens e o país com a maior reserva de divisas no mundo. As Reformas e Abertura ao Exterior são palavra-chave atrás do crescimento económico a alta velocidade nos últimos 40 anos, continuam a ser tal para um crescimento económico de alta qualidade no futuro. Consoante o planeamento e ritmo próprio, a parte chinesa promoverá firmemente as Reformas e Abertura ao Exterior, e junto com todos os países no mundo, salvaguardará comércio livre e multilateralismo comercial, construirá uma economia mundial

aberta, dando impulso a uma globalização económica rumo à abertura, inclusão, benefício universal, equilíbrio e ganho para todos.